



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA**

**EUCLIDES MOREIRA NETO**

***J'ACCUSE!:* ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DE  
DREYFUS E DE ESTERHAZY**

**NATAL, RN  
2018**

**EUCLIDES MOREIRA NETO**

***J'ACCUSE!:* ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DE  
DREYFUS E DE ESTERHAZY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, objetivando a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos do Texto, na área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Orientador: Prof. Doutor Luis Álvaro Sgadari Passeggi.

**NATAL, RN  
2018**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Moreira Neto, Euclides.

J'Accuse!: análise de representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy / Euclides Moreira Neto. - 2018. 183f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Luís Álvaro Sgadari Passeggi.

1. Análise do discurso. 2. Dimensão Semântica. 3. Dreyfus, Alfred, 1859-1935. 4. Esterhazy, Charles-Ferdinand Walsin, 1847-1923. 5. Predicação. I. Passeggi, Luís Álvaro Sgadari. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 81'42

**EUCLIDES MOREIRA NETO**

***J'ACCUSE!:* ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DE  
DREYFUS E DE ESTERHAZY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, objetivando a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos do Texto, na área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Defesa: 29 de janeiro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Doutor Luis Álvaro Sgadari Passeggi (UFRN)  
Presidente

Profa. Doutora Maria das Graças Soares Rodrigues (UFRN)  
Examinadora Interna

Profa. Doutora Maria Eliete de Queiroz  
Examinadora Externa (UERN)

Prof. Doutor Mário Lourenço de Medeiros (CERES-UFRN)  
Examinador Externo ao Programa

Prof. Doutor Lucélio Dantas de Aquino (IMD-UFRN)  
Examinador Externo ao Programa

Natal, RN  
2018

## AGRADECIMENTOS

*Bendize minha alma ao Senhor e tudo que há em mim bendiga seu santo nome. Bendize minha alma ao Senhor e não te esqueças de nenhum dos seus benefícios (DAVI).*

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, na augusta pessoa de Jesus Cristo. Assim, agradeço ao Senhor provedor da vida que me escolheu para estar entre outros escolhidos à vida segundo seu beneplácito e que me proporcionou encontro com pessoas que quiseram me enriquecer por meio de interação amistosa e construtiva, em cujas trocas, decerto, eu sou o maior beneficiado.

Agradeço à Senhora Gerúzia Pereira Moreira, minha esposa, que, há quarenta anos constrói comigo e que compreendeu minha dedicação à pesquisa que agora se conclui.

Agradeço a meus filhos, noras e genro que apoiaram e cooperaram de variadas formas para que eu chegasse vitorioso a este dia. A Elton Ângelo Pereira Moreira e Roberta Coelho Moreira sua esposa; a Émile Beatriz Coelho Moreira, minha primeira neta e a seu irmão Philippe Ângelo Pereira Moreira. Agradeço a Giselle Pereira Moreira e a seu marido, o Senhor Moisés Alves Garcia e a Gabriel Logan Moreira Alves Garcia, seu filho. Agradeço a Elson Pereira Moreira e a Raquel Lira Moreira, sua esposa. Agradeço a Éric Pereira Moreira Pela paciência nas muitas orientações com os apetrechos da informática, aos quais tendo me acostumar.

Agradeço aos professores do PPgEL, desde o período da especialização em Língua Portuguesa, Texto e Discurso, especialmente ao professor Luis Álvaro S. Passeggi, meu orientador acadêmico, por sua dedicação a uma orientação primorosa, presente, efetiva, competente sem a qual, com certeza, eu não teria atingido profundidade no tema trabalhado.

Agradeço à professora Maria das Graças Soares Rodrigues pelo incentivo sempre disposto num infatigável construir, orientar, conduzir em sua natural habilidade de estender a mão cuja força transcende toda a energia muscular, pois emana de um coração abissal. Agradeço ao professor João Gomes da Silva neto por suas orientações em metodologia que sigo desde o curso de especialização e, desejo seu pleno sucesso no Pós-doutoramento que constrói em São Paulo.

Agradeço aos professores que integraram a banca por suas muito afortunadas observações e sugestões que buscam dar primor ao texto acadêmico, as quais são como prensa

de olivas gerando refinado e muito salubre azeite a serviço da medicina, da culinária e para oferecer luz às sobras da noite. Reporto-me, aqui, aos tempos em que, sem luz elétrica, as lâmpadas luziam pelo precioso azeite extraído das olivas esmagadas, que por milênios, iluminaram multidões. Então, agradeço ao professor Mário Lourenço de Medeiros (CERES-UFRN), ao professor Lucélio Dantas de Aquino (IMD – UFRN) e ao professor Paulo Henrique Duque (PPgEL), por suas observações e muito proveitosas orientações às quais segui confiantemente. Agradeço à professora Maria Eliete de Queiroz (UERN) por sua atenção dada ao texto e por seu cuidado em enfocar pontos que careciam de primor e, trouxe sugestões preciosas que contribuíram para enriquecimento de minha dissertação.

Agradeço aos colegas do PPgEL pela troca de exortações que foram capazes de gerar, além de segurança, conhecimento tanto em largura e extensão, como também em profundidade. Especialmente, agradeço à professora Karla Geane de Oliveira em colocar sua experiência e conhecimentos a serviço de uma revisão profissional de insondável competência, também me cedendo seus trabalhos que serviram de modelo quanto à primazia normativa e organizacional apurando as linhas da dissertação. Igualmente agradeço às doutorandas Fernanda Isabelle e Flávia Elisabeth por suas contribuições juncadas de sabedoria e de verdade prestando-se, tais contribuições, como alavancas e guindastes, tanto à construção, quanto ao acabamento de meu edifício textual.

Saúdo a todos esses cidadãos construtores da luz e da esperança submetendo-me ao juramento de devolver os conhecimentos construídos nesta pesquisa à sociedade brasileira que financia a existência da Universidade.

Euclides Moreira Neto.

## RESUMO

*J'Accuse...!* análise das Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy é uma dissertação que apresenta uma análise das Representações textual-discursivas de dois sujeitos do texto *J'Accuse...!*. Tem-se por objetivo geral analisar a construção das Representações textual-discursivas (Rtd) – entendidas como construções linguísticas de participantes em eventos. Especialmente, verifica-se o valor argumentativo dessas representações ao selecionar aspectos que direcionam a interpretação do texto. Justifica-se essa análise pela relevância histórica desse texto. Trata-se, ainda, de um texto importante para a perspectiva teórica adotada – a Análise Textual dos Discursos – na medida em que é utilizado em Adam (2011) para ilustrar as categorias da Análise de Discurso e da Análise textual. A pesquisa é de natureza quali-quantitativa e interpretativista. Os procedimentos técnicos se fazem por documentação indireta. A análise efetuada situa-se no campo da Linguística do Texto na conceituação elaborada por Marcuschi (2008, 2012). Para a análise textual, são utilizadas duas referências principais, além de Marcuschi: A análise textual dos Discursos (ADAM, 2011, 2012), e a Lógica Natural (GRIZE, 1990, 1993, 1996, 1998). Como apoio metodológico quanto a esses referenciais, há conjunto de trabalhos acadêmicos construídos no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL). Eles permitem delimitar e utilizar as categorias semânticas que embasam a análise efetuada: Referenciação, Predicação, Localização e Modificação. Há duas questões de pesquisa: 1) como é dada a construção das Rtd em *J'Accuse...!*? 2) qual o papel das Rtd de Dreyfus e de Esterhazy na construção da orientação argumentativa em “*J'Accuse...!*”? Tem-se os objetivos específicos de: identificar os enunciados que remetem às Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy, analisar esses enunciados com base nas categorias semânticas, interpretar o valor argumentativo das Representações textual-discursivas. Para a quantificação, construíram-se três quadros. O primeiro contendo os dados quantitativos das categorias de análise da Rtd construídas para Dreyfus, o segundo com as categorias de análise para Esterhazy. Os quadros expõem suas quantidades apresentando números parciais. O terceiro quadro apresenta os totais das categorias de análise. verifica-se que ambos os casos, a referenciação nominal supera a pronominal. Conclui-se esta dissertação satisfazendo às questões de pesquisa e pelo atingimento dos objetivos. Crê-se que o detalhamento quanto á modificação seja válido e que seja considerado por outros pesquisadores e, também, o fato de o determinante “um/uma” diante de nome próprio indicar um tipo.

Palavras-chave: Dimensão semântica. *J'Accuse...!*. Dreyfus. Esterhazy. Representações textual-discursiva. Referenciação. Predicação. Modificação. Localização.



## R É S U M É

*J'Accuse...!*: Analyse des Représentations textuel-discoursives de Dreyfus et d'Esterhazy c'est une dissertation qui présente une analyse des Représentations textuel-discoursives des deux sujets du texte *J'Accuse...!* On a l'objectif général d'analyser la construction des Représentations textuel-discoursives (Rtd) – comprises como des constructions linguistiques des participants á des événements. Spécifiquement, on vérifie la valeur argumentative de ces représentations em sélectionnant des aspects qui guident l'interpretation du texte. Cette analyse est justifiée par l'importance historique de ce texte. Encore, il s'agit d'un texte importante pour la perspective théorique choisie – l'Analyse Textuelle des Discors – em tant qu'il est utilisé em Adam (2011) pour illustrer les catégories d'Analyse de Discours et d'analyse textuelle. La recherche est de nature quali-quantitative et interpretativiste avec des procédures de technique posée sur la documentation indirecte. L'analyse effectuée est liée au domaine de la linguistique de texte d'après le concept elabore par Marcuschi (2008. 2012). Pour l'Analyse textuelle, sont utilisés deux références principales, outro celle de Marcuschi: l'Analyse Textuelle des Discours (ADAM, 2011, 2013), la logique Naturelle (GRIZE, 1990, 1993, 1996, 1998). On a l'appuy méthodologique ayant égard á ces référentiels um ensemble de travaux académiques construits dans le Programme de Post-graduation dans les Études du langage (PPgEL). Ceux-ci permettent de délimiter et utiliser les catégories sémantiques qui forment la base de l'analyse effectuée: la Référence, la Prédication, la Localisation et la Modification. Il y a deux questions de recherche: 1) comment se fait la construction des Rtd en *J'Accuse...!*; 2) lequel est le rôle des Rtd de Dreyfus et d'Esterhazy dans la construction de l'orientation argumentative en *J'Accuse...!*? On a les objectifs spécifiques de: identifier les énoncés qui se rapportent aox Représentations textuel-discoursives de Dreyfus et d'Esterhazy, analyser ces énoncés em s'appuyant sur les catégories sémantiques et, interpréter la valeur argumentative des Représentations textuel-discursives. . Pour compter les catégories, se sont construits trois tableaux. Le premier contient des données quantitatifs des catégories d'analyse de la Rtd qui ont été construites à Dreyfus, le deuxième tableau avec les catégories d'analyse à Esterhazy. Les tableaux exposent ses quantités partielles. Le troisième tableau presente les totaux des catégories d'analyse. On vérifie qu'aux deux cas, la Référenciation nominale surpasse la pronominale. On conclut cette dissertation ayant satisfait les questions de recherche et pour avoir atteint les objectifs. Croit-on que les détails quant á la Modifications est valable et qu'il soit considéré para d'autres chercheurs, aussi bien que le fait duquel le déterminant "un/une" devant un nom propre puisse indiquer un type.

Mots-clés. Dimension sémantique. *J'Accuse...!*. Dreyfus, Esterhazy. Représentations textuel-discoursives. Référenciation. Prédication. Modification, Localisation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Fig. 1</b>	<b>Esquema 4 – Níveis de análise.....</b>	<b>27</b>
<b>Fig. 2</b>	<b>Os quatro modos de genericidade.....</b>	<b>40</b>
<b>Fig. 3</b>	<b>Esquema 22 – Sequência argumentativa.....</b>	<b>49</b>
<b>Fig. 4</b>	<b>As três Proposições-enunciado.....</b>	<b>52</b>
<b>Fig. 5</b>	<b>A Modificação.....</b>	<b>62</b>
<b>Fig. 6</b>	<b>A referência e seus desdobramentos.....</b>	<b>63</b>
<b>Fig. 7</b>	<b>Dreyfus, o traidor.....</b>	<b>80</b>
<b>Fig. 8</b>	<b>Nome denominador/modificador.....</b>	<b>93</b>
<b>Fig. 9</b>	<b>As sete sentenças argumentativas em <i>J'Accuse!</i>.....</b>	<b>113</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Q. 1</b>	Teses da ATD.....	<b>17</b>
<b>Q. 2</b>	Categorias de análise da Rtd.....	<b>18</b>
<b>Q. 3</b>	Conceitos de Texto.....	<b>36</b>
<b>Q. 4</b>	Esquema da comunicação.....	<b>47</b>
<b>Q. 5</b>	Equivalência entre metodologia da linguística descritiva (distribucional) e a Análise Textual dos Discursos.....	<b>67</b>
<b>Q. 6</b>	Enunciados-Rtd dos dois temas pesquisados.....	<b>72</b>
<b>Q. 7</b>	Exemplar metodológico.....	<b>76</b>
<b>Q. 8</b>	Tema: Dreyfus.....	<b>79</b>
<b>Q. 9</b>	Referenciações Nominais de Dreyfus – nome próprio/nomes comuns.....	<b>81</b>
<b>Q.10</b>	Referenciação e Modificação restritiva – genitivo.....	<b>82</b>
<b>Q.11</b>	Dreyfus, inocente, culpado, traidor.....	<b>82</b>
<b>Q.12</b>	Dreyfus, o condenado/o acusado em <i>J'Accuse!</i> .....	<b>83</b>
<b>Q.13</b>	Rtd em referenciação nominal a Dreyfus.....	<b>84</b>
<b>Q.14</b>	Referenciação a Dreyfus considerando o lugar na Predicação.....	<b>85</b>
<b>Q.15</b>	Referenciações pronominais a Dreyfus.....	<b>87</b>
<b>Q.16</b>	Referenciações nominais de Esterhazy – nome próprio/nomes comuns.....	<b>88</b>
<b>Q.17</b>	Referenciação e Modificação restritiva – genitivo.....	<b>90</b>
<b>Q.18</b>	Esterhazy culpado, inocente, traidor.....	<b>90</b>
<b>Q.19</b>	Rtd em Referenciação nominal a Esterhazy.....	<b>91</b>
<b>Q.20</b>	Referenciação a Esterhazy considerando o lugar na Predicação.....	<b>91</b>
<b>Q.21</b>	Referenciações pronominais a Esterhazy.....	<b>92</b>
<b>Q.22</b>	Verbos de ação, de estado e do devir.....	<b>98</b>
<b>Q.23</b>	Dreyfus, o espectro do inocente.....	<b>100</b>
<b>Q.24</b>	A verdade sobre a condenação de Dreyfus.....	<b>102</b>
<b>Q.25</b>	O <i>bordereau</i> ditado a Dreyfus.....	<b>103</b>
<b>Q.26</b>	Uma primeira suspeita recai sobre Dreyfus.....	<b>105</b>
<b>Q.27</b>	Dreyfus, o desafortunado.....	<b>106</b>
<b>Q.28</b>	Dreyfus prisioneiro, marido, infeliz, inocente.....	<b>107</b>
<b>Q.29</b>	Dreyfus julgado.....	<b>109</b>
<b>Q.30</b>	Dreyfus, o culpado.....	<b>110</b>
<b>Q.31</b>	Dreyfus, um homem condenado.....	<b>111</b>
<b>Q.32</b>	Dreyfus criminoso de quê?.....	<b>112</b>
<b>Q.33</b>	Dreyfus acusado.....	<b>114</b>
<b>Q.34</b>	Dreyfus inocente, vítima, judeu imundo.....	<b>114</b>
<b>Q.35</b>	Dreyfus inocente.....	<b>115</b>
<b>Q.36</b>	Dreyfus culpado.....	<b>116</b>
<b>Q.37</b>	Inocência de Dreyfus não reconhecida.....	<b>117</b>
<b>Q.38</b>	Dreyfus foi condenado, ele é culpado.....	<b>118</b>
<b>Q.39</b>	Dreyfus arruinado.....	<b>119</b>
<b>Q.40</b>	Dreyfus infeliz, um judeu imundo.....	<b>120</b>
<b>Q.41</b>	Dreyfus o inocente culpado.....	<b>121</b>
<b>Q.42</b>	Dreyfus, um acusado.....	<b>122</b>
<b>Q.43</b>	Tema Esterhazy.....	<b>123</b>
<b>Q.44</b>	Esterhazy é um tipo humano.....	<b>124</b>
<b>Q.45</b>	Um agente de uma potência estrangeira entregou uma carta a Esterhazy.....	<b>125</b>
<b>Q.46</b>	Gonse estava convencido da culpabilidade de Esterhazy.....	<b>126</b>
<b>Q.47</b>	A condenação de Esterhazy conduziria à revisão do processo Dreyfus.....	<b>128</b>

<b>Q.48</b>	O senhor Matthieu Dreyfus denunciou o comandante Esterhazy.....	<b>129</b>
<b>Q.49</b>	Quando o comandante Esterhazy aparece.....	<b>130</b>
<b>Q.50</b>	Quem eram os protetores de Esterhazy.....	<b>133</b>
<b>Q.51</b>	De Boisdeffre, Gonse e Billot obrigados a absolver o comandante.....	<b>135</b>
<b>Q.52</b>	Picquart caluniado como falsário para arruinar Esterhazy.....	<b>135</b>
<b>Q.53</b>	Esterhazy, um culpado que se tratava de inocentar.....	<b>136</b>
<b>Q.54</b>	Reconhecer a culpabilidade de um, seria proclamar a inocência de outro.....	<b>137</b>
<b>Q.55</b>	Os gabinetes do ministério da guerra acobertaram Esterhazy.....	<b>138</b>
<b>Q.56</b>	O crime jurídico de absolver um culpado.....	<b>139</b>
<b>Q.57</b>	Categorias de análise das Rtd de Dreyfus.....	<b>142</b>
<b>Q.58</b>	Categorias de análise das Rtd de Esterhazy.....	<b>143</b>
<b>Q.59</b>	Categorias de análise totais.....	<b>145</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>Rtd</b>	<b>Representações textual-discursivas.....</b>	<b>15</b>
<b>ATD</b>	<b>Análise Textual dos Discursos.....</b>	<b>17</b>
<b>Rd</b>	<b>Representações discursivas.....</b>	<b>19</b>
<b>AD</b>	<b>Análise do discurso.....</b>	<b>20</b>
<b>LT</b>	<b>Linguística de Texto.....</b>	<b>20</b>
<b>PdV</b>	<b>Ponto de Vista (ADAM, 2011).....</b>	<b>21</b>
<b>PCC</b>	<b><i>Pré-Construits Culturels</i> (Preconstruídos culturais).....</b>	<b>152</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15.</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>26.</b>
<b>2.1 A Análise Textual dos Discursos.....</b>	<b>26.</b>
2.1.1 O Texto.....	34.
2.1.2 O gênero textual.....	38.
<b>2.2 A Lógica Natural.....</b>	<b>44.</b>
2.2.1 Os postulados da comunicação discursiva.....	45.
2.2.2 A esquematização discursiva.....	46.
2.2.3 O valor argumentativo das Representações textual-discursivas.....	48.
<b>2.3 As Representações textual-discursivas.....</b>	<b>50.</b>
2.3.1 As categorias de análise das Representações textual-discursivas...	55.
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>64.</b>
<b>3.1 Pesquisa quali-quantitativa e interpretativista.....</b>	<b>64.</b>
<b>3.2 Estabelecimento de <i>J'Accuse</i>.....</b>	<b>66.</b>
<b>3.3 Procedimento de Análise.....</b>	<b>67.</b>
<b>3.4 Marcação textual: identificação das Representações textual-discursivas em <i>J'Accuse</i>.....</b>	<b>71.</b>
<b>4 ANÁLISES.....</b>	<b>78.</b>
<b>4.1 A Representação textual-discursiva de Dreyfus.....</b>	<b>78.</b>
<b>4.2 Análise dos enunciados-Rtd de Dreyfus.....</b>	<b>98.</b>
<b>4.3 Análise dos enunciados-Rtd de Esterhazy.....</b>	<b>120.</b>
<b>4.4 Síntese quantitativa e comentário das análises.....</b>	<b>139.</b>
4.4.1 Quantificação das categorias das Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy.....	139.
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....</b>	<b>147.</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>154.</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>158.</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>166.</b>
<b>ANEXO C.....</b>	<b>167.</b>
<b>APÊNDICE – O Século XIX e o caso Dreyfus em sinopse.....</b>	<b>178.</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta uma análise das Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy, sujeitos do texto *J'Accuse...! (Eu Acuso!)*, uma carta aberta publicada pelo romancista francês Émile Zola na primeira página do jornal parisiense *L'Aurore*, em 13 de janeiro de 1898. A carta aberta, endereçada ao então presidente da França, Félix Faure, constitui um dos eventos mais dramáticos e de maiores consequências do famoso “caso Dreyfus”<sup>1</sup>.

De fato,

Zola e a direção de *L'Aurore* (seu redator-chefe Clemenceau, em particular) realizam, escrevendo e publicando o texto, um ato destinado a desencadear um processo questionando as conclusões do processo Esterhazy, chave da revisão da condenação de Alfred Dreyfus. (ADAM, 2011, p. 62).

Do ponto de vista da genericidade, *J'Accuse...!* é complexo:

[...] trata-se, inicialmente, de uma carta aberta, gênero jornalístico de opinião que adota o modelo do plano de texto da carta e do duplo endereçamento: direto a um destinatário nomeado e indireto aos leitores do jornal. Mas essa carta aparece na primeira página, o que não é comum e lhe dá um estatuto de editorial; além disso, tem todas as características dos gêneros retóricos judiciário (acusar/ defender) e epidítico (Zola faz sucessivamente elogios ao presidente Félix Faure e culpa a maioria dos atores do caso Dreyfus) [...]. A combinação da carta aberta, do editorial e do gênero judiciário permite a “Eu acuso...!” tomar a forma de uma carta destinada ao mais alto magistrado do estado, pelo meio — a mídia, no sentido próprio — de um jornal que aumenta a responsabilidade das declarações, ampliando-a, além do próprio autor, até a redação de *L'Aurore*. (ADAM, 2011, p. 62).

O “caso Dreyfus”, como ficou conhecido o processo, dividiu a sociedade francesa em *dreyfusards* e *antidreyfusards*. Sem provas suficientes, o capitão Alfred Dreyfus foi injustamente acusado de espionagem, condenado a degredo e a prisão perpétua na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. A acusação aconteceu no contexto do crescente antissemitismo que tomava conta da França e da Alemanha à época. Sendo Dreyfus judeu, na opinião de muitos oficiais do Exército, ele passou a encarnar a figura do “traidor”.

Tem-se por objetivo geral analisar a construção das Representações textual-discursivas<sup>2</sup> (Rtd) – entendidas como construções linguísticas de participantes e eventos – de

<sup>1</sup> “Dreyfus (caso), escândalo da vida política francesa entre 1894 e 1914. Em dezembro de 1914, o capitão Dreyfus foi condenado por um conselho de guerra, acusado de ter comunicado informações ao adido militar alemão em Paris; foi deportado para a Ilha do Diabo (Guiana Francesa). A acusação se havia fundado sobre um “bordereau” roubado por um espião francês na embaixada da Alemanha em Paris (apesar da grafologia não ter inequivocamente demonstrado a autoria de Dreyfus) (DELTA LAROUSSE, 1973). Ver Apêndice para um panorama do Século XIX e uma sinopse do caso Dreyfus.

<sup>2</sup> Ao utilizar a expressão “Representações textual-discursivas” (Rtd) segue-se Oliveira, K. (2017). A maioria dos trabalhos de ATD citados, a começar por Adam (2011), utilizam “Representações discursivas” (Rd). Justifica-se mais adiante essa escolha terminológica.



duas das principais figuras de *J'Accuse...!*: o capitão Dreyfus e o comandante Esterhazy, os quais polarizam a crônica do “caso Dreyfus” na carta aberta de Émile Zola. Especificamente, verifica-se o valor argumentativo dessas representações ao selecionar aspectos que direcionam a interpretação do texto.

Justifica-se essa análise pela relevância histórica desse texto na sociedade e na cultura francófonas. Ainda, se trata de um texto importante para a perspectiva teórica adotada – a Análise Textual dos Discursos – na medida em que é utilizado em Adam (2011) para ilustrar as categorias da Análise de Discurso, da Análise Textual, bem como de suas relações com a Comunicação, com a História, com a Sociologia, com a Política, com o Direito e também, quanto à empatia e curiosidade pessoal<sup>3</sup>. Ainda pode-se dizer que abre possibilidade de prestarem-se contribuições para o estudo linguístico das Representações textual-discursivas em textos que podem ser do interesse de outras áreas do conhecimento, como as aqui já citadas.

A análise efetuada nesta pesquisa situa-se no campo da Linguística do Texto, especialmente na conceituação elaborada por Marcuschi (2008, 2012). Para a análise textual, são utilizadas duas referências principais, além de Marcuschi: a Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011, 2012), a Lógica Natural (GRIZE, 1990, 1993, 1996, 1998). Oferecendo apoio metodológico quanto a esses referenciais, há um conjunto de trabalhos acadêmicos construídos no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), trabalhos esses, fundamentados, em graus diferentes, nesses dois autores, os quais, especialmente trazem os nomes de Queiroz (2013); Oliveira, A. (2014); Oliveira, K. (2014 e 2017); Aquino (2015); Silva (2015); Nóbrega, (2016). Por essa razão, eles permitem delimitar e utilizar as categorias semânticas que embasam a análise efetuada, a saber: 1) Referenciação e seus modificadores (adjetivos, possessivos e adjuntos<sup>4</sup>), 2) Predicação e seus modificadores (organizadores textuais de causa, modo, intensidade etc), 3) Localização (espacial ou temporal) e 5) Modificação (do referente ou da predicação). Essas categorias de análise das Rtd acham-se conceituadas e detalhadas na fundamentação teórica.

Os trabalhos acadêmicos que subsidiam esta dissertação concernem a teses defendidas nos últimos cinco anos que caracterizam, com variações, as operações de construção das Representações discursivas - ou textual-discursivas, como aqui se adota. Não se pretende

---

<sup>3</sup> Émile Zola, como escritor naturalista tem sido lido desde a graduação em Letras e, particularmente, *J'Accuse...!* tornou-se um texto interessante pela recorrência com que era mencionado tanto na Aliança Francesa, quanto na disciplina de Literatura Francesa III, quando foram estudadas algumas obras do autor.

<sup>4</sup> Aqui se chama “adjunto” o que a NGB classifica como “locução adjetiva”, optou-se pela nomenclatura segundo Castilho (2010).

fazê-lo à exaustividade, apenas são indicados alguns trabalhos que, entende-se, contribuíram mais diretamente para o tema aqui abordado.

O quadro a seguir, adaptado de Oliveira, K (2017, p. 61) sintetiza os trabalhos que se retiveram na fundamentação teórica:

Quadro 1: Teses na ATD

	Título	Autores/ano da publicação	Tipo da Publicação
1.	<i>Representações discursivas no discurso político. “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001)</i>	Queiroz (2013)	tese
2.	<i>Representações discursivas de Câmara Cascudo por Mário de Andrade</i>	Andrade (2014)	tese
3.	<i>Análise textual das representações discursivas no discurso político brasileiro: o discurso da primeira posse da presidenta Dilma Rousseff (1º/01/2011)</i>	Oliveira (2014)	tese
4.	<i>Representações discursivas de Lula nas capas das revistas Época e Veja</i>	Aquino (2015)	tese
5.	<i>Representações discursivas sobre Lampião e seu bando em notícias de jornais mossoroenses (1927): “O mais audaz e miserável de todos os bandidos” e o seu “grupo de asseclas”</i>	Silva (2015)	tese
6.	<i>Representações discursivas de Nordeste nas cartas trocadas entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade</i>	Nóbrega (2016)	tese
7.	<i>A figura feminina e suas Representações textual-discursivas em textos do jornal O Porvir (currais novos/rio grande do norte –1926-1929)</i>	Oliveira, K (2017)	Tese

Fonte: Oliveira, K. (2017, p. 61). Adaptação nossa.

A esses trabalhos acrescenta-se, justamente, Oliveira, K (2017) que retoma e sintetiza as diferentes categorias de análise:

A seguir, consta a definição mais geral de cada uma delas conforme sua utilização nesses trabalhos: **Referenciação** – definida como uma categoria de análise para a construção das representações discursivas que focaliza a designação/redesignação dos participantes; **Predicação** – é entendida e utilizada para remeter à operação de seleção dos predicados, isto é, tanto à designação dos processos como ao estabelecimento da relação prediativa no enunciado; **Modificação** – refere-se às características ou às propriedades tanto dos referentes como das predicações. Há trabalhos que utilizam a terminologia modificação, direcionando para o modificador do referente e para o modificador da predicação, porém, há outros que utilizam as duas terminologias: modificador do referente e modificador da predicação; **Localização** – essa categoria caracteriza-se por indicar as circunstâncias espacotemporais nas quais se desenvolvem os processos e os participantes. Linguisticamente, a localização é marcada no texto por expressões que indicam tempo e lugar (OLIVEIRA, K. 2017, p 112-113, grifo nosso).

A autora ainda expõe que, nas teses analisadas, a Localização pode ser *espacial* ou *temporal*. Observa-se que a Localização é a categoria de análise da Representação textual-discursiva (Rtd) que situa o referente em determinado ponto tanto, podendo, esse ponto, ser

geográfico ou cronológico, donde se especifica: “Localização espacial ou temporal”. Em seguida, ela passa a definir analogia<sup>5</sup> e conexão.

Nos trabalhos analisados, aparece como localização espacial (indicando circunstâncias espaciais) e localização temporal (indicando circunstâncias de tempo); **Analogia** – estabelece relações de sentido por meio do processo de comparação. É abordada nos trabalhos analisados como um desdobramento das operações de relação por assimilação proposta por Adam (2011); **Conexão** – é entendida, nos trabalhos analisados, como uma categoria que proporciona a relação semântica entre um enunciado anterior e um posterior, de modo a formar a coesão do texto, a juntar os enunciados para construir as relações de sentido existentes (OLIVEIRA, K. 2017, p. 112).

Oliveira, K. (2017) apresenta um quadro das categorias de análise das Rtd que encerra conceitos, conteúdos e expressões linguísticas que identificam as Representações discursivas.

Do exposto, observamos que todas essas categorias foram rearticuladas e redefinidas conforme os propósitos dos trabalhos desenvolvidos, estabelecendo ligações com diferentes abordagens teóricas. Não é um quadro fixo e predefinido para construção das representações discursivas, que seja necessário ser utilizado em todos os trabalhos fundamentados nessa perspectiva teórica, aplicando-o sempre da mesma maneira; pelo contrário, trata-se de um bloco flexível, modelado à escolha do autor da pesquisa, conforme suas necessidades, seus objetivos e mediante os dados que vai analisar. (OLIVEIRA, K. 2017, p. 112).

Quadro 2: Categorias de análise da Rtd

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CONTEÚDOS	EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS QUE IDENTIFICAM AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS
<b>Referenciação</b>	Participantes	Expressões nominais e equivalentes semânticos.
<b>Predicação</b>	Processos: ação (fazer) estado (ser) mudança de estado (tornar-se)	Verbos, locuções verbais e equivalentes semânticos.
<b>Modificação</b>	Modificadores indicam propriedades e qualidades de referentes e predicados: Modificadores de referentes Modificadores de predicados	Expressões qualificativas e atributivas Expressões adverbiais, exceto de lugar e tempo, que pertencem à localização espacial e temporal.
<b>Localização espacial</b>	Espaço construído pelo texto	Expressões locativas
<b>Localização temporal</b>	Tempo construído pelo texto	Expressões temporais

<sup>5</sup> Nesta pesquisa, inclui-se a Analogia na Referenciação, por verificar-se que se trata de uma redesignação do objeto de discurso mediante traços característicos comuns entre dois sujeitos, podendo a Analogia constituir-se como Comparação ou como Metáfora.

<b>Analogia</b>	Relações comparativas entre enunciados (causa, consequência, ...)	Marcas de comparação, explícitas ou inferidas
<b>Conexão</b>	Relações não comparativas entre enunciados (causa, consequência, ...)	Marcadores de conexão (conectores, conectivos, operadores)

Fonte: Oliveira, k. (2017, p. 114).

As expressões “Representação discursiva” (Rd) / “Representações textual-discursivas” (Rtd) são utilizadas, seguindo Oliveira, K. (2017). Com efeito, entende-se, atualmente, que “Representação discursiva” remete diretamente ao campo da Análise de Discurso, tal como apresentado em Adam, (2011, p. 61). De fato, “Representação discursiva” é a retomada por Adam da expressão utilizada por Grize. Em particular, torna-se interessante a “Representação no texto”, ainda que articulada às representações mais amplas, ou seja, às Representações discursivas. Também, entende-se que “Representação textual-discursiva” é mais simétrica em relação à própria perspectiva teórica: *Análise Textual dos Discursos*. É uma questão terminológica e, ao mesmo tempo, teórica e descritiva, que precisa de maior elaboração.

Tendo em vista a importância da dimensão semântica filtrando a realidade segundo objetivos a que o enunciador se propõe, ele constrói as Representações para narrar, descrever e, sobretudo, para argumentar. A partir desse pensamento, dá-se luz as seguintes questões de pesquisa.

Sabendo-se que as Representações textual-discursivas são construções linguísticas de um objeto discursivo, há duas questões a serem respondidas; eis a primeira: como é dada a construção das Rtd em *J'Accuse...!*? O enunciado da questão indica preocupação com a sequência textual, isto é: em se tratando de um texto narrativo e argumentativo, investiga-se a sequência textual quanto ao fato de ela ser sempre argumentativa prototípica ou, se as Rtd enunciam-se noutras sequências e, mesmo assim, mantém caráter argumentativo. Busca-se identificar a categoria de análise e a escolha lexical da referenciação e suas ramificações (referenciação nominal, pronominal e Analogias), da predicação, da modificação (do referente ou da Predicação) e da Localização (espacial ou temporal). A segunda questão é: qual o papel das Rtd de Esterhazy e de Dreyfus na construção da orientação argumentativa em *“J'Accuse!”*? O que chama a atenção é o termo “construção”, sabendo-se que se trata de uma construção verbal. Porque a construção verbal tanto pode dar-se denotativamente quanto conotativamente, ambas as formas são ricas em conteúdo semântico e, é nesse entendimento que está registrada significativa porção da interpretação.

Adam (2011) expressa que

Com a escolha da expressão “construção de uma representação discursiva, pretende-se dar a entender que a linguagem faz referência e que todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd. Trata-se de escapar de uma concepção binarista esquemática [...] Em termos de teoria linguística da enunciação, diremos que o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo (Rd) e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística (ADAM, 2011, p. 114-115).

Sintetizando as observações acima e, tendo em vista responder as questões de pesquisa, tem-se os seguintes objetivos específicos<sup>6</sup>:

- 1) Identificar os enunciados que remetem às Representações textual-discursivas do capitão Dreyfus e do comandante Esterhazy no texto *J'Accuse...!*, examinando seus constituintes linguísticos.
- 2) Analisar esses enunciados com base nas categorias semânticas: Referenciação, Predicação, Modificação, Localização, de maneira a depreender a construção das Representações textual-discursivas.
- 3) Interpretar o valor argumentativo das Representações textual-discursivas do capitão Dreyfus e do comandante Esterhazy.

Além do capítulo introdutivo, a pesquisa desdobra-se nas seguintes etapas: 2 Fundamentação teórica 3. Metodologia, 4, Análise e 5 Considerações finais e conclusão. Apresentam-se ainda três Anexos, o primeiro com a versão portuguesa de *J'Accuse...!* com a marcação de parágrafos. O segundo Anexo é a imagem em Fac-Símile do texto de *J'Accuse...!*. O terceiro Anexo é *J'Accuse...!* em versão francesa com indicação de início e término das colunas. Sengue-se aos Anexos, um Apêndice que traz uma sinopse do Século XIX englobando o texto e o caso Dreyfus. O apêndice visa a contextualizar o caso Dreyfus nos anos finais daquele Século iniciado com as guerras napoleônicas e, tendo passado por duas revoluções industriais, além da divulgação dos trabalhos de Charles Darwin e de seus colaboradores quanto ao fenômeno da origem das espécies.

A Fundamentação Teórica, tomando os fundamentos de Adam (2011) e de Grize (1996), centrar-se na dimensão semântica de *J'Accuse...!*<sup>7</sup>. Nesse capítulo, comenta-se a Análise Textual dos Discursos (ATD), quando Adam (2011) estabelece um traço de união entre a Análise do Discurso (AD) e a Linguística de Texto (LT), incluindo a última como uma disciplina da AD. Em sua abordagem, ele propõe elementos para análise dos discursos partindo do texto, isto é: o texto como elemento empírico e, por isso, como objeto de análise.

---

<sup>6</sup> Tem-se por objetivo geral analisar a construção das Representações textual-discursivas (Rtd) – entendidas como construções linguísticas de participantes e eventos – de duas das principais figuras de *J'Accuse...!*: o capitão Dreyfus e o comandante Esterhazy, os quais polarizam a crônica do “caso Dreyfus” (cf. p. 14).

<sup>7</sup> A escrita de “*J'Accuse...!*” (com reticências e exclamação) deve-se à forma exposta no número 87 de *L'Aurore*.

Ele mesmo define a teoria como “uma teoria da produção (co)ntextual de sentidos que deve, necessariamente, ser fundamentada na análise de textos concretos” (ADAM, 2011, p. 13)<sup>8</sup>, donde se depreende tratar-se de uma teoria do texto, o qual é a produção de sentidos tanto internos (cotextuais), quanto externos (contextuais), uma vez que texto, coeso em si, é coerente com a realidade nele filtrada pelo olhar de um locutor ou por diversos olhares.

Crê-se ser muito raro um texto que se mantenha em toda sua extensão e profundidade sob o único prisma de visão. Até mesmo *J’Accuse...!* constituído como carta aberta em que prepondera a opinião de Émile Zola, deixa, em determinados trechos, aparecer outros Pontos de Vista (PdV) como, por exemplo, ele permite entrever a Rtd referenciando Dreyfus como “traidor”, que não é de sua forma de ver, mas sim de du Paty de Clam<sup>9</sup>: “A partir desse momento, é ele quem inventou Dreyfus, o caso torna-se seu caso, acredita ser capaz de confundir o traidor, de levá-lo a confissões completas” (§ 8º.). Ou, quando se refere aos artigos 30 e 31 da lei da imprensa que o puniria por difamação devido às acusações que fazia (§ 37), embora não nos transcreva, deixa em pressuposto, para demonstrar sua firmeza e denodo quanto à defesa e acusações que publicava.

No segmento que trata da ATD, não se pode prescindir do Esquema 4 que, entende-se, ser uma espécie de farol na obra de Adam sempre retomado nos trabalhos acadêmicos, conforme fica exposto por Passeggi *et al.* (2010, p. 205) e por Adam (2012, p. 192). Nesta dissertação, busca-se explicar cada nível de análise, tanto do discurso quanto do texto. Os “níveis” são chamados também de “dimensão”, termo também usado por Adam (2012) para designar os níveis 6 (dimensão semântica), nível 7 (dimensão enunciativa) e nível 8 (atos de discurso). Particularmente, prefere-se o termo “dimensão” que se presume aqui como grandezas textuais paradigmáticas, pois, “níveis” é termo que subentende sobreposições e, não se vislumbram, no texto, dimensões sobrepostas, em níveis, mas sim em igualdade horizontal como fica iconizado no próprio esquema. Contudo, “níveis de análise”, tem-se como uma dimensão textual a ser analisada.

Adam (2012, p. 193) escreve que: “Cada nível constitui a meus olhos um momento de análise, uma unidade de pesquisa e de ensino” e, em seguida, propõe: “De fato, pode-se

---

<sup>8</sup> Citação na “Apresentação da edição brasileira”

<sup>9</sup> Tenente-coronel du Paty de Clam foi um oficial encarregado de conduzir o processo de Dreyfus e usou de malignidade e fraudes para incriminação do capitão Dreyfus.

descrever um texto contentando-se de um nível de análise e, apoiando-se em uma teoria consistente desse nível” (Tradução nossa)<sup>10</sup>.

No segmento da ATD, cita-se Grize (1993, 1996, 1998) com a *Lógica Natural*: “Assim, a *Lógica Natural* baseia-se nos discursos dos sujeitos situados no tempo e no espaço”, quando Grize afirma que a *Lógica Natural* é diferente do discurso da matemática: “São discursos que contrastam com aqueles da matemática”, porque “são discursos de um sujeito que se dirige a outros sujeitos.” e que: “São sujeitos situados no espaço e no tempo, sujeitos tomados no seio de uma cultura” (GRIZE, 1993, p. 1).

Também, Grize (1996, p. 50) trata da “esquematização”, conceito análogo à *Representação textual-discursiva*: “[Uma esquematização] é uma *Representação discursiva* orientada para um destinatário daquilo que seu autor concebe ou imagina de uma certa realidade”.

O capítulo da *Fundamentação Teórica* ainda subdivide-se em segmento dedicado ao conceito de texto em que diversos autores como Marcuschi (2012), Koch (2011) e outros conceituam texto ou discutem conceitos de texto. Esse segmento torna-se importante, pelo que o texto é a essência do trabalho para o pesquisador em estudos linguísticos do texto.

Depois, comenta-se o conceito de gênero compreendo tratar-se de uma categoria de análise discursiva que classifica os textos em conformidade a seu propósito, tema, circunstância ou necessidade. Segundo o que, uma dissertação ou uma tese são gêneros textuais do discurso acadêmico; uma reportagem ou um documentário enquadram-se no discurso midiático e, textos em verso ou prosa artística no discurso literário, por exemplo.

Os demais segmentos do capítulo abordam os temas de a *Lógica Natural*, os postulados da comunicação discursiva, a esquematização discursiva, o valor argumentativo das *Representações textual-discursivas* e, por fim, as categorias de análise das *Representações textual-discursivas*.

Quanto aos postulados da comunicação discursiva, Grize (1996) elucida-os como o postulado do “dialogismo”, o postulado da “interlocução”, o postulado das “representações” e o postulado dos “pré-construídos culturais”, temas que estão comentados no segmento que a eles se destinam.

Quanto à esquematização discursiva, Grize (1996) define-a como “O conceito-chave da lógica natural”, faz analogia entre a esquematização e a *Representação discursiva* e, ilustra

---

<sup>10</sup> Chaque niveau constitue à mes yeux un moment d’analyse, une unité de recherche et d’enseignement [...] \en fait, on peut décrire um texte em se contentant d’um niveau et em s’appuyant sur une théorie consistante de ce niveau (ADAM, 2012, p. 193).

seu pensamento pelo “esquema da comunicação” por meio de um gráfico que aproxima o “locutor” e o “ouvinte”, com a construção de uma imagem criada pelo primeiro que é reconstruída por seu interlocutor, de maneira que compõe um jogo da realidade refratada, pelo menos por dois prismas de visão, a do locutor e a do ouvinte. Nesta dissertação, alarga-se a ideia de “locutor” para “escritor” e de “ouvinte” para leitor, uma vez que os sujeitos, mudando de nome, não mudam de papel comunicativo e, a capacidade de reconstrução do ouvinte (leitor) indica precisamente que ele não é um alocutário passivo. Ver o Esquema da comunicação de Grize na página (p. 46).

Quanto ao valor argumentativo das Representações textual-discursivas, Grize (1990, 40-45), expressa a “onipresença da argumentação”, quando ele afirma que “argumentar é fornecer argumentos” os quais são “razões a favor ou contra uma tese”, pelo que coloca a argumentação como uma justificação, como uma explicação ou uma fundamentação ou, simplesmente, como um procedimento intuindo intervir sobre um auditório de modo a suscitar mudanças na forma de ver de alguém. Esse valor argumentativo da Rtd é analisado nas representações de Dreyfus e de Esterhazy.

Aperece, também, nesse segmento o Esquema 22 de Adam (2011); esquema que apresenta a sequência argumentativa. Busca-se ilustrar o esquema com um período extraído de *J’Accuse...!* em que Dreyfus, sendo culpado de crime de traição (tese anterior), dados e fatos de uma proposição argumentativa, traz elementos hábeis a apresentar Dreyfus como vítima “das extraordinárias imaginações do comandante du Paty de Clam” (§ 13), concluindo-se que, os fatos arregimentados na sequência explicam-se com o erro judiciário cometido.

O terceiro segmento do capítulo: As Representações textual-discursivas, subsegmenta-se em uma parte que apresenta e comenta as Categorias de análise das Representações textual-discursivas. Nesse segmento, expõe-se o pensamento de Adam (2011), quando expressa que as Representações manifestam um “Ponto de Vista”, que explica de seu “valor descritivo” e que ela é uma “uma proposição de mundo (Rd) e de sentido” (ADAM, 2011; p. 115). O subsegmento que trata das categorias de análise define e apresenta-as. Define-as como “operações textuais de grandeza predominantemente semântica que possibilitam descrição, análise e interpretação das “figuras verbais” na construção do sentido.” e, apresenta-as compondo a seguinte listagem: 1) Referenciação e seus modificadores (adjetivos, possessivos e grupos nominais com função adjetiva), 2) Predicação e seus modificadores (organizadores textuais de causa, modo, intensidade etc), 3) Localização (espacial ou temporal) e 5) Modificação (vista com detalhamentos).



A Metodologia é um capítulo mais curto e subdivide-se em quatro segmentos: 1) A pesquisa quali-quantitativa e interpretativista, 2) Estabelecimento de *J'Accuse...!*, 3) Procedimentos de análise e 4) marcação textual: identificação dos enunciados das Representações textual-discursivas em *J'Accuse...!*. A Marcação textual é demonstrada em um quadro continente dos enunciados-Rtd dos dois temas pesquisados em *J'Accuse...!*. O quadro transcreve o enunciado, indica o parágrafo e quantifica os períodos “P.” de cada excerto. Na análise, alguns excertos estão subdivididos para facilitar o trabalho e a leitura.

O Capítulo das Análises é, decerto, o mais extenso porque se buscou investigar a Rtd separando em quadros as Rtd de Dreyfus e de Esterhazy. Ao todo, foram criados nove tipos de quadros, nove para Dreyfus e oito para Esterhazy e, um quadro, entre os nove tipos, é comum aos dois objetos de discurso.

O primeiro dos quadros traz as Referenciações nominais de Dreyfus em duas colunas. A da esquerda traz as Referenciações designadas pelo nome próprio e, na coluna da direita os nomes comuns que designam esse tema (Dreyfus é o “tema”). Quadro idêntico também serve às Rtd de Esterhazy (para cada quadro de Dreyfus, há um correspondente para Esterhazy).

Devido ocorrência de estruturas nominais com valor adjetival e, por isso mesmo, possuindo função de modificador, criou-se o quadro para juntar nele a Referenciação e a Modificação restritiva construções semelhantes aos Adjuntos preposicionados, conhecidos na Nomenclatura Gramatical Brasileira por *locução adjetiva* as quais se asselham sintática e semanticamente ao genitivo latino, restringindo para indicar posse.

Em outro quadro selecionaram-se as Rtd de Dreyfus e, posteriormente, também de Esterhazy como “inocente”, “culpado” e como “traidor”. Como o quadro não comportasse mais duas Rtd, devido a largura na folha A-4, abriu-se novo quadro com as Rtd de Dreyfus como “o condenado” e como “o acusado”, este, exclusivo para Dreyfus, pois Esterhazy não portou tais representações em *J'Accuse...!*. Em seguida compõe-se um quadro com linhas brancas e azuis-claro para contagem de cada Rtd. Mais um quadro foi elaborado para observar a Referenciação a Dreyfus considerando o lugar na Predicação, se o tema localiza-se como *agente do processo* ou como *paciente no processo*.

Compôs-se o quadro das Referenciações Pronominais, um para cada um dos temas. Investigou-se se os pronomes estavam em posição de nominativo, acusativo ou dativo. O penúltimo modelo de quadro concerne à verificação sobre os verbos de *ação*, de *estado* e de *mudança de estado* que, no quadro, se utiliza “devir” (tornar-se), preferindo-se, na redação, empregar termo sintético. Este último quadro é comum para Dreyfus e para Esterhazy.

O nono tipo de quadro compreende-se em um retângulo cortado por uma linha horizontal tendo, na parte superior, o excerto a ser estudado e, na parte inferior, fica dividido em três colunas. Na coluna da direita inscreve-se a Rtd, na central a categoria de análise da Rtd e, na coluna da esquerda, inscreve-se a tipologia da sequência textual como Adam (2011).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem a meta de apresentar e pesquisar alguns pontos da obra de Adam (2011), a *Análise Textual dos Discursos*. Os pontos que serão abordados dizem respeito, primeiramente à dimensão semântica dos textos, suas categorias de análise aprofundadas por outros pesquisadores, as sequências textuais e suas características, os atos de discurso e a orientação argumentativa a partir dos enunciados e da construção das Representações textual-discursivas.

Também, objetiva-se apresentar e utilizar elementos da Linguística de Texto conforme Marcuschi (2012), segundo a *Lógica Natural* de Grize (1996) e, ainda, observando-se os textos acadêmicos que resultam de pesquisas em estudos linguísticos do texto enfocando, em especial, aqueles que efetuaram análise quanto à dimensão textual, a qual se investigou nesta dissertação, a saber: as Representações textual-discursivas de dois objetos do discurso da carta aberta de Émile Zola ao presidente da República Francesa.

Assim, Adam (2011), com pressupostos de análise através das cinco dimensões do texto e Grize (1996) com a *Lógica Natural*, constituem os fundamentos para a pesquisa que se desenvolveu de fevereiro de 2016 a dezembro de 2017. Grize (1996) propõe o estudo das “esquematisações”, em que, concluindo, expressa uma esquematização ser “uma organização de conhecimentos dos quais o locutor toma consciência no mesmo tempo em que ele as organiza para comunicá-las” (GRIZE, 1996, p.143), mostrando, por esses termos a naturalidade da comunicação.

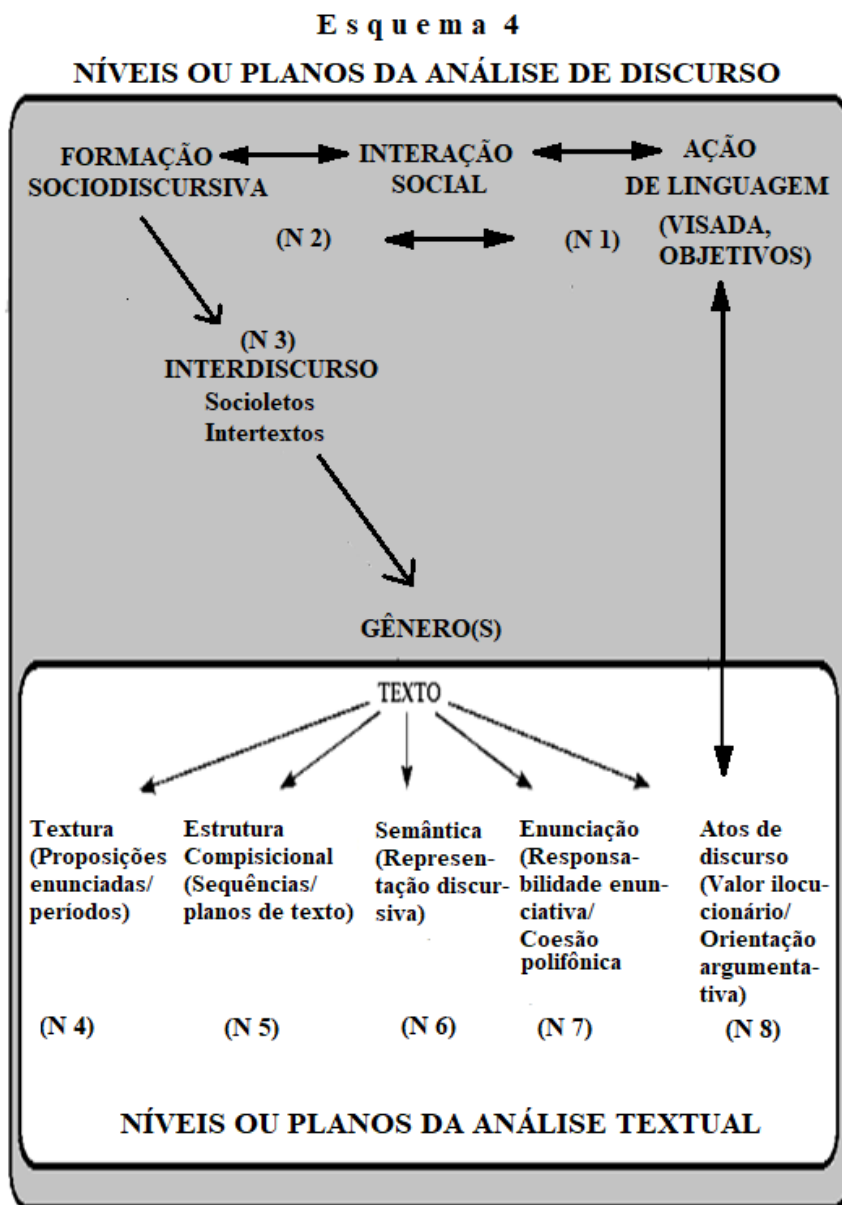
### 2.1 A ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS (ATD)

A *Análise Textual dos Discursos* é a teoria de Adam (2011) na qual ele unifica os campos da *Análise do Discurso* e o da *Linguística de Texto*, sendo esta última contida na *Análise do Discurso* como uma disciplina. Nessa teoria, o texto é tido como um fenômeno da comunicação, fato que lhe permite a condição de objeto de estudo para ATD.

Essa teoria apresenta-se sintetizada no Esquema 4, que é a figura exposta na página seguinte e que é apresentado e explicado quanto às dimensões textuais e discursivas, também denominadas como “planos” ou “níveis” de análise. O esquema traduz a noção de como analisar o texto e demonstra a ideia de Adam (2012) de que, é pelo “sistema de gênero” que a “textualidade” liga-se à “discursividade” e que a “Linguística textual encontra-se com a análise de discursos” por meio da categoria de gênero. Daí a importância do nível do gênero textual. Tanto é que Adam (2012) expõe que: “Por falta de espaço, direi somente uma palavra

quanto ao nível 3: que eu considero como um nível essencial”, justamente por ser elo de articulação entre a Linguística Textual e a Análise de Discurso.

Fig. 1: Esquema 4



Fonte: Adam (2011, p. 61).

Adam (2012), para dar precisão ao quadro da Análise Textual dos Discursos, apresenta três notas prévias, com as quais põe na ordem direta a ATD, a Linguística Textual e o Texto.

Nota 1: a linguística textual é uma das disciplinas da análise de discurso. Definida como um campo interdisciplinar, a AD precisa de uma teoria da língua em uso [...] que não pode afastar a questão do texto como unidade de interação humana. A linguística textual é, portanto, uma subárea da AD. Nota 2: o texto é o objeto da ATD. Ele é a marca languageira de uma interação social, a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica da fala. Nota 3: desde que há texto [...] há efeito de genericidade [...] e, noutros termos, não há textos sem gênero(s) (Adam, 2012, p. 191).

Quanto à conceituação da Linguística de Texto, Marcuschi (2012) propõe, “mesmo que provisória e genericamente”, que ela seja vista como “o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais”. (MARCUSCHI, 2012, p. 33), abrangendo tanto a coesão superficial (constituintes linguísticos) como a coerência conceitual (nível semântico e cognitivo).

Nessa perspectiva, o texto é entendido como um ato de comunicação unificado, num complexo universo de ações humanas e a Linguística de Texto,

Por um lado, deve preservar a organização linear [...] e, por outro, deve considerar a organização reticulada e tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas. (MARCUSCHI, 2012, p. 33).

Este trabalho contempla esses aspectos ao considerar os constituintes linguísticos dos enunciados que permitem identificar as Representações textual-discursivas, ao reconhecer que essas representações são reticuladas e se distribuem em diferentes pontos do texto, não contíguos e que, intrinsecamente, têm valores argumentativos, ou seja, constroem uma ou várias representações com os elementos selecionados para argumentar.

No que se refere à Análise Textual dos Discursos - ATD, Adam (2011) utiliza o texto de *J'Accuse...!* para exemplificar as dimensões discursivas e textuais susceptíveis à análise. Entendendo a Linguística Textual como uma “teoria da produção co(n)textual de sentido, que se deve fundar na análise de textos concretos”, esse autor completa: “É esse procedimento que se propõe desenvolver e designar como **análise textual dos discursos**” (ADAM, 2011, p. 23).

As principais categorias da Análise Textual dos Discursos estão esquematizadas em Adam 2011, no Esquema 4, exposto na página anterior. Esse esquema, em seu *layout*, divide-se em dois campos: o campo dos níveis ou planos da Análise de Discurso – englobante em relação ao texto – e o campo dos níveis ou planos da Análise Textual.

Os níveis da Análise de Discurso dizem respeito às ações de linguagem decorrentes das interações sociais em dadas formações sociodiscursivas. Essas ações de linguagem se projetam nos textos sob a forma de atos ilocucionários, com orientações argumentativas próprias. As categorias relacionadas na Análise de Discurso são, portanto: ação de linguagem (visada, objetivos). Essa ação de linguagem se consubstancia na interação social. A interação social diz respeito às interações entre coparticipantes da comunicação dentro da sociedade humana, cujas especificidades constituem a formação sociodiscursiva, isto é: a comunicação entre profissionais de uma área do conhecimento e/ou da atividade humana; médicos, advogados, professores, operacionais da construção civil, políticos etc. Esta é dimensão

discursiva em que se incluem os mais variados textos segundo as exigências que cada discurso requer, o interdiscurso (socioletos, intertextos) e os gênero(s).

Passeggi *et al.* (2010, p. 267) definem o “interdiscurso” como “outros discursos e gêneros aos quais um texto pode ser relacionado”<sup>11</sup>. Quanto ao “socioleto” e gênero, os autores expõem que socioleto é “a variante da comunidade de fala dos políticos, com características linguísticas (lexicais, fraseológicas, retóricas) identificáveis” (PASSEGGI *et al.* 2010, p. 267) e, quanto ao gênero, exemplificando pelo discurso no plenário da Câmara, indicam-no como “subgênero” do “discurso de renúncia”, isto é: o “pronunciamento político” abarca a subgênero do “discurso de renúncia”, de forma que, o discurso de renúncia está contido no conjunto dos discursos (ou pronunciamentos políticos), como outros discursos tais como de “posse”, de “inauguração de uma obra” e tantos outros.

O gênero, portanto, está ligado à circunstância, ao objetivo da ação, ao público a que se dirige de modo que o discurso político tem imanente o socioleto político, o discurso científico é marcado pelo socioleto científico e, cada ciclo social ou profissional constrói seu discurso segundo uma terminologia que lhe é característica e apropriada.

Na proposta de Adam, os gêneros articulam discursos e textos, situando-os próximos à fronteira entre essas duas noções, conforme propõe Adam (2012): “Não há textos sem gênero(s) e é pelo sistema de gênero<sup>12</sup> de uma determinada formação sócio-histórica que a textualidade se junta à discursividade e que a linguística textual encontra a análise de discurso” (ADAM, 2012, p. 191).

Os níveis da Análise Textual, mais diretamente do que os níveis do discurso, constituem o interesse desta pesquisa. Há cinco níveis: a) a Textura com as proposições enunciadas e períodos. b) Estrutura composicional: o nível composicional é formado pelas sequências textuais e planos de textos. As sequências textuais são porções de texto que se caracterizam por estruturas “narrativas”, “argumentativas”, “explicativas”, “dialogais” e “descritivas”. Adam, (2011) define as sequências como “unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macro-proposições” (ADAM, 2011, p. 205).

---

<sup>11</sup> Aqui, tarncreve-se em paráfrase. Os autores definem o “interdiscurso” como “outros discursos e gêneros aos quais ‘esse pronunciamento’ pode ser relacionado”, pois trazem um exemplo de pronunciamento do deputado federal Severino Cavalcanti.

<sup>12</sup> Conferir com o segmento deste capítulo que trata, em especial, do gênero, p. 41.

As sequências são unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições [...] (são) uma **rede relacional hierárquica**: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si ao todo que elas constituem; (são) uma **entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna** que lhe é própria, e, portanto, em relação de dependência-interdependência como o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto) (ADAM, 2011, p. 205).

O plano de texto concerne à segmentação de um texto, sua partição temática ou gráfica, segundo o que, por exemplo, um livro divide-se em capítulos e, um poema em estrofes, ou ainda como “*J’Accuse...!*” que se apresenta no jornal em oito colunas.

Segundo Adam (2011, p. 258), um plano de texto pode ser “**convencional**, fixado pelo histórico de um gênero” ou “**ocasional**”, “inesperado”. Assim, uma carta, pode ser sequenciada de forma inesperada, mas não uma fatura de conta de energia ou de água, cuja estrutura se mantém por longo tempo.

O sexto nível é a dimensão Semântica: c) o nível semântico tem como noção central a Representação discursiva (Rd) onde se articulam os sentidos textuais, lexicais e gramaticais. Este nível constitui o foco desta dissertação. d) Enunciação: o nível enunciativo tem como noções principais, a Responsabilidade Enunciativa (RE) e a coesão polifônica. O nível 8 são e) os Atos de discurso (ilocucionários) e orientação argumentativa: esse nível do texto também está sob a visada investigativa neste trabalho. Entende-se por “ato ilocucionário” como o de ato de discurso cujo efeito se realiza em sua própria expressão, conforme fica claro em “*J’Accuse...!*” em que, no sentido de “acusar”, há, simultaneamente, processo e execução do processo. De maneira que aquele que acusa, ao dizê-lo, o valor ilocucionário de acusação compõe junto ao conteúdo proposicional do ato de acusar realizando-o imediatamente pelo ato de dizer.

Na Análise Textual dos Discursos, o nível semântico é o menos desenvolvido em relação aos outros níveis e é caracterizado, sobretudo, em referência ao enunciado (i.é., proposição-enunciada) (cf. Adam, 2011, p. 205). Também, não são apresentados procedimentos detalhados de construção das Representações discursivas, mencionando-se, contudo, elementos essenciais e sua correspondente forma sintática (sintagma nominal + sintagma verbal):

Toda proposição enunciada possui um valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável. Esse microuniverso semântico apresenta-se, minimamente, como um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal, mas, de um ponto de vista semântico, uma proposição pode, muito bem, reduzir-se a um nome e um adjetivo. (ADAM, 2011, P. 113-114).

Dessa maneira,

Com a escolha da expressão “construção de uma representação discursiva”, pretende-se dar a entender que a linguagem faz referência e que todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd. (ADAM, 2011, p. 114).

Entende-se que o detalhamento linguístico da construção das Representações discursivas encontra-se, parcialmente, nas diferentes operações de construção da sequência descritiva (ADAM, 2011, p. 216-217), complementadas pelas outras duas referências que embasam esta pesquisa e que são delineadas a seguir: a Lógica Natural e, os trabalhos produzidos sobre as Representações discursivas (Representações textual-discursivas) como referencial metodológico.

A segunda referência que fundamenta este trabalho é a Lógica Natural, de Jean-Blaise Grize (1990, 1993, 1996, 1998), com os conceitos de esquematização, Representação discursiva e operações lógico-discursivas. Grize (1993) define sua abordagem de Lógica Natural da seguinte maneira:

Ora, um discurso nada é além de pro-por, isto é: por diante do olhar do interlocutor o que chamei de esquematização. Há nisso um ato semiótico que consiste em dar a ver, em dar a ver seu modelo mental através do discurso que se tem. Logo, e pelo que visíveis, as esquematizações são analisáveis e, como eu o disse, o instrumento de análise será para mim a lógica natural. Sugiro que os resultados dessas análises forneçam índices próprios para obter dados sobre os modelos mentais (GRIZE, 1993, p. 3, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Assim, a Lógica Natural baseia-se nos discursos dos sujeitos “situados no tempo e no espaço”.

São discursos que contrastam com aqueles da matemática, nesse sentido, são discursos de um sujeito que se dirige a outros sujeitos. [...]. São sujeitos situados no espaço e no tempo, sujeitos tomados no seio de uma cultura. Donde decorre uma consequência de fato fundamental, é que todo discurso em língua natural oferece uma dimensão argumentativa. E, se essa dimensão é importante aqui, é porque uma argumentação não se concebe fora de um contexto social (GRIZE, 1993, p.1, tradução nossa)<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Or, un discours ne fait rien d'autre que de pro-poser, c'est-à-dire poser devant le regard de l'interlocuteur, ce que j'ai appelé une schématisation. Il y a là un acte sémiotique qui consiste à donner à voir, donner à voir son modèle mental à travers le discours que l'on tient. Dès lors, et parce que visibles, les schématisations sont analysables et, comme je l'ai dit, l'instrument d'analyse sera pour moi la logique naturelle. Je suggère que les résultats de ses analyses fournissent des indices propres à obtenir des données sur les modèles mentaux (1993, p.3).

<sup>14</sup> “Ce sont des discours qui contrastent avec ceux des mathématiques, en ce sens que ce sont des discours d'un sujet qui s'adresse à d'autres sujets. Et pas des sujets universels, comme "l'auditoire universel" de Perelman. Ce sont des sujets situés dans l'espace et dans le temps, des sujets pris au sein d'une culture. Il en découle une conséquence tout à fait fondamentale, c'est que tout discours en langue naturelle offre une dimension argumentative. Et, si cette dimension est importante ici, c'est qu'une argumentation ne se conçoit pas en dehors d'un contexte social.” (GRIZE, 1993, p.1). Obs. Todas as traduções de Grize são feitas pelo autor da dissertação a partir do original em francês.



Grácio (2015, p. 1) aponta que a Lógica Natural, enquanto, “teorização dos processos espontâneos que são acionados quando raciocinamos ao falar” se debruça, não sobre a dimensão normativa da argumentação, mas sobre “o estudo das operações de pensamento que são postas em jogo no discurso”.

E, esse autor complementa, sintetizando as diferenças entre a Lógica Natural e a lógica matemática e formal, as quais são: a) As operações da lógica natural procedem da espontaneidade do uso de uma língua natural. b) As operações lógicas, nesse sentido de “naturais”, estão indissociavelmente ligadas a atividades discursivas: são sempre “operações lógico-discursivas”, inseparáveis de um contexto de comunicação. c) Na Lógica Natural – e, portanto, discursiva – a noção de sujeito enunciador é constitutiva do processo de comunicação. d) “A Lógica Natural é simultaneamente uma lógica dos sujeitos (sempre em situação) e uma lógica dos objetos (sempre em torno de referentes específicos) centrando-se na relação locutor-auditor que subjaz à própria ideia de comunicação” (GRÁCIO, 2015, p. 1).

Para estudar o funcionamento da comunicação discursiva, a Lógica Natural assume cinco postulados (GRIZE, 1996, p. 57-78). a) o postulado do *dialogismo*: a comunicação verbal é essencialmente dialógica, b) o postulado da *situação de interlocução*: toda comunicação se desenvolve numa situação que apresenta duas dimensões. A primeira, concreta, enquanto atividade discursiva situada em certo momento, em certo lugar, visando a certa finalidade, e estabelecendo um conjunto de relações sociais e históricas. A segunda é a própria atividade discursiva, que contribui para a elaboração da situação: a situação está inserida no discurso. c) O postulado das *representações* remete às “representações mentais” dos interlocutores.

Embora a lógica natural não pretenda examinar a realidade psicológica das representações mentais, ela assume que os interlocutores têm representações e que estas são fundamentais na comunicação discursiva. d) O postulado dos *pré-construídos culturais* estabelece que os interlocutores mobilizam um conjunto de conhecimentos pré-construídos, de natureza cultural e social, a começar pela própria língua utilizada. A comunicação só é possível se os interlocutores partilham de um conjunto de *pré-construídos*; mas não basta partilhar um mesmo saber, é preciso, ainda, saber que o outro o possui. São os *pré-construídos* que fazem com que um texto seja, ao mesmo tempo, um produto verbal e um produto social. e) o postulado da *construção dos objetos* refere-se ao fato de que o discurso constrói objetos de pensamento a partir da significação dos termos que utiliza. Esses objetos remetem aos *referenciais* do discurso, que devem ser, pelo menos parcialmente, comuns aos interlocutores. Essa construção dos objetos do discurso deve ser, necessariamente, uma co-

construção, na medida em que estes são sempre objetos que devem adequar-se a propósitos discursivos específicos e momentâneos.

As observações acima sobre a Lógica Natural e os postulados da comunicação discursiva permitem uma caracterização inicial da noção de esquematização:

[Uma esquematização] é uma representação discursiva orientada para um destinatário daquilo que seu autor concebe ou imagina de uma certa realidade. [...] Uma esquematização tem assim uma certa dimensão descritiva, ainda que os elementos da descrição sejam imaginários, mas em todos os casos, o autor deve escolher os aspectos que representará, deve selecionar os traços pertinentes do seu referente”. (GRIZE, 1996, p. 50)<sup>15</sup>.

Após essa apresentação, cabe uma pergunta: qual seria a relação entre os trabalhos de J.-M. Adam e os de J.-B. Grize, no que se refere às Representações discursivas?

Passeggi (2017) delineia uma resposta:

Na Análise Textual dos Discursos (Adam, 2011) a representação discursiva é a noção central do nível semântico do texto, juntamente com as ligações semânticas de correferência, isotopias, anáforas e colocações. Adam refere-se à representação discursiva com base nos trabalhos de J.-B. Grize, sobre a esquematização. Até 1999, Adam apresenta a noção de esquematização de forma bastante desenvolvida, dedicando-lhe um capítulo. A partir dessa data, salvo engano, a esquematização deixa de ser apresentada na Análise Textual dos Discursos, e a noção de representação discursiva, vinculada ao ato de referência, fica reduzida a 2 ou 3 páginas (Adam, 2011, p. 113-114). Adam, 2011, na nota 19, p. 57 assinala: *‘Desenvolvo longamente o interesse do conceito de “esquematização” de Jean-Blaise Grize (1990 e 1996) em Adam (1999, p. 101-117)’*. Ocorre que a obra citada (ADAM, 1999) é simplesmente uma edição anterior de Adam, 2011, ou seja, efetivamente a esquematização deixa de ser apresentada de forma mais detalhada na Análise Textual dos Discursos, nas edições posteriores a 1999. Vemos duas explicações possíveis para esse apagamento da esquematização na Análise Textual dos Discursos: a primeira é que a esquematização está de tal forma integrada à perspectiva da Análise Textual dos Discursos que não mais é necessário apresentá-la longamente; a segunda explicação é que o nível semântico na Análise Textual dos Discursos, uma vez estabelecido e delimitado, não continuou sendo desenvolvido no mesmo ritmo de outros temas ou níveis. (PASSEGGI, 2017).

O Esquema 4 (Fig. 1) tem a importância de, em certa medida, resumir a Análise Textual dos Discursos, porque, de forma sucinta, explica os níveis de análise dos discursos e dos textos. Nele, veem-se dois campos, o campo superior com os níveis de análise dos discursos e o campo inferior com os cinco níveis de análise textual. Nesta dissertação, consideram-se “níveis de análise” e “dimensões” termos sinônimos.

---

<sup>15</sup> [Une schématisation] c’est une représentation discursive orientée vers un destinataire de ce que son auteur conçoit ou imagine d’une certaine réalité. Une schématisation a ainsi toujours une certaine dimension descriptive, quitte à ce que les éléments de la description soient imaginaires, mais, dans tous les cas, l’auteur doit se livrer à un choix des aspects qu’il représentera, il doit sélectionner les traits pertinents de son référent.

Na dimensão textual, não se há de isolar uma proposição<sup>16</sup> ou um período para análise, mas, sim, analisá-los no texto, porque se tem a preocupação não somente com a sentença isolada como que fosse possível retirá-la do conjunto coeso que é o texto, pois, elas pertencem ao tecido verbal e são umas ligadas às outras semântica e sintaticamente como células de um corpo. De modo que, atentar para uma sentença é também atentar ao contexto que lhe antecede linearmente ou não, expresso no texto ou deixado a subentendido e, também considerar o contexto que a sucede, sem o que, a análise ficaria incompleta e defeituosa.

Então, ao analisar as sentenças em *J'Accuse...!*, por exemplo, em: “Minhas noites seriam infestadas pelo espectro do inocente que expia ao longe um crime que não cometeu” (§4º); examinando-as na textura, deve-se ter em mente, por meio do texto, quem é aquele expressa “minhas noites” e, quem é o “espectro do inocente”, e ainda porque Zola escreve: “o inocente expia ao longe” e, porque “ele expia um crime que não cometeu”. Coisas tais, cujas explicações não cabem na sentença, mas que, obrigatoriamente, transbordam dela, de modo tal que, uma estrutura em que há uma elipse, ela é esclarecida imediatamente, como acontece em “não cometeu”. Ou, que o determinante “um” como “artigo indefinido” deixe de operar a indefinição, quando esclarecido pelo contexto anterior, conforme em “Que *um* homem tenha sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade” (§ 11). Logo, em “*um* homem” não há indefinição no determinante nem no determinado, porquanto que se sabe tratar-se de Dreyfus, o “espectro do inocente”. Contudo, há indefinição em “um prodígio de iniquidade”, embora se saiba que aí se trata da condenação do inocente. Assim, quem determina a semântica de uma sentença não são seus léxicos em si, mas os léxicos mediante o contexto na linearidade ou não.

### 2.1.1 O Texto

Nesta pesquisa, elegem-se dois conceitos para texto. Conceitos esses que guiam o entendimento que se tem sobre o tema. O primeiro advém de uma citação de Beaugrande citada por Koch (2011), quando o linguista designa texto como “um evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (BEAUGRANDE, 1997 *apud* Koch, 2011, p. 154). O segundo extrai-se de uma citação de Oliveira, M. (2017, p. 193), quando ela expressa que “um dos maiores desafios para a linguística textual é exatamente definir seu objeto de análise – o texto” e, cita Fávero e Koch (1994) com a definição que conceitua texto

---

<sup>16</sup> A “proposição” (*la proposition*) é o termo francês para “oração” que, aqui, se adota o termo “sentença” segundo Castilho (2010)

como “uma unidade linguística de sentido e de forma, falada ou escrita, de extensão variável, dotada de ‘textualidade’”.

Quanto ao primeiro conceito, explica-se o destaque que se lhe dá porque, entende-se que, sendo o texto um “evento”, concebe-se-o como um elemento essencial da comunicação humana e que, sendo real, presta-se à observação e à análise empírica, também que nele estão presentes, necessariamente, atos de discurso construtores do enunciado. Também, há no texto, atos cognitivos que se explicam pela necessidade de interação para referenciar o contexto situacional e que, atos há que intentam expressar um parecer ou sentimento, para ponderar, para convidar, para fazer um interlocutor mudar uma opinião ou, para explicar um mal-entendido. Assim pensando, essa noção encaixa-se bem ao conceito de Beaugrande que preconiza tais ações serem “convergentes nos textos” dando, assim, ideia de imanência entre elas. Razão por que, nessa noção, fica subentendida a unidade textual como um corpo semântico coeso e coerente.

O texto é, pois, uma entidade comunicativa com eco na formação sociodiscursiva e participante do interdiscurso. Portanto, como é criado para propiciar interação social, constrói-se por ação da linguagem (oral ou escrita), auxiliadas pelo entendimento recíproco convencionado entre o autor e seu público que os torna aptos a interpretarem cognitivamente os sentidos de seus termos e de suas expressões; as figuras verbais que, além de ilustrarem, antecipam a recepção tornando o texto conciso. No texto, a escolha dos termos caracterizam os interlocutores segundo a efetiva área de sua atuação e segundo a variante linguística em seu uso. Tais fatores permitem ao interlocutor que selecione do léxico expresso aquilo que se deve assimilar e deixar aquilo de que se pode preterir sem prejuízo quanto ao sentido geral.

Esse receptor cresce em importância dentro do sistema comunicativo, pois, segundo Beaugrande, ele é quem pode, tendo-se em vista a receptividade, processar um enunciado reconhecendo-o como texto: “Um texto não existe como texto, a menos que alguém o processe como tal” (BEAUGRANDE, 1997 *apud* KOCH, 2001, p. 154).

Isto é, os sete padrões de textualidade propostos em Beaugrande e Dressler (1981) não são critérios que permitem identificar as fronteiras entre um texto e um não-texto, mas sim as condições para uma ação linguística, cognitiva e social na qual eles operam como modos de conectividade em níveis diversos, mas inter-relacionados (KOCH, 2011, p. 154).

Koch (2011) dedica o epílogo de seu livro dedicando-o à Linguística Textual: “*QUO VADIS?*” e inicia o capítulo com as palavras que fecham a introdução do livro *Textlinguistik* de Heinemann e Viehweger (1991). Nesse capítulo, a autora expõe o conceito de texto por diversos pontos de vista.

Nesta dissertação, reconhecendo-se a utilidade de apresentar essa visão em leque, considerando que o texto é o cerne da pesquisa em Linguística do Texto e ainda que seu sentido é importante para a pesquisa, ei-los no quadro abaixo. Koch (2011) expõe que consoante às mais variadas teorias, há, em especial, um conceito para texto: “O que se pode verificar é que várias concepções de texto têm acompanhado a história dessa disciplina, levando-a a assumir formas teóricas diversas, entre as quais se podem destacar” (KOCH 2011, p. 149).

Quadro 3: Conceitos de texto

<b>FUNDAMENTAÇÃO GRAMATICAL</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO SEMÂNTICA</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO SEMIÓTICA</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO PRAGMÁTICA</b>
Texto é uma frase complexa.	Texto é uma expressão tecnicamente centrada de macroestruturas.	Texto é um signo complexo.	Texto é um ato de fala complexo.
<b>FUNDAMENTAÇÃO DISCURSIVO-PRAGMÁTICA</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO COMUNICATIVA</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO COGNITIVA</b>	
Texto é um discurso “congelado”. É o produto acabado de uma ação discursiva.	É um meio específico de realização da comunicação verbal.	É a verbalização de operações e processos Cognitivos.	

Fonte Koch 2011, p. 149-150 – Adaptação nossa.

Também Marcuschi (2012) trabalha algumas definições de texto e inicia um capítulo expressando a ideia de que “Todos nós sabemos, intuitivamente, distinguir entre um texto e um não-texto, mas [...] não saberíamos definir intuitivamente o que é que faz de uma sequência linguística um texto” (MARCUSCHI, 2012, p. 21). Ele sugere que, entre os próprios linguistas, ainda não se possui uma definição aceita.

Então, apresenta três pontos de vista: O primeiro ponto de vista: conforme “a imanência ao sistema linguístico”; o segundo: consoante a “critérios temáticos e transcendentais ao texto” e; o terceiro que concebe o “texto como processo de mapeamento cognitivo” (MARCUSCHI, 2012, p 21).

Quanto à imanência ao sistema linguístico e generalizando a definição, ele expõe que o texto é “uma sequência coerente de sentenças” (p. 22). Ele mostra que, nesta definição, há “três termos técnicos”: “sequência”, “sentença” e “coerência” (p. 22); em seguida, passa a comentar sobre a debilidade desses termos técnicos para conceituar texto. Explica que a “sequência é uma expressão que aponta para a necessidade de haver um conjunto linear” (MARCUSCHI, 2012, p. 22), mas, por isso mesmo, surge um problema nos casos em que um texto forme-se por sentença única e, como ilustração, traz o exemplo da expressão “Fogo!” quando enunciado em circunstância especial, por exemplo, em situação de início de um

incêndio. Marcuschi mostra que não há uma sequência, fator que fragiliza a definição generalizante e, ele questiona se a menção a “fogo”, nessa exclamação de emergência, seria ou não uma sentença.

O que é texto? Marcuschi (2012) reconhece que “parece impossível uma teoria formal, abstrata e geral que permita a geração ou explicação de todos os textos possíveis de uma língua” (MARCUSCHI, 2012, p. 29) e, afirma não ser possível utilizar as categorias gramaticais do estudo da frase em relação ao texto e, conclui: “Isto, obviamente, leva-me ao reino da intuitividade por sacrificar alguns dos mais caros princípios de cientificidade propostos por Chomsky e que em hipótese alguma deveriam ser esquecidos” (MARCUSCHI, 2012, p. 29).

Entretanto, considerando Beaugrande e Dressler (1981), eles expressam pensamentos que definem texto a partir da mira da cognição, cujo trabalho é visto como “operações controladoras” desde a escolha lexical à porção mais abstrata que concerne aos sentidos, considerando-se, aqui, o sema muito mais abstrato do que um morfema (audível e visível), enquanto aquele é apenas cognoscível pelo entendimento, sem sonoridade ou visibilidade.

Poderíamos dizer que o texto é o resultado atual das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico numa ocorrência comunicativa [...] o resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações comunicativas. Um texto está submetido tanto a controles e estabilizadores internos como externos, de modo que uma LT razoável não deve considerar a estrutura linguística como fator único para a produção. (MARCUSCHI, 2012, p. 30).

Se Marcuschi (2012) inicia expressando que “Todos nós sabemos, *intuitivamente*, distinguir entre um texto e um não texto” (p. 21); termina-o abrindo portas para definir texto a partir do ponto de vista da cognição. “O texto forma uma rede em várias dimensões<sup>17</sup> e se dá como um complexo processo de mapeamento cognitivo de fatores a serem considerados na sua produção e recepção” (MARCUSCHI, 2012, P. 30). E, para distinguir texto de uma frase longa, resume: “Em suma, texto é algo essencialmente diverso de uma frase muito longa” (p. 30).

Adam (2012) dá ao texto o devido *status* de “objeto de análise da ATD” explicando que texto é “marca languageira de uma interação social” (ADAM, 2012. p. 191), o que pode ir de “Fogo!” aos dez cantos dos Lusíadas de Luís Vaz de Camões (1572) com 1.102 estâncias (estrofes) e mais de oito mil versos. Texto, pois, vai de um lema: “Nego” do pavilhão Tabajara aos tomos da obra de Miguel de Cervantes: “Dom Quixote de la Mancha” (1605),

---

<sup>17</sup> Este termo usado por Marcuschi lembra os “níveis de análise textual” de Adam (2011), que também são chamados de “dimensões” em Adam (2012, p. 194).

com 126 capítulos, à Bíblia Sagrada dos cristãos com seus 66 ou 73 livros, ao Alcorão islâmico com suas 150 “*Suras*”, à Odisseia de Homero (Século VIII a.C.), de sorte que, J.-M. Adam afirma texto ser “a marca linguageira de uma interação social, a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica de fala (ADAM, 2012, p. 191, tradução nossa)<sup>18</sup>”.

Assim conceituando, inserem-se conteúdos de enunciação e de enunciado com seus movimentos de aproximação e de afastamento da Responsabilidade Enunciativa dentro da Polifonia textual e, toda a periferia desses conceitos. Englobam-se conteúdos de esquematização com todo seu processo semiótico que se consubstancia em sentenças e períodos, nas sequências, nos planos de texto, na dimensão semântica e nos Atos de Discurso com a Orientação argumentativa e, quando se menciona “ação sócio histórica da fala”, prevê a ação linguística na interação social, na formação sociodiscursiva, no interdiscurso e nos gêneros discursivos e textuais.

Neste segmento, foi comentado o sentido de texto conforme diversos pontos de vista. Importantes nomes da Linguística de texto foram citados desde Adam (2012, p. 191) em suas observações quando afirma texto o objeto de análise da ATD representando-o como “a marca linguageira de uma interação social”. Koch (2011) trazendo sete conceitos de acordo com sete fundamentações, pelo que se confeccionou um quadro resumindo-as. Marcuschi (2011, p. 30) apresentando texto como “o resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações comunicativas” e ainda outros autores como Beaugrande (1997, p. 144) em que o texto “é um evento comunicativo” e, Oliveira, M. (2017, p. 193) definindo texto “uma unidade linguística de sentido e de forma, falada ou escrita, de extensão variável, dotada de ‘textualidade’” (OLIVEIRA, M. 2017, p. 193).

Logo, o texto, variável em extensão, há de possuir o atributo da “textualidade”. Entende-se esse atributo como o “sentido textual” o qual, aqui se atalha resolvendo-o como sendo a coesão que torna as diversas partes de um plano de texto em unidade de sentido e, a coerência que o articula a sua necessidade, à situação, à intenção do enunciador, à aceitabilidade dos coenunciadores e, principalmente, seu apoio em outros textos que, com ele, se entredizem.

## 2. 1. 2 O Gênero textual

O gênero é uma categoria de análise discursiva que classifica os textos em conformidade a seu propósito, a seu tema, a sua circunstância ou necessidade. Koch (2011) expressa haver uma “competência sociocomunicativa dos falantes/ouvintes” que os faz

---

<sup>18</sup> Il est la trace d’une interaction sociale, la matérialisation sémiotique d’une actionsocio-historique de parole (ADAM, 2012, p. 191).

reconhecer o que convém ou o que não convém dizer ou escrever, ou como dizer ou como escrever tendo em vista a situação em que se vai enunciar e, assim, adequar texto ao contexto. É por essa competência que se diferenciam os gêneros textuais, havendo seu imediato reconhecimento.

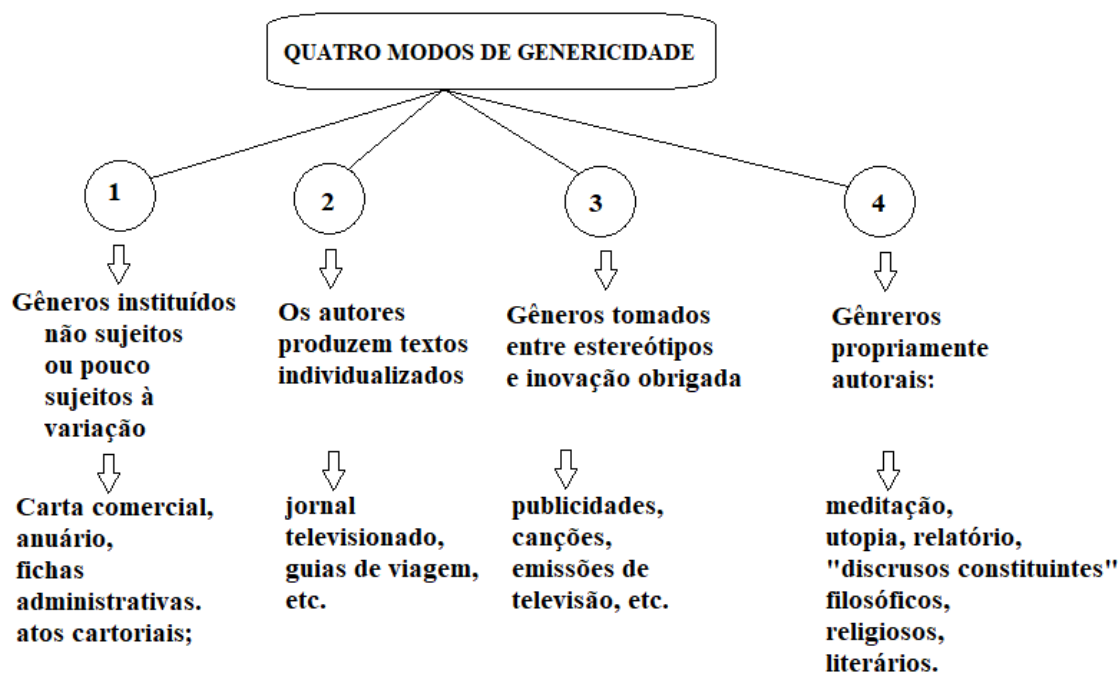
A competência sociocomunicativa dos falantes/ouvintes leva-os a detecção do que é adequado ou inadequado em cada uma das práticas sociais. Essa competência leva ainda à diferenciação de determinados gêneros de textos, como saber se se está perante uma anedota, um poema, um enigma, uma explicação, uma conversa telefônica, etc. Há o conhecimento, pelo menos intuitivo, de estratégias de construção e interpretação de um texto (KOCH, 2011, p. 53).

Adam (2004), comentando o trabalho de Maingueneau mostra seu empenho em transformar o gênero em uma categoria de análise. Indica, porém, que o autor lamenta a tendência de analistas do discurso que priorizam os “gêneros rotineiros” em detrimento dos “gêneros autorais” os quais são analisados por especialistas em literatura, em filosofia e em teologia. Segundo Adam (2004), essa atitude reduz a duas categorias os três “regimes de genericidade” e reagrupa os gêneros rotineiros e os autorais distinguindo-os em quatro modos de genericidade.

Reduzindo a duas grandes categorias os três regimes de genericidade que ele, precedentemente, considerara, ele propõe distinguir os “gêneros conversacionais” e os “gêneros instituídos” nos quais, reagrupando os gêneros rotineiros e autorais, ele propõe distinguir quatro modos de genericidade instituída: a) os gêneros instituídos, não sujeitos ou pouco sujeitos a variação (carta comercial, anuário, fichas administrativas, atos cartoriais, etc); b) os gêneros pelos quais os locutores produzem textos individualizados a despeito de um catálogo constrangedor (jornal televisionado, guias de viagem, etc.); c) os gêneros tomados entre funcionamento dos estereótipos e inovações obrigadas, mas pelos quais não existe cenografia preferencial (publicidades, canções, emissões de televisão, etc.; d) os gêneros propriamente autorais (meditação, utopia, relatório, “discursos constituintes” filosóficos, religiosos e literários (ADAM, 2004, p. 15).



Fig. 2: Os quatro modos de genericidade



Fonte: Adam (2004, p. 15), adaptação nossa.

Adam (2011), trabalhando o conceito de discurso explica que um dos traços do discurso é uma “estabilização pública e normativa” e que é nos gêneros de discurso que se localiza essa estabilização, escreve Adam.

Reteremos esta definição: “O conceito de discurso [...] é definido pelos seguintes traços: uma estabilização pública e normativa, e a possibilidade de um *status* institucional”. É nos gêneros de discurso que localizamos essa “estabilização pública e normativa” que opera no quadro do sistema de gêneros de cada formação discursiva (ADAM, 2011, p. 45).

A estabilização “pública e normativa”, entende-se, estar imanente ao texto, de modo que um texto se insere como pertencente a uma modalidade de discurso por um conjunto de normas que o caracterizam no âmbito de uma formação discursiva. Conforme Koch (2011) a “competência sócio comunicativa” dos sujeitos na interação, levam-nos à percepção exata do gênero adequado à situação. Uma carta comercial, segundo os mais variados teores que possa ter (cobrança, oferecimento de cartões de crédito, convite a um evento promocional), apresentará características gerais de carta que a diferem de uma fatura ou de um panfleto de publicidade, essa é sua estabilização pública, marcada por sua forma, por seu teor e pela terminologia (socioleto) característicos. E, assim, qualquer texto e com o gênero que manifestar, insere-se segundo uma formação sociodiscursiva, reconhecida a partir das características do gênero.

Adam (2012), teorizando Análise Textual dos Discursos, torna a categoria de gênero imanente ao fenômeno do texto: “desde que há texto [...] há efeito de genericidade” (2012, p. 193) e, Marcuschi (2008) expressa que “É impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto”.

Galvão e Silva (2012) investigam a carta pessoal e, nessa tarefa, estudam o fato da interação por meio das cartas. Os autores expressam que “A carta é um dos gêneros usados em nossas práticas cotidianas, com os objetivos mais variados [...] o que torna possível às pessoas manterem relações de amizade” (GALVÃO e SILVA, 2012, p. 308). Dizem ainda que “assim, trata-se de um gênero concretizado na interação humana, fato que condiciona nossas escolhas do ponto de vista do léxico, do grau de formalidade e da natureza dos termos” (GALVÃO e SILVA, 2012, p. 308).

Rodrigues, Silva Neto, Passeggi *et al* (2012) investigam a carta-testamento de Getúlio Vargas. Quanto à genericidade desse documento histórico expressam que

A designação carta-testamento evoca, logo de entrada, dois gêneros textuais – a carta e o testamento – cuja interseção seria identificável, sobretudo, nas suas seções iniciais e finais, com a explicitação do cabeçalho do lugar, da data e da assinatura, por exemplo. Um terceiro gênero poderia, sem dúvida, ser também evocado, é aqui pensamos no caso da carta de suicídio, perfeitamente pertinente ao tema aqui abordado (RODRIGUES, SILVA NETO, PASSEGGI *et al* 2012, p. 286).

*J'Accuse...!* manifesta-se no gênero carta-aberta e, nela, uma característica de carta, de modo geral, faz-se pelo vocativo inicial e por fórmulas de cortesia para sua finalização. Isto está presente no texto de Zola: “Senhor Presidente,”: §1º e [...] “Queira agradar-se, senhor Presidente, com a garantia de meu profundo respeito.” (§ 41). Contudo, esse gênero difere da carta pessoal conforme trata Galvão e Silva e, também é diferente da carta-testamento investigada por Rodrigues *et al* (2012), principalmente porque a carta-aberta envolve grande quantidade de alocutários. No exemplo de *J'Accuse...!*, publicaram-se no dia 13 de janeiro de 1898, 300 mil exemplares. Porque, embora endereçada ao presidente da República Francesa, espraia sua mensagem também ao povo francês. Daí reconhece-se que o gênero carta fragmenta-se especificando tanto o(s) destinatário(s) quanto seu objetivo.

Um era o objetivo da carta-testamento – o de comunicar ao povo brasileiro Getúlio Vargas “ter dado sua vida e ‘agora’ oferecer sua morte” e, assim “sair da vida para entrar na história” (RODRIGUES, SILVA NETO, PASSEGGI *et al*. p. 286); outro era o objetivo de *J'Accuse...!*, cujo conteúdo trazia denúncia contra injustiças perpetradas pelo conselho de guerra e, por isso, Zola argumentava para, na finalização do texto, usar os ilocucionários de acusar. Ambas, diferem das cartas pessoais, por exemplo, daquelas trocadas entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo, conforme Andrade (2014) expõe.

As cartas, de que nos ocupamos, apresentam destinatários específicos: Câmara Cascudo escreve a Mário de Andrade e vice-versa. Portanto, são cartas da esfera privada. Essa também é a posição de Galvão e Silva (2012) que investigam o envolvimento interacional nessas cartas. Assim, entendemos que, embora tenham se tornado públicas, são cartas privadas, já que o seu objetivo primeiro não foi a publicidade, pelo menos ao que nos parece (ANDRADE, 2014, p. 44).

Quanto ao gênero em *J'Accuse...!* Adam (2011, p. 62) expressa que “a genericidade (N3) desse texto é complexa”, porque o texto é reconhecido como carta na forma, mas, seu conteúdo dá-lhe aspecto de epidítico devido ao aparato da textualização com que Zola a constrói e, ainda toma características de gênero judiciário marcando-se pela tensão entre acusar e defender, de modo que, esse texto devém a tribuna do escritor contra a condenação do militar.

A complexidade do gênero desta carta-aberta ainda se requinta quando ela assume aspecto de editorial tendo sido publicada na primeira página do jornal “*L'Aurore*”. Escreve Adam (2011) que a “genericidade de *J'Accuse...!* é complexa”.

A genericidade (N3) desse texto é complexa: trata-se, inicialmente, de uma carta aberta, gênero jornalístico de opinião que adota o modelo do plano de texto da carta e do duplo endereçamento: direto a um destinatário e indireto aos leitores do jornal. Mas essa carta aparece na primeira página, o que não é comum e lhe dá estatuto de editorial; além disso, tem todas as características dos gêneros retóricos judiciário (acusar/defender) e epidítico [...] Um texto raramente advém de um só gênero (ADAM, 2011, p. 62).

Por isso, em *J'Accuse...!*, o gênero jornalístico “carta aberta” divulgando a opinião pessoal do romancista, por força de sua argumentação, suscitará protestos no âmbito da intelectualidade francesa e, a partir de sua publicação, trava-se a mais nova batalha dos “*dreyfusards*” (pró inocentação de Alfred Dreyfus) e dos “*antidreyfusards*” (contrários à reabertura do processo com sua sentença condenatória).

Porém, seu aspecto incisivo de gênero jurídico e por força de sua argúcia no epidítico, o general Jean-Baptiste Billot, sentindo-se difamado, move-se a prestar queixa contra Zola que, juntamente com Perrenx, o gerente do jornal *L'Aurore*, aos 20 de janeiro de 1898, são intimados ao tribunal correcional.

Pelos mesmos motivos, também os peritos policiais Belhomme, Varinard e Couard, que identificaram a grafia no “*bordereau*” como sendo a letra de Dreyfus, queixam-se contra o escritor de modo que, em menos de um mês (aos 23 dias de fevereiro), ele é condenado por difamação com a pena máxima de um ano de prisão e multa de três mil francos. Contudo, quanto a tais enduros, Émile Zola estava alerta e escreve que seus relatórios eram “mentirosos e fraudulentos” (§34), expressando ainda que, esses relatórios não seriam classificados com esses termos se em exame médico os tais peritos fossem tidos deficientes visuais ou loucos.

Eu acuso os três peritos em grafias, os senhores Belhomme, Varinard e Couard de terem feito relatórios mentirosos e fraudulentos, a menos que um exame médico declare-os **atingidos por doença da visão e do juízo** [...]. Fazendo essas acusações, eu não ignoro que me coloco na mira dos artigos 30 e 31 da lei da imprensa de 29 de julho de 1881, que pune delitos de difamação. É voluntariamente que assim me exponho (ZOLA, 1898, § 34, grifo nosso).

Lançando uma noção sobre “gênero”, Koch registra que os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados sóciohistoricamente, visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais” (KOCH, 2011, p. 54).

Os gêneros são heterogêneos variando de um bilhete a uma tese científica, de um diálogo familiar a uma conferência, contudo sofrem influência das mudanças sociais e também da mudança de ponto de vista que um enunciador tenha em relação a seu ouvinte.

Por assim ser, os enunciados são construídos segundo o tema abordado, pela opção do estilo da linguagem, pela seleção lexical e, pela estrutura composicional e, determinam-se pelos campos da atividade humana segundo a perspectiva da receptividade. De acordo com Bakhtin (1992), “Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana”, (BAKHTIN, 1992, p. 179).

Ademais, destaca-se que cada campo da atividade humana utilizará a linguagem elaborando tipos de textos “relativamente estáveis em seus enunciados” (KOCH, 2011, p. 54), esses tipos de texto especificam-se como gêneros do discurso: “cada campo de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, os quais se denominam *gêneros do discurso*.” (KOCH, 2011, p. 54).<sup>19</sup>

Koch (2011) registra: “Assim sendo, todos os nossos enunciados se baseiam em formas padrão e relativamente estáveis de estruturação de um todo. Tais formas constituem os gêneros” e, em seguida explicita que “as esferas da língua são extremamente heterogêneas”.

Sendo as esferas de utilização da língua extremamente heterogêneas, também os gêneros apresentam grande heterogeneidade, incluindo desde o diálogo cotidiano à tese científica. Por esta razão, Bakhtin distingue os gêneros primários dos secundários. Enquanto os primeiros (diálogo, carta, situações de interação face a face) são constituídos em situações de comunicação ligadas a esferas sociais cotidianas de relação humana, os segundos são relacionados a outras esferas públicas mais complexas, de interação social, muitas vezes mediadas pela escrita e apresentando uma forma composicional monologizada, absorvendo, pois, e transmutando os gêneros primários (KOCH, 2011, p. 54).

---

<sup>19</sup> Koch (2011) escreve “em termos bakhtinianos” dando três características ao gênero: “são tipos relativamente estáveis de enunciado”; “distinguem pelo plano composicional, pelo conteúdo temático e pelo estilo” e que “tratam-se de entidades escolhidas tendo em vista as esferas da necessidade temática” (KOCH, 2011, p. 54).

Entende-se também que os gêneros se podem submeter a mudanças promovidas no cerne da sociedade ou, surgintes de alterações normativas da língua, ou tendo em vista a posição do interlocutor em relação ao entendimento do que lhe é enunciado. Koch (2011) afirma que: “os gêneros estão sujeitos a mudanças, decorrentes não só das transformações sociais, como oriundas de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal, como também de modificações do lugar atribuído ao ouvinte” (Koch, 2011, p. 54).

Daí, serem os gêneros muito diversos, uma vez que um artigo de opinião e um artigo científico diferem não apenas no conteúdo ou no suporte, mas no público que a eles acessará; um conto infantil e um conto erótico, por exemplo, têm seu público específico e, cada um, possui seu aparato lexical específico na produção de suas sentenças e períodos, cada um com suas Representações textual-discursivas selecionadas e enunciadas. Uma dissertação ou uma tese, por mais próximas que possam estar, distinguem-se em suas estruturas composicionais e, trazem imanente um teor especial quanto à profundidade e à abrangência temática e quanto ao tratamento metodológico.

Portanto, o gênero é, de forma terminante, imanente ao texto. Escreve Adam (2012, p. 191): “[...] Não há textos sem gênero(s)”, de modo que por mais variável que seja um gênero sem plano fixo, como um bilhete ou uma carta pessoal, ambos diferem em quantidade de conteúdo e teor de intimidade. Uma manchete e uma reportagem, díspares em quantidade de informação; um artigo científico ou um tratado, um ensaio, uma dissertação ou tese assim denominam-se segundo a diferença genérica e campo de atividade. O gênero escolhido dependerá, pois, do campo da atividade humana e interferirá na textura com influência em todas as dimensões textuais que se dispõem à análise.

## 2.2 A Lógica Natural

Nesta seção, tratam-se de quatro aspectos da Lógica Natural: a) os postulados da comunicação discursiva; b) a noção de esquematização; c) as operações lógico-discursivas; d) o valor argumentativo inerente das representações.

A lógica Natural constitui o segundo embasamento teórico da pesquisa. Essa abordagem foi desenvolvida por Jean-Blaise Grize, colaborador de Piaget durante muito tempo, e por pesquisadores do *Centre de Recherches Sémiologiques* da Universidade de Neuchâtel. As duas noções fundamentais da Lógica Natural são a esquematização e as operações lógico-discursivas, as quais, por sua vez, se desdobram em vários outros conceitos que caracterizam a perspectiva. Ela tem sido, consistentemente, utilizada pelos trabalhos

sobre as Representações discursivas/textual-discursivas<sup>20</sup>. Observa-se que, progressivamente, a proposta da Lógica Natural - interpretada numa perspectiva linguística, semântica e textual – tem ocupado cada vez mais espaço na fundamentação teórica dos trabalhos sobre as representações, a ponto de, nesse aspecto, equiparar-se às contribuições da Análise Textual dos Discursos.

### 2.2.1 Os postulados da comunicação discursiva

Viu-se, no início do capítulo, que a comunicação discursiva, em que são construídas as esquematizações, tem como base cinco postulados que, nessa formulação ou em outras análogas, são bastante consensuais nos estudos do texto e do discurso. Os dois primeiros postulados são bastante gerais: o postulado do *dialogismo* e o postulado da *situação de interlocução*.

O postulado do *dialogismo*, afirma que a comunicação verbal é essencialmente dialógica. O segundo postulado, da *situação de interlocução*, assinala que toda comunicação se desenvolve numa situação, possui uma dimensão concreta, enquanto atividade discursiva situada no tempo e no espaço, com certa finalidade e estabelecendo um conjunto de relações sociais e históricas. Também, essa atividade discursiva contribui para a elaboração da própria situação.

Os outros três postulados vinculam-se mais diretamente à esquematização discursiva: das representações, dos pré-construídos culturais e da construção dos objetos. O postulado das *representações* remete às “representações mentais” dos interlocutores. Assume-se que os interlocutores têm representações cognitivas e que, estas são fundamentais na comunicação discursiva.

O postulado dos *pré-construídos culturais* estabelece que os interlocutores mobilizam um conjunto de conhecimentos pré-construídos, de natureza cultural e social, a começar pela própria língua utilizada: a comunicação só é possível se os interlocutores partilharem – sempre parcialmente – de um conjunto de pré-construídos. Mas não basta partilhar um mesmo saber, é preciso, ainda, saber que o outro o possui. São os *pré-construídos* que fazem com que um texto seja, ao mesmo tempo, um produto verbal e um produto social.

Finalmente, o postulado da *construção dos objetos* refere-se ao fato de que o discurso constrói objetos de pensamento a partir da significação dos termos que utiliza. Embora a comunicação aconteça a partir de um sistema linguístico comum, o locutor tenta transmitir

---

<sup>20</sup> Para uma síntese, Remete-se aqui a Queiroz (2013, p. 50-52), Aquino (2015, p. 59-63) e Oliveira (2017, p. 122-142).

experiências singulares a um alocutário que, inevitavelmente, partilha apenas em parte essas experiências singulares e, portanto, reconstrói o sentido particular que o locutor atribui aos termos do discurso. Assim, a construção dos objetos do discurso é uma co-construção, na medida em que estes podem adequar-se a propósitos discursivos específicos e momentâneos.

## 2.2.2 A Esquematização discursiva

Grize define a esquematização de maneira bastante simples: “O conceito-chave da lógica natural, tal como eu a vejo, é o da esquematização, ou seja, de uma Representação discursiva”<sup>21</sup> (GRIZE, 1996, p. 79, tradução nossa).

Em artigo de 1998, o autor apresenta uma definição da esquematização:

**Uma esquematização é uma criação de sentido de sorte que compreendê-la é reconstruí-la para si apoiando-se em seus próprios préconstruídos.** Fora de toda cultura e de um determinado contexto “*que é isso, eu não te odeio*” não é uma declaração de amor. Daí decorre uma consequência, ao mesmo tempo decepcionante e estimulante, é que, em presença de um discurso cotidiano ou literário, nada leva a crer que se entendeu o verdadeiro pensamento de seu autor. Mas, ele é estimulante também pelo esforço que precisa produzir para levar a ouvir tão exatamente o quanto for possível o que se quer comunicar. Esse esforço consiste em, por um lado, a dar deixas de reconstrução ao destinatário, por outro lado, serve para minimizar o papel dos referentes em proveito dos objetos dos signos (GRIZE, 2008, p. 5, grifo nosso, tradução nossa)<sup>22</sup>.

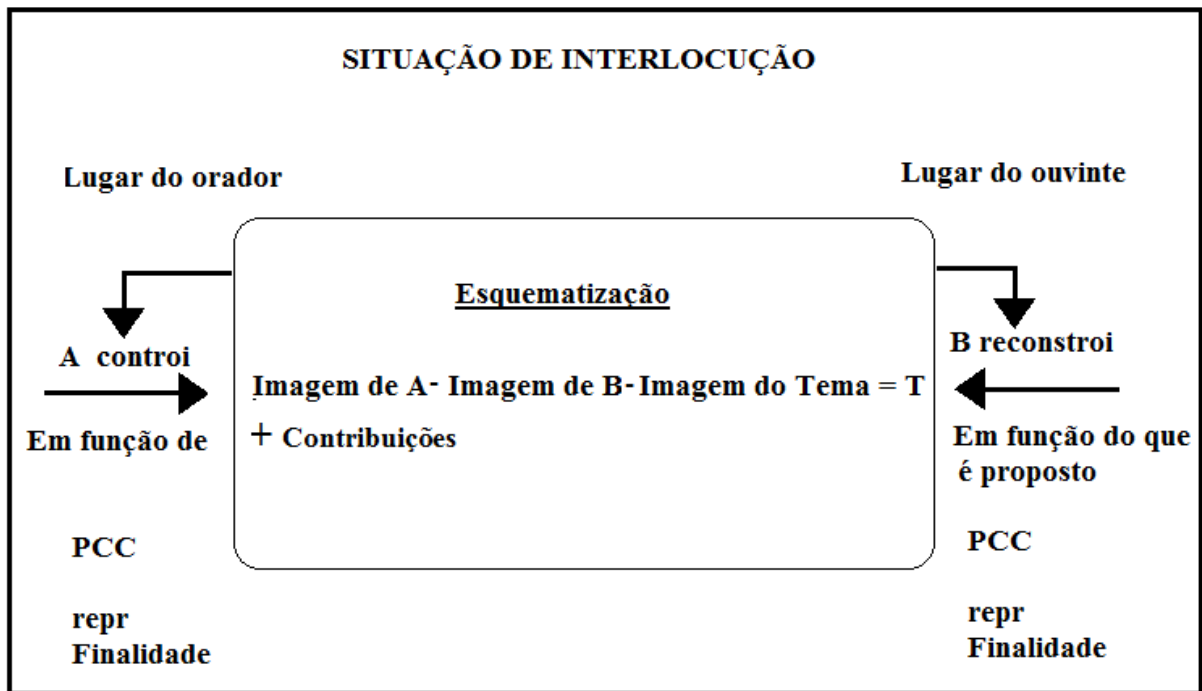
A posição da esquematização discursiva, no esquema mais amplo da comunicação, é a seguinte:

---

<sup>21</sup> “Le concept clé de la logique naturelle telle que je l’envisage est celui de schématisation discursive” (GRIZE, 1996, p. 79).

<sup>22</sup> Une schématisation est une création de sens de sorte que la comprendre c’est la reconstruire pour soi en prenant appui sur ses propres préconstruits. Hors de toute culture et d’un contexte donné « *Va, je ne te hais point* », n’est pas une déclaration d’amour. Il en découle une conséquence, tout à la fois décevante et stimulante, c’est que, en présence d’un discours quotidien ou littéraire, rien n’autorise à croire que l’on saisit en lui la véritable pensée de son auteur. Mais elle est stimulante aussi par l’effort qu’il faut produire pour faire entendre aussi exactement que possible ce que l’on veut communiquer. Cet effort consiste, d’un côté à donner des consignes de reconstruction au destinataire, de l’autre à minimiser le rôle des référents au profit de celui des objets des signes (GRIZE. 2008. p. 5).

Quadro 4: Esquema da comunicação



Fonte: Passeggi, 2001, P. 251.

Uma esquematização discursiva propõe “imagens” linguísticas, ou seja, representações, do locutor e do alocutário, assim como dos temas que são tratados. Essas imagens são as seguintes:

- imagem do locutor: im (A)
- imagem do alocutário: im (B)
- imagem dos temas tratados: im (T)

As imagens dos temas – isto é, tudo o que tratado no texto além das marcas do locutor e do alocutário, basicamente, participantes de eventos - constituem o conteúdo manifesto da esquematização e remetem diretamente às operações lógico-discursivas de sua construção. Essas imagens, naturalmente, têm graus diversos de explicitação e, também, podem ser inferidas ou pressupostas.

A esquematização, enquanto Representação discursiva, com todas as características e elementos em jogo mencionados por Grize, corresponde ao texto, segundo a perspectiva assumida nesta pesquisa. Assim: Esquematização discursiva => Representação discursiva => Texto. Assim, tem-se que “esquematização” e “representação” são categorias textuais análogas, Vidrio (2017) expõe que “Desde a perspectiva da lógica natural, a argumentação pode ser feita como um processo de esquematização ou de representação da realidade”



(VIDRIO, 2017, p. 137, tradução nossa)<sup>23</sup>. Ela expressa ainda que “Uma esquematização, concretamente, é uma Representação discursiva orientada a um destinatário sobre aquilo que seu autor concebe ou imagina de certa realidade, e tem como finalidade fazer que o destinatário compartilhe dessa concepção” (VIDRIO, 2017, p. 138, tradução nossa)<sup>24</sup>.

Interpretam-se aqui, seguindo Passeggi (2001), as operações lógico-discursivas de Grize como sendo operações de textualização, com foco em seu aspecto linguístico e semântico. Decerto, elas correspondem às categorias de Referenciação, Predicação, Modificação, Localização e Relação (que está contida na Referenciação).

Para maiores desenvolvimentos, remete-se às seções deste trabalho que tratam das categorias de análise.

### 2.2.3 O valor argumentativo das Representações textual-discursivas

Um aspecto a ser considerado nesta pesquisa é o valor argumentativo das representações, ou seja, a Representação textual-discursiva entendida como argumentação, ou como momento de uma argumentação. Esse aspecto parece não ter ainda sido sistematicamente desenvolvido nas pesquisas mencionadas sobre as Representações textual-discursivas, mas constitui um tema de grande interesse.

Essa observação baseia-se na seguinte análise de Grize, apresentada no capítulo “A onipresença da argumentação” (GRIZE, 1990, p. 40-45):

Argumentar, na acepção corrente do termo, é fornecer argumentos, portanto razões, a favor ou contra uma tese. Assim, argumentar remete a justificar, explicar, fundamentar. [...]. Mas é também possível conceber a argumentação de um ponto de vista mais amplo e entendê-la como um procedimento que visa a intervir sobre a opinião, a atitude, até o comportamento de alguém [...] a argumentação considera o interlocutor não como um objeto a ser manipulado, mas como um *alter ego* com o qual se tentará que compartilhe sua visão. Agir sobre ele é procurar modificar as diversas representações que lhe atribuímos, evidenciando certos aspectos das coisas, ocultando outros, propondo novas coisas e tudo isso mediante uma esquematização apropriada [...].” (GRIZE, 1990, p. 40).

Assim, a função argumentativa é um aspecto a ser considerado na análise das Representações textual-discursivas e de Dreyfus e de Esterhazy.

Nessa perspectiva, a argumentação pode ser entendida como focalizando unicamente as estruturas argumentativas marcadas, conforme expõe Adam (2011) ao tratar sobre a

---

<sup>23</sup> “Desde la perspectiva de la lógica natural, la argumentación puede ser definida como un proceso de esquematización o de representación de la realidad” (VIDRIO, 2017, p. 137).

<sup>24</sup> Una esquematización, en concreto, es una representación discursiva orientada a un destinatário sobre aquello que su autor concibe o imagina de una cierta realidad, y tiene como fin hacer que el destinatario comparta dicha concepción (VIDRIO, 2017, p. 138).

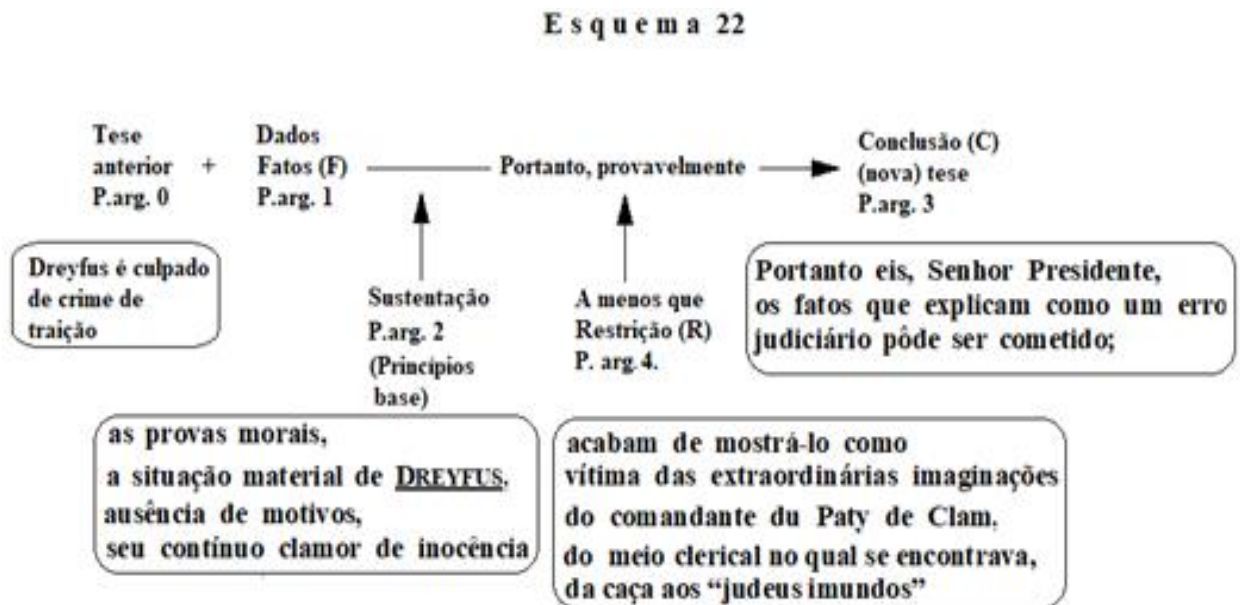
sequência argumentativa, quando evidencia dois movimentos: demonstrar-justificar (ou demonstrar-refutar) uma tese, escreve ele que

[...] os dois casos, o movimento é o mesmo, pois se trata de partir de uma premissa (dados, fatos) que não poderiam ser admitidas sem se admitir, também, esta ou aquela conclusão-asserção (C). Entre os dois, a passagem está garantida pelos “procedimentos argumentativos” que assumam a forma de encadeamentos de argumentos-prova, correspondendo ora aos suportes de uma lei de passagem, ora microcadeias de argumentos ou a movimentos argumentativos encaixados [...] Propus dar à sequência argumentativa prototípica completa uma forma que deixe lugar à contra argumentação (ADAM, 2011, p. 233-234).

E ele ilustra com o esquema 22 o qual, adaptado com um excerto de *J’Accuse...*! exemplifica com uma das sequências argumentativas do texto.

Portanto eis, Senhor Presidente, os fatos que explicam como um erro judiciário pôde ser cometido; e as provas morais, a situação material de Dreyfus, a ausência de motivos, seu contínuo clamor de inocência, acabam de mostrá-lo como vítima das extraordinárias imaginações do comandante do Paty de Clam, do meio clerical no qual se encontrava, da caça aos “judeus imundos”, que desonra nossa época (ZOLA, 1898, § 13).

Fig. 3: Esquema 22 – Sequência Argumentativa.



Fonte Adam (2011, p. 234). Adaptação nossa.

Mas, também se pode considerar uma argumentação, ampliada, generalizada, que, sem estar necessariamente marcada, decorre do próprio ato de enunciar, por exemplo, como preconiza a teoria da argumentação na língua (ADL)<sup>25</sup>, Cabral (2017) expõe que

<sup>25</sup> A sigla “ADL” – Argumentação na Língua vem do francês: “*Argumentation Dans la Langue*”.

A argumentação encontra-se marcada nas escolhas linguísticas; ela está na língua, embora possa servir de instrumento para a argumentação retórica [...] Do ponto de vista da ADL, argumentar consiste em apresentar um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) como destinado a fazer admitir um outro (ou conjunto de outros) (CABRAL, 2017, p. 15)

Essa argumentatividade “radical” (enunciar = argumentar) engloba não apenas outros tipos de sequência com função argumentativa – como as descritivas e narrativas – bem como quaisquer outros procedimentos de textualização.

Dá-se completude a essa percepção ampliada da argumentação com a noção de “argumentação nos textos”, apontada por Pinto (2010, p. 83-92) que, segundo a autora tem sido pouco desenvolvida, se considerada em relação à “argumentação na língua” ou às estruturas propriamente argumentativas.

### 2.3 As Representações textual-discursivas

A Representação textual-discursiva (Rtd) é uma construção estabelecida a partir da atividade discursiva de referência. Adam (201. p. 113) conceitua-a como “expressão de um ponto de vista” e afirma que “toda proposição enunciada possui valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável” (ADAM, 2011, p. 113). A Rtd é, portanto, construída nos enunciados conforme as intenções comunicativas do enunciador, tendo em vista propor uma “imagem verbal” ao interpretante segundo sua proposição de mundo, porque, o texto é, conforme Adam (2011; p. 115), “uma proposição de mundo (Rd) e de sentido”.

Grize, como foi visto, fala de “esquematização”, cujo valor coincide com o de Representação textual-discursiva e, formula uma questão que ele mesmo responde: “O que se produz em um discurso de alguém para qualquer outra pessoa? Pode-se dizer que ele propõe *uma imagem verbal* isto de que aqui se fala, o que eu chamo convencionalmente de uma esquematização” (GRIZE, 1993, p. 1).

A “atividade discursiva de referência” é o ato de dizer, pois quando o enunciador se expressa, refere-se às coisas do mundo. Assim se expressando, ele cria imagens (cf. Quadro 4 – PASSEGGI, 2001). E, portanto, referindo-se às coisas, ele cria ao alocutário uma imagem que faz de si (A>A). Por exemplo: Zola dá a ver ao presidente Félix Faure que ele está revoltado contra as injustiças praticadas contra Dreyfus, e transmite-lhe que sua revolta é de “homem honesto” - “E é ao senhor, Presidente, que clamarei pela verdade, com toda a força de minha revolta de homem honesto” (ZOLA, 1898, § 5º). Por expressar-se dessa maneira, argumenta insinuando que homens honestos se revoltam contra injustiças.

Além dessa imagem que ele cria (ou tem) de si, expressa também a imagem que tem de Faure (A>B): “E a quem eu denunciaria a turba malfazeja dos verdadeiros culpados senão ao senhor, o primeiro magistrado do país?” (ZOLA, 1898, § 5º). Em sua expressão, dá a ver ao presidente que ele o tem como um magistrado e que, esse magistrado tem primazia sobre os demais, por isso, o presidente seria autoridade para corrigir um erro do conselho de guerra. E, ainda, cria a imagem concernente à absolvição de Esterhazy (o tema em discussão) e quanto à consequente condenação de Dreyfus, o que ele vê como “uma tapa suprema contra toda a verdade e contra toda a justiça”. Por essas expressões, dá a ver ao presidente uma imagem de “afronta por tapa na cara”, “sujeira nas faces da França” e “crime social” (A>T).

*Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver um Esterhazy, supremo tapa na cara de toda verdade, de toda justiça. E pronto! A França tem nas faces esta sujeira, a história escreverá que é sob a sua presidência que tal crime social pôde ser cometido (ZOLA, 1898, § 3º).*

A Rtd é produto de uma realidade construída pelo locutor e reconstruída por seu alocutário, razão por que, não se trata da realidade em si e sim, é antes, uma porção da realidade apreendida pela nesga do ponto de vista de um sujeito que, em se enunciando, manifesta seu prisma de visão para argumentar tendo por objetivo levar outrem a participar da visão que ele tem ante ao fato empírico. Charaudeau, (2012, p. 131) expressa que “Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular que é dado como um fragmento do real.”.

Adam (2011), no que concerne à Rd (Rtd), expressa que “toda Representação discursiva [Rd] é a expressão de um ponto de vista [PdV] (relação [A] – [B])” e, continua

[...] e que o valor ilocucionário derivado da orientação argumentativa é inseparável do vínculo entre o sentido de um enunciado e uma atividade enunciativa significante (relação [C1]- [B]). Enfim, o valor descritivo de um enunciado [A] só assume sentido na relação com o valor argumentativo desse enunciado [C1]. O sentido de um enunciado (o dito) é inseparável de um dizer, isto é, de uma atividade enunciativa significante que o texto convida a (re)contruir (ADAM, 2011, p. 113).

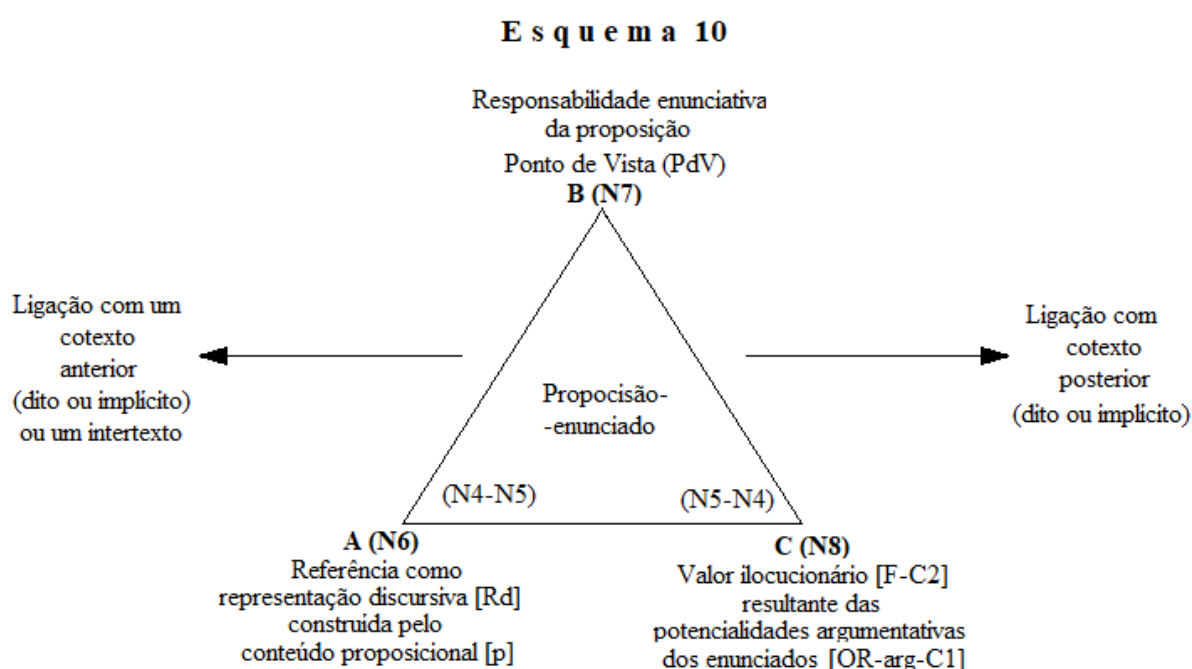
O que lembra Grize: “Daí decorre uma consequência de fato fundamental, é que todo discurso em língua natural oferece uma dimensão argumentativa. E, se esta dimensão é importante aqui, é pela razão de que uma argumentação não se concebe fora de um contexto social” (GRIZE, 1993, p. 1). Assim, quando se estabelece a interlocução, o locutor propõe a seu interlocutor uma “imagem verbal” sobre o que tem a dizer (o tema), essa imagem, expõe Grize, é “aquilo que eu chamo convencionalmente ‘uma esquematização’” (GRIZE, 1993, p.1, cf. p. 48) e, imanente a essa imagem, está seu teor, necessariamente argumentativo.

Essa imagem verbal (a Rtd) vincula-se ao cerne da dimensão semântica do texto e conjuga-se às correferências, às anáforas, às colocações e às isotopias para construir uma

representação tendo como meta o estabelecimento da comunicação. Eis, portanto, a razão pela qual a atividade discursiva de referência é construtora de uma representação de um “sujeito de discurso comunicável” (cf. ADAM, 2011, p. 113).

Observa-se, por isso, uma coesão interdimensional no texto. Ponha-se em primeiro momento (A), a referência como imagem verbal, que é a Representação textual-discursiva (Rtd) a qual é construída pelo conteúdo proposicional (dimensão semântica). Essa imagem verbal é tradutora de um Ponto de Vista (PdV) o qual é assumido pelo enunciador (B), esses enunciados, a saber: os enunciados continentes da Rtd e do PdV, possuem necessariamente potencialidade argumentativa e valor ilocucionário (C). Por sua vez, essas três dimensões ligam-se ao cotexto anterior em sentido e por meio de conectores (ou não) e ligam-se ao cotexto posterior (por conectores ou não). Adam (2011), para resumir e ilustrar esse fato textual apresenta o Esquema 10 a seguir.

fig. 4: As três proposições-enunciado



Fonte: Adam (2011).

Cabem duas observações para a leitura desta figura: 1) dentro do triângulo, (N4-N5) representam as duas dimensões (ou níveis de análise) anteriores a N6, N7 e N8 com elementos cotextuais anteriores a essas três proposições-enunciado (flecha esquerda) e, liga-se com elementos cotextuais posteriores (flecha da direita) a elementos das três proposições enunciado de N6 – Semântica, de N7 Enunciação e N8 Atos de discurso as quais se põem nos ângulos. N4 é a Textura com as proposições enunciadas e os períodos e N5 a Estrutura composicional com as Sequências e o

Plano de texto tudo interligado no texto. 2) em C (N8) – ângulo direito – nos colchetes [OR-arg. C1], “OR-arg.” é a “Orientação argumentativa”.

É, na dimensão semântica, em *J'Accuse...!*, que se encontra Émile Zola referenciando pessoas ou instituições por “imagens verbais” construídas em sua cognição e expressas em seus enunciados. Por exemplo, quando por referenciação, Zola chama a absolvição de Esterhazy de “tapa na cara”: “Um conselho de guerra chega a absolver um Esterhazy, *suprema tapa na cara* em toda a verdade, em toda a justiça.” (§ 3º); que modifica o caso Dreyfus para “abominável” e, que falando do comandante du Paty de Clam, modifica sua imagem, referenciando-o como “homem nefasto”: “Mas, um homem nefasto tudo conduziu, fez tudo, trata-se do tenente-coronel du Paty de Clam” (§ 7º).

Seu ponto de vista é aquele de um patriota, alguém que tem apreço pelas instituições nacionais, mas que vê se perverter a imagem construída socialmente do conselho de guerra, tribunal militar rigoroso e ilibado até então, o qual, no caso Dreyfus, corrompe-se impelido principalmente pela eugenia, crença paracientífica segundo a qual se colocavam judeus, andaluzos, curdos, povos africanos, aborígenes australianos e seus miscigenados como uma subespécie humana e dá vigor ao antissemitismo europeu.

É, pois com esse olhar, que Zola representa os sujeitos de *J'Accuse...!*. Essas representações são enunciadas nas sequências textuais, nas sentenças, nos períodos e, surgem envolvidas em categorias textuais permitindo que elas sejam mais facilmente identificadas para análise. As representações, portanto, são proposições de mundo a partir do Ponto de Vista do locutor intuindo atrair aquele que o escuta ou lê, a aderir à forma como ele depreende o mundo.

Queiroz (2013) afirma que

construir a representação discursiva através do texto apresenta uma proposição de mundo e convida a seu alocutário a fazer parte desse mundo, a dialogar com esse mesmo mundo e com a própria situação comunicativa. Assim produtor e ouvinte precisam participar da mesma atividade para que o sentido aconteça, devendo haver entre eles conhecimentos culturais e sociais compartilhados (QUEIROZ, 2013, p. 51).

Grize (1993), teorizando a lógica natural, expõe que os sujeitos da comunicação estão situados no espaço e no tempo os quais são tomados no cerne de uma cultura. Logo, o discurso em língua natural propicia uma dimensão argumentativa e, essa argumentação é concebida no contexto social, suscitada pelos muitos conflitos de opinião, pelos entrechoques de PdV, por anseios diversos e adversos, pela classe que domina, pela classe social que se deixa dominar, pelos que se libertam e pelos que se mantêm sob o julgo exploratório e opressor, pelos *dreyfusards* e pelos *antidreyfusards* de todos os tempos.

Nessa interação social, os interlocutores propõem entre si uma “imagem verbal”, é essa imagem verbal que Grize chama de “esquematização”. Observe-se, entretanto, que a esquematização e também as Rtd não podem dar conta da realidade como um todo, mas, extrai da realidade uma porção segundo o interesse do locutor, a qual é recebida por seu ouvinte/leitor e é recriada nele e por ele conforme sua visão de mundo e entendimento da situação que vivencia.

Por ser assim, conforme a teoria da lógica natural, a esquematização, segundo Grize (1993) é resultado de comportamento social, compõe um processo de comunicação, contém as marcas do sujeito enunciador, formulada por enunciados e, ela não é formalizável no estrito senso do termo, mas precisamente onde estão presentes as marcas dos sujeitos (GRIZE, 1993, p. 1).

Tratando sobre o mesmo tema: as Rd/Rtd e, no mesmo nível de análise textual, Lopes (2014) indica ser possível compreender o processo comunicativo da construção e reconstrução das imagens verbais. Escreve ela que

é possível compreender que a construção dos sentidos e das “imagens” textuais passa por um processo em que os interlocutores mobilizam um conjunto de conhecimentos pré-construídos – de natureza social, histórica e cultural, a começar pela própria linguagem. Dessa maneira, a construção de uma representação discursiva implica uma negociação ou uma troca de informações entre os interlocutores (LOPES, 2014, 45).

Gutierrez-Vidrio (2017, p.5), em artigo que ela comenta a Lógica Natural de Grize, cita-o quando expressa que “Uma esquematização, em concreto, é uma representação discursiva orientada a um destinatário sobre aquilo que seu autor concebe ou imagina de certa realidade, e tem como fim fazer que o destinatário compartilhe dessa concepção” (GRIZE. 1996. p. 50, tradução nossa)<sup>26</sup>.

As Representações textual-discursivas (Rtd) são, portanto, uma forma de ver a realidade expressa por um locutor a partir do lugar em que se posta política e socialmente. Implica representar uma realidade segundo um modo particular de ver, no intuito de influenciar alocutários a aderirem ao mesmo prisma de visão. A Rtd é uma grandeza perfeitamente analisável nos textos de quaisquer gêneros e circulam textualmente nas proposições enunciadas, nos períodos, nas sequências textuais. As categorias de análise, que são estudadas a seguir, prestam-se ao pesquisador para identificar e analisá-las.

---

<sup>26</sup> Una esquematización, en concreto, es una representación discursiva orientada a un destinatário sobre aquello que su autor concibe o imagina de una cierta realidad, y tiene como fin hacer que el destinatario comparta dicha concepción (GRIZE, 1996:50).

### 2.3.1 As categorias de análise das Representações textual-discursivas

As categorias de análise das Representações textual-discursivas são operações textuais de grandeza predominantemente semântica que possibilitam descrição, análise e interpretação das “figuras verbais” na construção do sentido. Elas possuem teor argumentativo em sua enunciação, porque para esse efeito, o léxico que as constrói é escolhido de modo a suscitar segundo seu propósito: influência, convencimento, dissuasão, persuasão, mudança de opinião ou para estabelecer convenção.

A descritibilidade da Rtd é legível na proposição enunciada. Adam (2011), tratando, justamente, da proposição enunciada explicita seu valor descritivo: “toda proposição enunciada possui um valor descritivo” (ADAM, 2011, p. 113, cf. p. 17). Essa descritibilidade gera, nas Rtd, a propriedade de “dar a ver” algo a uma pessoa, isto por suscitar uma figura verbal, devido serem análogas às esquematizações de Grize (1996) e as Representações de Adam (2011). Lembra-se aqui Grize (1996): “Uma esquematização tem como papel dar a ver algo a alguém, mais precisamente, é uma representação discursiva daquilo que seu autor concebe ou imagina de uma certa realidade e é orientada a um destinatário” (GRIZE, 1996, p. 50)<sup>27</sup>.

Por isso, as categorias de análise são termos criativos que circulam na sentença por meio de nomes e de seus modificadores, de processos verbais e de seus modificadores, de pronomes pessoais em suas formas nominativa, acusativa, dativa postos nas anáforas, nas catáforas ou até por meio elíptico, nos casos do mecanismo da elisão.

Quando aqui, se expressa serem essas categorias “grandezas predominantemente semânticas”, assim se registra por reconhecer que a estrutura sintática vem-lhe por infraestrutura, como nos casos da predicação que, tendo consistência no verbo, há sempre grupos nominais que antecedem ou sucedem o verbo.

Rodrigues *et al.* (2014) definem as categorias de análise das Rtd apresentando-as como construções textuais “[...] semânticas, nocionais, interpretadas numa perspectiva textual. Elas não correspondem, biunivocamente, a uma única categoria gramatical, lexical ou mesmo discursiva, antes, incorporam-nas” (RODRIGUES *et al.* 2014, p. 251) .

---

<sup>27</sup> Une schématisation a pour rôle de faire voir quelque chose à quelqu'un, plus précisément, c'est une représentation discursive orientée vers un destinataire de ce que son auteur conçoit ou imagine d'une certaine réalité (GRIZE, 1996, p. 50).



As categorias de análise das Rtd que permitiram as análises estabelecidas nesta dissertação estão citadas de acordo com sua aparição no texto são: 1) Referenciação<sup>28</sup> e seus modificadores (adjetivos, possessivos<sup>29</sup> e adjuntos), 2) Predicação e seus modificadores (organizadores textuais de causa, modo, intensidade etc), 3) Localização (espacial ou temporal) e 5) Modificação (do referente, da predicação, restritiva, epítética, atributiva), as quais passam a ser conceituadas.

Quanto à Referenciação, Queiroz (2013, p. 66) expressa que “É compreendida e defendida, por nós, como a designação dos referentes (coisas, objetos, sujeitos, ações, processos), ou seja, aquela que nomeia os participantes do processo verbal”. Daí, pois, a referenciação processar-se quando se denomina um sujeito discursivo: “*Um conselho de guerra* acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver *um Esterhazy*” (§ 3º). No texto, há duas referenciações: a primeira ao “conselho de guerra” (uma instituição de justiça) e a segunda Esterhazy (um homem) os quais podem ser redesignados por outros nomes ou ainda por meio de pronomes que com eles estabelecem relação: “E é aqui que o comandante Esterhazy aparece. Testemunhos o apontam inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga.” (§ 18). O sujeito Esterhazy, na segunda sentença do exemplo, é referenciado pelo fórico “-o” em sua forma e função semântico-sintática acusativa, sabendo-se que a natureza de tais pronomes, quer em posição nominativa (na função de sujeito), quer na posição acusativa (de objeto direto)<sup>30</sup>, ou em posição dativa (de objeto indireto), estabelecem a Referenciação.

A autora explica que a menção do nome (próprio ou comum) pelo qual se designam os sujeitos discursivos é uma Referenciação e que, esse sujeito pode ser “coisas, objetos, sujeitos, ações, processos”. Na visão que se tem, neste trabalho, segundo à extensão dessa categoria ao fórico, conclui-se que também esses elementos, por meio de anáfora (como foi o caso do exemplo) ou por catáfora, estabelecem a categoria de análise da Referenciação.

Aquino (2015) expressa que

Em síntese, entendemos que a referenciação, através dos objetos de discurso (referentes) constitui a base semântica para a compreensão da Rd, haja vista ser por meio dela que os sujeitos realizam operações de representação do conteúdo referencial, à medida que o discurso se desenvolve (AQUINO, 2015, p. 69).

<sup>28</sup> Considerando o fórico como elemento capaz de estabelecer referência textual, inclui-se na Referenciação a categoria da Relação e as Analogias por comparação e por metáfora.

<sup>29</sup> Os possessivos têm a propriedade de restringir indicando posse. Em “seu marido” (§ 9º), “marido” é modificado para, restritamente ser Alfred Dreyfus, o marido de Lucie, mulher do capitão Dreyfus que viera de receber voz de prisão do tenente-coronel du Paty de Clam o qual fora a sua residência para “aterrorizá-la”.

<sup>30</sup> O fórico não surge apenas em função de sujeito ou de objeto direto, porém, sempre que surgir é para estabelecer referenciação.

Silva (2015), concernente à Referenciação, tendo ele citado Adam (2011), Castilho (2010) e Neves (2006), opta por sintetizar os conceitos.

Não pretendemos seguir uma ou outras definição isoladamente, mas recortamos aspectos pertinentes de cada uma delas para compreendermos a referenciação como o processo que possibilita a designação de objetos de discurso, sendo esses objetos construtos de uma realidade criada no e pelo próprio discurso (SILVA 2015, p. 68).

A Referenciação realiza-se por um nome que designa um ser real ou fictício. O nome de um sujeito é-lhe referente e, a partir daí, tudo aquilo que, no texto, disser-lhe respeito é Referenciação, os possessivos seguem-se aos substantivos e aos pronomes pessoais. Vejam-se os exemplos extraídos de *J'Accuse...!*. Trata-se aqui de um jogo textual combinando duas Referenciações que se revezam na sentença entre Zola e o presidente Faure: “E é **ao senhor, Presidente**, que **eu** clamarei pela verdade, com toda força de **minha** revolta **de homem honesto**.” (§ 5º). Félix Faure, no exemplo, é tratado por “senhor” e “presidente”. Há Referenciação desde que um sujeito é citado no texto. Uma vez citado, ele é “designado”, quando é novamente citado, é “redesignado” com o mesmo nome ou com outros nomes que a ele se referenciam. Vê-se no trecho, Zola referenciado pelo pronome “eu”, pelo possessivo “minha” e pelo adjunto: (revolta) *de homem honesto*. Quando se faz a Referenciação a Faure como “senhor” e “presidente”, propõe-se a Representação textual-discursiva de “senhor”, tratamento de consideração à autoridade e, “presidente”, propondo a Representação Textual-discursiva de consideração ao cargo que Faure auferira na República Francesa.

Nestes exemplos, o jogo textual acrescenta às representações de Zola e de Faure às representações do conselho de guerra: “E, a **quem** denunciaria a **turba malfazeja** dos **verdadeiros culpados** senão **ao senhor, o primeiro magistrado do país?**” (§5º). “Quem”, apesar de interrogativo e de indefinido, no texto e pelos cotextos anterior e posterior, sabe-se que se refere a Félix Faure. “Turba malfazeja” é referenciação ao conselho de guerra (negrito em itálico) e, “magistrado primaz do país” é referenciação a Félix Faure (negrito) e a referenciação a Zola apresenta-se em negrito sublinhada.

Oliveira, K (2017) explica que “todo discurso constrói uma representação”, e continua: “Ainda, acrescentamos Representações textual-discursivas que, operam como uma memória compartilhada. Os estágios dessa representação são responsáveis, de forma mais específica, quando remete às formas referenciais.” (OLIVEIRA, K. 2017, 144).

Quanto à Predicação, sabe-se que ela dispõe um processo verbal segundo o comportamento semântico de cada verbo conforme seu regime, incluindo ou não complementos, mudando de sentido de acordo também com esse regime. De modo que a Predicação é uma das colunas textuais para apontar a Rtd e possibilitar sua análise.

No que diz respeito à Predicação, Queiroz (2013, p. 61) expressa que “a predicação e a referenciação formam a base de constituição dos enunciados em que, à predicação se associam os termos ligados pelo processo de Referenciação. Assim, a Referenciação se constitui em uma entidade fundamental para construir um determinado texto.”.

Os enunciados são construídos com base em um agente que suscita uma ação. Esse agente, aqui, é chamado por “fonte da ação” (ou do processo), porque a ação parte dele. Trata-se de um elemento da Referenciação, porque foi referenciado textualmente e é ele quem promove o movimento narrativo: “E é aqui que o comandante Esterhazy aparece”. Esse agente, no exemplo, é “o comandante Esterhazy” e, a ação ou o processo é “aparece”. Por essa razão, segundo a autora, “a Predicação e a Referenciação formam a base da constituição dos enunciados”, porque o enunciado constitui-se, basicamente, de um agente e de sua ação. Em: “Testemunhos o apontam inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga”, a fonte da ação de “apontar” é “testemunhos” e, a ação ou o processo é a/o de “apontar”. Esse modelo é construtivo da maioria dos enunciados.

No que concerne à Predicação, Oliveira, K. (2013) afirma que se trata “de um processo básico de construção do enunciado” e exemplifica: “para realização deste trabalho, tomamos essa categoria para identificar os verbos e expressões equivalentes e inerentes aos processos nos quais se encontra inserida a figura feminina, com vista à construção da Rd.” (OLIVEIRA, K. 2013 p. 29).

Aquino (2015, p. 69), com respeito à Predicação, considera “a predicação como elemento de grande importância para se compreender as representações que se criam dos objetos de discurso.”. Explica que as predicações são seleções realizadas pelo enunciador tendo em vista indicação de um processo. As predicações têm a propriedade de situar os participantes do processo. Conforme o que aqui foi visto, o participante do processo pode ser a fonte ou ser enunciado como objeto afetado no processo (paciente no processo).

Silva (2015), no que tange à predicação expressa que

[...] em nossas análises, selecionamos nossos enunciados a partir da referenciação, isto é, entendemos a referenciação como o elemento que nos permite selecionar um enunciado e analisar ali, considerando as demais operações semânticas adotadas, uma representação discursiva. Ademais, pensar o verbo como o elemento que se coloca no centro da oração compreende um fenômeno de ordem sintática e, portanto, não nos interessa considera-lo neste trabalho (SILVA, 2015, p. 71).

Neste trabalho, percebe-se a Predicação como a categoria de análise que se manifesta a partir do processo verbal e que permite visão sobre o referente como agente ou como paciente no processo. A predicação pode ser modificada por meio de organizadores textuais hábeis a essa modificação. Para exemplificar essa ideia sobre a predicação, vejamos os fatos textuais

do excerto: “E é ao senhor, Presidente, que clamarei pela verdade, *com toda a força de minha revolta de homem honesto*” (§5º). Dois referentes articulam-se na predicação, o enunciador é Zola, o alocutário é Faure. Zola é o promotor do processo: “Eu clamarei *ao senhor*”. Faure, como *ao senhor* é paciente no processo. O processo é modificado por *com toda força de minha revolta de homem honesto* – é esse o modo como Zola clama ao presidente e que adiciona o conteúdo modificador da Predicação. O verbo escolhido é “clamar” que se obriga a admitir termo que o complemento: “clamarei *ao senhor, Presidente*.”.

Oliveira, K. (2017), sobre a Predicação, comenta que

A posição que defendemos neste estudo à operação de textualização, é a de que se trata de uma operação por meio da qual se identificam processos, bem como suas modificações, ação, estado e mudança de estado que envolvem o referente na (re)construção das Representações textual-discursivas (OLIVEIRA, k. 2017, p. 14).

Quanto à Predicação, Nóbrega (2016) indica que essa categoria de análise “remete à operação dos predicados” e expõe que “nessa direção, a escolha dos verbos é pertinente na construção de uma representação discursiva” (NÓBREGA, 2016, p. 44).

No que concerne à Modificação, diz-se que ela é dada quando o referente, exposto pelo PdV do enunciador, é construído sob o esquema de alteração de sentido por agente modificador que lhe dê uma característica visível, uma função, um estado, uma qualidade, defeito, origem, posse, qualquer termo que o identifique além do nome, que qualifique, que o coloque numa escala de ordenação, indique-lhe posse: “[...] **sua** estrela, até aqui **bem-aventurada**, está **ameaçada** da mais vergonhosa, da mais indelével das máculas?” (§ 2º); observe-se que a referência a “estrela” (no texto significando “vida”), é vista textualmente e enunciada por Zola como “bem-aventurada”. O adjetivo cumpre o papel de modificador do referente, que nessa proposição é uma metáfora “vida = estrela” pertencente a Félix Faure.

No exemplo dado, portanto, são modificadores do nome estrela: “sua” e, tem a finalidade de modificar o nome indicando-lhe a posse. E, indicando posse, tem o papel de restringir essa coisa como própria a um sujeito, excluindo todos os demais quanto ao estado de possuidor. Por essa compreensão é que se dá à Modificação o detalhamento de *Modificação restritiva*. O modificador seguinte é *atributivo* porque é identificado por meio de verbo cópula, o fato ou estado de “estar” (está *ameaçada*).

Assim, a modificação determina-se primeiramente por adjetivos, por grupos nominais preposicionados (“adjuntos”, conforme Castilho, 2010) que funcionam como epítetos. Em certos casos, nomes podem surgir como modificadores de outros nomes, por exemplo: “caso Dreyfus”, em que “Dreyfus” não só nomeia “caso”, mas também o restringe especificando.

Como acontece a Modificação do referente, também o processo verbal é susceptível de sofrer modificação, quando liga ao sentido do verbo outro sentido que lhe acrescenta noção de, por exemplo, o “modo de ser”, conforme em: “A verdade, di-la-ei, porque prometi dizer, se a justiça, regularmente tomada, não-no **fizer de forma plena e por inteiro**” (§4º). Os termos em itálico sublinhado exemplificam os modificadores para o processo (no caso, modificadores de Fazer); ou, conforme este outro exemplo: “Minhas noites seriam infestadas pelo espectro do inocente que **expia** ao longe, na mais horrorosa das torturas, um crime que não cometeu” (§ 4º.), assim, vê-se que “Expiar” modifica-se pela expressão: *na mais horrorosa das torturas*. Observe-se, também, a Modificação incidente no processo de “Cometer”, que consiste em o processo ser negado: “um crime que *não* cometeu”. Queiroz (2013, p. 67) tratando dessa categoria de análise, define-a como “a categoria que apresenta as propriedades ou as qualidades tanto dos referentes como das predicções.”.

Oliveira, K. (2017) explica a Modificação, expressando que “se trata de uma macrooperação.”.

que se apoia na tematização e agrupa duas operações, quais sejam: a fragmentação e a qualificação. Dessas duas operações, focalizaremos a operação de qualificação, uma operação que, segundo Adam (2011. p. 221), [...] evidencia propriedades do todo e/ou das partes [...]. É uma operação que se estrutura, mais frequentemente, pela estrutura do grupo nominal nome + adjetivo e pelo recurso do predicativo do ser (OLIVEIRA, K. 2017, p. 149).

Convém comentar com mais atenção a importância desta citação de Oliveira (2017), pois a Modificação, apesar de ser facilmente compreendida. Analisar uma Rtd por meio dela requer acuidade ao analista e, por não se trabalhar, nesta pesquisa, as operações de fragmentação e de qualificação, crê-se que seja útil comentá-las. Dá-se o exemplo da operação de fragmentação por meio da proposição: “Ele é todo o caso Dreyfus” (§ 7º), observe-se que o caso Dreyfus fragmenta-se em um de seus aspectos, quando “um homem nefasto” resume, em si, todo o processo, as investigações, os papéis roubados, as falsificações, as armadilhas que ele arma, as intrigas nos conciliábulos de gabinete, na mídia e nos tribunais, a condenação de Dreyfus, a absolvição de Esterhazy, porque Zola expressa todas essas coisas catalisando-as em du Paty de Clam, por isso ele resume todo o caso, isto é: ele é um fragmento do caso que representa o que de obscuro e nefasto há em todo o processo.

A fragmentação é mais comum em descrições, pois apresenta uma parte de um referente, fazendo-se um recorte descritivo. As metonímias se propõem a isso, o uso do hipônimo pelo hiperônimo e os eufemismos. Mas *J’Accuse...!* é, sobretudo, narração. Contudo, há esse exemplo. Já a qualificação ocorre em *J’Accuse...!*, entretanto, bem mais recorrente do que a fragmentação: “Um homem *nefasto* tudo conduziu” (§ 7º). O grupo

nominal com núcleo em “homem” é modificado por meio de qualificação: grupo nominal + adjetivo: “um homem” + “nefasto”. Neste caso, “nefasto” em posição de epíteto.

Mas, a citação de Oliveira, K. (2017) encerra-se em: “e pelo recurso do predicativo do ser”. Nesta dissertação, para exemplificar, utiliza-se a sentença já citada: “Ele é *todo o caso Dreyfus*”, que é também exemplo para “recurso predicativo do ser”, uma vez que esse recurso viabiliza-se por verbo cópula, no caso, o verbo “Ser”. De modo que, na fragmentação, incorpora-se um “predicativo do ser”, no exemplo representado pelo pronome pessoal nominativo (ele + é + predicativo [ou atributo] = Ele é *todo o caso Dreyfus*).

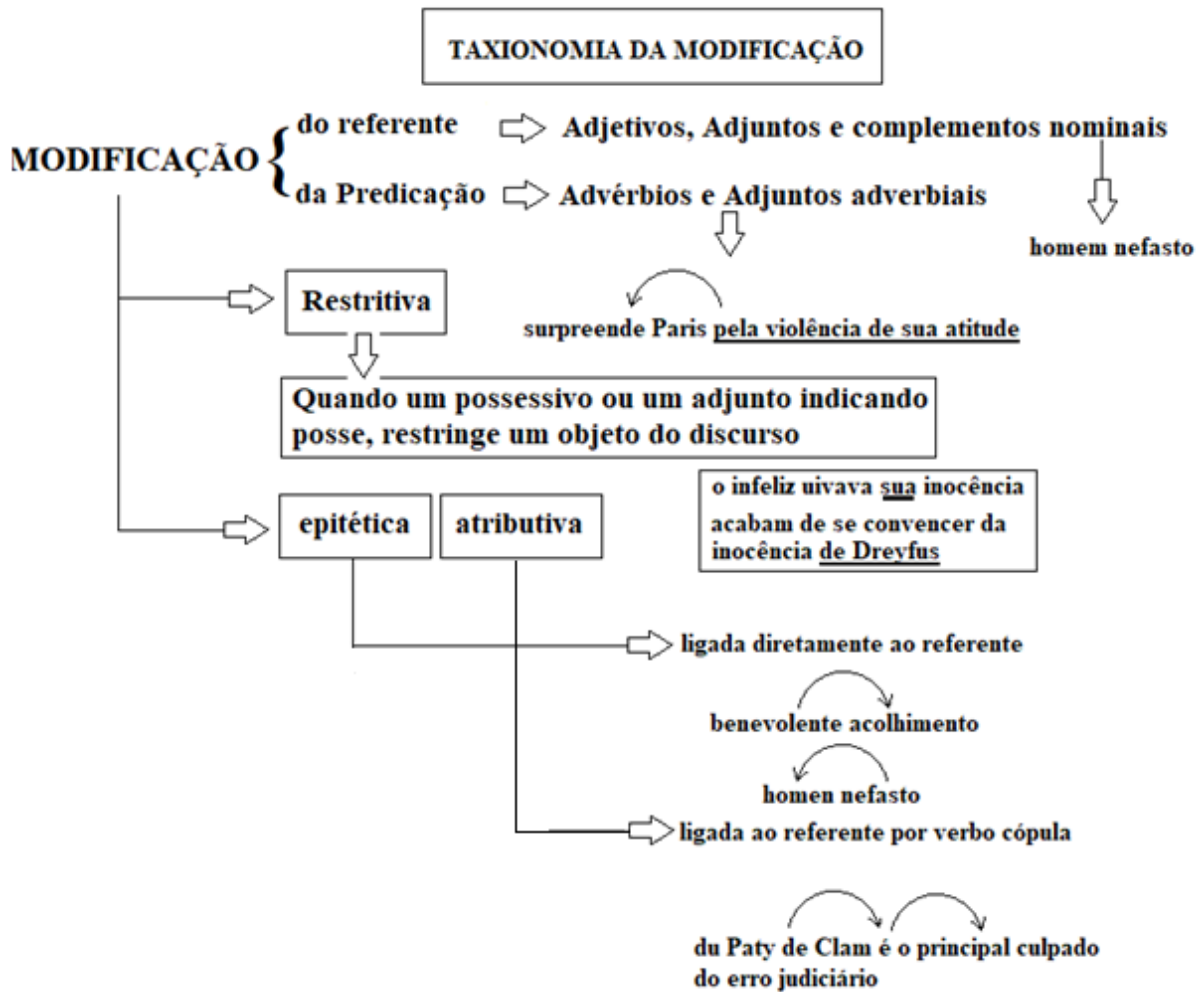
Em suma, quanto à Modificação, tem-se a observar e a fixar que ela se opera tanto para o referente quanto para a Predicação, com diferentes operadores, pois os modificadores do referente são de natureza capaz de alterar aspectos junto aos nomes e, os modificadores da Predicação são de natureza modal, causal, consequencial, de negação ou de dúvida *etc.* Por assim ser, os modificadores do referente são adjetivos, possessivos e adjuntos com valor adjetival e os modificadores da Predicação exprimem uma circunstância.

Aquino (2015, p. 71) expõe que a modificação “traz consigo a ideia de transformar, de variar, de mudar, ou seja: de atribuir características aos objetos de discurso.”. Uma maneira de “variar” pode-se dar por restrição, quando se relaciona um objeto do discurso como pertencente a outro e, por isso, restringe-se-o no universo de similares por pertinência e posse de um referente: “Depois, de repente, ele enche-se de audácia, surpreende Paris pela violência de sua atitude” (§ 18), em que a atitude liga-se, particularmente, a Esterhazy.

Mas, há dois tipos de modificação, conforme Silva (2015, p. 71) que os explicita: “Por isso, é necessário dividir a operação de Modificação da referenciação e Modificação da predicação.”. Se o primeiro tipo concerne aos adjetivos e expressões equivalentes, o tipo de modificação para a predicação, há de ser determinada por indicadores do modo como o processo verbal efetuou-se: “[...] surpreende Paris (como surpreende?) pela violência de sua atitude” ou, por indicador de intensidade: (como foi feita a pergunta?) - “Com estupor, pergunta-se quem eram os protetores do comandante Esterhazy” (§ 19). “Pergunta-se com estupor” (com assombro) aí intensificado pelo conteúdo semântico do termo “estupor”.

Devido a esse comentário com respeito à Modificação e, tendo em vista sintetizar o pensamento que pode ter trazido detalhamento taxionômico à categoria, montou-se uma figura a partir da constatação de que há dois tipos de Modificação quanto à interferência: uma interferência que recai sobre o referente e outra que recai sobre a Predicação e, a Modificação estrutural dada sintaxe, podendo ser “restritiva”, “epitética” ou “atributiva”.

Fig. 5: A Modificação.



Fonte: criação nossa.

A Localização pode ser espacial, vinculada à escolha lexical cujos operadores de textualização venham a situar os referentes em determinado sítio real ou imaginário; ou em um ponto temporal: cronológico ou psicológico, quando essa localização se viabiliza por marcadores textuais de tempo; por demonstrativos e por tempos verbais que agem como auxiliares, corroborando as localizações: “*Minhas noites* seriam infestadas pelo espectro do inocente que expia **ao longe** um crime que não cometeu *na mais horrorosa das torturas*” (§4º). Observem-se os marcadores: “Minhas noites” registram um ponto cronológico e, “ao longe” indicam um ponto geográfico. No caso, trata-se de uma prisão na Guiana Francesa, na Ilha do Diabo, onde o “espectro do inocente” expia injustamente.

Oliveira, K. (2014, p. 30), no que concerne à categoria da localização, expõe que: “a localização temporal diz respeito ao tempo no qual se desenvolvem os processos e os participantes. Já a localização espacial diz respeito aos espaços nos quais os processos e os participantes se formam.”.

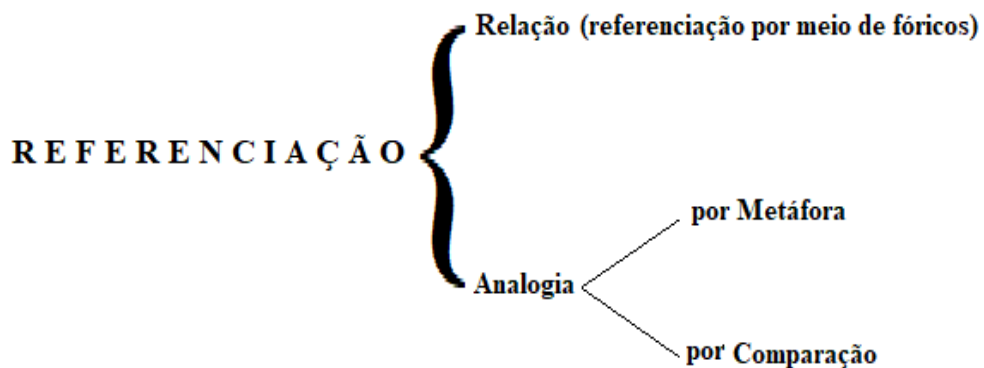
Aquino (2015, p. 75), considerando a localização, expõe em quadro, organizadores que encerram a propriedade de localizar o referente no espaço e no tempo: “linguisticamente, a localização é marcada no texto por expressões que indicam tempo e lugar, advérbios e/ou expressões adverbiais.”.

Silva (2015) volta-se aos exemplos de localização espacial ou temporal em sua tese.

Assim, considerando o nosso *corpus*, as expressões que designam os espaços geográficos (Mossoró, Apodi, Itaú, São Sebastião, dentre outras identificadas, especialmente no capítulo 4 desta tese) e as que situam os acontecimentos no espaço (desceu para a cidade, por exemplo) são estabelecidas nos textos por meio de organizadores espaciais. Por outro lado, as expressões que indicam o tempo cronológico (datas, horas, por exemplo) funcionam como organizadores temporais (SILVA, 2015, p. 74).

Portanto, as Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy são analisadas segundo as categorias da Referenciação e Modificação do referente, da Predicação e Modificação da predicação, de Localização (espacial ou temporal). Considerando-se ainda a Referenciação, verifica-se que ela compreende a Relação como Referenciação por meio de fóricos e, também envolve a Analogia por Metáfora ou por comparação conforme esquematizado na figura abaixo.

Fig. 6: A Referenciação e seus desdobramentos



Fonte: criação nossa.



### 3 METODOLOGIA

Este capítulo caracteriza-se pelos procedimentos metodológicos da pesquisa. Iniciando-se pela escolha de procedimentos que melhor se adequa aos propósitos expostos no questionamento e nos objetivos, por sua natureza e concepção. Em seguida, passa-se a sua contextualização. Faz-se também a contextualização do *corpus* do qual se retiram os elementos de análise e, descreve-se o modo como os dados foram processados na análise.

Em paralelo à fundamentação teórica, às análises e interpretações e, de modo coadjuvante e esclarecedor, recuperam-se, na dissertação, nesgas da história do caso Dreyfus. Às vezes, dados que não estão registrados em *J'Accuse...!*, mas que cooperam com a informatividade, análises e interpretações. Aliás, a Análise Textual dos Discursos propõe uma teoria “teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar na análise de textos concretos” (ADAM, 2011, p. 23). E, assim pensando, cotexto e contexto cumprem seu papel na análise e na interpretação.

#### 3.1 Pesquisa quali-quantitativa e interpretativista

Esta pesquisa desenvolveu-se em dois aspectos. No aspecto qualitativo, porque os valores semânticos da Representação textual-discursiva não são passíveis de quantificação, eles têm conteúdo subjetivo, alargam-se segundo o conhecimento enciclopédico que se possa ter e ainda quanto aos sentidos criados em *J'Accuse...!*. Esse aspecto requer também que a pesquisa seja de natureza interpretativista, requisito metodológico de importância colunar.

Contudo, devendo-se quantificar termos usados na construção das Rtd e em conformidade às categorias de análise, estabeleceu-se uma contagem com intuito de comparar quantidades e determinadas Rtd relacionando os dois objetos do discurso, por exemplo: quantas vezes cada um dos sujeitos Dreyfus e Esterhazy foram representados como “inocentes”, como “culpados” ou como “traidores”. Quantas vezes Dreyfus ou Esterhazy foram referenciados como fonte da ação nos enunciados ou, como pacientes no regime processual e, outras quantificações que são expostas noutro ponto deste segmento.

A natureza interpretativista orienta-se por pressupostos axiológicos, ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Santana e Sobrinho (2007) expõem que

para que um pesquisador esteja apto a pesquisar adotando uma abordagem interpretativa, necessário se faz que o mesmo tenha plena consciência e aceitação dos pressupostos que a edifica; tais pressupostos, de ordem axiológica, ontológica, epistemológica e metodológica, são apresentados na sequência (SANTANA e SOBRINHO, 2007, p. 3).

Segundo os autores, os pressupostos axiológicos propõem que os homens são construtores de diversas realidades e que, por isso, os pesquisadores podem ser diferentes uns dos outros e que, por isso, podem analisar um fenômeno de forma diversa de outros, uma diferença causada por conotações particulares.

[...] os pressupostos axiológicos do interpretativismo propõem que os seres humanos constroem múltiplas realidades, ou seja, a “lente” que o pesquisador utiliza para analisar um fenômeno faz com que o mesmo tenha conotações particulares para aquele determinado pesquisador, o que nos permite depreender que, possivelmente, se outro pesquisador analisasse o mesmo fenômeno, ele seria visualizado de maneira diferente, dadas as diferentes visões que os dois pesquisadores possuem do mundo, o que leva a diferentes interpretações (SANTANA e SOBRINHO, 2007, p. 3).

Quanto aos pressupostos ontológicos expressam que “diferentes percepções resultam em diferentes realidades” porque os homens são seres sociais e que, por isso, eles são determinantes do meio em que atuam socialmente. No que concerne aos pressupostos epistemológicos explicam a complexidade e mutabilidade do mundo, de modo que uma pesquisa se desenvolve tendo em vista essa mutabilidade social.

o mundo é muito complexo e mutável para tentar identificar relações causais e, por isso, eles geralmente não entram no campo com relações identificadas para serem testadas – o desenho da pesquisa se desenvolve com o ambiente em mutabilidade [...] para o interpretativismo, o conhecimento do mundo é intencionalmente constituído por meio da experiência vivida por uma pessoa, ao contrário do que apregoa a epistemologia positivista, a qual afirma que a realidade objetiva existe além da mente humana (SANTANA e SOBRINHO, 2007, p. 3-4).

Naquilo que respeita aos pressupostos metodológicos, o interpretativismo, segundo a disciplina em que se pesquisa, pode-se utilizar métodos de estudos de caso, estudos etnográficos, estudos fenomenográficos e etnometodológicos, dentre outros, tendo como meta *descrever seguindo certa teoria*, o que se ajusta aos princípios desta pesquisa na Análise Textual dos Discursos para descrever à luz da abordagem teórica de Adam (2011).

Seguindo os trabalhos que focalizam as Representações textual-discursivas mencionados nesta dissertação, utiliza-se, pois, uma metodologia de natureza quali-quantitativa. A quantificação diz tanto respeito à depreensão de frequências e regularidades, como a identificação de casos particulares que auxiliem a descrição.

Esta pesquisa tem base interpretativista, a saber: por considerar-se que a realidade é multifacetada e que essa realidade é mental e perceptual, uma vez que diferentes percepções resultam, necessariamente, em diferentes realidades e, sabendo-se que o conhecimento do mundo é intencionalmente constituído mediante experiência vivida por uma pessoa e, por essa razão, os homens constroem uma realidade a partir de seu ponto de vista. Assim aqui se interpreta os sentidos não apenas do léxico, mas segundo a construção de Émile Zola, das anamologias e metáforas, da escolha do substantivo e de seu modificador, do verbo e de seu

modificador, por isso, buscou-se cuidadosamente a tradução mais fiel possível ao francês do Século XIX.

Os procedimentos técnicos utilizados fazem-se por documentação indireta<sup>31</sup>, técnica de pesquisa própria ao interpretativismo, em que o pesquisador utiliza o referencial teórico para construção de seu trabalho. Nesta pesquisa, a teoria que lhe dá base e, o *corpus* são fundados a partir do referencial bibliográfico e de textos disponíveis em *sites*, o que configura a documentação indireta. A Documentação indireta diferencia-se da documentação direta, porque esta última se efetua através de experimentos, por questionários aplicados e por viagens de campo, impraticáveis quanto aos propósitos deste trabalho.

### 3.2 Estabelecimento de *J'Accuse...!*

O fac-símile do exemplar número 87 de *L'Aurore*, de 13 de janeiro de 1898, foi obtido no *site* de *Gallica*, a biblioteca virtual da *Bibliothèque Nationale de France* – BnF. As ferramentas de consulta de *Gallica* permitiram a ampliação do documento de modo a torná-lo legível, coisa que tinha sido impossível conseguir em outros sites com fac-símiles do jornal. Dessa maneira, foi possível ler todos os textos do número 87 e, assim, verificar a existência de vários outros textos ligados ao caso Dreyfus: o texto *Tous de Mèche (Todos de conluio)*, assinado por Ph. Dubois, que publicou uma carta do general Pellieux em apoio a Esterhazy e, há outro texto, anônimo, com o título: *Leur Justice (A justiça deles)* de um *dreyfusard*, que critica Edouard Drumont, diretor do jornal antisemita *La Libre Parole*, por uma afronta que ele publicara contra o senador vitalício da república, Scheurer-Kestner, vice-presidente do Senado, homem que lutava pela reabertura do processo de Alfred Dreyfus.

A tradução do texto foi realizada com base nas versões de Lísias (2008) e Almeida (2009), revisadas e ajustadas. A tradução por que se interessava era a do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, que, já no último dia de janeiro de 1898 publicou *J'Accuse...!*, em versão portuguesa também na primeira página.

No último dia do mês, o *JC* publica a tradução da carta de Zola juntamente com um artigo sobre o caso. A carta é publicada na primeira página, como assunto principal, sob o título de sessão, “Questão Dreyfus”. Já o artigo figura como os anteriores na sessão “Grave questão em França” (ALMEIDA, 2009, p. 90).

---

<sup>31</sup> A documentação indireta é o estudo que se constrói a partir de bibliografia e por de textos numéricos, procedimento próprio do interpretativismo e que difere dos procedimentos do positivismo que dá preferência a utilizar métodos como experimentos, levantamentos e estudos de campo.

Teria sido extremamente importante ter acesso a essa tradução do *Jornal do Commercio*, mas, a *Hemeroteca da Biblioteca Digital Brasileira*, da Biblioteca Nacional não dispõe das mesmas ferramentas de busca e visualização que a *Gallica*, por isso, não foi possível, em tempo hábil, ter acesso ao texto<sup>32</sup>. Contudo, como não se trata de um trabalho técnico ou de pesquisa sobre tradução, entende-se que o texto sobre o qual se realizou a pesquisa é mais do que suficiente para os propósitos a que se propõe.

### 3.3 Procedimentos de análise

Oliveira, A. (2014) observa que:

Uma das características da metodologia da análise textual, especialmente tal como vem sendo desenvolvida para o estudo das representações discursivas no contexto brasileiro, é a identificação, por meio de levantamentos detalhados, das formas que são foco da pesquisa, assim como sua disposição tabular e/ou reticular para a análise. Sobre a distinção tabular/reticular, diremos sucintamente que a **análise tabular** se concretiza nas tabelas de formas quantificadas, permitindo uma interpretação semântica do texto, complementar à interpretação baseada na linearidade. Por sua vez, a **análise reticular** se expressa por meio de diagramas “em rede”, que também complementam a interpretação linear do texto, mostrando mais claramente as conexões e hierarquias semânticas. [...]. Se observarmos as principais etapas da ATD, verificamos que, na sua essência, retomam as operações básicas da análise linguística descritiva empírica [...] exaustivamente testadas na tradição estruturalista/distribucionalista de descrição de línguas particulares. Ou seja, para a análise dos diferentes níveis linguísticos (fonético, morfológico, sintático), as etapas de uma linguística empírica são, de maneira simplificada: formação de um corpus > identificação das formas > comparação e distribuição das formas > explicação/interpretação. Esses procedimentos, naturalmente, são guiados pelas hipóteses ou os objetos de estudo específicos. (OLIVEIRA, A. 2014, p. 49).

A autora apresenta o quadro abaixo, que sintetiza essa comparação:

Quadro 5: Equivalências entre metodologia da linguística descritiva (distribucional) e Análise Textual dos Discursos.

Linguística Distribucional	Análise Textual dos Discursos
Formação do <i>corpus</i>	Estabelecimento do texto
Identificação das formas	Marcação textual / Identificação / Levantamento das formas
Distribuição das formas	Análise tabular e reticular
Explicação/interpretação	Explicação / interpretação (onde se reencontra o discurso a partir do texto).

Fonte: Oliveira, 2014, p. 49, adaptação nossa.

Assim, os procedimentos de análise, com algumas adaptações, são os seguintes:

- 1) Marcação textual para identificação dos enunciados que expressam as Representações textual-discursivas de Dreyfus e Esterhazy. Resultados dessa marcação.

<sup>32</sup> O blog de Denise Bottmann, *Não gosto de plágio*, apresenta em 2 de abril de 2013, cinco obras com traduções de *J'Accuse...!*, além de Lísias (2008).

- 2) Análise léxico-gramatical dos enunciados (com base na nomenclatura proposta por CASTILHO, 2010), de maneira a verificar suas estruturas sintáticas e lexicais, e suas consequências para construção do sentido.
- 3) Análise dos enunciados com as categorias das Representações textual-discursivas.
- 4) Depreensão das Representações textual-discursivas de Dreyfus e Esterhazy.

A seguir, recapitulam-se as categorias a serem utilizadas na análise das Representações textual-discursivas: a) Referenciação, designação por nome ou por pronome de uma entidade textualizada; b) Predicação, processo verbal segundo seu regime e valor sintático; c) Modificação, ação sintático-semântica de agentes qualificadores para o referente ou expressões indicadoras de circunstâncias para o processo verbal em relação ao referente em qualquer posição sintática em que esteja na proposição (nominativo, acusativo, dativo, genitivo); d) Localização “espacial”, ponto ou situação geográfica em que se coloque o referente e, “temporal”, por meio de indicação cronológica de uma posição do referente.

Para cumprir e agilizar os procedimentos de análise das Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy conforme os itens 3 e 4, criaram-se quadros de análise que figuram no capítulo das análises. São, ao todo, nove modelos de quadros. O primeiro modelo demonstra a Rtd de Dreyfus e de Esterhazy que interpretam esses objetos do discurso como: “culpado”, “inocente” e “traidor”. Esse quadro está dividido em três colunas, cada coluna coleciona a Rtd segundo os três índices apontados (culpado, inocente e traidor). O segundo quadro é semelhante ao primeiro, à diferença é que ele se divide em duas colunas para indicar os dois temas com Rtd de “o condenado” e “o acusado”. Verificou-se que além dessas Rtd há, em *J'Accuse...!* uma série de representações únicas distribuídas do parágrafo oitavo até o vinte e quatro. Por essa razão, confeccionou-se o terceiro quadro para conformá-las. O terceiro quadro divide-se em duas colunas. A da esquerda, mais estreita, expõe a Rtd e, a coluna da direita traz o exerto com a indicação do parágrafo. Tendo em vista resumir os três primeiros quadros e estabelecer uma contagem das Rtd, confeccionou-se o quarto quadro com três colunas. A coluna da esquerda contendo as Rtd, a intermediária indicando o parágrafo onde as representações se encontram em *J'Accuse...!* e, a coluna da direita quantifica as representações. Na última linha indica-se a soma das Rtd, primeiramente as Rtd de Dreyfus e, depois, as de Esterhazy, sendo os quadros individualizados para os dois temas em estudo. Para esse último quadro, resolveu-se alternar as cores das linhas com a intenção de facilitar a leitura e quebrar a monocromia de seu tecido por ser uma linha branca e, a outra, azul-claro, sendo a linha que dá a soma indicada em azul mais escuro.

O quinto quadro traz informações quanto às Referenciações a Dreyfus e a Esterhazy considerando seu lugar na Predicação, isto é: os dois temas como agentes do processo e como pacientes no processo. Os dois índices são dispostos em duas colunas contíguas contendo os excertos com a indicação do parágrafo. O sexto quadro é dedicado às referenciações pronominais, pois conforme já foi indicado, considera-se a Referência como uma categoria de análise que abrange a Relação e a Analogia, de forma que o quadro indicará Referência estabelecida por fóricos e, portanto, em Referências nominativas e Referências pronominais, e estas últimas, como acusativas e dativas, cada um desses índices em uma coluna, nessa ordem.

O sétimo quadro construiu-se para conter excerto com Representações textual-discursivas que se estabelece em duas categorias cumulativas, isto é: em Referência e, concomitantemente, em Modificação restritiva. Designa-se por “Modificação restritiva” a modificação por meio de possessivo ou de expressão equivalente (“Adjunto” conforme CASTILHO, 2010) que, modificando o referente, restringe-o conforme é da natureza do caso “genitivo”. O quadro é monocolunar e contém os excertos com o fenômeno textual e a indicação do parágrafo.

O oitavo quadro apresenta as Referências nominais em que ocorre o nome próprio do tema e, na coluna contígua outro nome redesignando-o. Assim, portanto, são oito quadros para Dreyfus e sete quadros para Esterhazy. Os quadros estão expostos no capítulo das análises.

Na nona espécie de quadro, foi criado um modelo para a análise da Representação textual-discursiva e, ele apresenta-se dividido em dois campos. O campo alto traz, em espaço único, o excerto que contém a Rtd do tema textual em análise. O campo baixo expõe-se em três colunas. A partir da esquerda, a primeira coluna expõe a Rtd. Essa Rtd, no mais das vezes, dará nome ao quadro. A segunda coluna apresenta as categorias de análise da Rtd e, a terceira indica o tipo da sequência textual em que a Rtd foi localizada (ver p.76).

Nos quadros, as categorias inscrevem-se em negrito tendo a inicial maiúscula, por exemplo: “**Localização** espacial/temporal”. A análise consiste em três momentos: 1) explicitação dos termos inscritos no campo baixo do quadro, 2) comentário sobre o valor argumentativo da Rtd e, 3) interpretação levando-se em conta o cotexto anterior e o posterior que com ele mantém afinidade semântica (essa ordem pode variar, mas o procedimento é mantido).

Alguns detalhamentos são dados à Modificação nesta dissertação. Quando a Modificação ligar-se diretamente ao nome, fica denominada “Modificação epítética”, quando

ela se estabelece por meio de verbo cópula, denomina-se “Modificação atributiva”. Contudo, na interpretação dessa categoria de análise, observa-se que sua extensão é mais ampla do que normalmente se presume, porque, além dessas duas, encontra-se no texto a Modificação *restritiva* dada pelo uso de possessivo ou de adjuntos indicadores de posse, os quais modificam um objeto do discurso restringindo-o, consoante a categoria de genitivo.

Quanto à Modificação restritiva, pode-se observar no exemplo: “*Sua* obra, a culpabilidade *de Dreyfus*, estava em perigo e, seguramente, quis defender *sua* obra” (§ 18), em que “*sua*”, além de ser Referenciação a du Paty du Clam e modificador de “obra”, restringe o termo por indicar seu possuidor (autor ou detentor), destacando-o dos demais referentes em condições de também serem possuidores, autores ou detentores. No capítulo do Referencial Teórico, quando se tratou da categoria da Modificação, montou-se uma figura ilustrando sua taxionomia, que é utilizada no capítulo das análises (cf. p. 63).

Nos quadros de análise da *nona espécie*, os excertos mantêm a fonte e tamanho do texto, diminuindo o espaçamento para “1,0”. A versão de *J’Accuse...!* que é utilizada para análise é a de Lísias (2008) com adaptações de Almeida (2009) e, esse texto contém a marcação aqui convencionada. As categorias de análise serão inscritas de acordo com a ordem de sua enunciação na sentença. Esses quadros não são uniformes quanto ao tamanho e, por isso, uns são maiores, outros menores em virtude do excerto que contém.

Sentiu-se necessidade de efetuar levantamento sobre a ocorrência de nomes com função modificadora de “caso”, considerando-se que se trata de uma modificação restritiva à semelhança das expressões contidas no sétimo quadro. Nesse momento, porém, tendo em vista especificar os nomes *Dreyfus* e *Esterhazy* restringindo “caso” (caso Dreyfus/caso Esterhazy) e, para consolidar a ideia, criou-se uma figura ilustrativa com o nome “modificado” e com o nome “modificador”, em que “caso” é o nome “modificado” e, Dreyfus ou Esterhazy são “modificadores”. Também, verificou-se quantas vezes os termos: “inocência”, “culpabilidade”, “condenação” foram atribuídas a cada um dos dois sujeitos discursivos em *J’Accuse...!* tendo por objetivos atentar à orientação discursiva imanente à Representação textual-discursiva, sabendo-se que “toda representação discursiva [Rd] é a expressão de um ponto de vista [PdV] (ADAM, 2011, p. 113). Para tais providências de análise não se criaram quadros, mas preferiu-se topicalizar considerando a pontualidade dos fatos textuais.

Criou-se um quadro com as predicções tanto com respeito a Dreyfus quanto a Esterhazy considerando o processo verbal quanto a seu valor semântico como verbo de ação; verbo de estado e verbo de mudança de estado, o “devir” (tornar-se). Investigou-se a

ocorrência do “voltar a ser” ou do “deixar de ser”. Os verbos serão transcritos na forma original de *J’Accuse...!*

Nesse quadro, em três colunas inscrevem-se os verbos segundo seu sentido (ação, estado, devir). Esses verbos são transcritos no modo Infinitivo. Verbos de estado que surgem elípticos, são postos entre parênteses e é, sobretudo, valorizado o cotexto para a classificação aqui proposta, considerando o valor semântico de cada verbo. Pensa-se desta maneira, porque, por exemplo, o verbo “Expiar” em: “que *expia* ao longe, na mais horrorosa das torturas” (§ 4º), denota um estado de sofrimento. O uso do verbo “Devir” (tornar-se) tem intenção de utilizar o termo em virtude da síntese que propõe e, a dar fluência a uma possibilidade linguística posta em reserva, a qual não há por que cair em desuso.

### 3.4 Marcação textual: identificação dos enunciados das Representações textual-discursivas em *J’Accuse...!*

A etapa denominada “marcação textual”, utilizada consistentemente por Oliveira, A. (2014) e por Nóbrega (2016), tem por objeto marcar visualmente e tipograficamente as formas linguísticas que constituem o foco da análise. Essa marcação possibilita percepção inicial e abrangente das formas, sua distribuição e sua estrutura.

A marcação textual permite extrair os enunciados<sup>33</sup> que se referem mais diretamente as Representações textual-discursivas de Dreyfus e Esterhazy. Doravante, esses enunciados são designados como “enunciados-Rtd”.

As convenções utilizadas para os enunciados-Rtd foram as seguintes:

- Para o nome próprio Dreyfus, fonte “versalete”, inicial maiúscula, negrito, sublinhado grosso: **DREYFUS**
- Para o nome próprio Esterhazy, fonte “versalete”, inicial maiúscula, itálico, sublinhado ondulado duplo: *Esterhazy.*
- Para os enunciados-Rtd referentes unicamente a Dreyfus foi utilizado **negrito**.
- Para os enunciados-Rtd referentes unicamente a Esterhazy foi utilizado *itálico*.
- Para os enunciados-Rtd em que ocorrem ambos os participantes, utiliza-se **negrito** + sublinhado.

---

<sup>33</sup> É utilizado o termo “enunciado” no sentido linguístico tradicional, tal como dicionarizado: “frase, parte de um discurso ou discurso (oral ou escrito) em associação com o contexto em que é enunciado” (Dicionário Houaiss); “Produção discursiva associada ao contexto em que ocorreu.” / “Conjunto de palavras e frases, escritas ou proferidas, que formam sentido completo do contexto” (Dicionário Michaelis). Essas definições não determinam uma estrutura ou comprimento específico do enunciado.



No Anexo A, expõe-se a marcação textual dos 41 parágrafos de *J'Accuse...!* o que permite verificar sua distribuição no texto.

Haveria matéria para um estudo das Representações textual-discursivas no plano de texto: fazem-se algumas observações incipientes a esse respeito, ao longo da análise, sem pretender esgotar o tema.

Essas convenções básicas poderiam ser facilmente complexificadas para apreender as outras categorias desta análise (cf. OLIVEIRA, A. 2014, p. 53-62). Para não sobrecarregar a tipografia do texto, são deixadas de lado nesta dissertação.

A marcação textual permitiu depreender 30 enunciados-Rtd que são apresentados a seguir, indicando o parágrafo no qual se localizam e o número de períodos gramaticais (PG) de cada enunciado.

Quadro 6: Enunciados-Rtd dos dois temas em pesquisados

Enunciado-Rtd		§	P.
1.	<b>Mas que mancha de lama sobre seu nome – eu ia dizer, sobre seu reinado – é esse abominável caso <u>DREYFUS</u>!</b> <i>Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver um <u>ESTERHAZY</u>, supremo tapa na cara de toda verdade, de toda justiça.</i>	§3º.	2
2.	<b>Minhas noites seriam assombradas pelo espectro do inocente que expia ao longe, na mais horrorosa das torturas, um crime que não cometeu.</b>	§4º.	1
3.	<b>Primeiramente, a verdade sobre o processo e a condenação de <u>DREYFUS</u>.</b>	§6º.	1
4.	<b>Ele [o comandante du Paty de Clam] é todo o caso <u>DREYFUS</u>; [...].</b>	§7º.	1
5.	<b>Foi ele [o comandante du Paty de Clam] quem imaginou ditar o <i>bordereau</i> a <u>DREYFUS</u>; foi ele quem sonhou estudá-lo numa sala inteiramente revestida de espelhos; foi ele que o comandante Forzinetti nos apresentou armado com uma lanterna de furta-fogo, querendo introduzir-se junto ao acusado adormecido, para projetar em seu rosto um brusco jorro de luz e assim surpreender seu crime no embaraço do despertar. E não preciso dizer tudo, procurem, encontrarão. Eu declaro simplesmente que o comandante du Paty de Clam, encarregado de instruir o caso <u>DREYFUS</u>, como oficial judiciário, é, na ordem das datas e das responsabilidades, o principal culpado do terrível erro judiciário que foi cometido.</b>	§7º.	3
6.	<b>E, sem que eu queira refazer aqui uma história conhecida em parte, o comandante du Paty de Clam entra em cena assim que uma primeira suspeita recai sobre <u>DREYFUS</u>. A partir desse momento, é ele quem inventou <u>DREYFUS</u>, o caso torna-se seu caso, acredita ser capaz de confundir o traidor, de levá-lo a confissões completas.</b>	§8º.	2
7.	<b>Não se poderia conceber as experiências às quais ele [o comandante du Paty de Clam] submeteu o desafortunado <u>DREYFUS</u>, as armadilhas nas quais ele quis fazê-lo cair, as investigações loucas, as imaginações monstruosas, toda uma demência torturante.</b>	§9º.	1

8.	O comandante du Paty de Clam prende <b>DREYFUS</b> , põe-no em solitária. Corre a casa da senhora DREYFUS, aterroriza-a, diz-lhe que se ela falar, seu marido está perdido. Durante esse tempo, o infeliz descarnava-se, uivava sua inocência.	§9º.	3
9.	Porém, eis <b>DREYFUS</b> diante do conselho de guerra.	§10	1
10.	Não há castigo severo o bastante, ela [a nação] aplaudirá a degradação pública, desejará que o culpado fique sobre seu rochedo de infâmia, devorado pelo remorso.	§10	1
11.	Que um homem possa ter sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade.	§11	1
12.	<b>DREYFUS</b> sabe várias línguas, crime; não encontraram em sua casa nenhum papel comprometedor, crime; às vezes, ele vai a sua região de origem <sup>1</sup> , crime; ele é laborioso, ele tem o cuidado de tudo saber, crime; ele não se perturba, crime; ele se perturba; crime. <sup>1</sup> (A Alsácia, Leste de França)	§11	1
13.	Falava-se também que vinte e três oficiais vieram esmagar <b>DREYFUS</b> com seus testemunhos. Ignoramos ainda seus interrogatórios, contudo é certo que nem todos o acusaram; e é preciso observar, além disso, que todos pertenciam ao ministério da Guerra.	§11	2
14.	Portanto eis, Senhor Presidente, os fatos que explicam como um erro judiciário pôde ser cometido; e as provas morais, a situação material de <b>DREYFUS</b> , a ausência de motivos, seu contínuo clamor de inocência, acabam de mostrá-lo como vítima das extraordinárias imaginações do comandante du Paty de Clam, do meio clerical no qual se encontrava, da caça aos “judeus imundos”, que desonra nossa época.	§13	1
15.	E chegamos ao caso <b>ESTERHAZY</b> . Três anos se passaram, muitas consciências continuam profundamente turbadas, inquietam-se, procuram, acabam por se convencer da inocência de <b>DREYFUS</b> . (§14).	§14	2
16.	E foi a esse título, no exercício de suas funções, que este último [tenente-coronel Picquart] teve, um dia, nas mãos, uma carta-telegrama endereçada ao comandante <b>ESTERHAZY</b> , por um agente de uma potência estrangeira.	§15	3
17.	[...] o que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade de <b>ESTERHAZY</b> , que o general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o bordereau tivesse sido escrito por <b>ESTERHAZY</b> . O inquérito do tenente-coronel Picquart chegou a esta constatação certa. <b>Porém, a comoção era grande, pois a condenação de <u>ESTERHAZY</u> conduziria inevitavelmente à revisão do processo <b>DREYFUS</b>; e isso era o que o estado-maior não queria de jeito nenhum.</b>	§15	3
18.	Eis já um ano que os generais de Boisdeffre e Gonse sabem que <b>DREYFUS</b> é inocente, e eles guardaram para si essa coisa assustadora!	§16	1
19.	O senhor Matthieu <b>DREYFUS</b> denunciou o comandante <b>ESTERHAZY</b> como o verdadeiro autor do bordereau, no momento em que o senhor Scheurer-Kestner ia entregar, nas mãos do ministro da Justiça, um pedido de revisão do processo. E é aqui que o comandante <b>ESTERHAZY</b> aparece. Testemunhos o apontam inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga. Depois, de repente, ele enche-se de audácia, surpreende	§18	5

	<i>Paris pela violência de sua atitude. É que lhe chegou ajuda, recebera uma carta anônima advertindo-o da conduta de seus inimigos, uma senhora misteriosa tinha, inclusive, saído de madrugada para entregar-lhe uma peça roubada do estado-maior, que devia salvá-lo.</i>		
20.	<b>Sua obra, a culpabilidade de <u>DREYFUS</u>, estava em perigo e, seguramente, quis defender sua obra.</b>	§18	1
21.	<i>Com estupor, pergunta-se quem eram os protetores do comandante <u>ESTERHAZY</u>.</i>	§19	1
22.	<b><u>Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante [Esterhazy], posto que não podem reconhecer a inocência de DREYFUS, sem que os gabinetes da guerra desabem no desprezo público.</u></b>	§19	1
23.	<i>Chega-se até a dizer que foi ele o falsário, que fabricou a carta-telegrama para arruinar <u>ESTERHAZY</u>.</i>	§19	1
24.	<i>Eis, pois, Senhor Presidente, o caso <u>Esterhazy</u>: um culpado que se tratava de inocentar.</i>	§20	1
25.	<b><u>A opinião preconcebida que [os juízes do 2º conselho de guerra] levaram para sua instância, é evidentemente esta: “DREYFUS foi condenado por crime de traição por um conselho de guerra, portanto, ele é culpado; e nós, conselho de guerra, não podemos declará-lo inocente; ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade de <u>ESTERHAZY</u>, seria proclamar a inocência de DREYFUS.”. Nada poderia fazê-los mudar de opinião.</u></b>	§22	2
26.	<b>Demonstrei-o também: o caso <u>DREYFUS</u> era o caso dos gabinetes da guerra, um oficial do estado-maior, denunciado por seus camaradas do estado-maior, condenado por pressão dos chefes do estado-maior. Mais uma vez, ele não pode ser inocente sem que todo o estado-maior seja culpado. <u>Assim, os gabinetes, por todos os meios imagináveis, por campanhas de imprensa, por comunicações, por influências, acobertaram <u>ESTERHAZY</u> somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS.</u></b>	§24	3
27.	<b>Aterrorizamo-nos diante da luz terrível que acaba de lançar o caso <u>DREYFUS</u>, esse sacrifício humano de um infeliz, de um “judeu imundo”! (§24).</b>	§24	1
28.	<b>Eu acuso o general Billot de ter tido em suas mãos as provas cabais da inocência de <u>DREYFUS</u> e de tê-las sufocado, de ter-se tornado culpado desse crime de lesa-humanidade e de lesa-justiça, por causa de objetivos políticos e para salvar o estado-maior comprometido.</b>	§31	1
29.	<b>Eu acuso o general de Boisdeffre e o general Gonse de terem-se tornado cúmplices do mesmo crime, [...].</b>	§32	1
30.	<b><u>Eu acuso, por fim o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, condenando um acusado com base numa peça mantida secreta, e eu acuso o segundo conselho de guerra de ter encoberto esta ilegalidade, por ordem, cometendo, por sua vez, o crime jurídico de absolver conscientemente um culpado.</u></b>	§36	1

Fonte: *J'Accuse...*!

O resultado dessa marcação permitiu identificar os cinco enunciados-Rtd – ou períodos – em que ocorre simultaneamente a referência de Dreyfus e de Esterhazy (17, 22, 25, 26 e 30).

Esses enunciados-Rtd são centrais, do ponto de vista argumentativo, já que explicitam a oposição que constitui o tema principal de *J'Accuse...!*, a saber: “Dreyfus inocente, condenado injustamente (para salvar o estado-maior)” *versus* “Esterhazy culpado, absolvido (para salvar o estado-maior)”.

Do ponto de vista quantitativo, os enunciados-Rtd com um único período são o dobro dos enunciados formados por mais de um período:

Enunciados-Rtd com um único período: 20 enunciados (2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30)

Enunciados-Rtd com mais de um período: 10 enunciados (1, 5, 6, 8, 13, 15, 17, 19, 25, 26).

Por outro lado, a distribuição dos enunciados nos parágrafos permite delinear um plano de texto baseado nas Representações textual-discursivas de Dreyfus e Esterhazy:

- §§ 3 -13: foco na Representação textual-discursiva de Dreyfus
- §§ 14-20: foco na Representação textual-discursiva de Esterhazy
- §§22-24: culpabilidade de Esterhazy / inocência de Dreyfus (retomando a oposição do §3).

Durante a marcação, percebeu-se que os enunciados-Rtd podiam ser delimitados, pelo menos, de duas maneiras. Há enunciados-Rtd formados por um único período gramatical, simples ou composto, como nas ocorrências numeradas 2, 3 e 4, por exemplo. Por outro lado, há enunciados-Rtd compostos por mais de um período gramatical: é o caso de 1, 5 e 19 – este último, o que contém maior número de períodos, a saber: cinco períodos.

O critério operatório para delimitar esses enunciados-Rtd foi baseado na contiguidade, na linearidade textual: períodos gramaticais contíguos que contivessem os termos Dreyfus, Esterhazy, ou ambos, foram agrupados<sup>34</sup>, assim como aqueles com conexões explícitas entre períodos, como no enunciado-Rtd (“E não preciso dizer tudo, procurem, encontrarão” § 7º.).

Entende-se que esse procedimento permite maior co(n)textualização, menos pulverizada dos enunciados das Representações textual-discursivas. Naturalmente, dentro desses agrupamentos, cabe proceder analiticamente, segmentando sua estrutura, o que será feito ao longo da análise.

---

<sup>34</sup> Períodos gramaticais, simples ou compostos, agrupados textualmente por contiguidade semântica, de referência neste caso, poderiam ser denominados, por extensão, de “períodos textuais”.

Assim, propõe-se uma estruturação dos enunciados de *J'Accuse...!* com a seguinte hierarquia, a qual, percebe-se, corresponder, no essencial, à análise gramatical tradicional,

Enunciados > Período(s) > sentenças > Funções sintáticas / semânticas > Classes gramaticais > Léxico. Contudo, essas categorias são interpretadas semanticamente e articuladas às categorias das Representações textual-discursivas (Referenciação, Predicação, Modificação, Localização). As análises são procedidas com base em quadros que se prestam a racionalizar os encaminhamentos de análise e interpretação. Nesses quadros, além do excerto continente da Rtd, expõem-se as categorias de análise e a sequência textual em que a representação foi localizada.

O primeiro quadro desse modelo contém, sinteticamente, a análise da Representação textual-discursiva de Dreyfus como “o espectro do inocente” (Veja a seguir o exemplar metodológico). Procura-se recuperar o cotexto tendo em vista possibilitar maior clareza ao entendimento do trecho examinado, para que não se tenha maiores necessidades de ir ao texto de *J'Accuse...!*, no Anexo A (p. 160), para plenificar a ideia ou a Representação criada na narrativa.

Quadro 7: Exemplar metodológico

Já que eles ousaram, também ousarei. A verdade, eu a direi, pois prometi dizê-la, se a justiça, regularmente acionada, não o fizer de forma plena e por inteiro. Meu dever é falar, não quero ser cúmplice. <b>Minhas noites seriam assombradas pelo espectro do inocente que expia ao longe, na mais horrorosa das torturas, um crime que não cometeu (§ 4º).</b>		
Rtd	Categoria de Análise	Tipo de sequência
Dreyfus: “espectro” e como “inocente”	<b>Referenciação:</b> o espectro do inocente, Metáfora: o espectro do inocente, <b>Localização</b> espacial: ao longe. <b>Predicação:</b> expia, <b>Modificação</b> da predicação: na mais horrorosa das torturas, <b>Predicação:</b> (não) cometeu <b>Referenciação</b> pronominal: pela elisão do fórico “ele”, <b>que</b> (expia)	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...* (exemplar).

Esse quadro é o protótipo dos quadros que completam a análise das Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy. Para Dreyfus, há 21 (vinte e um) quadros com essas características e, para Esterhazy, há 12 (doze) quadros.

## 4 ANÁLISE

Neste capítulo de análise são abordadas a Representação textual-discursiva de Dreyfus e a Representação textual-discursiva de Esterhazy, que identificadas em suas categorias de análise, são inseridas em quadros conforme o quadro exemplar exposto no capítulo anterior. No final do capítulo, são efetuadas as sínteses quantitativas da descrição, com algumas observações complementares.

Para amostragem de aspectos analíticos das Rtd dos sujeitos que se tematizam em *J'Accuse...!*, foram criados nove modelos de quadros, a saber: 1) o quadro das Referenciações nominais de Dreyfus/Esterhazy (um quadro para cada tema<sup>35</sup>). Nesse quadro, expõem-se excertos com o nome próprio – a designação do Tema – e, uma redesignação do tema por meio de um nome comum: “Dreyfus”/ “espectro do inocente”; “Esterhazy”/ “o comandante”. 2) o quadro da Referenciação e Modificação restritiva – genitivo; 3) o quadro do Tema como “inocente”, “culpado”, “traidor”; 4) o quadro para Dreyfus com a Rtd “o condenado” e “o acusado” em *J'Accuse...!* (não houve tais Rtd para Esterhazy); 5) um quadro que estabelece a contagem da Referenciação nominal; 6) o quadro da Referenciação considerando o lugar do Tema na Predicação, se “agente do processo” ou se “paciente no processo”; 7) o quadro das Referenciações pronominais vistas segundo sua forma e função, a saber: com valor nominativo, acusativo e dativo. O oitavo modelo de quadro é comum para os dois Temas, nele, identificam-se os “verbos de ação”, os “verbos de estado” e os “verbos de devir” (mudança de estado).

Além desses quadros, há os quadros que destacam a Rtd, identificam as categorias de análise e a sequência textual e que têm a finalidade de facilitar a descrição, a interpretação, e o valor argumentativo da Rtd. Todos esses quadros têm por objetivo ilustrar e conduzir o comentário das análises.

### 4.1 A Representação textual-discursiva de Dreyfus

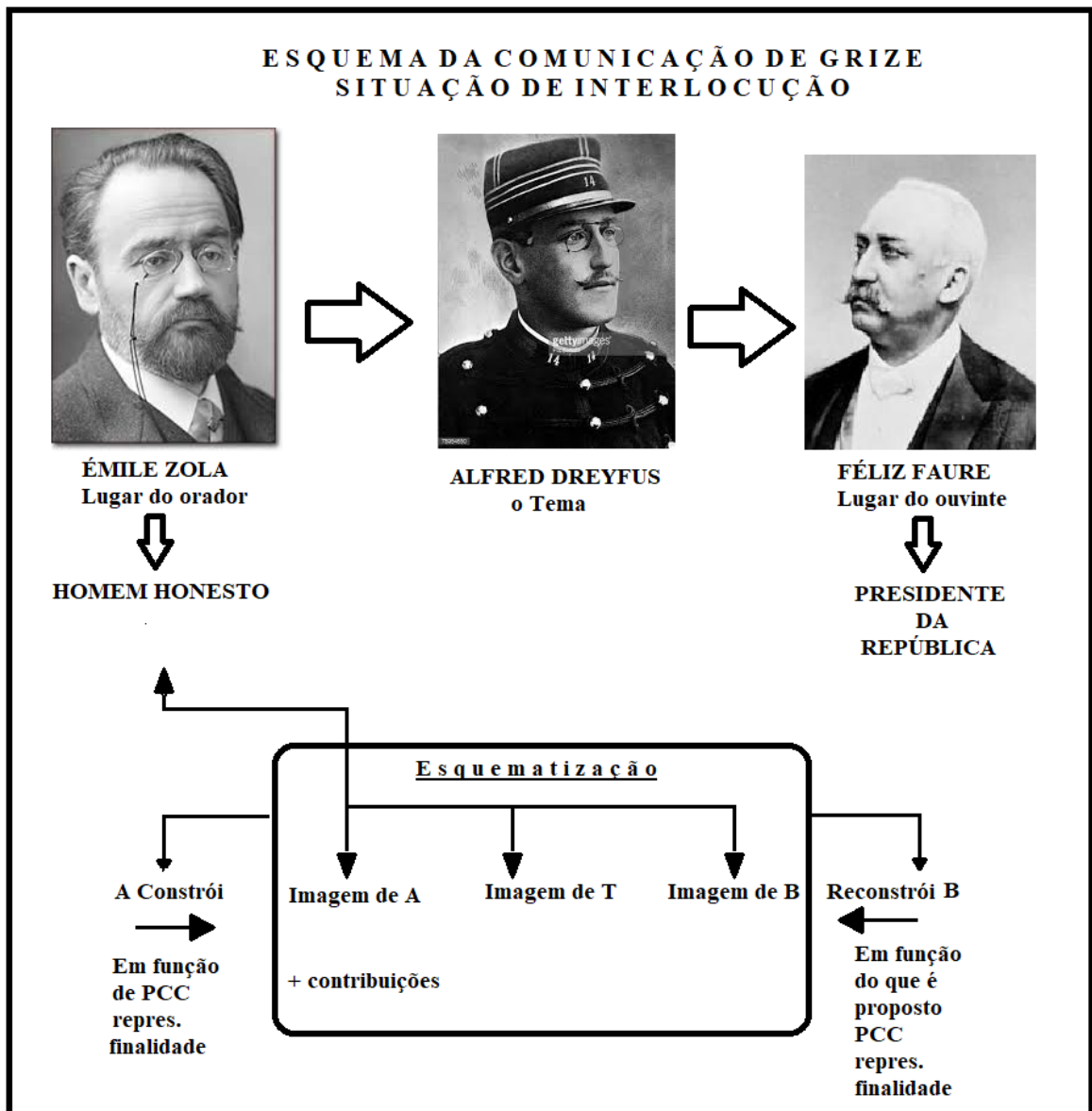
Para efetuar as análises com este último tipo de quadro, inicia-se com um quadro que sintetiza a comunicação discursiva estabelecida por *J'Accuse...!*, com base nas propostas de Grize (1996). Nessa perspectiva, Dreyfus é um dos temas da esquematização. Émile Zola ocupa o lugar do orador (locutor, escritor), aquele que está com a palavra, Félix Faure ocupa o

---

<sup>35</sup> Considerando o esquema da comunicação de Grize (1996), os objetos do discurso Dreyfus e Esterhazy serão aqui tartados como “Temas”, podem também ser mencionados como “referentes”, “sujeitos” ou “objetos do discurso”.

lugar do ouvinte (alocutário, leitor). As flechas internas da figura indicam o ponto de vista de Zola, incidente sobre si: “E é ao senhor, Presidente, que clamarei pela verdade, com toda a força de minha revolta de *homem honesto*” (§ 5º); incidente sobre o Tema (Dreyfus): “Minhas noites seriam assombradas pelo *espectro do inocente* que expia ao longe, na mais horrorosa das torturas, um crime que não cometeu” (§ 4º) e, incidente sobre o presidente da República: “O *senhor saiu são e salvo das vis calúnias*, conquistou corações. Aparece *radiante* na apoteose dessa festa patriótica que a aliança russa foi para a França, e prepara-se para presidir o solene triunfo de nossa Exposição Universal, que coroará nosso grande século de trabalho, de verdade e de liberdade” (§ 3º).

Quadro 8: Tema Dreyfus



Fonte: Elaboração a partir de Grize (1996).



A esquematização, no caso, é constituída no próprio texto. Tem-se por Referenciação as alusões aos temas designados nos enunciados, incluindo-se a Relação e as analogias. Assim pensando, os fóricos constituem Referenciações como uma forma de redesignar o referente, para estabelecer referências a alguma coisa ou pessoa que já se nomeara (referência anafórica) ou, a algo ainda a ser nomeado (referência catafórica).

Nóbrega (2016) expõe que “é pela linguagem que os objetos de discurso são construídos” (NÓBREGA, 2016, p. 73), a referenciação é, portanto, a construção ou a reconstrução desse objeto. Adam (2011), tratando sobre a “continuidade referencial”, afirma ela ser garantida por retomadas textuais, dentre as quais, cita a pronominalização (que concerne diretamente aos fóricos), “a definitização, a referenciação dêitica contextual e correferências lexical” (ADAM, 2011, p. 132).

No quadro das Referenciações nominais a Dreyfus, vê-se repetir o nome próprio do objeto de discurso, vê-se-o também redesignado por nomes comuns, de maneira que “Dreyfus” é também o “espectro do inocente” e é “o traidor” – não sob o PdV de Zola, mas, nesse caso, ele traz ao texto um Ponto de Vista alheio, largamente disseminado na mídia francesa *antidreyfusarde*. Então, Dreyfus é referenciado em *J'Accuse...*! pelo prisma de visão de Émile Zola como inocente e, pelo prisma da imprensa que o pinta como monstro. Zola, porém, dá a ver a Félix Faure o capitão como “o infeliz” e, para alargar a gravidade do erro cometido pelo conselho de guerra que lhe imputou culpa e aplicou-lhe pena injusta, referencia-o, também, como “um homem” diante da opinião francesa que consagrara, desde a Revolução Francesa (1789), “os direitos do homem e do cidadão” e que, por motivos inexplicáveis, diante da perspectiva de traição, negligenciara princípios de humanidade, julgando irresponsavelmente um homem. Veja-se o quadro das referenciações nominais a Dreyfus. Abaixo: a figura do cartaz do “Museu dos horrores”.

Fig. 7: Dreyfus, o traidor



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred\\_Dreyfus](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_Dreyfus)

Quadro 9: Referenciações nominais a Dreyfus – Nome próprio/nomes comuns

REFERENCIAÇÕES NOMINAIS A DREYFUS	
NOME PRÓPRIO	NOMES COMUNS
a condenação de <u>DREYFUS</u> . - § 6º.	espectro do inocente - § 4º.
Foi ele quem imaginou ditar o <i>bordereau</i> a <u>DREYFUS</u> ; - § 7º.	o caso torna-se seu caso, acredita ser capaz de confundir o traidor - § 8º.
o comandante du Paty de Clam entra em cena assim que uma primeira suspeita recai sobre <u>DREYFUS</u> . - § 8º.	Durante esse tempo, o infeliz descarnava-se, uivava sua inocência - § 9º.
A partir desse momento, é ele quem inventou <u>DREYFUS</u> . - § 8º.	Não há castigo severo o bastante, ela aplaudirá a degradação pública, desejará que o culpado fique sobre seu rochedo de infâmia, devorado pelo remorso. § 10.
Não se poderia conceber as experiências às quais ele submeteu o desafortunado DREYFUS - § 8º.	Que um homem possa ter sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade. § 11.
O comandante du Paty de Clam prende DREYFUS - § 9º.	
Porém, eis <u>DREYFUS</u> diante do conselho de guerra - § 10	
<u>DREYFUS</u> sabe várias línguas, crime – § 11.	
Falava-se também que vinte e três oficiais vieram esmagar <u>DREYFUS</u> com seus testemunhos- § 11.	
as provas morais, a situação material de <u>DREYFUS</u> , a ausência de motivos, § 13.	
inquietam-se, procuram, acabam por se convencer da inocência de DREYFUS. § 14	
Eis já um ano que os generais de Boisdeffre e Gonse sabem que <u>DREYFUS</u> é inocente, e eles guardaram para si essa coisa assustadora! § 16.	
Sua obra, a culpabilidade de <u>DREYFUS</u> , estava em perigo e, seguramente, quis defender sua obra. § 18.	
Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, e o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer a inocência de DREYFUS §19.	

Fonte: dados da pesquisa

Durante a pesquisa, percebeu-se que os possessivos e grupos nominais regidos de preposição indicando posse ou propriedade (adjuntos) enquadram-se, como o caso latino do genitivo em um fenômeno de restrição. O possessivo “*seu* rosto” ou “*seu* crime”, conforme se registra no sétimo parágrafo de *J’Accuse...!*, podem exemplificar o fenômeno, posto que “seu rosto/crime” restringe o nome e, concomitantemente, ocorre uma modificação de “rosto” ou de “crime”, qualificando-se como uma referência do objeto de discurso - Dreyfus. Igualmente, esse fato textual verifica-se em: “inquietam-se, procuram, acabam por se convencer da *inocência de Dreyfus*” (§ 14) e, construções verbais similares. Esses “grupos

nominais”, conhecidos na gramática normativa sob a nomenclatura de “locução adjetiva”, nesta dissertação serão designadas por “Adjunto”, seguindo-se Castilho (2010)<sup>36</sup>.

Quadro 10: Referenciação e Modificação restritiva - Genitivo

<b>Referenciação /Relação por possessivo ou equivalente: uma Modificação restritiva</b>	
1.	para projetar em <b>seu rosto</b> um brusco jorro de luz e assim surpreender <b>seu crime</b> no embaraço do despertar - § 7º.
2.	Corre a casa da senhora <u>DREYFUS</u> , aterroriza-a, diz-lhe que se ela falar, <b>seu marido</b> está perdido - § 9º.
3.	que o culpado fique sobre <b>seu rochedo de infâmia</b> , devorado pelo remorso - § 10.
4.	não encontraram em <b>sua casa</b> nenhum papel comprometedor, crime - § 11.
5.	e as provas morais, <b>a situação material de DREYFUS</b> - § 13.
6.	a ausência de motivos, <b>seu contínuo</b> clamor de inocência - § 13.
7.	inquieta-se, procuram, acabam por se convencer da <b>inocência de DREYFUS</b> - § 14.
8.	Sua obra, a culpabilidade de <u>DREYFUS</u> , estava em perigo e, seguramente, quis defender sua obra - § 18.
9.	Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer <b>a inocência de DREYFUS</b> - § 19.

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme o contexto histórico, em meio à sociedade francesa, o debate era crescente sobre culpa ou inocência de Dreyfus, então, julgou-se procedente a identificação da Rtd de Dreyfus como “culpado”, como “inocente” e como “traidor”. Logicamente, os *dreyfusards* jamais o veriam como culpado, em contrapartida os *antidreyfusards*, não no poderiam ver como inocente. Em *J'Accuse...!*, toda atribuição de inocência somente cabe a Dreyfus, contudo, em nenhum momento, Esterhazy foi apontado como traidor, conforme está esquematizado em quadro similar ao quadro abaixo.

Quadro 11: Dreyfus inocente/culpado/traidor em *J'Accuse...!*

<b>Dreyfus culpado</b>	<b>Dreyfus inocente</b>	<b>Dreyfus traidor</b>
Não há castigo severo o bastante, ela aplaudirá a degradação pública, desejará que o culpado fique sobre seu rochedo de infâmia - § 10.	espectro do inocente - § 4º uivava sua inocência - § 9º	acredita ser capaz de confundir o traidor - § 8º.
Sua obra, a culpabilidade de <u>DREYFUS</u> , estava em perigo e, seguramente, quis	Portanto eis, Senhor Presidente, os fatos que explicam como um erro judiciário pôde ser cometido; e as provas morais, a situação material de <u>DREYFUS</u> , a	<u>DREYFUS</u> foi condenado por crime de traição por um conselho de guerra – § 22.

<sup>36</sup> Verificar citação de Castilho (2010) – p. 89 - no comentário e análise da Rtd de Esterhazy exposto em quadro similar.

<p>defender sua obra. § 18.</p> <p>portanto, ele é culpado; e nós, conselho de guerra, não podemos declará-lo inocente - § 22.</p>	<p>ausência de motivos, seu contínuo clamor de inocência - § 13.</p> <p>inquietam-se, procuram, acabam por se convencer da inocência de <u>DREYFUS</u>. § 14.</p> <p>Eis já um ano que os generais de Boisdeffre e Gonse sabem que <u>DREYFUS</u> é inocente - § 16.</p> <p>Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer a inocência de <u>DREYFUS</u>, sem que os gabinetes da guerra desabem no desprezo público - § 19.</p> <p>Eu acuso o general Billot de ter tido em suas mãos as provas cabais da inocência de <u>DREYFUS</u> e de tê-las sufocado - § 31.</p>	
--	--	--

Fonte: dados da pesquisa.

O quadro seguinte identifica e enumera a Rtd de Dreyfus como “o condenado” e como “o acusado”.

Quadro 12: Dreyfus, o condenado/o acusado em *J'Accuse...!*

<b>Dreyfus, o condenado</b>	<b>Dreyfus, o acusado</b>
<p>Primeiramente, a verdade sobre o processo e a condenação de Dreyfus – § 6º.</p> <p>Que um homem possa ter sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade - § 11.</p> <p><u>DREYFUS</u> foi condenado por crime de traição por um conselho de guerra - § 22</p>	<p>foi ele que o comandante Forzinetti nos apresentou armado com uma lanterna de furta-fogo, querendo introduzir-se junto ao acusado adormecido - § 7º.</p> <p>Eu acuso, por fim o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, condenando um acusado com base numa peça mantida secreta § 36.</p>

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que este quadro não será confeccionado para as Rtd de Esterhazy, porque, em *J'Accuse...!*, em nenhum contexto, ele surge como “condenado” ou como “acusado”. Depois de 11 de janeiro de 1998, quando Esterhazy foi absolvido pelo conselho de guerra, Esterhazy somente voltará a sentir-se ameaçado em 21 de julho de 1998, quando Reinach faz publicações no jornal *Le Siècle* contra os falsários dirigindo-se, particularmente, a ele e a du Paty de Clam ou, quando a 13 de agosto daquele ano, o capitão Cuignet, adido ao gabinete do ministro da guerra, acusa o coronel Henry de falsificação de documentos. Chamado perante Cavaignac, ele confessa a fraude, é preso e levado a Mont-Valérien, onde se suicida. Esses fatos provocam a fuga de Esterhazy para a Inglaterra. Em 18 de julho de 1889, no jornal *Le Matin*, Esterhazy confessa-se como autor de *bordereau*. O quadro abaixo estabelece uma contagem das Referenciações nominais de Dreyfus.


Quadro 13: Rtd em Referência nominal a Dreyfus - Contagem


<b>RTD EM REFERENCIAÇÃO A DREYFUS</b>	<b>PARÁGRAFO</b>	<b>Qtd.</b>
Culpado	10, 18, 22	3
Inocente	4, 9, 13, 14, 16, 19, 31	7
Traidor	8, 12	2
Condenado	6, 11, 22	3
Acusado	7, 36	2
Suspeito	8	1
Desafortunado	8	1
Prisioneiro	9	1
Marido	9	1
Infeliz	9	1
Reu	10	1
Infame	10	1
Vítima	13	1
Criminoso	22	1
Arruinado	24	1
Infeliz	24	1
Judeu imundo	24	1
Um oficial do estado-maior	24	1
<b>TOTAL</b>		<b>30</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Tendo em vista a posição do referente em relação à predicação, há duas posições: a de *agente do processo* e de *paciente no processo*. Como agente, o referente é promotor da ação e, como paciente, ele é termo da predicação e “paciente da ação” complementando-a. Quando o verbo indicar estado ou mudança de estado, prefere-se chamá-lo de *sujeito*.

Quadro 14: Referenciações a Dreyfus considerando seu lugar na Predicação

<b>DREYFUS AGENTE DO PROCESSO</b>	<b>DREYFUS PACIENTE NO PROCESSO</b>
Minhas noites seriam assombradas pelo espectro do inocente que expia ao longe, na mais horrorosa das torturas, um crime que não cometeu - § 4º.	Primeiramente, a verdade sobre o processo e a condenação de <u>DREYFUS</u> - § 6º.
Durante esse tempo, <b>o infeliz</b> descarnava-se, uivava sua inocência. - § 9º.	Foi ele quem imaginou ditar o <i>bordereau</i> a <u>DREYFUS</u> - § 7º.
Porém, eis <u>DREYFUS</u> diante do conselho de guerra § 10.	foi ele quem sonhou estudá- <b>lo</b> numa sala inteiramente revestida de espelhos - § 7º.
<u>DREYFUS</u> sabe várias línguas, crime - § 11.	foi ele que o comandante Forzinetti nos apresentou armado com uma lanterna de furto-fogo, querendo introduzir-se junto <b>ao acusado adormecido</b> , para projetar em <b>seu rosto</b> um brusco jorro de luz e assim surpreender <b>seu crime</b> no embaraço do despertar - § 7º.
às vezes, ele vai a sua região de origem, crime; - § 11.	E, sem que eu queira refazer aqui uma história conhecida em parte, o comandante do Paty de Clam entra em cena assim que uma primeira suspeita recai sobre <b>Dreyfus</b> - § 8º.
<b>ele</b> é laborioso - § 11.	A partir desse momento, é ele quem inventou <u>DREYFUS</u> , - § 8º.
<b>ele</b> tem o cuidado de tudo saber, crime - § 11.	o caso torna-se seu caso, acredita ser capaz de confundir o traidor - § 8º.
<b>ele</b> não se perturba, crime - § 11.	de levá- <b>lo</b> a confissões completas. - § 8º.
ele se perturba; crime - § 11.	Não se poderia conceber as experiências às quais ele submeteu o desafortunado <b>Dreyfus</b> - § 8º.
	as armadilhas nas quais ele quis fazê- <b>lo</b> cair - § 8º.
	O comandante do Paty de Clam prende <b>DREYFUS</b> - § 9º.
	põe- <b>no</b> em solitária - § 9º.
	Corre a casa da senhora <u>DREYFUS</u> , aterroriza-a, diz-lhe que se ela falar, <b>seu marido está perdido</b> - § 9º.
 Observe-se que apesar de a referenciação a Dreyfus ser agente de “Ficar”, a proposição em que está inserida é complemento de “desejará”, isto dá ao termo condição de “paciente”.	Não há castigo severo o bastante, ela aplaudirá a degradação pública, desejará <b>(que) o culpado</b> fique sobre seu rochedo de infâmia, devorado pelo remorso. - § 10.

	Que <b>um homem</b> possa ter sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade - § 11.
	não encontraram em sua casa nenhum papel comprometedor, crime - § 11
	Falava-se também que vinte e três oficiais vieram esmagar <u>DREYFUS</u> com seus testemunhos. - § 11.
	Ignoramos ainda seus interrogatórios, contudo é certo que nem todos o acusaram. - § 11.
	as provas morais, a situação material de <u>DREYFUS</u> , a ausência de motivos, <b>seu contínuo clamor de inocência</b> , acabam de mostrá-lo como <b>vítima</b> das extraordinárias imaginações do comandante du Paty de Clam - § 13.
	Eis já um ano que os generais de Boisdeffre e Gonse sabem que <u>DREYFUS</u> é inocente, e eles guardaram para si essa coisa assustadora! - § 16
	Sua obra, a culpabilidade de <u>DREYFUS</u> , estava em perigo e, seguramente, quis defender sua obra. - § 18.
	Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer a inocência de DREYFUS - § 19.
 O surgimento do nome “Esterhazy” não significa que, neste quadro, esteja-se a analisar sua Rtd, pois ela é analisada em outro quadro específico para ele. Neste quadro, o nome Esterhazy surgirá mais uma vez no parágrafo 24.	“DREYFUS foi condenado por crime de traição por um conselho de guerra, portanto, <b>ele</b> é culpado; e nós, conselho de guerra, não podemos declará-lo inocente; ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade de ESTERHAZY, seria proclamar a inocência de DREYFUS.”. – § 22.
	Demonstrei-o também: o caso <u>DREYFUS</u> era o caso dos gabinetes da guerra, <b>um oficial do estado-maior</b> , denunciado por seus camaradas do estado-maior, condenado por pressão dos chefes do estado-maior - § 24.
	acobertaram <i>ESTERHAZY</i> somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS. – § 24.
	Aterrorizamo-nos diante da luz terrível que acaba de lançar o caso <u>DREYFUS</u> , esse sacrifício humano de <b>um infeliz</b> , de <b>um “judeu imundo”!</b> - § 24.
	Eu acuso o general Billot de ter tido em suas mãos as provas cabais da inocência de <u>DREYFUS</u> e de tê-las sufocado - § 31.
	Eu acuso, por fim o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, condenando um acusado com base numa peça mantida secreta - § 36.

Concebe-se que a Referenciação se faz também por meio do fórico, pela Relação que ele mantém com o referente, donde se tem a categoria da Relação. Entretanto, compreende-se, como já foi visto, que a Referenciação engloba a Relação e, considera-se o fórico como uma palavra usada para fazer referência a outra como anáfora ou como catáfora no estabelecimento da coesão textual. Por essa razão, montou-se o quadro das Referenciações Pronominais (ou Relação). No quadro, identifica-se a posição sintática do fórico destacando essa posição segundo a classificação dos valores semânticos de nominativo, acusativo e dativo<sup>37</sup>.

Quadro 15: Referenciações pronominais a Dreyfus

REFERENCIAÇÕES PRONOMINAIS		
NOMINATIVAS	ACUSATIVAS	DATIVAS
às vezes, <b>ele</b> vai a sua região de origem, crime; - § 11.	foi ele quem sonhou estudá- <b>lo</b> numa sala inteiramente revestida de espelhos - § 7º.	Ø
<b>ele</b> é laborioso – § 11.	de levá- <b>lo</b> a confissões completas – § 8º.	Ø
<b>ele</b> tem o cuidado de tudo saber, crime - § 11.	as armadilhas nas quais ele quis fazê- <b>lo</b> cair - § 8º.	Ø
<b>ele</b> não se perturba, crime – § 11	põe- <b>no</b> em solitária - § 9º.	Ø
<b>ele</b> se perturba; crime - § 11	Ignoramos ainda seus interrogatórios, contudo é certo que nem todos <b>o</b> acusaram – § 11.	Ø
	acabam de mostrá- <b>lo</b> como vítima das extraordinárias imaginações do comandante du Paty de Clam – § 13.	Ø

Fonte: dados da pesquisa

A partir deste ponto, os mesmos quadros criados para análise da Rtd de Dreyfus, surgem também para análise da Rtd de Esterhazy, à exceção daquele que quantifica Dreyfus como “o acusado” ou como “o condenado”, porque tais referenciações não foram textualizadas para Esterhazy em *J’Accuse...!*

Para Dreyfus, conforme se observa, no quadro das Referenciações pronominais, não houve pronomes sob a forma e função dativa, esse fato textual, porém, verifica-se quando se trata de Esterhazy. No quadro seguinte, Esterhazy é redesignado duas vezes por um nome comum: “o comandante” e, uma vez como “um culpado”. As 10 (dez) outras referenciações

<sup>37</sup> Embora, em português, os morfemas da categoria de caso tenham desaparecido, seus valores sintáticos e semânticos permanecem, principalmente na classe pronominal, cuja forma muda em virtude da posição sintática em que o pronome esteja colocado, isto é ressaltado no quadro. Em português ainda se usa “pronome do caso reto” para designar o nominativo e “pronome do caso oblíquo” para designar o acusativo e o dativo.



se fazem pelo nome próprio. Sabendo que a Referenciação “É compreendida e defendida, por nós, como a designação dos referentes (coisas, objetos, sujeitos, ações, processos), ou seja, aquela que nomeia os participantes do processo verbal” (QUEIROZ, 2013, p. 66). Assim, montou-se o quadro com a designação do referente por seu nome próprio e redesignações por um nome comum.

Quadro 16: Referenciações nominais a Esterhazy – Nome próprio/ nomes comuns.

REFERENCIAÇÕES NOMINAIS A ESTERHAZY	
NOME PRÓPRIO	NOMES COMUNS
<i>Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver um <u>ESTERHAZY</u>, § 3º.</i>	Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante § 19.
<i>E foi a esse título, no exercício de suas funções, que este último teve, um dia, nas mãos, uma carta-telegrama endereçada ao comandante <u>ESTERHAZY</u>, por um agente de uma potência estrangeira. § 15.</i>	 <b>OBSERVAÇÃO:</b> Neste quadro, o nome Dreyfus não está em análise, ele surge apenas no excerto.
<i>e o que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade de <u>ESTERHAZY</u>, § 15.</i>	
<i>que o general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o bordereau tivesse sido escrito por <u>ESTERHAZY</u>. O inquérito do tenente-coronel Picquart chegou a esta constatação certa § 15.</i>	e eu acuso o segundo conselho de guerra de ter encoberto esta ilegalidade, por ordem, cometendo, por sua vez, o crime jurídico de absolver conscientemente um culpado. § 36.
<i>a comoção era grande, pois a condenação de <u>ESTERHAZY</u> conduziria inevitavelmente à revisão do processo DREYFUS; e isso era o que o estado-maior não queria de jeito nenhum. § 15.</i>	<i>E é aqui que o comandante aparece § 18.</i>
<i>O senhor Matthieu <u>DREYFUS</u> denunciou o comandante <u>ESTERHAZY</u> como o verdadeiro autor do bordereau, § 18.</i>	
<i>Com estupor, pergunta-se quem eram os protetores do comandante <u>ESTERHAZY</u> §19.</i>	
<i>Chega-se até a dizer que foi ele o falsário, que fabricou a carta-telegrama para arruinar <u>ESTERHAZY</u>. § 19.</i>	
<i>Eis, pois, Senhor Presidente, o caso <u>ESTERHAZY</u>: um culpado que se tratava de inocentar. § 20.</i>	
<i>ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade de <u>ESTERHAZY</u>, seria proclamar a inocência de DREYFUS. § 22.</i>	
<i>acobertaram <u>ESTERHAZY</u> somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS. § 24.</i>	

Fonte: dados da pesquisa.

Verificou-se em *J'Accuse!* a ocorrência de “culpabilidade de Esterhazy” (duas vezes) e de “condenação de Esterhazy” são sintagmas nominais que, preposicionados, constituem uma “locução adjetiva” segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Essas locuções exercem função sintático-semântica de *restrição*. No caso em foco, constata-se a restrição, porque a expressão faz a “culpabilidade”/“condenação” convergir para a pessoa de Esterhazy. Essa convergência configura-se como posse, do mesmo modo que “sua atitude” e “seus inimigos”. Contudo, em português, geram-se duas funções sintáticas distintas: o *adjunto adnominal* e o *complemento nominal*. Por assim ser, “Culpabilidade de Esterhazy” por causa de sua incompletude semântica (ou transitividade); o nome, à semelhança do verbo “Culpar” de onde ele deriva, também requer um complemento, o que lhe é dado por “de Esterhazy” (culpabilidade *de Esterhazy*).

De forma similar, o fato textual acontece para “Condenação de Esterhazy”<sup>38</sup>, porque também esse termo, formado a partir de “Condenar”, herda sua incompletude. Não havendo entre as Rtd de Esterhazy exemplo de “adjunto adnominal”, busca-se-o nas Rtd de Dreyfus: “(a ausência de motivos), *seu contínuo clamor de inocência*” (§ 13) e “inquietam-se, procuram, acabam por se convencer da *inocência de Dreyfus*” – (§ 14).

Para não se fazer uso da mesma nomenclatura adotada pela gramática normativa, *locução adjetiva*, aqui se designará o termo conforme o faz Castilho (2010), que o denomina por “adjunto”.

Os adjuntos têm as seguintes propriedades: 1. Discursivamente, agregam informações acessórias à sentença e ao texto; 2. Semanticamente, operam sobre seu escopo (i) predicando-o, (ii) verificando-o; ou (iii) localizando-o no espaço e no tempo [...] 3. Sintaticamente, são (i) preenchidos por sintagmas adjetivais, adverbiais e preposicionais (ii) podem tomar por escopo os substantivos funcionando como *adjunto adnominais* ou o verbo, o adjetivo, o advérbio, como adjunto adverbiais, ou toda a sentença, como adjuntos adsentenciais (CASTILHO, 2010, p. 306).

Por isso também, nesta dissertação o termo “proposição” (exceto: proposição-enunciado) registra-se por “sentença” e, as “locuções adjetivas”, quer *adjuntos adnominais*, quer *complementos nominais* registram-se como “adjuntos”.

---

<sup>38</sup> À diferença é que “culpabilidade” é um derivado do verbo “Culpar” e “condenação” é um composto aglutinando dois radicais: “conden-” e “ação” (a ação de condenar).

Quadro 17: Referenciação e Modificação restritiva - Genitivo

<b>Referenciação /Relação por possessivo ou equivalente: uma Modificação restritiva</b>
o que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade <b>de ESTERHAZY</b> . § 15.
a comoção era grande, pois a condenação <b>de ESTERHAZY</b> conduziria inevitavelmente à revisão do processo DREYFUS; § 15.
ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade <b>de ESTERHAZY</b> , seria proclamar a inocência de DREYFUS. § 22
de repente, ele enche-se de audácia, surpreende Paris pela violência de <b>sua atitude</b> . § 18.
É que lhe chegou ajuda, recebera uma carta anônima advertindo-o da conduta de <b>seus inimigos</b> . § 18.

Fonte: dados da pesquisa.

O quadro a seguir é diferente do mesmo quadro dedicado às Rtd de Dreyfus, porque para Esterhazy não houve Rtd sua como “inocente” nem com “traidor”.

Quadro 18: - Esterhazy culpado/inocente/traidor em *J'Accuse...*!

<b>Esterhazy culpado</b>	<b>Esterhazy inocente</b>	<b>Esterhazy traidor</b>
<i>e o que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade de ESTERHAZY § 15.</i>	Ø	Ø
Eis, pois, Senhor Presidente, o caso ESTERHAZY: <b>um culpado</b> que se tratava de inocentar. §20.	Ø	Ø
ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade de ESTERHAZY, seria proclamar a inocência de DREYFUS.”. § 22.	Ø	Ø
e eu acuso o segundo conselho de guerra de ter encoberto esta ilegalidade, por ordem, cometendo, por sua vez, o crime jurídico de absolver conscientemente <b>um culpado</b> § 36.	Ø	Ø

Fonte: dados da pesquisa

Estes dados são de ocorrência única, portanto, não se criará quadro para eles.

Esterhazy como o “autor do *bordereau*”.

1. O senhor Matthieu DREYFUS denunciou o comandante ESTERHAZY como o verdadeiro autor do *bordereau* § 18.

Esterhazy escritor do “*bordereau*” § 15.

1. que o general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o *bordereau* tivesse sido escrito por ESTERHAZY. § 15.

Esterhazy, o condenado.

1. a comoção era grande, pois a condenação de ESTERHAZY conduziria inevitavelmente à revisão do processo DREYFUS § 15

Quadro 19: Rtd em Referência nominal a Esterhazy - Contagem

RTD EM REFERENCIAÇÃO A DREYFUS COMO:	PARÁGRAFO	Qtd
Culpado	15, 20, 22, 36	4
Inocente	Ø	Ø
Traidor	Ø	Ø
Condenado	15	1
Acusado	Ø	Ø
Autor do <i>bordereau</i>	18	1
Escritor do <i>bordereau</i>	15	1
<b>TOTAL</b>		<b>7</b>

Fonte: dados da pesquisa.

O quadro seguinte tem o propósito de verificar a Rtd de Esterhazy considerando sua posição na predicação, isto é: se a Rtd está colocada como termo regente ou se está como termo regido.

Quadro 20: Referenciações a Esterhazy considerando seu lugar na Predicação

ESTERHAZY AGENTE DO PROCESSO	ESTERHAZY PACIENTE NO PROCESSO
<i>o que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade de <u>ESTERHAZY</u>, § 15</i>	<i>Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver um <u>ESTERHAZY</u>, § 3º.</i>
<i>que o general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o <i>bordereau</i> tivesse sido escrito por <u>ESTERHAZY</u>. § 15.</i>	<i>E foi a esse título, no exercício de suas funções, que este último teve, um dia, nas mãos, uma carta-telegrama endereçada ao comandante <u>ESTERHAZY</u>, por um agente de uma potência estrangeira. § 15.</i>
<i>E é aqui que o comandante <u>ESTERHAZY</u> aparece. § 18.</i>	<i>a comoção era grande, pois a condenação de <u>ESTERHAZY</u> conduziria inevitavelmente à revisão do processo DREYFUS. § 15.</i>
	<i>O senhor Matthieu DREYFUS denunciou o comandante <u>ESTERHAZY</u> como o verdadeiro autor do <i>bordereau</i>. §18.</i>

	<i>Chega-se até a dizer que foi ele o falsário, que fabricou a carta-telegrama para arruinar <u>ESTERHAZY</u>. § 19.</i>
	<i>Eis, pois, Senhor Presidente, o caso <u>ESTERHAZY</u>: um culpado que se tratava de inocentar. § 20.</i>
	<i>ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade de ESTERHAZY, seria proclamar a inocência de DREYFUS.” § 22.</i>
	<i>Assim, os gabinetes, por todos os meios imagináveis, por campanhas de imprensa, por comunicações, por influências, acobertaram <u>ESTERHAZY</u> somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS. § 24.</i>
	<i>cometendo, por sua vez, o crime jurídico de absolver conscientemente um culpado. § 36.</i>

Fonte: dados da pesquisa.

Para o quadro das Referenciações pronominais de Esterhazy, deu-se algo surpreendente: todos os fóricos referidos a ele concentraram-se no parágrafo 18 de *J'Accuse...!*.

Quadro 21: Referenciações pronominais a Esterhazy

REFERENCIAÇÕES PRONOMINAIS		
NOMINATIVAS	ACUSATIVAS	DATIVAS
<i>Depois, de repente, ele enche-se de audácia, surpreende Paris pela violência de sua atitude. § 18</i>	<i>Testemunhos o apontam inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga § 18.</i>	<i>É que lhe chegou ajuda § 18.</i>
	<i>recebera uma carta anônima advertindo-o da conduta de seus inimigos. § 18.</i>	<i>uma senhora misteriosa tinha, inclusive, saído de madrugada para entregar-lhe uma peça roubada do estado-maior. § 18.</i>
	<i>que devia salvá-lo. § 18.</i>	

Fonte: dados da pesquisa.

A partir da construção dos quadros de análise acima, jugou-se pertinente fazer as seguintes considerações e observações como dados de pesquisa extraídos de *J'Accuse...!*. Verificou-se a recorrência de “caso Dreyfus” em cinco vezes e, em duas vezes para “caso Esterhazy”, fato que gera percentual de 40% em que “caso” concerne a Esterhazy.

Em se tratando de *J'Accuse...!*, um texto alusivo ao *caso Dreyfus*, julga-se a ocorrência de *caso Esterhazy* muito elevada em relação a *caso Dreyfus*, uma vez que na formação sócio-

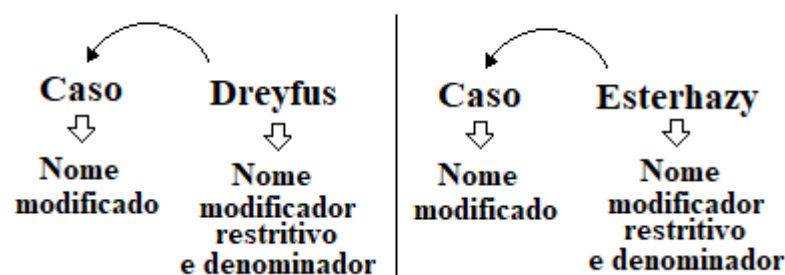
discursiva, a expressão consagrada na imprensa, no Direito, e registrada na História é “caso Dreyfus” que fica em evidência, por isso, estabeleceu-se a seguinte contagem.

Caso Dreyfus – 5 ocorrências/Caso Esterhazy- 2 Ocorrências:

1. Mas que mancha de lama sobre seu nome – eu ia dizer, sobre seu reinado – é esse abominável caso DREYFUS! § 3º.
2. Um homem nefasto tudo conduziu, fez tudo, trata-se do tenente-coronel du Paty de Clam, então simples comandante. Ele é todo o caso DREYFUS. - § 7º.
3. Eu declaro simplesmente que o comandante du Paty de Clam, encarregado de instruir o caso DREYFUS, - § 7º.
4. Demonstrei-o também: o caso DREYFUS era o caso dos gabinetes da guerra, - § 24.
5. Aterrorizamo-nos diante da luz terrível que acaba de lançar o caso DREYFUS, - § 24.
6. E chegamos ao caso ESTERHAZY - § 14.
7. Eis, pois, Senhor Presidente, o caso ESTERHAZY: um culpado que se tratava de inocentar.- § 20.

Também, verifica-se que ocorre um fenômeno importante em tais expressões, a saber; que um nome venha a ser modificador de outro nome. Todavia, mesmo sendo um modificador restritivo, não perde a essência inerente aos nomes, a que é de estabelecer denominação. Os nomes, portanto, embora possam sintaticamente comportar-se como adjetivos, o protótipo dos modificadores, mantém a essencialidade denominadora de sua natureza. Veja a figura abaixo

Fig. 8: Nome denominador/modificador



Fonte: dado da pesquisa

Para “inocência de Dreyfus” há quatro ocorrências:

1. inquietam-se, procuram, acabam por se convencer da *inocência de Dreyfus*. - § 14.
2. são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer a *inocência de Dreyfus*. § 19.

3. sabemos que reconhecer a culpabilidade de ESTERHAZY, seria proclamar a *inocência de Dreyfus*.”. - § 22.
4. Eu acuso o general Billot de ter tido em suas mãos as provas cabais da *inocência de Dreyfus* e de tê-las sufocado. § 31.

Além dessas quatro ocorrências do termo “inocência”, surgem mais duas, portanto, seis vezes em *J’Accuse...!*, repete-se o termo. Em todas as vezes, a expressão liga-se semanticamente ao tema Dreyfus. Logo, para Esterhazy, em nenhum ponto do texto ocorre a expressão “inocência de Esterhazy”.

Outras expressões da inocência ligadas ao sujeito Dreyfus.

5. Durante esse tempo, o infeliz descarnava-se, uivava *sua inocência* - § 9º.
6. e as provas morais, a situação material de Dreyfus, a ausência de motivos, seu contínuo clamor *de inocência*, acabam de mostrá-lo como vítima das extraordinárias imaginações do comandante du Paty de Clam. - § 13.

Outros termos são restringidos e denominados pelo nome Dreyfus:

Condenação de Dreyfus (1 ocorrência).

1. Primeiramente, a verdade sobre o processo e a *condenação de Dreyfus*— § 6º.

Culpabilidade de Dreyfus (1 ocorrência).

1. Sua obra, *a culpabilidade de Dreyfus*, estava em perigo - § 18.

Já a culpabilidade de Esterhazy tem duas ocorrências e, “condenação de Esterhazy” tem uma só ocorrência.

1. e o que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da *culpabilidade de Esterhazy*, § 15.
2. ora, sabemos que reconhecer a *culpabilidade de Esterhazy*, seria proclamar a (inocência de Dreyfus)”. § 22.

Condenação de Esterhazy.

1. a comoção era grande, pois a *condenação de Esterhazy* conduziria inevitavelmente à revisão do processo DREYFUS; e isso era o que o estado-maior não queria de jeito nenhum. § 15.

Outro quadro foi confeccionado para expor os verbos das Predicações a serem considerados como verbos de ação; verbos de estado e o “devir” (tornar-se). Investigou-se também a ocorrência do “voltar a ser” ou do “deixar de ser”<sup>39</sup>, todavia essas últimos sentidos

---

<sup>39</sup> Observação: não ocorrerem verbos com mudança de estado (“tornar-se”, “voltar a ser” ou “deixar de ser”).

não foram localizados em *J'Accuse...!*. Os verbos serão destacados nos excertos inscritos no quadro como o são nas sentenças.

**Excertos com verbos de ação (Dreyfus):**

1. Minhas noites seriam *assombradas* pelo espectro do inocente § 4º.
2. um crime que não *cometeu* § 4º.
3. Foi ele quem *imaginou ditar* o bordereau a DREYFUS § 7º.
4. foi ele quem *sonhou estudá-lo* numa sala inteiramente revestida de espelhos § 7º.
5. *querendo introduzir-se* junto ao acusado adormecido § 7º.
6. para *projetar* em seu rosto um brusco jorro de luz § 7º.
7. e assim *surpreender* seu crime no embaraço do despertar. § 7º.
8. O comandante du Paty de Clam entra em cena assim que uma primeira suspeita **recai** sobre DREYFUS § 8º.
9. A partir desse momento, é ele quem *inventou* DREYFUS, § 8º.
10. acredita ser capaz de *confundir* o traidor § 8º.
11. de *levá-lo* a confissões completas § 8º.
12. Não se poderia conceber as experiências às quais ele *submeteu* o desafortunado DREYFUS § 8º.
13. as armadilhas nas quais ele *quis fazê-lo cair* § 8º.
14. O comandante du Paty de Clam *prende* DREYFUS § 9º.
15. *põe-no* em solitária. § 9º.
16. Durante esse tempo, o infeliz *descarnava-se* § 9º.
17. *uivava* sua inocência § 9º.
18. *desejará* que o culpado fique sobre seu rochedo de infâmia, devorado pelo remorso. § 10.
19. Que um homem *possa* ter sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade § 11.
20. DREYFUS *sabe* várias línguas, crime § 11.
21. não *encontraram* em sua casa nenhum papel comprometedor, crime. § 11.
22. às vezes, ele *vai* a sua região de origem, crime § 11.
23. vinte e três oficiais *vieram esmagar* DREYFUS com seus testemunhos. § 11.
24. nem todos o *acusaram*. § 11.
25. Portanto eis, Senhor Presidente, os fatos que explicam como um erro judiciário pode ser cometido; e as provas morais, a situação material de DREYFUS, a ausência de motivos, seu contínuo clamor de inocência, acabam de mostrá-lo como vítima § 13.
26. inquietam-se, procuram, *acabam por se convencer* da inocência de DREYFUS. § 14.
27. Eis já um ano que os generais de Boisdeffre e Gonse *sabem* que DREYFUS é inocente. § 16.



28. posto que não *podem reconhecer* a inocência de DREYFUS, sem que os gabinetes da guerra desabem no desprezo público. § 19.
29. DREYFUS *foi condenado* por crime de traição por um conselho de guerra, portanto, ele *é* culpado. § 22.
30. e nós, conselho de guerra, não *podemos declará-lo* inocente § 22.
31. seria *proclamar* a inocência de DREYFUS § 22.
32. um oficial do estado-maior, *(foi) denunciado* por seus camaradas do estado-maior, condenado por pressão dos chefes do estado-maior § 24.
33. somente para *arruinar* uma segunda vez DREYFUS § 24.
34. Eu acuso o general Billot de *ter tido* em suas mãos as provas cabais da inocência de DREYFUS e de tê-las sufocado § 31.
35. Eu acuso, por fim o primeiro conselho de guerra de *ter violado* o direito, *condenando* um acusado com base numa peça mantida secreta § 36.

**Excertos com verbos de estado.**

1. que *expia* ao longe, na mais horrorosa das torturas § 4º.
2. seu marido *está* perdido § 9º.
3. Porém, eis DREYFUS diante do conselho de guerra § 10. (“*Estar*” – elíptico).
4. ele *é* laborioso § 11.
5. ele *tem* o cuidado de tudo saber, crime. § 11.
6. ele não *se perturba*; crime. § 11.
7. ele *se perturba*; crime. § 11.
8. DREYFUS *é* inocente. § 16
9. Sua obra, a culpabilidade de DREYFUS § 18. (Dreyfus é culpado).
10. ele *é* culpado. § 22.

**Excertos com verbos de ação (Esterhazy).**

1. Um conselho de guerra *acaba*, cumprindo ordens, *de ousar absolver* um ESTERHAZY, § 3º.
2. Uma carta-telegrama *endereçada* ao comandante ESTERHAZY, por um agente de uma potência estrangeira. § 15.
3. E o que é preciso *afirmar* bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade de ESTERHAZY, § 15,
4. Que o general de Boisdeffre e o general Billot *não punham* em dúvida que o bordereau tivesse sido escrito por ESTERHAZY. § 15.

5. A comoção era grande, pois a condenação de *ESTERHAZY* *conduziria* inevitavelmente à revisão do processo DREYFUS. § 15.
6. O senhor Matthieu DREYFUS *denunciou* o comandante ESTERHAZY como o verdadeiro autor do bordereau. § 18.
7. E é aqui que o comandante ESTERHAZY *aparece*, § 18.
8. Testemunhos o *apontam* inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga. § 18.
9. *surpreende* Paris pela violência de sua atitude. § 18.
10. É que lhe *chegou* ajuda. § 18.
11. *recebera* uma carta anônima advertindo-o da conduta de seus inimigos. § 18.
12. uma senhora misteriosa tinha, inclusive, saído de madrugada para *entregar-lhe* uma peça roubada do estado-maior. § 18.
13. Que *devia* salvá-lo. § 18.
14. Com estupor, pergunta-se quem eram os protetores do comandante ESTERHAZY. Primeiramente, nas sombras, o tenente-coronel du Paty de Clam que tudo *maquinou*, que tudo *conduziu*. § 19.
15. Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que *são obrigados a absolver* o comandante, § 19.
16. Chega-se até a dizer que foi ele o falsário, que *fabricou* a carta-telegrama para *arruinar* ESTERHAZY. § 19.
17. Eis, pois, Senhor Presidente, o caso ESTERHAZY: um culpado que *se tratava de inocentar*. § 20.
18. Ora, sabemos que *reconhecer* a culpabilidade de ESTERHAZY, *seria proclamar* a inocência de DREYFUS. § 22.
19. Assim, os gabinetes, por todos os meios imagináveis, por campanhas de imprensa, por comunicações, por influências, *acobertaram* ESTERHAZY somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS. § 24.
20. e eu acuso o segundo conselho de guerra de ter encoberto esta ilegalidade, por ordem, *cometendo*, por sua vez, o crime jurídico de *absolver* conscientemente um culpado. § 36.

**Excertos com verbos de estado.**

1. *De ousar absolver* um ESTERHAZY, § 3º.
2. Testemunhos o *apontam* inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga. § 18.
3. Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que *são obrigados a absolver* o comandante, § 19.

4. Ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade de ESTERHAZY, *seria proclamar* a inocência de DREYFUS.” § 22.
5. *Acobertaram* ESTERHAZY somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS. § 24.
6. Cometendo, por sua vez, o crime jurídico de *absolver* conscientemente um culpado. § 36.

**Excertos com verbos de mudança de estado (Devir).**

1. Depois, de repente, ele *enche-se* de audácia. § 18.
2. Que *devia salvá-lo*. § 18.
3. Eis, pois, Senhor Presidente, o caso ESTERHAZY: um culpado que *se tratava de inocentar*. § 20.

Quadro 22: Verbos de ação, de estado e do devir

DREYFUS			ESTERHAZY		
AÇÃO	ESTADO	DEVIR	AÇÃO	ESTADO	DEVIR
Assombrar	Expiar	Ø	Acaba de absolver	Apontar	Absolver
Cometer	Ser (laborioso)	Ø	Endereçar		Absolver
Imaginou ditar	Ter	Ø	Afirmar	Proclamar	Encher-se
Sonhou estudar	Estar	Ø	(não) punham	Acobertar	dever salvar
Querendo introduzir-se	Perturbar-se	Ø	Conduzir		Inocentar
Projetar	(não) perturbar-se	Ø	Denunciar		Absolver
Surpreender			Aparecer		proclamar
Recair			Apontar	(Estar)	Absolver
Inventar			Surpreender		
Levar			Chegar a		
Submeter			Receber		
Fazer cair			Entregar		

Prender			Devia salvar		
Por			Maquinar		
Descarnar-se			Conduzir		
Uivar			Obrigar		
Desejar			Fabricar		
Poder			Tratava de inocentar		
Saber			Reconhecer		
(não) encontraram			seria proclamar		
Ir			Acobertaram		
Vir esmagar			Cometendo		
Acusar			Absolver		
Acabar					
Convencer					
Saber					
Poder reconhecer					
(não) poder declarar					
Proclamar					
Denunciar					
Arruinar					
Ter					
Violar					

Condenar					
----------	--	--	--	--	--

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que para Dreyfus, não houve verbos “do devir”. Vejam-se, agora, os enunciados-Rtd referentes a Dreyfus.

#### 4.2 Análise dos Enunciados-Rtd de Dreyfus

##### Quadro 23: Dreyfus, o espectro do inocente

Já que eles ousaram, também ousarei. A verdade, eu a direi, pois prometi dizê-la, se a justiça, regularmente acionada, não o fizer de forma plena e por inteiro. Meu dever é falar, não quero ser cúmplice. <b>Minhas noites seriam assombradas pelo espectro do inocente que expia ao longe, na mais horrorosa das torturas, um crime que não cometeu (§ 4º).</b>		
Rtd	Categoria de análise	Sequência
Dreyfus: “espectro”e como “inocente”	<b>Referenciação:</b> o espectro do inocente, Metáfora: o espectro do inocente, <b>Localização</b> espacial: ao longe. <b>Predicação:</b> expia, <b>Modificação</b> da predicação: na mais horrorosa das torturas, <b>Predicação:</b> (não) cometeu <b>Ref.</b> pronominal: pela elisão do fórico “ele”, “que” (Relativo).	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...!*

Esta Representação textual-discursiva de Dreyfus é a primeira encontrada no texto em estudo. Zola mostra o tema designado como “o espectro do inocente”; ou ainda como *espectro* e como *inocente*. As categorias de análise verificadas no entorno dessa Rtd são as seguintes: Referenciação que, em catáfora, indica Dreyfus que ainda não fora citado no texto, senão como modificador restritivo e denominador de “caso”: “Mas que mancha de lama sobre seu nome – eu ia dizer, sobre seu reinado – é esse abominável *caso Dreyfus!*” (§ 3º.). Localização espacial: “ao longe”; a Predicação de “expia”; a Modificação da predicação que apresenta a circunstância do estado psicológico do sujeito: “na mais horrorosa das torturas”; a Predicação de “cometeu” modificada pelo advérbio “não”. Observa-se ainda o conectivo “que” quando insere sentença “não cometeu (um crime)”. Na argumentatividade textual, vê-se que “o espectro do inocente *expia um crime*” e que “ele não cometeu esse crime”, fator que não o torna apenas inocente, mas também vítima, porque pagava o que não deveria pagar. Essa ideia o faz duplamente digno da justiça a qual pode ser conduzida pelo “primeiro magistrado do

país”: “E a quem eu denunciaria a turba malfazeja dos verdadeiros culpados senão ao senhor, o primeiro magistrado do país?” (§ 5º.).

O valor argumentativo da Rtd é, portanto, não somente indicar a inocência de Dreyfus, mas também de mostrá-lo como vítima. Eis uma Representação textual-discursiva que se dá como subentendida: “a vítima” e, dessa forma, compõe-se a orientação argumentativa formando um feixe de razões tendo a intenção de inocentar o acusado e de apresentá-lo como vítima, para acusar os artífices do ato de acusação pela falha que condenou um inocente: “Ah! O vazio desse ato de acusação! Que um homem possa ter sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade.” (§11).

Na metáfora (tem-se a metáfora como uma forma de Referenciação), Zola põe-se dentro de suas noites: “Minhas noites”. Essa expressão conjugada ao cotexto imediatamente anterior dá a ver que o escritor tem a absolvição de Esterhazy como um crime praticado pelo conselho de guerra. Uma absolvição que ele designa como “uma tapa na cara de toda a verdade e toda a justiça”, uma “sujeira nas faces da França” e um “crime social”(§ 3º), por isso, ele expressa “Meu dever é falar, não quero ser cúmplice” (§4).

Expressando-se por esses termos, Zola dá a ver Dreyfus ao presidente como “inocente” e como “vítima”. Quanto ao *caso Dreyfus* mostra-o como: “mancha de lama no nome de Faure” (§ 3º.) e, no que concerne à absolvição de Esterhazy é uma “suprema tapa na cara de toda a verdade e de toda a justiça”. Tais Representações agravam-se pela compreensão de que um tribunal fundando-se, obrigatoriamente, nos valores éticos da verdade e da justiça, o conselho de guerra agira de modo a desonrar justamente esses dois princípios intrínsecos àquela instituição: um tribunal militar para julgar militares que afronta a verdade e afronta a justiça ao invés de reverenciá-las.

As noites são momento de reflexão e, considerando aquele ato do conselho de guerra como “crime social”, pelo que ele se propõe a “dizer a verdade”, “não querer ser cúmplice” e, argumenta que não dizendo a verdade o “espectro do inocente” assombraria esse momento de silêncio em que um homem se dá a reflexões. O espectro é aqui, análogo a sua consciência.

O processo de “expiar”, tendo em vista a origem semítica do capitão e, pelo sentido do verbo, lembra os sacrifícios de expiação praticados pelo judaísmo mosaico, pois expiar é expurgar-se de um crime (ou pecado) cometido. Aqui, não se foje ao texto de *J’Accuse...!*, quando se traz a ideia da “expiação sacerdotal”, essa ideia está contida no sema do verbo textualizado na carta aberta de Zola e é reforçada pelo que o “espectro do inocente” expiava “um crime que não cometeu”. A analogia é evidente, porque o sacerdote fazia um sacrifício pelas transgressões, não suas, mas do povo. Assim, aqui não se traz algo externo ao texto, mas

encontra-se algo no léxico escolhido por Zola que amplia os sentidos da própria Representação textual-discursiva que ele constrói e textualiza.

Essa expiação, entretanto, tem seu efeito “ao longe”. A Localização espacial insere o referente num espaço cuja distância transcende aos cálculos da métrica e, mencionando “tortura”, termo que vem modificado pela expressão “mais horrorosa”, pode-se inferir um tormento além de físico, por ser também moral e sentimental, sendo, portanto algo físico causado pelo desconforto no clima equatorial e por seu sofrimento em obrigar-se à ausência de entes queridos, de seu ofício e honras inerentes ao posto como oficial do Exército.

Esse enunciado, de período único, é extremamente rico e traz uma Representação textual-discursiva construída por Zola para “dar a ver” a Félix Faure, e aos leitores de *J’Accuse...!* o estado de um acusado que foi condenado sem provas palpáveis. A referenciação nominal mostra Dreyfus como “o espectro do inocente”, portanto, sendo “o espectro” e “o inocente” o próprio referente Dreyfus. O capitão é referenciado como “espectro” por sua invisibilidade provocada pela distância e porque surgiria na mente de Zola, em suas noites, momento habitado por todos os espectros criados pela imaginação humana. Dessa maneira, o “espectro” é uma lembrança e não uma imagem.

Os sentidos dos termos possuem finalidade argumentativa e, o muito das Representações textual-discursivas em todo o texto, não somente as de Dreyfus e as de Esterhazy, mas dos demais objetos do discurso, quer homens, instituições ou atos, os quais constroem a orientação argumentativa em direção aos ilocucionários de acusar que ele deflagrará na última coluna de seu texto no suporte do jornal *L’Aurore*.

Quadro 24: A verdade sobre a condenação de Dreyfus

Primeiramente, a verdade sobre o processo e a condenação de Dreyfus (§ 6º).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus: “condenado”	Referenciação: Dreyfus	Explicativa

Fonte: *J’Accuse...!*

A Representação textual-discursiva de Dreyfus é de “condenado”, estabelecida pela categoria da Referenciação em uma sequência explicativa. O autor da carta aberta dá uma explicação ao presidente para, depois, introduzir uma argumentação, a qual ele, previamente, sela com a expressão “a verdade”, a qual ele coloca em evidência tendo em vista antecipar sua própria argumentação: “Primeiramente, *a verdade* sobre o processo e a condenação de

Dreyfus. A verdade que Zola destacou é que “Um *homem nefasto* tudo conduziu, fez tudo, trata-se do tenente-coronel do Paty de Clam, então simples comandante.” (*J’Accuse...!*, § 7º.).

A escolha lexical por “homem nefasto” visa a desabilitar do Paty de Clam como condutor do caso Dreyfus, uma vez que alguém “nefasto”, não poderia exercer justiça, pois seria alguém leviano, tendencioso, que torceria verdades com o fim de dissimular um erro, simulando fatos e mascarando realidades. Talvez, em *J’Accuse...!*, as Rtd de do Paty de Clam sejam mais abundantes do que a soma das de Dreyfus e de Esterhazy. Ele agrega Rtd de “homem nefasto”, de “principal culpado do terrível erro judiciário que foi cometido” (§ 7º.), surge no texto como “aquele que hipnotiza a todos”, que “prepara armadilhas”, “que possui imaginações monstruosas”, que aterroriza Lucie Dreyfus depois que prende Alfred Dreyfus e que o põe em uma solitária”. Dessa forma, Zola constrói esse referente na carta aberta como um agente pernicioso e, por tudo isso, é apontado como pessoa imprópria a lidar com um caso que requer verdade e justiça, imprescindíveis para o estabelecimento do juízo de valor. Tanto é que do Paty de Clam é o primeiro objeto discursivo a ser acusado:

Eu acuso o tenente-coronel do Paty de Clam de ter sido o operário diabólico do erro judiciário, como um inconsciente, quero crer, e, em seguida, ter defendido sua obra nefasta, por três anos, com maquinações as mais extravagantes e mais culpáveis (ZOLA, 1898, § 29).

Por tudo isso, a orientação argumentativa induz ao entendimento de que o primeiro erro que se cometeu no caso Dreyfus foi a nomeação daquele oficial para conduzir o processo. Basta a qualificação de “nefasto” para desqualificá-lo ao exercício para o qual fora nomeado.

Quadro 25: O *bordereau* ditado a Dreyfus

Foi ele [o comandante do Paty de Clam] quem imaginou ditar o <i>bordereau</i> a <u>DREYFUS</u> ; foi ele quem sonhou estudá-lo numa sala inteiramente revestida de espelhos; foi ele que o comandante Forzinetti nos apresentou armado com uma lanterna de furta-fogo, querendo introduzir-se junto ao acusado adormecido, para projetar em seu rosto um brusco jorro de luz e assim surpreender seu crime no embaraço do despertar. E não preciso dizer tudo, procurem, encontrarão. Eu declaro simplesmente que o comandante do Paty de Clam, encarregado de instruir o caso <u>DREYFUS</u> , como oficial judiciário, é, na ordem das datas e das responsabilidades, o principal culpado do terrível erro judiciário que foi cometido. (§ 7º.).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus, o acusado	<b>Predicação:</b> Ditar, Sonhou estudar, Querendo introduzir-se, Projetar, surpreender. <b>Referenciação</b> pronominal: -lo, seu (rosto/crime) <b>Localização</b> espacial: numa sala revestida de espelhos, junto ao acusado (sela)	Narrativa

Fonte: *J’Accuse...!*



No excerto, Dreyfus está posto como paciente no processo de “Ditar”. Du Paty de Clam ditou o *bordereau* a Dreyfus. Não está em *J’Accuse...!*, mas, no dia em que Dreyfus foi chamado ao ministério da guerra trajando à paisana, as suspeitas de traição recaíam sobre ele, coisa que ele ignorava. Lá estando, foi recebido por Picquart que o levou a Du Paty de Clam. Desde o primeiro instante, esse último tratou Dreyfus com rispidez e arrogância, fazendo-o escrever e reescrever o ditado em várias posições: sentado, apoiado e sem apoio e, em pé apoiado para verificar a escrita do capitão. Após terminar a última cópia, Dreyfus recebe ordem de prisão e é entregue a polícia para ser conduzido à prisão do *Cherche-Midi*.

A Referenciação é dada pelo nome próprio do Tema. Nas Predicações de “Ditar” e de “Sonhar estudar”, Dreyfus é colocado como complemento do verbo, portanto, como “paciente no processo”. Na Predicação “querendo introduzir-se”, surge nova Localização espacial, que se depreende dedutivamente, uma vez que “introduzir-se junto ao acusado”, permite a inferência de que esse acusado estivesse em uma sela, o que é uma Localização espacial.

A Predicação de “Projetar” desemboca na Referenciação pronominal “*seu* rosto”, isto é: no rosto *de Dreyfus*. Conforme já foi visto, o possessivo é um modificador restritivo, porque atuando sintaticamente como epíteto de “rosto” modifica-o por restrição relacionando-o a Dreyfus. Pretendendo-se especificar essa Referenciação, pode-se denominá-la por “Relação”. Aqui, porém, prefere-se a categoria englobante, colocando-se a relação e as analogias como Referenciação.

Em todo o enunciado captado no excerto, a grande argumentação de Zola é expor ao presidente da República Francesa a ilegitimidade de du Paty de Clam para instruir o processo e também expor a simulação que se estabeleceu durante o tempo que durou o caso. O valor argumentativo do excerto não está somente na Rtd “Dreyfus” nem no nome “o acusado”, mas dilui-se no enunciado propondo a fragilidade das providências a partir da escolha de um homem nefasto para gerir o processo. Dreyfus “acusado” aponta para a absurda condenação.

Para confirmação deste pensamento, basta atentar ao sentido de alguns termos: 1) Foi ele [o comandante du Paty de Clam] quem *imaginou* ditar o *bordereau* a Dreyfus; 2) foi ele quem *sonhou* estudá-lo numa *sala inteiramente revestida de espelhos*; 3) foi ele que o comandante Forzinetti nos apresentou *armado com uma lanterna de furta-fogo*, querendo introduzir-se junto ao *acusado adormecido*; 4) para projetar em seu rosto *um brusco jorro de luz* e assim *surpreender seu crime no embaraço do despertar*; 5) *o principal culpado do terrível erro judiciário que foi cometido*.

Os sentidos reunidos dessas expressões têm intenso caráter argumentativo. Sendo considerados o sentido dos termos em itálico e sublinhados, tem-se alargada a ideia da força

argumentativa do enunciado: du Paty de Clam: *imaginou, sonhou, confundiu imagens* (sala com espelhos), *encandeou* (brusco jorro de luz), *surpreender, embaraço do despertar*. Considere-se ainda que Du Paty estivesse “armado com uma lanterna” e torna-se o principal culpado de um erro judiciário, um “erro” modificado como “terrível”. Em “imaginação” ou “sonho”, nada há de fato concreto para o caso, nada há que sugira uma prova da culpa do capitão e, que, mesmo assim, o conselho de guerra condenara o acusado por mera intuição.

O conteúdo argumentativo é demolidor e, a tal ponto que, a partir de *J'Accuse...!* rapidamente o caso reverte. Naquele mesmo mês de janeiro, já no dia seguinte à publicação de *J'Accuse...!* Acontece um protesto assinado por um grupo de intelectuais que pede a revisão do processo. No domingo, dia 16 de janeiro, acontece outro protesto por grupo ainda maior. Em agosto, dia 13, Cuignet descobre as falsificações do coronel Henri, a 30 de agosto, Henry confessa sua fraude ao ministro da Guerra, dia 31 é preso e suicida-se. O ministro da guerra demite-se a 3 setembro. No dia seguinte Esterhazy foge para a Inglaterra. Em contrapartida, há constante guerra nos tribunais e Zola é condenado. Para não ser preso, pede asilo e vai para a Inglaterra. *J'Accuse...!* não causa apenas um abalo no caso Dreyfus, ele faz ruir aquele monumento forjado por falsificações de documento e por uma rede de intrigas.

Quadro 26: Uma primeira suspeita recai sobre Dreyfus

E, sem que eu queira refazer aqui uma história conhecida em parte, o comandante du Paty de Clam entra em cena assim que uma primeira suspeita recai sobre <u>DREYFUS</u> . A partir desse momento, é ele quem inventou <u>DREYFUS</u> , o caso torna-se seu caso, acredita ser capaz de confundir o traidor, de levá-lo a confissões completas (§ 8º.).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus, o traidor	<b>Localização</b> temporal: assim que; a partir desse momento <b>Predicação:</b> recai sobre, inventou, confundir, levar <b>Referenciação:</b> Dreyfus, o traidor, -lo.	Narrativa

Fonte: *J'Accuse...!*

Dreyfus é Referenciado como traidor, não segundo o PdV de Zola, porque, nesse ponto, ele deixa entrever a visão de du Paty de Clam, que não somente via Dreyfus como traidor, mas montava cenário para que assim ele parecesse. As Localizações temporais são construídas pelas expressões *assim que* e *a partir desse momento*. Na Predicação o Tema é paciente no processo por dar complemento a “Recair”: “assim que uma primeira suspeita recai sobre Dreyfus” e, “a partir desse momento, foi ele quem inventou Dreyfus”. O tema, mais uma vez é paciente no processo completando semanticamente o verbo “Inventar”.

Du Paty de Clam julga-se em condições de confundir “o traidor”. Talvez, se realmente o capitão fosse o traidor, ele seria pego em ato falho. A Rtd de traidor completa o sentido de Confundir. A última Predicação é a que se estabelece com o verbo “Levar”. Por anáfora, o

pronome em forma e valor acusativo estabelece Referenciação pronominal com o “traidor” e, por conseguinte, com Dreyfus. O valor argumentativo, neste excerto, não está somente na Rtd, mas também no enunciado, conforme também aconteceu no estudo do quadro anterior.

Quadro 27: Dreyfus, o desafortunado

Não se poderia conceber as experiências às quais ele submeteu o desafortunado <u>DREYFUS</u> , as armadilhas nas quais ele quis fazê-lo cair, as investigações loucas, as imaginações monstruosas, toda uma demência torturante (§ 8º).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus: “o desafortunado”.	<b>Predicação:</b> submeteu, fazer <b>Referenciação</b> nominal: “o desafortunado Dreyfus”. Pronominal: “-o > -lo”. <b>Modificação</b> do ref.: “desafortunado”	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...!*

No quadro 27, a Rtd de Dreyfus é “o desafortunado”. A primeira predicação é dada pelo processo de “submeter”, o que possibilita a modificação pelo epíteto “desafortunado”: “o desafortunado Dreyfus”, termo semanticamente eloquente para caracterizar Dreyfus, pois, “desafortunado”, é caracterizador preciso para o capitão condenado. Uma vez que, se fortuna é riqueza, ei-lo desprovido de riquezas as mais singelas; se fortuna é liberdade, ele estava despojado de liberdade, se fortuna é admiração de amigos, Dreyfus estava ausente, em desterro, isolado, distante, destinado a morrer no exílio, sem as glórias de seu posto na hierarquia militar, na carreira de oficial de artilharia. Fora recebido no Estado-Maior por méritos. Agora, méritos entenebrecidos e ocultos nos rumores de uma pretensa traição à pátria, logo: “desafortunado” caracteriza o tema e resume sua condição.

Zola selecionou o léxico exato, como que pinçado à língua especialmente para caracterizar a desfortuna e o infortúnio do apenado, a genialidade do escritor treinou-o para visada tão precisa em alvo complexo e, ele colhe à semântica e ao léxico da língua um fruto, assim, tão especialmente requintado.

Além da referenciação nominal, já comentada, há uma referenciação pronominal no processo de “pretendeu fazê-lo cair”. O enclítico acusativo refere-se a Dreyfus retomando-o por anáfora. Nesse exemplo, encontra-se alterado na forma “-lo” por razões de eufonia.

O valor argumentativo em “desafortunado” reforça-se quando conjugado aos sentidos de “armadilhas”, “investigações loucas” e “imaginações monstruosas” e “demência torturante”. Assim, o tema passa a ser visto, mais uma vez como vítima, o léxico responsabiliza-se por isso e, mesmo o termo não sendo enunciado, fica a subentendido por causa dos modificadores de “investigações” (loucas), de “imaginações” (monstruosas) e de “demência” (torturante). Então, pelo que se enuncia, a condição de “desafortunado”, além do

que já se comentou sobre sua penúria, acrescente-se-lhe a constância de seu estado de vítima, não apenas do conselho de guerra que o condenara, mas das armadilhas de du Paty de Clam.

Por esses termos, Zola argumenta tanto no intuito de apresentar a situação provocada por um “terrível erro jurídico”, mas tentando preparar o intelecto de Félix Faure para assimilar a acusação que faria ao tenente-coronel.

Quadro 28: Dreyfus, prisioneiro, marido, infeliz, inocente

O comandante du Paty de Clam prende <u>DREYFUS</u> , põe-no em solitária. Corre a casa da senhora <u>DREYFUS</u> , aterroriza-a, diz-lhe que se ela falar, seu marido está perdido. Durante esse tempo, o infeliz descarnava-se, uivava sua inocência (§ 9º).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus “prisioneiro”, “marido”, “perdido”, “infeliz”, “inocente”	<b>Referenciação:</b> Dreyfus, prisioneiro, marido, perdido, infeliz, inocente, -se, “-o>-no”, seu, <b>Predicação:</b> Prende, Põe, está, descarnava, uivava <b>Localização espacial:</b> “em solitária” <b>Localização temporal:</b> “durante esse tempo”	Narrativa

Fonte: *J’Accuse...!*

O quadro 28, com três períodos, apresenta seis Representações textual-discursivas de Dreyfus: a Referenciação nominal designando o referente por seu nome, a Predicação com o processo verbal de *prender*.

O estado psíquico de Dreyfus fica tremendamente abalado ante a surpresa e, também, por não poder comunicar-se com a família. Du Paty de Clam vai à casa de Dreyfus comunica a sua mulher o fato e faz-lhe ameaças, é o começo de um martírio que durará por cinco anos que lesaram definitivamente a carreira militar daquele soldado, pois o impossibilitou quanto a sua promoção a general. Esse martírio psicológico tem início em 15 de outubro de 1894, dia da prisão e termina quando o presidente da República, Émile Loubet concede-lhe o perdão em 19 de setembro de 1899.

A partir do momento que Dreyfus recebe voz de prisão, passa a ser representado como *o prisioneiro*, um prisioneiro que era também *marido* que, no blefe de du Paty de Clam, estaria *perdido* se ele falasse. Sua situação o faz *infeliz*, porém não deixa de ser *inocente*.

A marca de tempo é importante para mostrar ao leitor a malignidade inerente à pessoa de du Paty de Clam. Primeiramente, Zola mostra que o tenente-coronel prende Dreyfus e põe-no em uma solitária. Seu argumento nesse aspecto textual é dar a ver ao presidente a arbitrariedade do oficial, pois não precisava, antes do julgamento, que Dreyfus já fosse posto

em regime rigoroso. Também a marca temporal, no texto, serve para mostrar a pressa de du Paty de Clam em *correr* à casa da senhora Dreyfus para *aterrorizá-la*, de forma que *durante esse tempo*: ao curto período cronológico decorrido entre a prisão e as ameaças de du Paty de Clam a Lucie Dreyfus, o capitão *descarnava-se* que, no texto, não tem o sentido de emagrecer, mas dá a ver um sentimento análogo à dor de carnes arrancadas por instrumento cortante. O uso do verbo descarnar é de sentido metafórico e, seu valor argumentativo é de apresentar a Faure o que o “infeliz” sofrera desde três anos e dois meses, porque a prisão de Dreyfus deu-se a 18 de outubro de 1894 (18.10.1894 a 11.01.1898).

*Uivar a inocência* supõe uma emissão sonora elevada, porém ininteligível e remete aquele que uiva à condição de um animal preso e faminto ou sob o efeito de dor. O som da voz de Dreyfus era ignorado por muitos, seu *clamor de inocência* tornou-se inaudível ante o ódio e o desprezo popular infundido pela imprensa *antidreyfusarde*. Desde sempre, ele gritara sua inocência; desde a hora em que recebeu voz de prisão e, diante da multidão às grades da Escola Militar, diante dos oficiais e praças do Exército na cerimônia de degradação.

A Rtd por Predicação incide sobre a designação do nome próprio: “prende Dreyfus”, que por dedução, entende-se-o como “prisoneiro”; mas, em razão de que crime? Era a pergunta que se fazia dentro e fora da França. Na Inglaterra, um correspondente do *Daily Graphic* indagava: “Criminoso de que, esse criminoso?” (BARBOSA, 1896, p. 9).

É múltipla a intenção argumentativa de Zola em lembrar a Faure a ida de du Paty de Clam à casa do capitão. Primeiramente aqui, a intenção é de apresentar Dreyfus como chefe de uma família organizada, depois mostrar du Paty de Clam como um chantagista diante da fragilidade de uma esposa aflita e atônita. A prisão se passara, havia três anos, razão por que, ele traz à lembrança, não sem se utilizar do verbo “aterrorizar” que delineia um perfil nefasto àquele oficial. A Rtd de *perdido* é atributiva, o peso dessa declaração que du Paty de Clam faz a Lucie Dreyfus é de intimidação, para que, de alguma forma, ele imprima medo de si na psique da mulher. A Rtd como *infeliz* é a súmula do estado em que se encontrava o apenado. A Rtd como *inocente* é indireta, pois, o termo não foi registrado e sim que ele “Uivava sua inocência”. *Prisoneiro* advém da ação de du Paty de Clam em “prende Dreyfus”, colocando-o em situação de prisioneiro em uma solitária. Em todo o conjunto de representações, Zola dá a ver ao presidente: a malignidade do tenente-coronel, a insuficiência de provas contra Dreyfus, o erro jurídico e a inocência de um prisioneiro sob uma penalidade rigorosa, porém injusta.

Quadro 29: Dreyfus julgado

<b>Porém, eis DREYFUS diante do conselho de guerra (§ 10).</b>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Sequência</b>
Dreyfus: “Julgado”	<b>Referenciação:</b> Dreyfus	Descritiva

Fonte: *J'Accuse...!*

O excerto compõe-se de uma sentença não verbal. Contudo, quem comparece perante um tribunal é julgado, se condenado ou absolvido, cabe ao júri decidir e ao juiz de assinar a decisão. Por isso, a Representação textual-discursiva de Dreyfus é de *julgado*. Zola coloca-o assim e, subentende-se uma argumentação em que ele opõe duas ideias contraditórias por causa do marcador de continuidade textual que encabeça a sentença: “porém”. Assim, portanto, o cotexto anterior é o que traz o eixo semântico da chave argumentativa.

O parágrafo nono inicia-se com uma asserção exclamativa: “Ah! Este primeiro caso é um pesadelo para quem o conhece em seus verdadeiros detalhes!”. O escritor insere a ideia de “pesadelo” com que dá atributo ao “primeiro caso”. Depois do ponto de exclamação, ele inicia uma sequência narrativa cuja pontuação denota celeridade, ações imediatas, providências de du Paty de Clam em um frenesi por construir uma quimera nas feições de Dreyfus.

O comandante du Paty de Clam prende Dreyfus, põe-no em solitária. Corre a casa da senhora Dreyfus, aterroriza-a, diz-lhe que se ela falar, seu marido está perdido [...] E a instrução foi feita assim, como numa **crônica do século XV**, em meio ao mistério, com uma complicação de **expedientes escusos**, tudo isto baseado em uma **acusação infantil**, nesse **bordereau imbecil** que não era somente uma **traição vulgar**, mas também **a mais vergonhosa das fraudes**, pois os famosos **segredos entregues** eram quase todos **sem valor** (*J'Accuse...!* - § 9º).

As palavras-chave em negrito dão conta do restante do parágrafo, desde que remete a um caso que se assemelha a uma novela do Século XV, significando: motivos banais, coisas envoltas em mistérios, simplicidade interpretativa, complicações cuja origem era sempre sombria e com cenários noturnos. Para representar o caso Dreyfus, ele expressa: “Tudo isso baseado em uma acusação infantil” e, em seguida: “nesse *bordereau* imbecil”. Dizem, os que pesquisaram com detalhes a história do caso Dreyfus, que o *bordereau* que tanto mal causou à família de Dreyfus e à França, foi descartado pelo *Schawartzkoppen*, amassado e lançado a uma cesta de papéis usados e, isto no mesmo dia em que Esterhazy esteve consigo negociando venda de informações, quando os papéis foram coletados pela zeladora.

Se as informações fossem de valor para o adido militar da Embaixada Imperial da Alemanha, de modo algum, seria descartado como um esboço mal sucedido. Quem o encontrou na lixeira foi Auguste Bastian, mulher de um sargento que trabalhava com o coronel Henry na Seção de Estatística do Ministério da Guerra. A mulher ali trabalhava como

zeladora para coletar dados que interessassem ao Exército. Juntou uns papéis usados e, entre eles, o *bordereau*, depois foi a uma igreja e lá entregou o pacote de papéis a Henry. Foi daí que se iniciou a investigação sobre um possível traidor, o qual seria ligado ao estado-maior e a oficial de artilharia. Os dados afunilaram-se em direção de Dreyfus que cai nas mãos de du Paty de Clam.

Zola escreverá coisas terríveis concernentes ao caso Dreyfus tais como “assustadora negação de justiça da qual a França está doente”, que “o erro judiciário nasceu das mãos de du Paty de Clam”. O escritor diz não saber como “os generais de Boisdeffre e Gonse puderam se deixar enganar, engajar sua responsabilidade nesse erro”, diz que “no início, houve apenas de sua parte, incúria e ininteligência” e, termina dizendo que os generais “deixaram acontecer a tolice”. Eis o cotexto anterior; “Porém, eis Dreyfus diante do conselho de guerra”.

Assim, conhecendo o cotexto anterior, o sentido de Dreyfus com a Representação de *culpado* acresce-se de valor semântico e argumentativo, porque ele não deveria estar ali, porque o caso não deveria ter chegado a tal ponto, porque um clamoroso erro jurídico poderia ter sido evitado, porque se perdeu tempo e dinheiro para comissão de injustiça, honras foram abaladas, pessoas foram condenadas (e ainda seriam) por causa de um papel descartado. A argumentação de Zola visa a mover o presidente a encerrar aquela “novela do Século XV”, de acusações sem provas, de fraudes descobertas por Reinach e publicadas contra du Paty de Clam e contra Esterhazy. Depois Cuignet descobre o “*faux Henry*” (falso Henry – coronel Henry que, preso em Mont-Valérien, suicida-se), o que leva Esterhazy a deixar a França.

Quadro 30: Dreyfus, o culpado

A nação é tomada de espanto, murmuram-se fatos terríveis, essas monstruosas traições que indignam a História; e, naturalmente, a nação inclina-se. <b>Não há castigo severo o bastante, ela aplaudirá a degradação pública, desejará que o culpado fique sobre seu rochedo de infâmia, devorado pelo remorso (§ 10).</b>		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus: “o culpado”	<b>Referenciação:</b> “o culpado”, seu (rochedo), devorado. <b>Predicação:</b> “fique”. <b>Localização</b> espacial: “sobre seu rochedo de infâmia”. <b>Modificação</b> atributiva: “devorado”	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...*!

O quadro 30 contém três referenciações. A primeira redesigna o referente como *o culpado*. A segunda reporta-se ao referente por meio do possessivo “*seu rochedo de infâmia*”. Rochedo vem nesta sentença com sentido metafórico e com uma metonímia tomando a Ilha

do Diabo por *rochedo*. O verbo cópula *ficar* fornece a referenciação atributiva: “que o culpado *fique* [...] *devorado* por remorsos” (*devorado*, atributo para “o culpado”).

São, pois, duas as predicações: “requererá”, cuja fonte do processo é “ela” (a nação francesa). Seu processo plenifica-se em sentido por meio da sentença seguinte que a integra através do conector “*que* o culpado *fique* em seu rochedo de infâmia devorado por remorsos”.

Há possibilidade, ainda, de outra análise, caso considere-se “ficar” com o sentido de “não ir”, “reter-se”. Se assim for pensado, o culpado “fica em seu rochedo” (e, não vai a outra parte) e, abre-se o vislumbre à ocorrência da cópula “ser” em elipse: “que o culpado *fique* em seu rochedo (e seja) devorado por remorsos.”.

Quadro 31: Dreyfus, um homem condenado

Ah! O vazio desse ato de acusação! <b>Que um homem possa ter sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade (§ 11).</b>		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus: “um homem”, “condenado”.	<b>Referenciação:</b> “um homem”, “condenado”. <b>Predicação:</b> “possa ter sido” <b>Modificação</b> atributiva: “condenado”	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!

No quadro 31, a sequência textual que contém a próxima Representação textual-discursiva de Dreyfus é argumentativa, Dreyfus é referenciado como “um homem” e, modificado por “condenado”. A análise da Rtd dá-se por Referenciação, uma vez que “um homem”, apesar de ter diante de si um determinante indefinido, a menção a “um homem” não generaliza, mas reporta-se a Alfred Dreyfus, porque, não sendo alguém desconhecido, a indefinição do termo é literal, mas não semântica e, tem por visada apresentar a Faure toda a humanidade em síntese como que violentada em Dreyfus, porque usando a representação de “um homem” ele iguala todos quanto aos direitos inerentes ao ser humano, direitos os quais pareciam esquecidos no tocante ao capitão.

A predicação está no processo de “tenha sido” colocando “um homem” passivo do ato que o condenou. O ato de condenação é questionado por Zola e referencia-o como “prodígio de iniquidade”, o que, ao contrário, deveria, obrigatoriamente, ter sido “prodígio de justiça”. Assim escrevendo, ele lança o processo de Dreyfus e sua sentença para o lado oposto do deveria ser, caso a justiça e a verdade tivessem conduzido o processo.

A argumentatividade da Rtd, portanto, consiste na indução equiparando Dreyfus e todo ser humano, com os direitos de dignidade, de defesa, de justiça que, entretanto, tornara-se escassa em seu caso.



Quadro 32: Dreyfus, criminoso de quê?<sup>40</sup>

DREYFUS sabe várias línguas, crime; não encontraram em sua casa nenhum papel comprometedor, crime; às vezes, ele vai a seu país de origem, crime; ele é laborioso, ele tem o cuidado de tudo saber, crime; ele não se perturba, crime; ele se perturba; crime (§ 11).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus: poliglota, criminoso, laborioso, cuidadoso, imperturbável, perturbável,	<b>Predicação:</b> “sabe”, “vai”, “tem”, (não) se perturba, perturba-se <b>Referência</b> pronominal: “sua” (casa). <b>Modificação</b> da predicação: “não”, <b>Localização</b> temporal: “às vezes”, <b>Localização</b> espacial: “a sua região de origem”; <b>Modificação</b> atributiva: “laborioso”	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...!*

No quadro 32, com um único período composto, a Referenciação é direta: *Dreyfus*. A Predicação é feita no processo de *Saber*. O enunciador, nesta sentença e na seguinte, manifesta a fragilidade das acusações contra Dreyfus. Acusações tais que são comparadas a constatações banais. Zola hiperboliza essa banalidade por uma série de atos irrelevantes para que se constituam como ato delituoso. Zola argumenta por exagero de banalidades as razões por que Dreyfus foi levado à corte, foi julgado e condenado, sem provas suficientes.

Ele expõe ao presidente que, por falta de provas, por elucubrações inconsistentes, por qualquer razão irrisória, inculpa-se o capitão. Na Inglaterra, um correspondente do *Daily Graphic* que indagara: “Criminoso de quê, esse criminoso?” (BARBOSA, 1996, p. 9).

Na orientação argumentativa construída em *J'Accuse...!*, Zola lança essas hipérboles no intuito de intensificar a verdade da falha que fôra a condenação de Dreyfus, a que chama de “ingenuidades de redação, as asserções formais que caem no vazio” (§11).

Observa-se que a sequência argumentativa é construída por sentenças narrativas formais, porém revestidas de hipérbole são, na verdade, sentenças argumentativas em conformidade ao intento de Zola para mostrar a inconsistência dos argumentos da acusação. Designou-se esta construção textual “hiperbólica” devido ao exagero que o enunciador deu aos argumentos os quais, ironicamente, imputavam ao judeu a culpa de traição.

<sup>40</sup> O Título deste quadro retira-se da Carta da Inglaterra escrita em 1895 e publicada em livro em 1896 por amigos de Rui Barbosa, carta em que ele cita um correspondente inglês do *Daily Graphic* que indaga: “Criminoso de quê, esse criminoso?” (BARBOSA, 1896, p. 9). A essa indagação, responde Barbosa: “Ninguém o sabia e; até hoje, ninguém, dentre o público, o sabe.” (BARBOSA, 1896, p. 9).

Na primeira sentença do período, comentada no quadro, Dreyfus surge como alguém conhecedor de diversas línguas (esta é a Rtd: Dreyfus como poliglota) e, segundo a criação hiperbólica de Zola, isso seria “crime”. Assim fez para retratar a inconsistência das acusações que eram imputadas ao capitão.

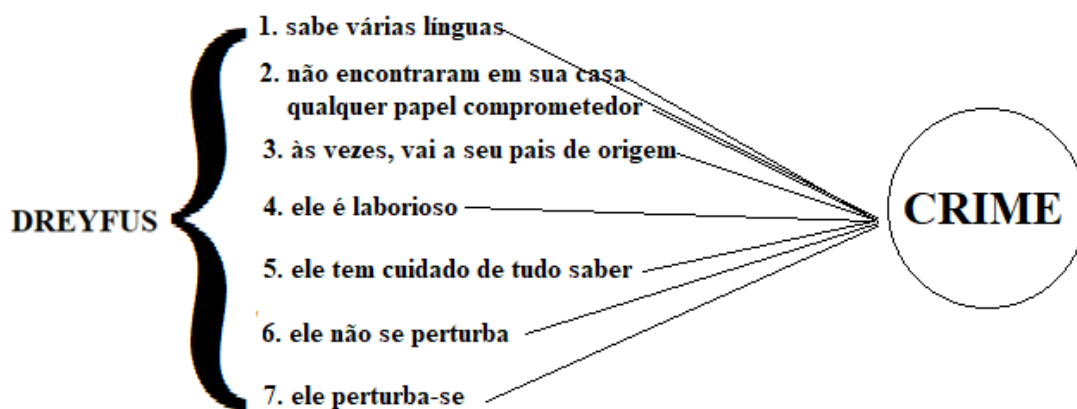
A Referenciação dá-se na segunda sentença, quando ele usa a expressão possessiva “sua casa” referindo-se à casa de Dreyfus: “Não se encontram em *sua* casa qualquer papel comprometedor, crime.”.

Na terceira sentença, as categorias de análise são a Predicação e a Referenciação, Dreyfus é agente de “ir à Alsácia, região do Nordeste da França, onde ele nascera”. A hipóbole consiste em o fato de Dreyfus ir a sua região de origem, e isto constituir crime.

Por fim: Predicação e Referenciação em: “ele é laborioso”; Predicação devido o processo verbal por meio de que se atribui a Dreyfus o caráter de homem trabalhador: “ele é laborioso, crime”. Depois: “ele tem cuidado de tudo saber, crime”, eis na sentença uma Referenciação pronominal, “ele” anafórico e, por fim, Referenciação na Predicação: “*Ele* não se *perturba*, crime, *ele perturba-se*, crime”.

A orientação argumentativa da Rtd deve ser interpretada segundo cada Representação de Dreyfus e sob o sema da ironia, porque saber muitas línguas ainda não se instituiu legalmente como crime, logo um poliglota, em tempo algum, foi criminoso por falar muitas línguas. Ser trabalhador (laborioso) é virtude, é denodo, é saúde; de modo que a carga semântica do termo aponta o capitão com homem virtuoso o que lhe põe em direção diametralmente oposta ao crime. Assim, ser cuidadoso, perturbável ou imperturbável não condiciona ninguém como delinquente. Sua argumentação, neste excerto arma-se com ironia e, ao mesmo tempo enaltece o injustiçado e, constrói a imagem de vítima para o tema.

Fig. 9 - As Sete sentenças argumentativas em *J'Accuse...!*



Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 33: Dreyfus acusado

Falava-se também que vinte e três oficiais vieram esmagar DREYFUS com seus testemunhos. Ignoramos ainda seus interrogatórios, contudo é certo que nem todos o acusaram; e é preciso observar, além disso, que todos pertenciam ao ministério da Guerra (§ 11).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus: “acusado”	<b>Predicação:</b> “vieram esmagar”. “acusaram” <b>Referenciação:</b> “Dreyfus”, “-o”.	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!

O quadro 33 comporta dois períodos. Ao expor a fragilidade das acusações contra Dreyfus, Zola narra uma providência da acusação em trazer número significativo de oficiais que deporiam contra o capitão, entretanto, “nem todos o acusaram”. O propósito argumentativo de Zola em registrar esse detalhe e que, todos tenham ido ao conselho de guerra com o objetivo de acusá-lo, é lançar a dúvida e fragilizar a acusação. Ele não expressa quantos deixaram de acusar Dreyfus, de maneira que o leitor não sabe, imediatamente, quantos deixaram de acusar Dreyfus, mas sabe-se que a unanimidade foi rompida.

As Representações textual-discursivas estão expressas na Referenciação em que o nome do referente é citado. As Predicações estão em “vieram massacrar” tendo “Dreyfus” como termo acusativo e, em seguida, a constatação argumentativa: “Certo é que nem todos o acusaram” e, conforme se analisa, verifica-se a Referenciação pronominal no pronome “-o”.

Quadro 34: Dreyfus inocente, vítima, judeu imundo

Portanto eis, Senhor Presidente, os fatos que explicam como um erro judiciário pôde ser cometido; e as provas morais, a situação material de <u>DREYFUS</u> , a ausência de motivos, seu contínuo clamor de inocência, acabam de mostrá-lo como vítima das extraordinárias imaginações do comandante do Paty de Clam, do meio clerical no qual se encontrava, da caça aos “judeus imundos”, que desonra nossa época (§ 13).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus como “inocente”, Como “vítima”, como “judeu imundo”	<b>Referenciação</b> pronominal: “-o> -lo”, <b>Referenciação</b> nominal: “vítima” <b>Predicação:</b> “acabam de mostrar” <b>Modificação:</b> “a situação material <i>de Dreyfus, seu contínuo clamor de inocência</i> ”,	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!

A Rtd de inocente é a mais recorrente referenciando Dreyfus. Ela ocorre sete vezes nos parágrafos 4, 9, 13, 14, 16, 19, 31 (cf. quadro na p. 82). A Rtd de *vítima* ocorre explicitamente neste enunciado: “e as provas morais, a situação material de Dreyfus, a ausência de motivos, seu contínuo clamor de inocência, acabam de mostrá-lo como *vítima* das extraordinárias imaginações do comandante do Paty de Clam” (§ 13), mas também ocorre de forma implícita

e em subentendidos. Já a Rtd que era construída socialmente na Europa de “Judeu imundo”, em *J’Accuse...!* ocorre duas vezes, no parágrafo 13 (deste excerto) e no parágrafo 24. Aqui, vem seguido do comentário de Zola mostrando que du Paty de Clam fazia a “caça aos judeus imundos” e, completa: “que desonra nossa época”<sup>41</sup>. É útil ressaltar a expressão “caça aos judeus imundos”. O Século XIX foi o apogeu das expedições de caça a animais<sup>42</sup> ferozes (safari) em alguns países africanos. Costumava-se criticar homicidas ou certas políticas como “caçadores de homens”. Assim, Zola usa esse termo que, à época, ganha sentido especial, hoje não mais perceptível porque os safari não são mais expedições de caça.

A argumentatividade dessas representações reforça o tema da injustiça perpetrada contra o capitão e ressaltam a malignidade de du Paty de Clam, do conselho de guerra e dos generais de Boisdeffre e Gonse. Com esses argumentos, Zola reivindica ao presidente a revisão do processo e a reparação do erro cometido.

A orientação argumentativa é um feixe de argumentos direcionados para um fim e, consequentemente, para a justiça. Em *J’Accuse...!*, a finalidade é a revisão do processo e a acusação dos conselhos de guerra, do que condenou Dreyfus e daquele, cuja sentença foi assinada no dia 11 de janeiro de 1898, condenando mais uma vez Dreyfus e absolvendo Esterhazy. As categorias de análise são a Referenciação pronominal e a Predicação: “acabam de mostrá-lo”, a Referenciação nominal: “vítima” e a Modificação restritiva. A sequência argumentativa é construída com fatos que explicam o erro judiciário cometido.

Quadro 35: Dreyfus é inocente

<b>Eis já um ano que os generais de Boisdeffre e Gonse sabem que <u>DREYFUS</u> é inocente, e eles guardaram para si essa coisa assustadora! E essas pessoas conseguem dormir, têm mulheres e filhos que amam! (§ 16).</b>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Sequência</b>
Dreyfus “inocente”	<b>Localização</b> temporal: “eis já um ano” <b>Predicação</b> : “sabem que” <b>Referenciação</b> : “Dreyfus” <b>Modificação</b> atributiva: “inocente”	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...!*

<sup>41</sup> “Judeu imundo” é uma expressão revanchista da parte dos “não-judeus”, ou “gentios” que remonta da antiguidade, quando os adeptos da seita judaica, por causa da circuncisão, consideravam-se puros e, os povos das nações eram vistos como “imundos”. Em diáspora desde 169 d.C. e espalhados pelo mundo até 14 de maio de 1948, no ocidente antissemita, os judeus eram chamados de imundos (ou sujos).

<sup>42</sup> No Século XIX havia o turismo de caça. Organizavam-se expedições para caça de animais selvagens no Kênia, Tanzânia, Zâmbia, Botswana, Namíbia e na África do Sul, o que era criticado já naquele século, e “caçar pessoas” era uma crítica a certas políticas. Inclusive, Barbosa (1896, p. 20) na carta da Inglaterra, trata de um episódio comentado pelo jornal *Figaro* que acusa o ingleses de praticar “*le tir aux français*” (tiro ao francês).

Dreyfus “inocente”, em *J’Accuse...!*, já foi visto, é uma Rtd que se repete por sete vezes explicitamente no texto. O excerto inicia-se com a Localização temporal: “eis já um ano” indicando um período suficiente para que os generais de Boisdeffre e Gonse tomassem a iniciativa a favor da justiça. Contudo, não o fizeram e, por isso, incorriam em omissão e prevaricaram. Zola não nos perdoa: “Eu acuso o general de Boisdeffre e o general Gonse de terem-se tornado cúmplices do mesmo crime” (§ 32). A Predicação: “sabem que” é já uma acusação, pois eles conhecendo a verdade, omitiram-na, permitindo a injustiça e uma vergonhosa falha jurídica.

A Modificação é veiculada por meio do verbo Ser. Por essa razão, nesta pesquisa, sub-classifica-se a Modificação de “atributiva”, pois se trata de uma característica referida ao objeto do discurso mediante um verbo cópula, quando o termo modificador denomina-se “atributo” (segundo a NGB é “predicativo”). Se o modificador vem contíguo ao nome, chama-se “epíteto” (“adjunto adnominal”, pela NGB). Daí, Modificação *atributiva* ou *epitética* e, ainda há a Modificação *restritiva*, aquela que retinge indicando posse como no caso genitivo.

No excerto, a argumentação espraia-se. Está na expressão de tempo: “Eis já um ano”. O marcador “já” denota que um ano seria tempo suficiente para corrigir o erro e estabelecer a justiça e, como não fizeram assim, os generais de Boisdeffre e Gonse tornaram-se “cúmplices do crime”. A força argumentativa desses termos reforça-se pelo sema de *conhecimento* e de *experiência* imanentes ao sentido de “Saber”, porque Saber não significa apenas apreensão visual ou auditiva, mas gustativa, tátil e olfativa, é isto o que está contido em “saber”, porque o saber denota um conhecimento com experiência, o que tinham os generais. Portanto, de Boisdeffre e Gonse faltaram com o dever de promover a justiça e exigir seriedade ao conselho de guerra, uma vez que eles eram líderes militares por antiguidade e por posto hierárquico.

Quadro 36: Dreyfus culpado

<b>Sua obra, a culpabilidade de <u>DREYFUS</u>, estava em perigo e, seguramente, quis defender sua obra (§ 18).</b>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Sequência</b>
Dreyfus “culpável”	<b>Referenciação:</b> “Dreyfus” <b>Modificação</b> restritiva: “de Dreyfus”	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...!*

A Rtd de Dreyfus é “culpável”. Analisando-se o adjunto *de Dreyfus*, verifica-se tratar-se de um adjunto que funciona como modificador restritivo de “culpabilidade”. A restrição adviria do sentido de imanência entre Dreyfus e um sistema de atitudes suas que induziram à culpabilidade por crime de traição à pátria. Contudo, essa culpabilidade não se originava em

Dreyfus por atitudes suspeitas ou flagradas, mas sim em du Paty de Clam por um sistema de simulações com intento de convencer o conselho de guerra e o público de que o traidor seria Dreyfus. Portanto, essa trama era a obra de du Paty de Clam, a qual estava ameaçada com a denúncia de Matthieu Dreyfus de que o *bordereau* fora escrito por Esterhazy.

A argumentação visa a demonstrar a fragilidade da construção de du Paty de Clam, fundada em intuições, em simulações e em falsificações das quais, depois do desmascaramento, é ele quem será posto em prisão em 1 de julho de 1899.

Quadro 37: Inocência de Dreyfus não reconhecida

<b>Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer a inocência de DREYFUS, sem que os gabinetes da guerra desabem no desprezo público (§ 19).</b>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Sequência</b>
Dreyfus “inocente”	<b>Predicação:</b> “(não) podem reconhecer” <b>Modificação</b> restritiva: “a inocência de Dreyfus” (=sua inocência). <b>Modificação</b> da Predicação: Não (podem reconhecer).	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!

Dreyfus, o “inocente”. O que obriga a de Boisdeffre e a Gonse a absolver Esterhazy é o fato de que, provando-se a inocência de Dreyfus, o conselho de guerra estaria em opróbrio diante da opinião pública. A Predicação é negada pelo modificador de negação: “de Boisdeffre, Gonse e Billot *não* podem reconhecer a inocência *de Dreyfus*”. Por isso, eles prejudicam-no para controlar a consequência do ato de justiça que redundaria na infâmia ao tribunal militar. A Modificação restritiva atua sobre “inocência” ligando-a a Dreyfus.

A argumentação na Rtd implica a constatação por parte de Zola de que Dreyfus era inocente e, também insinuar que os generais também o sabiam, mas por corporativismo, eles preferiram conservar a farsa e prosseguir no erro jurídico traindo o princípio de todo tribunal que, não é outro senão dar primazia à verdade e à justiça, rarefeitas no caso Dreyfus.

Quadro 38: Dreyfus foi condenado, ele é culpado

A opinião preconcebida que levaram para sua instância, é evidentemente esta: <b>“DREYFUS foi condenado por crime de traição por um conselho de guerra, portanto, ele é culpado; e nós, conselho de guerra, não podemos declará-lo inocente; ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade de ESTERHAZY, seria proclamar a inocência de DREYFUS.”. Nada poderia fazê-los mudar de opinião (§ 22).</b>		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Dreyfus “condenado”, “culpado”, “inocente”	<b>Predicação:</b> “foi condenado” <b>Modificação</b> “atributiva”: “ele é culpado”. <b>Predicação:</b> “ele é culpado” <b>Predicação:</b> “(não) podemos declarar” <b>Referenciação</b> pronominal: “-o > -lo” <b>Modificação</b> atributiva: “inocente” <b>Predicação:</b> “Proclamar” <b>Referenciação e Modificação</b> restritiva: “sua inocência”	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!

No excerto do quadro 38, há uma argumentação que se considera muito rara, pois Zola argumenta pela voz do conselho de guerra. Essa voz é dada por inferência de Zola. Ele infere o Ponto de Vista daquele órgão da justiça militar: “e nós, conselho de guerra, não podemos declará-lo inocente”. Esse enunciado nunca foi registrado em nenhum discurso do conselho de guerra e, nem no poderia ser. Zola foi quem o registrou na carta aberta, comportando-se como um “narrador onisciente”<sup>43</sup> e, expressa o que ele interpretava do modo de agir daquele tribunal. No fim dessa inferência, Zola declara: “Nada poderia fazê-los mudar e opinião”. Assim escrevendo, ele desvela ante a opinião de Faure e do público leitor algo que se presumia, mas que não se ousava denunciar. Intrépido, ele o faz em benefício da argumentação e, inicia com os seguintes termos: “A opinião preconcebida que levaram para sua instância, é evidentemente esta:”. No ato assertivo, ele já opera modificação na “opinião” do conselho de guerra, classificando-a como “preconcebida” e “evidente”.

O **narrador-onisciente** conta a história em 3ª pessoa e, às vezes, permite certas intromissões narrando em 1ª pessoa. Ele conhece tudo sobre os personagens e sobre o enredo, sabe o que passa no íntimo das personagens, conhece suas emoções e pensamentos. Ele é capaz de revelar suas vozes interiores, seu fluxo de consciência, em 1ª pessoa. Quando isso acontece, o narrador faz uso do discurso indireto livre. Assim, o enredo se torna plenamente conhecido, os antecedentes das ações, suas entrelinhas, seus pressupostos, seu futuro e suas consequências (SILVA, M. 2017, p. 1).

<sup>43</sup> Termo da Teoria da Literatura. Ver citação de Silva, M. (2017).

No excerto, as Rtd construídas para Dreyfus são: *condenado* – “Dreyfus foi condenado por crime de traição por um conselho de guerra”. Rtd determinada pela categoria de Modificação atributiva, na Predicação de “Ser”. Daí, conclui-se que “Ele é *culpado*”. A categoria de análise é dada por Referenciação pronominal e, por Predicação do verbo cópula “Ser” gerando o modificador atributivo “culpado”, que dá substância a Rtd. Em seguida, expõe a impossibilidade de o conselho de guerra declará-lo “inocente”.

Argumentativamente, Zola debulha a causa da impossibilidade daquele tribunal exercer a justiça, porque a consequência do reconhecimento da culpabilidade de Esterhazy seria, terminantemente, proclamar a inocência de Dreyfus, fato que traria ultraje ao conselho de guerra. Entende-se a Rtd de Dreyfus como *inocente* por causa da categoria de análise, a Modificação restritiva: “inocência *de Dreyfus*” equivalente a “Dreyfus é inocente”, sendo um termo adjunto que modifica e restringe “inocência” apropriando-a ao tema (Dreyfus).

Quadro 39: Dreyfus arruinado

<b>Assim, os gabinetes, por todos os meios imagináveis, por campanhas de imprensa, por comunicações, por influências, acobertaram <i>ESTERHAZY</i> somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS (§ 24).</b>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Sequência</b>
Dreyfus “arruinado”	<b>Predicação:</b> “Arruinar” <b>Modificação</b> da predicação: “uma segunda vez”. <b>Referenciação:</b> “Dreyfus”	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...!*

Neste quadro, a Representação textual-discursiva advém da Predicação de “Arruinar”. Essa Predicação é modificada por “uma segunda vez”. Trata-se, aí, do segundo conselho de guerra constituído para julgar o caso Dreyfus, cuja sessão final aconteceu em 11 de janeiro de 1898, numa Terça-Feira, quando Esterhazy é absolvido e Dreyfus é *mais uma vez* condenado, fato estopim de *J’Accuse...!* que, na manhã da Quinta-Feira inunda Paris com 300 mil exemplares. A maior tiragem do jornal *L’Aurore* é, historicamente, a de seu número 87.

O primeiro conselho de Guerra tem início em 19 de dezembro de 1894. Em sua segunda audiência, já na manhã do dia 20, o coronel Henry (aquele que recebe de Madame Bastian – Auguste Bastian – o *bordereau* encontrado em uma cesta de papéis usados na Embaixada da Alemanha), ele, como chefe do Departamento de Estatística do Ministério do Exército, mostra-se convicto da culpabilidade de Dreyfus. No dia 22 de dezembro, unanimemente, os juízes do conselho de guerra condenam Dreyfus ao exílio e à prisão perpétua. É por essa razão que Zola registra o modificador da Predicação: “uma segunda vez”. Apenas três anos e um mês após a primeira condenação, Dreyfus é novamente condenado.



A Rtd de Dreyfus como arruinado diz respeito a um conjunto de aspectos morais, profissionais, sociais, políticos, porque aquele oficial, que por competência, galgara um estágio junto ao estado-maior, que em início de carreira, como capitão, já circulava entre seus superiores da liderança do Exército e isto por sobressair-se com excelente classificação entre os cadetes. Naquele momento (11.01.1898) fora reduzido a um rejeito humano, sem prestígio, sem credibilidade, sem pátria, sem lar, sem liberdade, posto “ao longe”, separado da sociedade como um “espectro”, à semelhança de um objeto arqueológico decadente e desgastado no tempo: uma ruína. A conjugação dos fatos do caso Dreyfus e da crônica de vida do ex-oficial está presente no sentido de “arruinar” usado na escolha de Zola, porque somente pode devir ruína o que antes fora glória. Tal coisa sucedeu ao capitão, agravando-se pela confirmação condenatória do segundo conselho de guerra.

Quadro 40: Dreyfus, infeliz, um judeu imundo

<b>Aterrorizamo-nos diante da luz terrível que acaba de lançar o caso <u>DREYFUS</u>, esse sacrifício humano de um infeliz, de um “judeu imundo”! (§ 24).</b>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Tipo de sequência</b>
Dreyfus, “sacrificado”, um “infeliz”, um “judeu imundo”.	<b>Referenciação:</b> “um infeliz”, “um judeu imundo”.	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!

A condenação de Dreyfus é referenciada como um sacrifício, o que, indiretamente, constrói a Rtd de “sacrificado” devido aos rigores de sua penalidade. Por isso, vem novamente à tona a ideia de vítima, porque sacrifício pressupõe vítima, em: “esse sacrifício de um infeliz”. Infeliz, desde que o corpo de oficiais do Exército, em grande parte de seus integrantes, incomodava-se com judeus sendo oficiais em suas fileiras a ponto de provocarem-se ofensas para que o ofendido demandasse duelo e que, assim, “lavando a honra”, devesse morrer, como no mesmo ano de 1894, morreu o capitão Meyer, judeu, ofendido por Moresse com quem travou um duelo de pistolas. Tomando ciência do fato, Dreyfus indaga: “Que mosca picou Meyer?”. Édouard Drumont do jornal *La Libre Parole* incitava o ódio e, ele mesmo, duelara com o capitão Crémieux-Foailles, depois do que, prometera sempre escrever em seu jornal que “os oficiais judeus seriam traidores em potencial”. Aí está a raiz amarga que guiou uma justiça *de atrio*<sup>44</sup> no seio da sociedade francesa, fomentada pela imprensa *antidreyfusarde*.

<sup>44</sup> “*DE ATRIO*”, justiça, ato de justiceiro, uma justiça fora dos tribunais, sem amparo em leis. No texto, diz respeito à justiça pretendida por populares e que levou um jornalista a alvejar Dreyfus na cerimônia de transferência das cinzas de Zola do cemitério de Montmartre para o Panthéon. “Justiça com as próprias mãos”.

Assim, com a Representação de “sacrificado”, “vítima” e “infeliz”, esses termos conjugam-se semanticamente e montam a construção representativa de Dreyfus que, em seguida é enroupada com a marca étnica e preconceituosa de “judeu imundo” com a intenção de apresentar a Faure a emergência de reparação ao erro jurídico cometido contra Dreyfus. O presidente, entretanto, era contrário à revisão. Mas, com sua morte inesperada em 16 de fevereiro de 1899 no *Elysée* (palácio do governo), dois dias depois, é substituído por Émile Loubet que, em 19 de setembro daquele ano, anistia Dreyfus.

Quadro 41: Dreyfus, o inocente culpado

<b>Eu acuso o general Billot de ter tido em suas mãos as provas cabais da inocência de <u>DREYFUS</u> e de tê-las sufocado, de ter-se tornado culpado desse crime de lesa-humanidade e de lesa-justiça, por causa de objetivos políticos e para salvar o estado-maior comprometido (§ 31).</b>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Sequência</b>
Dreyfus “inocente”.	<b>Predicação:</b> “ter tido”, <b>Modificação</b> restritiva: “de Dreyfus”.	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...!*

Este excerto contém a sétima e última vez que, em *J’Accuse...!*, enuncia-se Dreyfus com a representação de *inocente*. Mas, essa Rtd vem envolvida na Predicação de “ter tido” cujo complemento é dado por “provas cabais”, provas que requerem um complemento devido sua transitividade (provas cabais de quê?). O adjunto “da inocência” dá-lhe a completude, porém, faz-se necessário uma Modificação restritiva para delimitar a que objeto do discurso liga-se a *inocência*. Observe-se a necessidade de restrição, crê-se que tal fato textual implica diretamente na coesão e na coerência. Por esta razão é que, neste trabalho, destaca-se esse traço restritivo dentro da Modificação, um fenômeno genitivo que se dá a perceber.

A insistência de Zola em construir a Representação textual-discursiva de Dreyfus não tem caráter de reforço à ideia, mas de reiterada constatação desse fato, de maneira que ele argumenta e insiste nessa Rtd para acentuar a gravidade do erro jurídico, análogo a uma “mancha de lama no nome do presidente” e que lesa as faces da França com uma “sujeira” que a história atribuiu à presidência de Faure, uma mancha de lama que ele define como a comissão de um crime social (cf. § 3º).

Quadro 42: Dreyfus, um acusado

<b>Eu acuso, por fim o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, condenando um acusado com base numa peça mantida secreta (§ 36).</b>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Sequência</b>
Dreyfus, “um acusado”, “condenado”	<b>Predicação:</b> “Condenando”, <b>Modificação da Predicação:</b> “com base numa peça mantida secreta”.	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...!*

A Rtd de Dreyfus é a de “um acusado” e, de um “acusado condenado”. A argumentatividade torna-se robusta quando se acresce das expressões pelas quais Zola acusa o primeiro conselho de guerra por violação ao direito e por condenar “um acusado” fundamentando-se em uma peça que oculta aos participantes da sessão do primeiro conselho de guerra. Essa informação é posta como modificador da Predicação de “Condenar”: “condenando um acusado *com base numa peça mantida secreta*”.

A intenção de Zola era a de desconstruir a farsa montada por du Paty de Clam, por isso, em sua carta aberta ele busca minar toda a Representação discursiva vibrante nos jornais *antidreyfusards* que já se solidificavam na psique dos franceses. Tal era a força dessa representação que Zola combate e, tão grave era, que após todo o caso Dreyfus ser passado e estar conhecida a verdade, depois da reintegração de Dreyfus ao Exército por uma lei votada em 13 de julho de 1906, após Dreyfus ser sagrado cavaleiro da legião de honra. No dia 4 de junho de 1908, na cerimônia de transferência das cinzas de Émile Zola do cemitério de Montmartre para o Panthéon, Dreyfus é ferido no braço por dois disparos de pistola efetuados por Louis Grégori, um jornalista (cf., nota p. 120). Ducrot explica que o objetivo da argumentação é “demonstrar ou refutar uma tese” (Ducrot, 1980, p. 81), foi isso que fez Zola escrevendo *J'Accuse...!* e obteve êxito, apesar dos pensamentos de cidadãos recalcitrantes.

A partir deste ponto, assim com se fez quanto às análises de Dreyfus, passa-se a fazer às análises dos enunciados-Rtd expostos nos quadros de análise de Esterhazy, bem menos mencionado no texto do que Dreyfus.

#### 4.3 Análise dos Enunciados-Rtd de Esterhazy

O quadro abaixo é, em tudo, semelhante ao quadro da página 79, exceto pela foto de Esterhazy. Onde, no outro, havia a foto de Dreyfus, está a de Esterhazy, porque agora o Tema é Esterhazy. Este quadro é formado a partir do quadro de Grize que esquematiza o sistema da comunicação, alterado conforme *J'Accuse...!*, que não pode demonstrar a interlocução exercida por Faure, segundo natureza da carta aberta.

Quadro 43: Tema Esterhazy



Fonte: Elaboração nossa a partir de Grize (1996).

Observe-se que Zola ocupa o lugar do “orador” (ou escritor), o tema é Esterhazy e o “ouvinte” (ou leitor) é Félix Faure. O orador é quem constrói uma imagem de si (seta em “L” invertido de duas cabeças se flecha), aqui exemplificada pela Representação textual-discursiva que Zola tem de si mesmo: “E é ao senhor, Presidente, que clamarei pela verdade, com toda a força de minha revolta de *homem honesto*.” (§ 5º); é Zola quem constrói a imagem que tem de Esterhazy: Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver *um Esterhazy*. O determinante “um” diante de nome próprio não suscita indeterminação conforme o faz quando colocado em regime do nome comum. Quanto a este caso, já foi visto que se cria um tipo, por isso Esterhazy é um tipo na narrativa de *J’Accuse...!*.

Zola ainda contrói a imagem de Faure: “E a quem eu denunciaria a turba malfazeja dos verdadeiros culpados senão ao *senhor, o primeiro magistrado do país?*” (§ 5º.).

A imagem é construída segundo os pré-construídos culturais (PCC) e, esses mesmos PCC propiciam a reconstrução na mente do ouvinte, pois o ouvinte (leitor) nunca é passivo, uma vez que, dificilmente, seu Ponto de Vista será homogêneo ao do orador.

Quadro 44: Esterhazy é um tipo humano.

*Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver um **ESTERHAZY**, afronta suprema a toda verdade, a toda justiça. E pronto! A França tem nas faces esta sujeira, a história escreverá que é sob a sua presidência que tal crime social pôde ser cometido (3º §).*

Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Esterhazy é um tipo humano	<b>Modificação:</b> “um Esterhazy”.	Explicativa

Fonte: *J'Accuse...*!

Há duas observações pertinentes a fazer em relação ao excerto do quadro 44, em que se identificou a Rtd de Esterhazy. A primeira diz respeito ao determinante diante do nome próprio (um Esterhazy) que, perde seu valor de indefinição e dá ao sujeito de *J'Accuse...*! o sentido de “tipo humano”. Assim, o determinante torna-se modificador do nome próprio. A segunda observação concerne à classificação da sequência textual que, apesar de o excerto possuir características de sequência narrativa, na verdade, trata-se de sequência que explica o cotexto anterior em que o “Caso Dreyfus” é representado como “uma mancha de lama no nome de Faure”.

Quanto ao valor argumentativo da Rtd, considera-se a textualização do nome Esterhazy tendo diante de si esse determinante e, pelos sentidos verificados na linearidade do enunciado, em que a absolvição de Esterhazy é vista como “uma suprema tapa na cara”, como “sujeira nas faces da França” e como “crime social” e ainda, pelo cotexto anterior no qual o caso Dreyfus é representado por uma “mancha de lama no nome do presidente da República Francesa”, o valor argumentativo da Rtd indica precariedade no julgamento do conselho de guerra de onde decorre falha jurídica, o que dá sustento a Zola para o ato de acusar.

Eu acuso, por fim o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, condenando um acusado com base numa peça mantida secreta, e eu acuso o segundo conselho de guerra de ter encoberto esta ilegalidade, por ordem, cometendo, por sua vez, o crime jurídico de absolver conscientemente um culpado (Zola, 1898, § 36).

Quadro 45: Um agente de uma potência estrangeira endereçou uma carta a Esterhazy

<i>foi a esse título, no exercício de suas funções, que este último teve, um dia, nas mãos, uma carta-telegrama endereçada ao comandante <u>ESTERHAZY</u>, por um agente de uma potência estrangeira. (§ 15).</i>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de análise</b>	<b>Sequência</b>
Comandante Esterhazy	<b>Predicação:</b> “endereçar”. <b>Referenciação:</b> “Comandante Esterhazy”.	Narrativa

Fonte: *J'Accuse...!*

Essa Representação textual-discursiva de “comandante Esterhazy” surgirá mais três vezes. No parágrafo 18, duas vezes: 1) “O senhor Matthieu Dreyfus denunciou o comandante Esterhazy como o verdadeiro autor do *bordereau*”; 2) “E é aqui que o comandante Esterhazy aparece” e, mais uma vez no parágrafo 19: “Com estupor, pergunta-se quem eram os protetores do comandante Esterhazy”.

Observe-se a que cotextos liga-se a Rtd de *comandante Esterhazy*. No excerto do quadro, uma carta-telegrama de um agente de uma potência estrangeira é endereçada a Esterhazy e é interceptada pelo SIA. Decerto, o conteúdo era comprometedor, porque não há impedimento que haja correspondência entre militares de diversas nacionalidades. A carta, nas mãos de Picquart, é instrumento de investigações que se concluem verificando ser Esterhazy o traidor. No enunciado número 1 do parágrafo 18, Esterhazy é denunciado como autor do *bordereau* e não Dreyfus; no enunciado número 2, o comandante Esterhazy aparece enlouquecido, prestes a cometer suicídio ou a fugir. Suas atitudes são dois índices de culpabilidade e, Zola enuncia-as em caráter argumentativo. No parágrafo 19, Esterhazy tinha protetores, logo, o conselho de guerra passa a ter caráter de farsa. Dreyfus, mais uma vez, é representado como inocente em *J'Accuse...!* como também, noutros números de *L'Aurore* e na imprensa estrangeira que fazem eco com a carta aberta de Zola. Rui Barbosa (1896) expressa a inocência de Dreyfus.

Só duas forças seriam capazes de forrar uma alma contra a abjeção incomparável daquela queda, contra o desespero inaudito daquele destino: a **insânia**, ou a **inocência**. Ora, Dreyfus não tinha no seu passado uma nódoa, um traço duvidoso, Quinze anos de serviços imaculados e a alta posição de confiança, que ocupava no mais delicado ramo da administração da guerra, definem-lhe a fé de ofício (BARBOSA, 1896, p. 6, alteração nossa).

Argumentativamente, Zola denuncia a seriedade do problema, pois se tratava do envolvimento de um oficial de alto posto em crime de lesa-pátria. Sendo isso grave em qualquer escalão das forças armadas, torna-se assunto muito mais sério, pois se há de convir que o alto posto do militar influenciasse subordinados a se encaminharem na mesma falta,

como adeptos do chefe, porque um comandante sempre atrai colaboradores. Observe-se que havia “protetores” de Esterhazy, dos quais Zola não omite o nome: du Paty de Clam (tenente-coronel), Boisdeffre, Gonse e Billot (generais).

Primeiramente, nas sombras, o tenente-coronel du Paty de Clam que tudo maquinou, que tudo conduziu. Sua mão trai-se pelos meios bizarros. Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer a inocência de DREYFUS, sem que os gabinetes da guerra desabem no desprezo público (ZOLA, 1898, § 19).

As quatro ocorrências da Rtd “Comandante Esterhazy” têm, então, o intuito de ressaltar ante a visão do presidente da República, não somente um erro jurídico cometido pelo conselho de guerra, mas também expor um abalo na segurança nacional e quanto à confiabilidade dos oficiais do comando. Por isso, em *J’Accuse...!*, brada a voz de Émile Zola antevendo esse abalo repercutindo quanto ao prestígio do Exército e dos tribunais militares: “Quantas pessoas eu conheço que, diante de uma possível guerra, tremem de angústia, sabendo em quais mãos está a defesa nacional! E que ninho de baixas intrigas, de mexericos e de dilapidações tornou-se esse asilo sacro onde se decide a sorte da pátria!” (§ 24). E, antes de lançar esse lume de constatação deplorável, ele já qualificara o primeiro conselho de guerra como “ininteligente” por ter acatado ilegalmente o *dossier* secreto enviado pelo general Mercier incriminando Dreyfus (22 de dezembro de 1894) e, qualifica o segundo conselho de guerra, o que absolveu Esterhazy, classificando-o como “criminoso”.

O primeiro conselho de guerra pode ter sido ininteligente, o segundo é, forçosamente, criminoso. Sua desculpa, repito-o, é que o chefe supremo falara declarando a coisa julgada inatacável, santa e superior aos homens, de sorte que inferiores não poderiam dizer ao contrário. Fala-se-nos da honra do Exército, querem que nós o amemos, o respeitemos. Ah! Decerto, sim, o exército que se levantaria à primeira ameaça, que defenderia a terra francesa, é todo o povo, e nós temos por ele mais do que ternura e respeito. Mas não se trata dele, do qual queremos justamente a dignidade, em nossa necessidade de justiça. Trata-se do sabre, o mestre que nos darão amanhã, talvez. E beijar com devoção o punho do sabre, o Deus, não! (ZOLA, 1898, § 23).

Quadro 46: Gonse estava convencido da culpabilidade de Esterhazy

<i>O que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade de <u>ESTERHAZY</u>, que o general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o bordereau tivesse sido escrito por <u>ESTERHAZY</u>. O inquérito do tenente-coronel Picquart chegou a esta constatação certa. (§15).</i>		
Rtd	Categoria de análise	Sequência
“Culpável”, “escritor do bordereau	<b>Referenciação:</b> Esterhazy <b>Predicação:</b> “estava convencido”, “ter sido escrito”. <b>Modificação</b> restritiva: de Esterhazy	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...!*

A afirmação que Zola presta em sua carta aberta, escreve fazê-la “bem alto” (já que escrita é inaudível). Assim, ele recorre ao marcador que traduz sua intenção de proclamar a intensidade da gravidade de que três generais conheciam a verdade sobre Esterhazy, mas insistiam em ocultá-la. Gonse reconhecia Esterhazy como “culpável” – essa é a primeira Rtd do tema. Boisdeffre e Billot, certamente devido à conclusão das investigações de Picquart, não duvidavam quanto à autoria do *bordereau*, atribuindo-a ao comandante Esterhazy, nisto reside também a força argumentativa deste excerto. No parágrafo 16, ele já escrevera “Eis já um ano que os generais de Boisdeffre e Gonse sabem que Dreyfus é inocente, e eles guardaram para si essa coisa assustadora!” (§ 16).

A representação de “culpável” indica semanticamente não uma constatação como “culpado”, mas mostra que o referente é susceptível de culpa, uma susceptibilidade que provém da reunião de fatos que se enfeixam no sentido de constatar a culpa. Todavia, essa aparente modalização, desfaz-se por seu “afirmar bem alto” trazendo também à memória as investigações de Picquart quando flagrou a carta-telegrama do *Schwartzkoppen* dirigida a Esterhazy.

No dia da publicação de *J'Accuse...!* Picquart já não mais chefiava o SIA, gabinete do qual fora afastado desde novembro de 1896 e, desde janeiro de 1897 estava no 4º. Regimento de artilheiros argelinos em Sousse, na Tunísia. Há fatos da crônica do caso Dreyfus recuperados aqui, que Zola omite, por serem desnecessários naquela época, mas, nesta dissertação, tais fatos são retomados para compor cenas do contexto, hoje esgarçado pelos cento e vinte anos, isto se faz entendendo-se que a análise cotextual é também contextual. Por isso essa conjugabilidade “co(n)textual”, decerto, ressalta sentidos desbotados no tempo.

As categorias de análise são a Referenciação dada pelo uso do nome próprio do sujeito tematizado: Esterhazy. Quanto às Predicações, a primeira concerne a Gonse que “estava convencido” e, a segunda liga-se a Boisdeffre e Billot que reconheciam Esterhazy como “escritor do *bordereau*”. A Modificação: está em restrição de “culpabilidade” apropriando-a a Esterhazy por meio do adjunto *de Esterhazy* marcando inerência entre o sujeito e a susceptibilidade em culpa.

A outra Rtd de Esterhazy está incrustada na Predicação de “ter sido escrito”: “general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o *bordereau* *tivesse sido escrito* por Esterhazy”. Ser autor do *bordereau* possui duas implicações, uma grave, pois indica comissão de crime de lesa-pátria imputável a quem o escreveu e, a outra irrisória, porque as informações contidas no documento não eram importantes para o Império da Alemanha, tanto é que o *Schwartzkoppen* amassou a tibia e transparente folha manuscrita e lançou-a numa



cesta de papel como um dejetto banal, donde se ressalta também o teor argumentativo: “uma peça insignificante levou um inocente ao exílio e à prisão perpétua”. Em 18 de julho de 1899, o jornal *Le Matin* (A Manhã) publica a confissão de Esterhazy em uma entrevista efetuada na Inglaterra.

Quadro 47: A condenação de Esterhazy conduziria à revisão do processo Dreyfus

a comoção era grande, pois a condenação de <i>ESTERHAZY</i> conduziria inevitavelmente à revisão do processo DREYFUS; e isso era o que o estado-maior não queria de jeito nenhum. (§15).		
Rtd	Categoria de análise	Sequência
Condenado	<b>Modificação</b> restritiva: “de Esterhazy <b>Predicação:</b> “conduziria”	Narrativa

Fonte: *J'Accuse...!*

“Condenação de Esterhazy” remete a “Esterhazy condenado” (Esterhazy condenado > revisão do processo de Dreyfus) – causa e consequência contíguos no texto como uma visão em perspectiva. A argumentação repousa no fato textual enunciado por Zola de que o estado-maior, em absoluto, não queria a revisão do processo. Não houve a condenação de Esterhazy e sim a de Dreyfus! Não se há de inferir sobre as feições de Félix Faure ao ler a carta aberta. Mas, decerto, isto lhe causou um franzir de testa, porque Zola apresenta a necessidade de revisão do processo e revela a vontade do estado-maior em não promover a justiça. A narrativa é argumentativa ou, diga-se que, a argumentatividade não está em uma sequência argumentativa prototípica, mas espalhada em narração de fatos e argumentos.

Para argumentar, o escritor acena com Esterhazy condenado, como a dizer-lhe que essa possibilidade se evidenciava desde que Matthieu Dreyfus denunciou Esterhazy como o autor do *bordereau* e que o senador Scheurer-Kestner protocolara pedido de revisão no processo, o que enlouquece Esterhazy. Há uma série de fatos que se conjugam e que Zola não nos omite. Picquart, na chefia do SIA, flagrara a carta-telegrama (março de 1896). Agora, isto a ser escrito em seguida, Zola não escreve em *J'Accuse...!*, mas é complementado aqui: Bernard-Lazare publicou em Bruxelas sobre o erro judicial – “a verdade sobre o caso Dreyfus”, Gabriel Monod publica no jornal *Le Temps* que Dreyfus é vítima de um erro judicial, Zola escreve no *Figaro* um artigo apoiando Dreyfus, enfim: quando Zola escreve e publica *J'Accuse...!*, o contexto com tais coisas estava em ebulição e, a resistência à revisão do processo, ainda forte, começava a fragilizar-se. Daí, a ideia de que enunciar a “condenação de Esterhazy” tenha assustado aqueles que, como Faure, eram adversários da revisão: “a condenação de Esterhazy conduziria inevitavelmente à revisão do processo”. A súplica disso

tudo é que a resistência à revisão do processo fragilizou-se terminantemente até à anistia de Dreyfus em 19 de setembro de 1899, sete meses após a morte de Félix Faure,<sup>45</sup>.

Quadro 48: O senhor Matthieu Dreyfus denunciou o comandante Esterhazy

<i>O senhor Matthieu <u>DREYFUS</u> denunciou o comandante <u>ESTERHAZY</u> como o verdadeiro autor do bordereau, no momento em que o senhor Scheurer-Kestner ia entregar, nas mãos do ministro da Justiça, um pedido de revisão do processo (§ 18).</i>		
<b>Rtd</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Sequência</b>
O comandante Esterhazy “denunciado”, “verdadeiro autor do <i>bordereau</i> ”.	<b>Referenciação:</b> “o comandante Esterhazy <b>Predicação:</b> “denunciou”, (“Ser”). <b>Localização</b> temporal: “no momento em que”. <b>Modificação</b> atributiva: “denunciado” e “o verdadeiro autor do <i>bordereau</i> ”.	Narrativa

Fonte: *J’Accuse...!*

Neste excerto, são duas as predicacões e são três as Rtd de Esterhazy propostas por Émile Zola: “o comandante Esterhazy”, “denunciado” e “verdadeiro autor do *bordereau*”. Para a Rtd de “comandante Esterhazy” ocorrem três categorias que a dispõe à análise: A Referenciação dá a Rtd de “Comandante Esterhazy” que ocorre quatro vezes em *J’Accuse...!* (§15, §18 – duas vezes e §19), a Localização marcada por “no momento em que” e a Predicação em que o referente encontra-se como paciente no processo (o agente do processo é Matthieu Dreyfus). A predicacão tem base em “Denunciar”, em sua forma pretérita (acabada). A outra Predicação não é percebida imediatamente porque o verbo cópula está em elipse, pelo que, faz-se necessário desdobrar a sentença: “O senhor Matthieu Dreyfus denunciou o comandante Esterhazy como (sendo) o verdadeiro autor do *bordereau*”. A Rtd de “denunciado” é contígua à ideia da denúncia de Matthieu Dreyfus – “se alguém o denunciou, logo, Esterhazy foi denunciado”. Portanto, “denunciado” está envolto, em uma Modificação atributiva tendo em vista a mediação entre o referente e seu qualificador, modificacão que se estabelece por intermédio de verbo cópula nos parênteses: “*Esterhazy (foi) denunciado*”. Por assim ser, trata-se de uma Modificação inserida numa Predicação (conforme a sentença distendida para a análise, em itálico). De igual modo, dá-se a outra Modificação: “Matthieu Dreyfus denunciou o comandante Esterhazy como (sendo) o verdadeiro autor do *bordereau*”.

<sup>45</sup> Félix Faure morreu às 21 horas do dia 16 de fevereiro de 1899, no palácio do Élysée.

Portanto, ocorrem duas Modificações, ambas suscitando atributo ao referente: “denunciado” e “verdadeiro autor do *bordereau*”.

A argumentatividade da Rtd de “comandante Esterhazy”, já comentada, aqui, é preterida em favor das outras duas. “Denunciado” é alguém que causou prejuízo ou ofensa a outrem que, queixoso, busca autoridade exigindo indenização do prejuízo ou reparo da afronta sofrida, logo, tendo sido Esterhazy denunciado, subentende-se que, previamente, cometera algo implicando necessidade de justiça. Matthieu Dreyfus denuncia-o para isentar de culpa seu irmão condenado por causa do *bordereau* e, essa denúncia consta exatamente em apresentar à autoridade alguém como culpado em lugar de seu irmão. Por isso, argumentando por meio desse episódio, Zola, a um só tempo, dá Dreyfus como inocente e, Esterhazy como autor do documento comprometedor, mas que não fora condenado. Essa situação demandava, por parte dos magistrados, urgente reparo para que a causa da justiça e de seus princípios fossem preservados, uma vez que princípios são imprescindíveis. Os princípios imprescindíveis a todo tribunal instituído são, pelo menos dois: a verdade e a justiça, princípios esses, reclamados em *J’Accuse...!* desde o início.

Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver um Esterhazy, supremo tapa na cara de toda verdade, de toda justiça. E pronto! A França tem nas faces esta sujeira, a história escreverá que é sob a sua presidência que tal crime social pôde ser cometido (ZOLA, 1898, § 3º.).

Quadro 49: Quando o comandante Esterhazy aparece

<i>E é aqui que o comandante <u>ESTERHAZY</u> aparece. Testemunhos o apontam inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga. Depois, de repente, ele enche-se de audácia, surpreende Paris pela violência de sua atitude. É que lhe chegou ajuda, recebera uma carta anônima advertindo-o da conduta de seus inimigos, uma senhora misteriosa tinha, inclusive, saído de madrugada para entregar-lhe uma peça roubada do estado-maior, que devia salvá-lo (§ 18).</i>		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Comandante Esterhazy, “enlouquecido”, “audacioso”, “surpreendente”, “violento” “ajudado”	<b>Referenciação:</b> “comandante Esterhazy”. <b>Predicação:</b> “aparece”, (Estar) “apontam”, “enche”, “Surpreende”, “Chegou”, receber”, “entregar”, “devia salvar”, <b>Localização</b> temporal: “e aqui”, “inicialmente”, “depois”, <b>Modificação</b> atributiva (do referente): “enlouquecido”, <b>Modificação</b> da Predicação: “de repente”, prestes ao suicídio ou à fuga” “pela violência d e sua atitude”. <b>Referenciação</b> pronominal “ele”, “-se”, “-lhe”/ “-lhe”, “-lo”.	<b>Narrativa</b>

Fonte: *J’Accuse...!*

Em J'Accuse, os dois excertos são contíguos, o do quadro 48 e o do quadro 49. Matthieu Dreyfus denuncia Esterhazy de ser o autor do *bordereau*, o senador Scheurer-Kestner protocola pedido de revisão do processo e, nestes fatos é que surge Esterhazy numa crônica em que ele ainda não se arrolava, apesar de Picquart já ter procedido a trabalhos investigativos e apresentado os resultados a Gonse e a de Boisdeffre.

No excerto do quadro 49, Referenciação é dada pela enunciação do nome próprio do objeto do discurso que é o tema narrativo, a Rtd é a de “comandante Esterhazy” que, em relação à Predicação ocupa a posição de agente do processo de “Aparecer”. É a terceira e última vez que o tema é agente. As outras duas acontecem no parágrafo 15; primeira vez em: “o que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade de Esterhazy”, § 15, trecho da leitura em que somente percebe-se a Predicação, quando se transforma “culpabilidade de Esterhazy” em “Esterhazy é culpável”. A posição de agente é dada novamente no parágrafo 15: “que o general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o *bordereau* tivesse sido escrito por Esterhazy” § 15. O verbo está apassivado e o agente evidencia-se em Esterhazy. Na maioria das vezes o tema estará em posição de “paciente” no processo (ver quadro 20, página 91).

Na Predicação de “Apontar”, por exemplo, Esterhazy é paciente no processo: “Testemunhos o apontam”, observe-se a Referenciação pronominal exercida pelo anafórico sob a forma e função acusativa “-o”. “Elouquecido” é-lhe atributivo por um verbo cópula elíptico: “Testemunhos apontam Esterhazy (que está) enlouquecido”. A marcação de temporalidade é dada por meio de “inicialmente”, mostrando um estado anterior a outro estado que será marcado a partir de “depois”. São, portanto, marcadores de temporalidade que indicam dois momentos comportamentais do tema.

Inicialmente, o tema é visto como “enlouquecido”, “prestes ao suicídio e à fuga” e depois, de repente, “enche-se de audácia”. Observe-se que “de repente” é um modificador da Predicação em “encher-se” – “ele enche-se de audácia *de repente*”. Esse fato engendra outro que lhe segue: “Surpreende”, cujo sentido é completado por “Paris”, portanto: “surpreende Paris”, Predicação que, por sua vez, é modificada por “pela violência de sua atitude”.

Após isso, introduz-se, a essa narração, uma sequência explicativa que vem esclarecer a mudança comportamental de Esterhazy. Essa providência é de caráter argumentativo para expor diante do presidente um comportamento violento e desequilibrado do tema, o que pressupõe Zola argumentar mostrando-o como envolvido no crime de traição e termer ser descoberto.

A sequência explicativa é iniciada pelo continuador textual explicativo “é que”, em seguida dá-se a Predicação de “Chegar” – “chegou-lhe ajuda”. Observe-se a Referenciação pronominal por meio do pronome “-lhe” relacionado a Esterhazy sob a forma e função de dativo. Em seguida explica-se a ajuda recebida e observa-se a elisão que põe em elipse o pronome nominativo “ele”: “(ele) recebera ajuda”. Nova Predicação, a de “Advertir” tendo como agente “uma carta anônima”, cujo complemento se dá por “a conduta de seus inimigos”. “Seus”, como possessivo, modifica e restringe “inimigos”, indicando que esses inimigos estão relacionados a Esterhazy – os inimigos de Esterhazy.

A nova circunstância Localiza no tempo a saída de uma mulher para entregar-lhe a peça que fora roubada do estado-maior. O fórico dativo é uma Referenciação pronominal a Esterhazy dada por anáfora. O que salvaria Esterhazy era um documento subtraído dos cofres do estado-maior, e supõe-se ter sido esse furto a esperança de salvação para o comandante. Na Predicação de “Salvar”, Esterhazy é referenciado por meio do fórico acusativo: “salvá-lo”, portando, contando-se mais uma Referenciação pronominal.

A argumentatividade desse excerto é precisa, expondo perante o presidente da República a debilidade do processo, o engano do erro jurídico que foi a condenação de Dreyfus, a falta de confiabilidade quanto à probidade dos oficiais do estado-maior, uma vez que uma pessoa estranha aos gabinetes daquela organização militar detinha uma peça, produto de furto, o que denunciava haver ladrões entre os quadros do estado-maior, fato que agrava seriamente toda a credibilidade, não só do estado-maior e do conselho de guerra, mas do exército em geral. No parágrafo 24, Zola indaga ao presidente e, diante do público leitor, lança essa ideia quanto à desconfiança popular a respeito da instituição da segurança nacional.

Onde está o ministério verdadeiramente forte e com um sábio patriotismo, que terá ousadia de tudo refundir e tudo renovar? Quantas pessoas eu conheço que, diante de uma possível guerra, tremem de angústia, sabendo em quais mãos está a defesa nacional! (ZOLA, 1898, § 24).

As seis representações Textual-discursivas de Esterhazy: Comandante Esterhazy, “enlouquecido”, “audacioso”, “surpreendente”, “violento”, “ajudado” argumentam apresentando um comandante, contudo, esse chefe militar aparece “enlouquecido” e “prestes ao ato de suicídio ou fuga”. Registra ainda na carta expondo que “testemunhos o indicam”, portanto não se trata da expressão de uma pessoa apenas, por que a metonímia de testemunhos (testemunhos por testemunhas) preconiza mais de uma pessoa que narra o estado psicológico daquele homem, o qual se torna audacioso (enche-se de audácia) e faz-se surpreendente pela rapidez de mudança de ânimo. Assim Zola, representa-o com desequilíbrio em seu

temperamento (impróprio a um comandante), porque de tímido, faz-se violento, contudo, sua audácia era firmada em uma peça roubada, fato que avilta intensamente a representação do tema, porque aquele que recebe, de bom grado, algo roubado é cúmplice de um crime. É justamente isto que Zola dá a ver ao presidente: as feições distorcidas do oficial superior como alguém sem escrúpulos e sem idoneidade.

Quadro 50: Quem eram os protetores do comandante Esterhazy?

<i>Com estupor, pergunta-se quem eram os protetores do comandante <u>ESTERHAZY</u>. Primeiramente, nas sombras, o tenente-coronel du Paty de Clam que tudo maquinou, que tudo conduziu. Sua mão trai-se pelos meios bizarros (§ 18).</i>		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Comandante Esterhazy “protegido”.	<b>Referenciação:</b> “comandante Esterhazy”. <b>Predicação:</b> Eram (Ser). <b>Modificação</b> restritiva: “do comandante”.	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!

À Rtd “comandante Esterhazy”, acrescenta-se a de “protegido”, porque, se havia protetores de Esterhazy, logo, ele seria “protegido”. Como protetor de Esterhazy, destaca-se du Paty de Clam. Por meio catafórico, Zola antecipa a imagem que faz desse oficial. Antes de citar seu nome, representa-o como “homem nefasto”. Ele resume em dois parágrafos, tanto o caso Dreyfus, como também as feições de du Paty de Clam e, no parágrafo 18, mostra a Félix Faure que Esterhazy era protegido por alguém de péssima qualificação, logo, sugere que, sendo Esterhazy protegido por alguém nefasto, não haveria de proceder com probidade.

Primeiramente, a verdade sobre o processo e a condenação de Dreyfus. Um **homem nefasto** tudo conduziu, fez tudo, trata-se do tenente-coronel du Paty de Clam, então simples comandante. Ele é todo o caso Dreyfus; e **a verdade só será conhecida quando uma investigação leal tiver estabelecido nitidamente seus atos e suas responsabilidades**. Ele aparece como a mente mais enevoada, mais complicada, assombrada por **intrigas romanescas**, comprazendo-se com meios de folhetim, os **papéis roubados**, as **cartas anônimas**, os **encontros em lugares desertos**, as **mulheres misteriosas** que levam a tiracolo, de noite, provas esmagadoras (ZOLA, 1898, § 6º./7º, grifo nosso).

As palavras-chave (negrito) desta citação conjugadas semanticamente às do excerto dão conta do aspecto do caso Dreyfus em sua visibilidade e quanto a seu caráter que não poderia ser perceptível a olho nu, senão por um caleidoscópio como *J'Accuse...*!, porque as mentes estavam endurecidas pelo engodo da imprensa antissemita que bombardeava as consciências desde muito antes do caso Dreyfus, o que, decerto, também afetava a mente de Faure. Por isso, a Rtd de Esterhazy como protegido por du Paty de Clam, inscreve esse último referente em uma lista de indesejável inclusão.

Observe-se ainda os sentidos de certos termos empregados no excerto: “com estupor”, “às sombras” e “maquinou”. “Estupor”, no texto em estudo, tem o sentido de surpresa, espanto, um estado em que alguém, tomado de súbita revelação, paralisa. Mas tal estado lembra denotativamente o estupor de um moribundo que perde a consciência e toda coordenação motora, conforme acontece a uma presa de serpente, imóvel pela inoculação de peçonha. A escolha de Zola por “estupor”, de modo algum seria fortuita. Ele intenta mostrar ao presidente o veneno destilado por alguém que, apoiado pelo sistema judiciário do Exército promove o engano retardando, intencionalmente, a justiça e a verdade. Esses dois aspectos semânticos do termo conjugam-se aqui. E, du Paty de Clam mantém suas ações “às sombras”, não pela prudência necessária ao sigilo de justiça, mas por tramas criminosos e e por falsificações, que, a partir de julho de 1898, Reinach fez denúncia contra du Paty de Clam e contra Esterhazy, coisas tais que, um ano mais tarde, levou o tenente-coronel à prisão (1 de julho de 1899).

O verbo “maquinar” era neológico naquela época, não como étimo que surgira durante a Idade Média com a ideia (falsa segundo a física) do “moto-contínuo”, mas como termo utilizado por influência das duas recentes revoluções industriais, quando o uso da máquina suplantou a manufatura tradicional suscitando a produção em série por meio de máquina incansável. Por isso “maquinar”, no Século XIX, possuía um tom de modernidade honrando a tecnologia da mecânica, da força dos cilindros, dos êmbolos e das engrenagens. Contudo, aplicada ao agir de um homem, representa incansável produção maligna<sup>46</sup>.

As Representações textual-discursivas: “comandante Esterhazy” e “protegido” surgem na Referenciação de Esterhazy, na predicação do verbo cópula “Ser” em sua forma pretérita inacabada: “eram” e, na Modificação restritiva, na expressão “do comandante”: “inimigos *do comandante*”. Pode-se, se for o caso, para melhor entendimento, reconstruir a sentença: “os protetores do comandante Esterhazy eram, primeiramente, nas sombras, o tenente-coronel du Paty de Clam”. Em seguida, Zola ainda indica outros nomes do mais alto escalão do Exército: de Boisdeffre, Gonse e Billot (§ 19) os quais ficam obrigados a absolver Esterhazy e, explica essa obrigatoriedade: “posto que não podem reconhecer a inocência de Dreyfus”. O “não poder” que deveria, obrigatoriamente, estar ligado à justiça e a legislação é, todavia, alheia ao direito, mas alia-se a cuidados com a imagem dos gabinetes da guerra e com a opinião pública a reprová-los pelo crime que permitiram ser consumado no primeiro conselho de guerra e corroborado no segundo.

---

<sup>46</sup> Não é esse o sentido que do termo, mas é o sentido dado pelo uso. Maquinar pode ser tanto o bem, quanto o mal. Seu sentido expõe contiguidade entre plano, execução e, celeridade sem determinação da finalidade.

Na argumentação de Zola, inscreve-se uma reprovação a toda a conjuntura institucional tanto do direito quanto da República e isto ele prenuncia desde o início da carta aberta, quando exclama: “E pronto! A França tem nas faces esta sujeira, a história escreverá que é sob a sua presidência que tal crime social pôde ser cometido.” (§ 3º). Uma sujeira nas faces é uma vergonha para toda a França diante do mundo e, por estar nas faces, não pode ser escondida. Ser protegido por alguém “nefasto” é uma argumentação que põe Esterhazy ao lado dos fraudadores, de pessoas sem escrúpulos quanto ao crime. Por Esterhazy sob proteção de du Paty é associá-lo ao crime de traição.

Quadro 51: de Boisdeffre, Gonse e Billot obrigados a absolver o comandante

Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, e o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer a inocência de DREYFUS, sem que os gabinetes da guerra desabem no desprezo público. (§19).		
Rtd	Categoria de análise	Sequência
“o comandante”	<b>Predicação:</b> “Absolver”, <b>Referenciação:</b> “o comandante”	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!

Já tendo sido feita a análise deste excerto no excerto anterior, o comentário, será mais pontual, mantendo-se sua descrição. A Rtd é “o comandante” como uma redesignação de Esterhazy, o que é efetuado por meio de Referenciação. A Predicação efetua-se pelo verbo “Absolver”.

O referente: “o comandante” está textualizado como paciente no processo, porque ele está em posição sintática acusativa. A sequência textual é argumentativa, porém não é prototípica, uma vez que não está contestando tese anterior, nem apontando uma conclusão. Ela é argumentativa porque seu conteúdo é argumentativo apresentando ao presidente da República três líderes militares mais comprometidos com a imagem pública dos gabinetes da guerra do que com a justiça.

Quadro 52: Picquart caluniado como falsário para arruinar Esterhazy

Ó justiça, que horrorosa desesperança aperta o coração! <i>Chega-se até a dizer que foi ele o falsário, que fabricou a carta-telegrama para arruinar <u>ESTERHAZY</u>.</i> Mas, grande Deus! Por quê? Com que finalidade? Deem um motivo. Será que esse aí também é pago pelos judeus? (§ 19).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Esterhazy como “vitima”.	<b>Predicação:</b> “arruinar Esterhazy”, <b>Referenciação:</b> “Esterhazy”	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...*!



A Rtd de Esterhazy é de “vítima”, isto é: vítima de calúnia que teria sido perpetrada por Picquart, o militar que descobrira a carta-telegrama do adido alemão endereçada ao comandante. Buscou-se com esse dito falacioso retardar a devida punição ao culpado. A indagação de Zola é de teor profundamente argumentativo; “Mas, grande Deus por quê?” e, indaga ainda: “Será que esse aí também é pago pelos judeus?”. Em seguida, explica: “O bom da história é que justamente ele era antissemita.”. No texto, ele mostra a falta de fundamento para a calúnia contra Picquart, de ele ter forjado a carta-telegrama. Não havia verdade alguma que a respaldasse, inclusive pelo fato de que Picquart era antissemita, aliás, esse fato não lhe impediu de ser isento, fazendo prevalecer a justiça, valor que supera todas as questões étnicas.

A Rtd de vítima aplicada a Esterhazy não é citada nem registrada em *J'Accuse...!* Mas intencionada por parte de *antidreyfusards* e, deduzida do fato de que havendo um boato construindo Picquart como um “falsário” com intento de arruinar Esterhazy, obrigatoriamente, este seria a vítima de calúnia e fraude. No texto, não se identifica de quem partiu a intriga, mas, na época isso deve ter sido murmurado na sociedade ou insinuado na imprensa antissemita.

A Predicação tem base em “Arruinar”, isto é: Picquart teria a intenção de “arruinar” Esterhazy fabricando a carta-telegrama como se fosse da parte do *Schwartzkoppen*. Todavia, a falta de consistência era, de tal modo intensa, que a murmuração desfez-se pelo absurdo, pois não havia provas quaisquer quanto a isso. Zola registra e bombardeia com afirmação de que Picquart era antissemita. A Referenciação é consubstanciada pela designação do nome do tema: Esterhazy. Logo, a Rtd de vítima sequer é mencionada em *J'Accuse...!*, é sugerida e descartada, sugerida pelo falatório contra Picquart e descartada por Zola e funciona para mostrar as estratégias dos oponentes à revisão do processo, as quais eram dadas por artimanhas com base em simulações, falácias e engano.

Quadro 53: Esterhazy, um culpado que se tratava de inocentar

<i>Eis, pois, Senhor Presidente, o caso <u>ESTERHAZY</u>: um culpado que se tratava de inocentar.</i> (§ 20).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Esterhazy “um culpado-inocentado”	<b>Predicação:</b> “tratava-se de inocentar”. <b>Referenciação:</b> “um culpado”.	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...!*

O excerto do quadro acima põe em tela um paradoxo gerado no caso Esterhazy pela inversão da justiça, desequilibrando os braços da equidade e desbotando a verdade, desde que o culpado fosse inocentado. Foi expressamente isso que aconteceu na última sessão do

segundo conselho de guerra no dia 11 de janeiro de 1898, isto é: menos de dois meses após a denúncia de Matthieu Dreyfus publicada nos jornais matutinos de 16 de novembro de 1897.

Então, Esterhazy é absolvido após as investigações de Picquart provarem seu envolvimento com o crime de traição e, após a denúncia de Matthieu Dreyfus indicando-o como o verdadeiro autor do *bordereau*, pelo que Zola protesta dois dias depois de a sentença assinada absolvendo Esterhazy e confirmando a condenação de Dreyfus.

Mas que **mancha de lama** sobre seu nome – eu ia dizer, sobre seu reinado – é esse abominável caso Dreyfus! *Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver um Esterhazy, supremo tapa na cara de toda verdade, de toda justiça.* E pronto! A França tem nas faces esta **sujeira**, a história escreverá que é sob a sua presidência que tal **crime social** pôde ser cometido (ZOLA, 1898, § 3º, grifo nosso).

A Rtd é de um “culpado-inocentado”, o que é paradoxal. É isto que se registra em *J’Accuse...!* e na história. A categoria de análise é a Predicação em que se buscou e, pelo menos, temporariamente, logrou-se êxito em o culpado devir inocentado.

Quadro 54: Reconhecer a culpabilidade de um seria proclamar a inocência de outro

<i>A opinião preconcebida que levaram para sua instância é evidentemente esta: “DREYFUS foi condenado por crime de traição por um conselho de guerra, portanto, ele é culpado; e nós, conselho de guerra, não podemos declará-lo inocente; ora, sabemos que <b>reconhecer a culpabilidade de ESTERHAZY</b>, seria proclamar a inocência de DREYFUS.”. Nada poderia fazê-los mudar de opinião (§ 22).</i>		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Esterhazy “culpável”	<b>Predicação: “reconhecer”.</b>	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...!*

Este excerto, já foi estudado quando se analisaram as Rtd de Dreyfus. Resta apenas a Rtd de “culpável” representando Esterhazy: “Reconhecer a culpabilidade de Esterhazy”. O nome do referente surge com adjunto completivo da transitoriedade inerente ao nome “culpabilidade” que deriva de “Culpar” e de “Culpa”. O adjunto “de Esterhazy” se impõe como modificador de “culpabilidade” que modificando e restringe-a. Também o nome “Esterhazy” mantém a essência natural dos nomes, a qual é a de denominar, porque, os nomes têm por essência dar nome às coisas e às pessoas e “Esterhazy”, portanto, denomina “culpabilidade”. Sendo, pois, Esterhazy culpável poderia, por provas, ser considerado culpado e, se culpado, condenado.

“Culpabilidade” indica a condição de alguém susceptível de culpa, de disposição a ser culpado. Culpabilidade depõe que o indivíduo é suspeito de culpa tendo em vista evidências de sua participação em delitos restando a ser sua culpa comprovada.

No dia da publicação de *J'Accuse...!* duas fontes já provavam<sup>47</sup> a culpa de Esterhazy. Uma fora Picquart e a outra, Matthieu Dreyfus. A problemática exposta no excerto é que, em o conselho de guerra reconhecendo a inocência de Dreyfus, ao mesmo instante, daria vista à culpabilidade de Esterhazy, confirmando as duas fontes que o acusavam, uma por ter concluído investigação e comprovado a autoria do *bordereau* e da negociata de vendas de informações à Embaixada da Alemanha e, a outra, por Matthieu Dreyfus com a denúncia.

Quadro 55: Os gabinetes do Ministério da guerra acobertaram Esterhazy.

Assim, os gabinetes, por todos os meios imagináveis, por campanhas de imprensa, por comunicações, por influências, acobertaram <i>ESTERHAZY</i> somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS (§ 24).		
Rtd	Categoria de análise	Sequência
“Esterhazy” “acobertado”	<b>Predicação:</b> “Acobertaram” <b>Referenciação:</b> Esterhazy	Argumentativa

Fonte: *J'Accuse...!*

A Rtd para Esterhazy é de “acobertado” o que se pode entender também como “protegido”. O excerto por si, separado do cotexto não diz muito se não se o olhar não for estendido ao fato de ele ter sido indiciado em investigação do *SIA*, comprovada sua traição e, pelo fato de ter sido denunciado na imprensa por Matthieu Dreyfus.

Mas, nos dados do excerto, apresenta-se uma enumeração de ações empenhadas em encobrir o crime de Esterhazy. O escritor expressa resumindo os procedimentos aplicados para acobertar Esterhazy: “por todos os meios imagináveis” e, apresenta a lista de tais feitos: campanhas da imprensa atingindo a massa por comunicações, publicando dados e solicitando ajuda a pessoas influentes que; por sua condição, poderiam convercer outros a defender a meta de beneficiar Esterhazy. Essa lista tem forte caráter argumentativo, pois denuncia uma tentativa de torcedura contra a verdade pela qual Zola clama com as forças de “homem honesto”.

E é ao senhor, Presidente, que **clamarei pela verdade**, com toda a força de minha revolta de homem honesto. Por sua honra, estou convencido que o senhor a ignora. E a quem eu denunciaria a turba malfazeja dos verdadeiros culpados senão ao senhor, o primeiro magistrado do país? (ZOLA, 1898. § 5º, grifo nosso).

São duas as categorias de análise: a Predicação com base em “Acobertar” e a Referenciação trazendo o referente como um beneficiário da ação. A forma de argumentação vem por apresentar aparato da sociedade em benefício de um indivíduo que, retratado no texto como “um Esterhazy”. Zola apresenta ao presidente da República um desequilíbrio no juízo de

<sup>47</sup> Pretério mais-que-perfeito simples, equivale a “duas fontes tinham/haviam provado”.

valor da sociedade e, quando cita a imprensa, observa ser ela corresponsável pelo erro jurídico.

Para dar fecho à argumentação, ele, que já citara Dreyfus como o “espectro do inocente”, como um “infeliz” que “descarnava-se”, que “uivava sua inocência”, que era submetido a experiências montadas por du Paty de Clam e que era “desafortunado”, o qual, embora inocente, agia-se ainda para arruiná-lo. O excerto mostra uma injustiça acrescida de malignidade, tanto que ele acusa du Paty de Clam de “operário diabólico do erro judiciário” (§ 29). Por essa razão é que, também acusa o segundo conselho de guerra de ter cometido o crime jurídico de “absolver conscientemente um culpado” (§ 36).

Quadro 56: O crime jurídico de absolver um culpado

[...] e eu acuso o segundo conselho de guerra de ter encoberto esta ilegalidade, por ordem, cometendo, por sua vez, o crime jurídico de absolver conscientemente um culpado (§ 36).		
Rtd	Categoria de Análise	Sequência
Esterhazy, “um culpado absolvido”.	<b>Predicação:</b> “Absolver” <b>Referenciação:</b> “um culpado”. <b>Modificação da predicação:</b> “conscientemente”.	Argumentativa

Fonte: *J’Accuse...!*

Pode ser que um tribunal absolva um culpado por falha no julgamento, por provas falsas, por testemunhos fraudulentos, isso tem acontecido devido à falibilidade humana e descompromisso para com a verdade que se jura ao depor. Contudo, um tribunal absolver *conscientemente* um culpado é tornar-se coparticipante do mesmo crime consumado. Eis a grande argumentação de Zola. Se um tribunal comete crimes o que ele julgará? Entre um tribunal e a comissão de crime institui-se larguíssima contradição. Zola, todavia, expõe essa verdade à consciência de Félix Faure. Portanto, se o conselho de guerra é criminoso, é acusado na carta aberta de Zola.

A Rtd de Esterhazy surge como “um culpado absolvido” – paradoxo. É, pois, apresentando um paradoxo. Trata-se de algo pior do que a inversão de valores, porque é a perda do referencial da ética e, a probidade é destituída do juízo.

As categorias de análise são: a predicação de “Absolver”. A referenciação é dada a apontar o referente como “culpado” e, o termo que suscita a Modificação da Predicação é *conscientemente* agravando o conceito do conselho de guerra e intensificando a argumentação, de modo a retirar daquele tribunal os princípios do direito, da justiça e da verdade é negá-lo como instituição de justiça. Aliás, ele já mostrara isso desde que, no

parágrafo terceiro de seu texto, afirmara metaforizando a absolvição de Esterhazy “como uma suprema tapa na cara de toda a verdade e de toda a justiça.”.

#### 4.4. Síntese quantitativa e comentário da análise

Sabe-se que o texto de *J'Accuse...!* não pode<sup>48</sup> ser, nesta pesquisa, explorado em sua plenitude devido, sobretudo, a fatores cronológicos e, também sabe-se que não seria prático analisar outras dimensões textuais e tematizar todos os objetos do discurso do texto. Crê-se (não foi realizado levantamento) que du Paty de Clam pode ser mais referenciado do que Dreyfus e, seguramente, afirma-se que ele é mais citado do que Esterhazy. Logo, estudar sua Rtd, demandaria o dobro da disponibilidade do prazo para encerramento das atividades de pesquisa. Por isso temas como o conselho de guerra, o ministério do Exército, os generais de Boisdeffre, Gonse, Billot; o tenente-coronel Picquart, o Senador Scheurer-Kestner não puderam ter analisada sua Rtd e, foram excluídos no recorte.

Satisfazendo-se, pois, com porção possível da dimensão semântica e da dimensão argumentativa do texto. Assim, dá-se por muito, o que pouco foi feito, ultrapassando a centena das folhas escritas concernentes à Introdução, a Fundamentação teórica, a Metodologia e este capítulo das análises. Por isso, adia-se para breve algo mais de *J'Accuse...!* Talvez, a análise de du Paty de Clam, o homem “nefasto” nomeado para instruir o processo do caso Dreyfus.

As quantificações prendem-se à verificação das recorrências das categorias de análise das Rtd de Dreyfus e de Esterhazy: Referenciações (nominais ou pronominais), das Predicações, das Modificações (do referente, da Predicação, Modificações restritivas, epitéticas e atributivas) e das Localizações (temporais ou espaciais) consoante aos quadros de análise 21 (vinte e um) quadros para análise da Rtd de Dreyfus, contando-se com o quadro 8 “Dreyfus Tema” (p. 78) e, 14 (quatorze) quadros para analisar as Rtd de Esterhazy, incluindo-se o Quadro 43 “Esterhazy Tema” (p. 123). Ainda outros quadros foram confeccionados e seus dados são expostos em painel das Representações textual-discursivas de ambos os temas investigados, a saber: oito quadros para Dreyfus e sete quadros para Esterhazy. A diferença verificada se deve ao fato de que Dreyfus possui a Rtd de *condenado* e de *acusado* em *J'Accuse...!* e, Esterhazy não nas possui, não se criando um quadro correspondente para ele.

Veja-se, primeiramente, a quantificação das categorias das Rtd de Dreyfus e de Esterhazy.

---

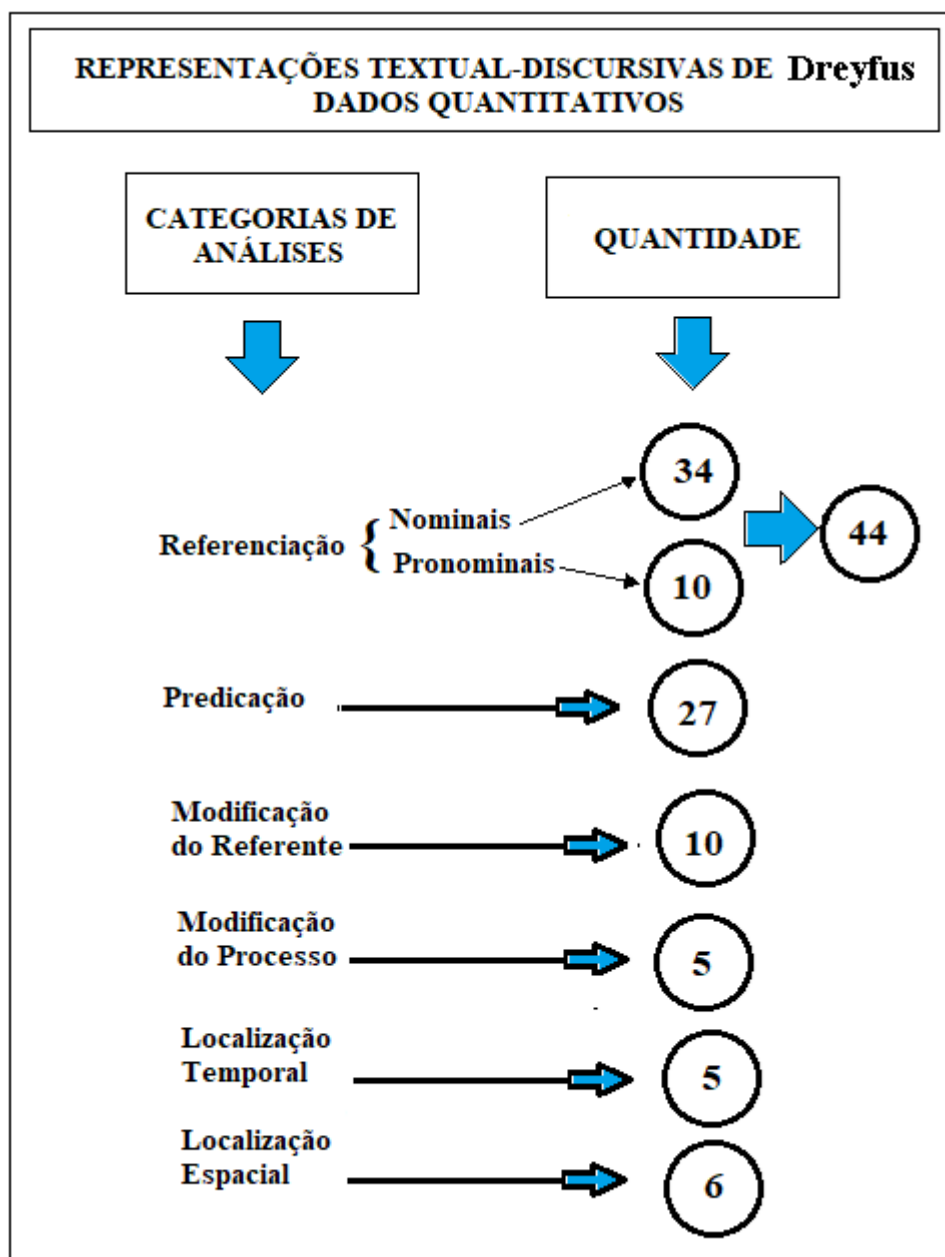
<sup>48</sup> “não pode ser” – O verbo Poder está no pretérito perfeito do Indicativo, homógrafo ao presente do Indicativo, porém distinto do Presente pelo fechamento vocálico de /-ô-/, aberto no presente /-ó-/.

### 3.4.1 Quantificação das categorias das Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy

Para a quantificação, construíram-se três quadros. O primeiro contendo os dados quantitativos das categorias de análise da Rtd construídas para Dreyfus, o segundo com as categorias de análise construídas para Esterhazy, ambos, os quadros expõem parcialmente suas quantidades.

O terceiro quadro apresenta os totais das Rtd dos dois temas em *J'Accuse...!*. Segundo os totais de Referenciação, fazendo diferença entre Referenciação nominal e pronominal, a quantidade de Predicações, de Modificação da Referenciação (ou do referente) ou Modificação da Predicação. Por fim, contam-se as Localizações em suas duas espécies: temporais e espaciais. Vejam-se, portanto, os três quadros.

Quadro 57: Categorias de análise das Rtd de Dreyfus

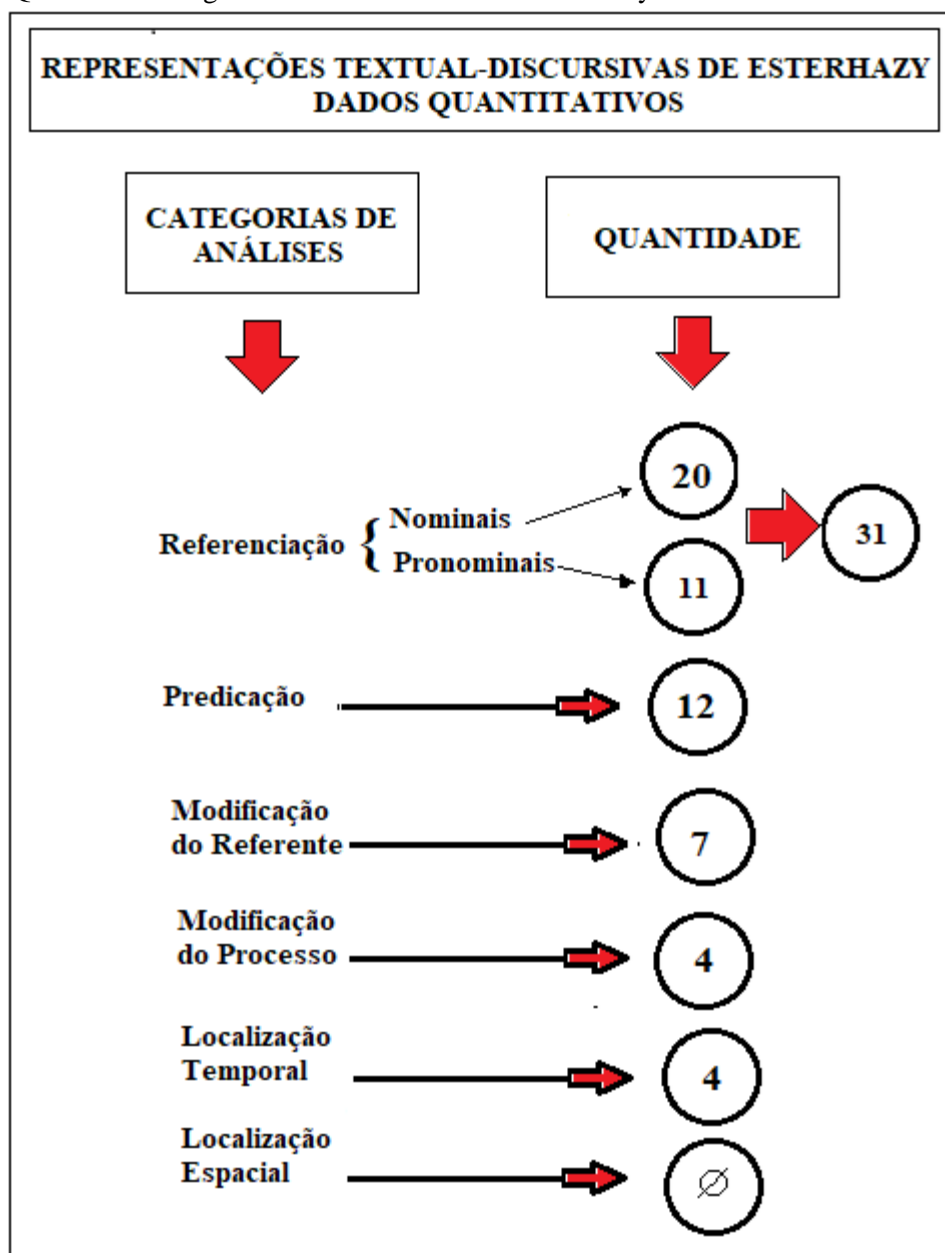


Fonte: dados da pesquisa.

Estes são os dados parciais que quantificam as categorias de análise das Rtd de Dreyfus em 20 quadros destinados a esquematizar as análises conforme cada categoria. Observe-se a preponderância da Referenciação e da Predicação. Acerca da Referenciação Aquino (2015) expõe que “a Referenciação [...] constitui a base semântica para a compreensão da Rd, haja vista ser por meio dela que os sujeitos realizam operações de representação do conteúdo referencial” (AQUINO, 2015, p. 69). E, com respeito à Predicação e da Referenciação, Queiroz (2013) registra que “a Predicação e a Referenciação formam a base de constituição dos enunciados em que à Predicação se associam os termos ligados pelo processo de Referenciação” (QUEIROZ, 2013, p. 61).

Conforme se fez no quadro anterior, agora se faz a contagem das categorias de análise da Representação textual-discursiva de Esterhazy. Observe-se, entretanto, que os números de Esterhazy são inferiores aos de Dreyfus, o qual é mais citado em *J'Accuse...!*. Dreyfus teve suas Rtd analisadas em 20 (vinte) quadros, enquanto para Esterhazy, compuseram-se 13 (treze) quadros (os números 21 e 14 deveram assinalar-se pelo acréscimo do Quadro 8: Tema Dreyfus (p. 79) e do Quadro 43: Tema Esterhazy (p. 123). Mas, considere-se que o nome “Dreyfus” aparece 31 vezes no texto contra apenas 13 aparições do nome Esterhazy.

Quadro 58: Categorias de análise das Rtd de Esterhazy



Fonte: dados da pesquisa

A síntese quantitativa oferece uma primeira visão dos procedimentos de construção das Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy em *J'Accuse...!*



Desta maneira, verifica-se que, em ambos os casos, a Referenciação nominal supera a pronominal, ainda que no caso de Esterhazy, a diferença seja de uma ocorrência apenas de 20 nominais e 6 pronominais, enquanto que, na Representação textual-discursiva de Dreyfus, a diferença é maior: 34 nominais para 10 pronominais. Diga-se uma curiosidade quanto às Referenciações pronominais verificadas na construção das Rtd de Esterhazy: esse fato concentra-se apenas no parágrafo 18, sendo que dois pronomes encontram-se elípticos, de modo que se contam nove explícitos e dois em elisão. Veja-se a citação do período extraído daquele parágrafo.

E é aqui que o comandante Esterhazy aparece. Testemunhos o apontam inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga. Depois, de repente, ele enche-se de audácia, (ele) surpreende Paris pela violência de sua atitude. É que lhe chegou ajuda, (ele) recebera uma carta anônima advertindo-o da conduta de seus inimigos, uma senhora misteriosa tinha, inclusive, saído de madrugada para entregar-lhe uma peça roubada do estado-maior, que devia salvá-lo (ZOLA, 1898, § 18).

Quanto à Predicação, ocorrem 27 na construção da Rtd de Dreyfus contra 12 para Esterhazy. As Predicações aparecem em maior número do que as Referenciações para os dois temas e com diferença de 7 para as categorias contabilizadas para Dreyfus e 8 para Esterhazy.

As Modificações parecem relativamente modestas em relação ao número de Referenciações e de Predicações. Contam-se Modificações do referente e Modificações do Processo (ou da Referenciação), 10 e 5, respectivamente, para a Representação textual-discursiva de Dreyfus, e de 7 e 4, respectivamente, para a Representação textual-discursiva de Esterhazy. Nesta categoria, pode-se considerar que houve empate, considerando-se o maior número de Quadros de análise na dissertação e de citações de Dreyfus no texto em estudo.

Da mesma maneira, são poucas as Localizações especiais e as Localizações temporais (Dreyfus: 6 e 5; Esterhazy: 4 localizações temporais, nenhuma localização espacial).

O quadro a seguir consolida esses dados quantitativos para as categorias de análise de ambas as Representações textual-discursivas.

Quadro 59: Categorias de análise - Totais

REPRESENTAÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS ESTERHAZY + DREYFUS			
PREDICAÇÃO ↓ 39	REFERENCIAÇÃO		MODIFICAÇÃO ↓ 26
	Nominais ↓ 54	Pronominais ↓ 21	
LOCALIZAÇÃO TEMPORAL ↓ 9	LOCALIZAÇÃO ESPACIAL ↓ 6		REFERENCIAÇÕES  75

Fonte: dados da pesquisa

Os quadros 9 e 16, respectivamente nas páginas 81 e 88 expressam as Rtd de dos temas pela Referenciação nominal mencionando o nome próprio do tema e outro nome a ele referido por redesignação. O quadro 9 está montado para Dreyfus e o 16 para Esterhazy. Cumpre agora expressar seus registros e dos demais pares de quadros construídos tendo em vista verificar detalhes julgados importantes na pesquisa, alguns dos quais para confirmar taxionomia da qual se sentiu necessidade para expressar o fenômeno linguístico observado em *J'Accuse...!*.

No quadro 9, o nome Dreyfus surge 14 (quatorze vezes) e os nomes comuns referindo-se a ele são cinco: “espectro do inocente”, § 4º.; “o traidor”, § 8º.; “o infeliz”, § 9º; “o culpado”, § 10 e “condenado”, § 11. Já no quadro 16, o nome Esterhazy aparece onze vezes e é referenciado como “o comandante” duas vezes, nos parágrafos 18 e 19 (uma vez em cada parágrafo – a indicação de parágrafo sempre concerne ao texto de Zola) e, no parágrafo 36, surge como “um culpado”. Segundo o que se aponta em *J'Accuse...!*, há tendência para o nome próprio ser mais citado do que uma redesignação do referente.

Nos quadros 10 e 17, sendo o primeiro dedicado a Dreyfus e, o segundo dedicado a Esterhazy, tem-se neles o cuidado em relacionar os casos “Referenciação e Modificação restritiva”, esse último sendo fenômeno linguístico e textual que equivale, por seu sentido e posição sintática, ao caso genitivo tanto do latim, quanto da língua inglesa. Então foram observadas para Dreyfus 9 (nove) fatos desse tipo e, para Esterhazy, observaram-se 5 (cinco) fatos. O quadro 10 encontra-se na página 82 e o quadro 17 está na página 90.

Buscou-se investigar a ocorrência de certas Rtd por Referenciação, tais como “culpado”, “inocente” e “traidor” e, para isso, foram elaborados os quadros 11 para Dreyfus e 18 para Esterhazy, respectivamente colocados, o primeiro na página 82 e o segundo quadro na página 90. Para Dreyfus, houve três Rtd como “culpado”; como “inocente”, houve 7 (sete) ocorrências e, como “traidor”, houve 2 (duas) ocorrências, observa-se, contudo, que a expressão de “culpado” em ambas as enunciações não provieram do PdV de Zola. Em todas duas, ele usava a mediação e por inferência. No quadro 18, para Esterhazy, em três vezes, ele é “culpado”, em uma, ele é “culpável” (culpabilidade de Esterhazy) e não aparece como “inocente” em todo o texto, nem é enunciado como “traidor”.

O Quadro 12 é uma peculiaridade em Dreyfus, porque somente para ele houve Referenciação como “o condenado”, nos parágrafos: 6º, 11 e 36 e, a Rtd de “o acusado” somente ocorreu no parágrafo 7º e no parágrafo 36.

Para a Referenciação nominal foi confeccionado o quadro 13 para Dreyfus e o 19 para Esterhazy. O primeiro encontra-se na página 84 e o segundo, na página 91. Eles estabelecem uma prévia das Referenciações nominais, contabilizando para Dreyfus 30 ocorrências, total obtido da contagem de “culpado”, 3 vezes; “inocente”, 7 vezes; “traidor”, 2 vezes; “condenado”, 3 vezes; “acusado”, 2 vezes e, “suspeito”, “desafortunado”, “\*prisioneiro”, “marido”, “infeliz”, “\*reu”, “vítima”, “\*criminoso”, “\*arruinado”, “judeu imundo” e “oficial do estado-maior”, cada uma dessas últimas Rtd foram enunciadas uma só vez. As que se destacam com um asterisco não são diretamente enunciadas no texto, mas estão subentendidas, conforme acontece na sentença que abre o parágrafo 10: “Porém, eis Dreyfus diante do conselho de guerra”. Cogita-se que, se Dreyfus está diante do conselho de guerra e que, nesta condição, ele é reu. A soma formulada no quadro 13 é igual a 30 (trinta) Referenciações.

Para Esterhazy, a Rtd de “culpado” é enunciada 4 vezes, as de “inocente”, de “traidor” e de “acusado” não têm ocorrência. A Rtd de “condenado” ocorre uma vez, assim como as de “autor do *bordereau*” e “escritor do *bordereau*”, esta última é dada por inferência, pois está subentendida em: “o general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o *bordereau* tivesse sido escrito por Esterhazy” (§ 15). O total das Referenciações é igual a 7.

Também, investigaram-se as Referenciações de Dreyfus e de Esterhazy quanto a seu lugar na Predicação, se estavam como “agentes do processo” ou “pacientes no processo”. O par de quadros que trazem esses dados são o quadro 14, na página 85 e o quadro 20 na página 91. Para Dreyfus como “agente do processo” houve 11 (onze) ocorrências e, como “paciente

no processo”, houve 38 (trinta e oito) ocorrências. Quanto ao quadro 20, Esterhazy surge 3 (três) vezes como agente do processo e (nove) vezes como paciente no processo.

Mais dois pares de quadros foram criados. Estes têm o objetivo de contar as Referenciações pronominais (também conhecidas como a categoria da Relação), verificou-se quantas vezes o fórico referenciou cada um dos temas em função nominativa, em função acusativa e em função dativa. Para Dreyfus, o fórico ocorreu cinco vezes em forma e função nominativa, seis vezes como acusativo e, não houve fórico em forma e função dativa. Em relação a Esterhazy, houve duas vezes a ocorrência de pronominalização nominativa: “*Depois, de repente, ele enche-se de audácia, surpreende Paris pela violência de sua atitude.*” (§ 18). No segundo caso, ocorre uma elipse. Três são os casos de acusativo e duas são as ocorrências de dativos.

O último quadro é comum para os dois temas. O quadro 22 encontra-se na página 98 e investiga-se o sentido dos verbos na Predicação. Analisam-se os verbos que indicam “ação”, “estado” ou o “devir” (tornar-se). Nas Predicações envolvendo Dreyfus, são 34 ocorrências de verbos de ação, 6 vezes enunciaram-se verbos indicadores de estado e não houve ocorrências de verbos do “devir”. No que tange às Predicações quanto a Esterhazy, ocorrem 23 verbos de ação, 4 verbos de estado, um dos quais está em elipse (no quadro que traz os excertos, o verbo em elipse fica entre parênteses). Para Esterhazy, houve 8 ocorrências de verbos do “devir”, com 4 ocorrências para o verbo Absolver e, uma vez para os seguintes verbos: “encher-se” (de audácia > devir audacioso), “dever salvar” (tornar-se livre da pena), “inocentar” (ser considerado “inocente”, porque não é possível tornar-se inocente após comissão de mal, entendendo-se que a condição de “inocente” diz respeito a quem não lesou, não quer lesar ou é incapacitado de lesar) e, o verbo “proclamar” devido o cotexto que lhe dá essa condição: “proclamar a inocência de Dreyfus”. Entende-se que “proclamar a inocência” é considerar isento de culpa alguém que foi acusado de algum tipo de delito.

Ao quadro 6, na página 72 cumpre o papel que conter os enunciados-Rtd dos dois temas, organizando-os em um quadro para facilitar a captura do exerto e sua colocação nos quadros 23 ao 42 das Rtd de Dreyfus e, nos quadros 43 a 56 das Rtd de Esterhazy.

Antes das operações propriamente ditas de análise e de interpretação, foi procedida a distribuição dos enunciados nos parágrafos, conforme o quadro 6 (p. 72) tendo em vista delineamento de um plano de texto com base nas Rtd de Dreyfus e de Esterhazy, de modo que, dos parágrafos 3 ao 13, o foco, em *J’Accuse...!*, centra-se nas Rtd de Dreyfus. A partir do parágrafo 14 até ao 20, há uma centralidade nas Rtd de Esterhazy. Nos parágrafos 22 a 24, o enfoque é na *culpabilidade de Esterhazy / inocência de Dreyfus* (retomando a oposição do

§3º). Considerando a continuidade e a linearidade textuais, assim, foram delineados os enunciados Rtd. Tem-se o entendimento de que esse trato metodológico permite uma co(n)textualização maior, menos pulverizada dos enunciados das Representações textual-discursivas (cf. quadro 6, p. 72).

Quando foram confeccionados o quadro 22 (p. 98) com os verbos de “ação”, de “estado” e do “devir”, investigou-se a ocorrência do “voltar a ser” ou do “deixar de ser”. Tais sentidos não foram achados em *J'Accuse...!*.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

*J'Accuse...!* é um texto histórico de gênero jornalístico que, embora envolvido no mesmo contexto temático que outros em sua época, na ocasião em que o caso Dreyfus afligia e constrangia semblantes, quando o ódio era semeado pelos dois lados em que se dividiram as opiniões do concidadão de Alfred Dreyfus, a carta aberta de Émile Zola destaca-se dentre tantos outros escritos, até mesmo do próprio autor e, como uma flecha inflexível e pontiaguda conseguiu trincar e fender aquele caso, que parecia insolúvel quanto ao favorecimento do bem da verdade e da justiça. Uma época de descobertas científicas, de mudança no pensamento, de revoluções industriais e de avanço tecnológico, mas nem tudo progredira.

O Século XIX, com seu progresso, é também uma época em que o antissemitismo era ufanado por muitos e combatido por poucos. Mas, *J'Accuse...!* irrompe à malha compacta forjada contra a justiça e contra a verdade. Com denodo hercúleo, Émile Zola, por meio de *J'Accuse...!* inunda Paris e fere o caso aparentemente perdido para Alfred Dreyfus, porque, pela segunda vez, a unanimidade dos juízes condenara-o. Porém, o frágil lume de verdade e de coragem suscitou em muitos o desejo pela plenitude da luz para desfazer um processo escabroso, envolto em brumas desde o início e, acendeu-se a mecha do desejo de justiça com tal ânimo e vigor que, o fraco lume, pouco mais de um ano depois, propiciava a colheita de louros satisfatórios.

Hoje, o texto de Émile Zola inspirou a pesquisa quanto as Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy, tendo-se também visada, no lado externo da pesquisa para penetrar no contexto do Século XIX e percorrer as vias da época com aquela gente entusiasmada de bravura ingênua e de rancores incautos, os quais Zola soube discernir e transformar em argumentos com os quais vergou a barra compacta formada pelo estado-maior, por políticos e pela mídia antissemita.

*J'Accuse...!* é pontual quanto ao caso Dreyfus, mas deixa entrever focos contextuais interessantes. Sua tônica projeta-se principalmente na absolvição de Esterhazy e nas “maquinações” de du Paty de Clam, em sua forja de simulações, dissimulações e mascaramento da realidade para que os oficiais do conselho de guerra acobertassem Esterhazy e arruinassem Dreyfus. Em oito colunas, ele narra tudo, tudo avalia, descreve, explica e argumenta ante ao olhar apressado da leitura do presidente, antes mesmo de sair para o expediente naquela Quinta-Feira, 13 de janeiro de 1898 quando, de posse do número 87 de *L'Aurore*, devém o que poderia ser: “o primeiro magistrado do país”, que lia sair-se “são e salvo de vis calúnias” e que “conquistara corações”. Porém via, na leitura, a sombra de uma

ameaça por uma mancha de lama em seu nome e uma sujeira às faces da França, porque a absolvição de Esterhazy era “uma tapa na cara de toda a verdade e de toda a justiça”.

Não se colheu seu Ponto de vista, entretanto, sabe-se que Faure era adversário à revisão do processo que o senador Scheurer-Ketsner reivindicava e, por que Matthieu e Lucie Dreyfus propugnavam incansavelmente desde a prisão de Dreyfus em 15 de outubro de 1894.

Como texto concreto, *J'Accuse...!* entra mais uma vez na academia para ter duas de suas dimensões analisadas: o nível semântico e o nível dos atos de discurso e, assim, foram analisadas as Representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy que, na visada interna da pesquisa, buscou-se analisar dados cotextuais em *J'Accuse...!* com o objetivo geral de observar a construção das Representações textual-discursivas (Rtd) – entendidas como construções linguísticas de participantes e eventos, os quais são as duas das principais figuras de *J'Accuse...!*. Dreyfus que protagoniza o enredo como vítima de um juízo preconcebido e, Esterhazy como um traidor protegido por uma justiça confusa e embaraçada numa teia de intrigas e de fraudes em detrimento da honra e da liberdade de um oficial do Exército que, por juízos precipitados, por ser do estado-maior, por ser de artilharia e por ser judeu incorporou nas mentes a Representação de traidor e, sem provas, foi julgado e condenado a prisão perpétua em degredo na Ilha do Diabo.

Na pesquisa, uniram-se o contexto e o cotexto em cooperação recíproca para a construção do sentido e, de forma completiva, preenchendo lapsos no acompanhamento de cada Representação textual-discursiva, no empenho que se teve quanto a descrever a construção e os sentidos depreendidos das expressões e do léxico tendo em vista um percurso semântico tanto pelo sentido do texto quanto interpretando o pensamento da época.

E assim, compreendendo-se que as Representações textual-discursivas são construções linguísticas de um objeto discursivo, duas questões de pesquisa foram formuladas. A primeira concernia à construção das Rtd em *J'Accuse...!* (Como é dada a construção da Rtd em *J'Accuse...!* ?), tendo-se a preocupação quanto a sequência textual em relação ao teor narrativo e argumentativo do texto. A segunda questão era: qual o papel das Rtd de Dreyfus e de Esterhazy na construção da orientação argumentativa em “*J'Accuse!*”?

Para satisfazer estas duas questões, além do objetivo geral, formularam-se três específicos: 1) Identificar os enunciados que remetem às Representações textual-discursivas do capitão Dreyfus e do comandante Esterhazy no texto *J'Accuse...!*, examinando seus constituintes linguísticos; 2) Analisar esses enunciados com base nas categorias semânticas: Referenciação, Predicação, Modificação, Localização, de maneira a depreender a construção

das Representações textual-discursivas; 3) Interpretar o valor argumentativo das Representações textual-discursivas do capitão Dreyfus e do comandante Esterhazy.

Em cumprimento ao primeiro objetivo específico, foi inicialmente criado o quadro 6 (p. 72) com os enunciado-Rtd dos dois temas (Dreyfus e Esterhazy) o que facilitou a visualização não somente das categorias de análise com as Representações textual-discursivas, como também ajudou a situar e identificar a sequência textual, reconhecendo-se que, nem sempre, a argumentação institui-se em uma sequência argumentativa prototípica. Os enunciados-Rtd foram, depois, copiados e inscritos no topo dos quadros de análise, do quadro 23 (p. 100) ao 42 (p. 122), para análise da Rtd de Dreyfus e, do quadro 44 (p. 124) ao quadro 56 (p. 139), para Esterhazy. Alguns enunciados-Rtd, na análise, foram segmentados tendo em vista facilitar a visualização das categorias de análise das Rtd, temendo-se algum embaraço quanto à contagem e comentário.

O segundo objetivo foi cumprindo no amparo teórico exposto no capítulo da Fundamentação Teórica e na descrição de cada excerto, na enunciação e comentários da categoria de análise, do sentido e da argumentatividade da Rtd, desde sua forma mais simples como em: “Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver *um Esterhazy*” (§3º.), quando o determinante posto em epíteto diante do nome próprio do tema, sem indefini-lo, conforme aconteceria a um nome comum, antes, sugere um tipo humano, “um tipo Esterhazy”, Representação esta, que permanece no PdV de Zola a partir daí até sua última enunciação: um tipo que traía a nação e era protegido por seus pares, que permitia que um oficial capitão levasse a culpa de seu delito e escondia-se em subterfúgios oportunistas. Um tipo que se desequilibrava diante da denúncia a ponto de testemunhos dizerem-lhe “enlouquecido”, “prestes ao suicídio ou a fuga”, mas que, subitamente, “enche-se de audácia” porque uma pessoa estranha aos gabinetes do estado-maior, pela madrugada, entrega-lhe uma peça roubada do estado-maior a qual contém dados de seus inimigos. Escrevendo tais coisas ao presidente, Zola denuncia e argumenta. Denuncia a fraca probidade dos oficiais do estado-maior, pelo fato de entre eles, haver alguém capaz de roubar um documento sigiloso. E, ainda argumentava por mostrar a mudança comportamental de Esterhazy quando ele “surpreende Paris pela violência de sua atitude”. Essas expressões de *J’Accuse...!* não passam de ecos que reverberam a partir de “um Esterhazy”, desleal e fraudulento, o qual foge da França quando o coronel Henri confessa sua fraude e é preso, suicidando em Mont-Valérien.

Também, o terceiro objetivo cumpre-se. Como se não bastasse o que demonstrou em “um Esterhazy”, o que não dizer, para demonstrar esse cumprimento, com a Rtd de Dreyfus como “o espectro do inocente”, cujas imagens decorrentes e intrínsecas a essa Representação,



se fossem audíveis, bradariam, pois seu cotexto imediato exprime a loquacidade argumentativa enunciadas apenas nos mais nobres tribunais, pelo que Adam (2011, p. 62) assemelha *J'Accuse...!* ao epidítico por seus argumentos na construção da Representação textual-discursiva defendendo ou acusando.

Esse “espectro” é Dreyfus; espectro por sua fragilidade, por sua invisibilidade devida à distância em que estava, como se estivesse em dimensão diferente da dimensão dos vivos, segundo a condição imposta a todos os espectros da imaginação, sendo, porém Dreyfus um espectro real, em penas por um crime que não cometera. Posto “ao longe”, dá-se por Localização de uma distância incalculável à métrica convencional, porque essa Localização espacial transpõe o Atlântico e aponta para um lugar minúsculo de um litoral desconhecido ao hexagonal<sup>49</sup>. Além da distância dada em jardas ou milhas marítimas, o “espectro do inocente” estava longe do lar, dos amigos, da pátria, da dignidade, das honras de oficial do Exército. De tudo, ele estava longe. Se aqui forem retomadas outras Representações para descrever-lhes a argumentatividade, estas “Considerações Finais” não se finalizariam agora, porque são 33 (trinta e três) excertos, alguns com mais de uma Rtd e com diversas categorias de análise identificadas e, os excertos já analisados dispensam comentários aqui. Os três objetivos foram atingidos com êxito em satisfação às curiosidades propostas nas duas questões de pesquisa.

A Representação textual-discursiva é construída utilizando os sentidos do léxico que possam ser precisos e concisos quanto à ideia que se deseja transmitir conforme a intenção que se tenha ao comunicar-se. O sentido do léxico coligado aos precosntruídos culturais (PCC) deram a tonicidade das Rtd arquitetadas desde a enunciação de Zola. A intencionalidade de autor da carta aberta, quando a escreveu a Félix Faure, foi de reclamar contra a injustiça instalada no conselho de guerra. Sua reclamação, porém, propôs-se a atos ilocucionários de acusar, fato que denominou o texto. Esse fato de reclamar e de acusar demandaria intensa argumentação e, assim fez-se.

Adam (2011, p.113) expressa que “toda representação discursiva [Rd] é a expressão de um ponto de vista [PdV]”. Portanto, em *J'Accuse...!*, ela é construída a partir da visão de um homem revoltado contra a injustiça praticada, o qual se une a um jornal de esquerda para protestar, defender e acusar. O ponto de vista é produto de uma posição tomada e, portanto tem seu início a partir da visão que se tenha do mundo. Zola via o mundo pelas lentes de escritor naturalista e de um jornalista que tinha o antissemitismo como desonra a seu tempo: “[...] da caça aos judeus imundos, que desonra nossa época.” (§ 13).

---

<sup>49</sup> “Hexagonal” é adjetivo dado ao francês nascido na França europeia, pois a configuração do mapa da França é conforme um hexágono.

Para exemplificar a construção da Rtd, observe-se o excerto eleito e citado aqui: “Não se poderia conceber as experiências às quais ele submeteu o *desafortunado Dreyfus*, as armadilhas nas quais ele quis fazê-lo cair, as investigações loucas, as imaginações monstruosas, toda uma demência torturante.”. (ZOLA, 1898, § 8º.). Ele está opondo as artes de du Paty de Clam de um lado à natural passividade de um preso disciplinar. Quanto às Rtd de Dreyfus, ei-lo como “submetido”, como “desafortunado”. Quem fica em condição de submisso não possui voz própria, torna-se impossibilitado de reagir. No texto, vê-se du Paty de Clam submetendo Dreyfus a experiências e com armadilhas, na razão de que du Paty de Clam fica análogo a um caçador e Dreyfus assemelha-se à caça, uma presa acuada diante de um predador que a cerca tirando-lhe a capacidade de argumentar e safar-se.

Zola inicia a construção da Rtd expressando que as experiências usadas contra Dreyfus eram “inconcebíveis”, experiências impostas a alguém “submetido” e despojado de toda riqueza e de todo brío e, dessa forma é que ele expõe o “desafortunado Dreyfus”, sem fortuna (sem riqueza), sem liberdade, sem prestígio, sem honra, sem amigos, sem esposa, sem os dois filhos, sem pátria. Tal era a desfortuna daquele apenado, submetendo-se às “investigações loucas”, “às imaginações monstruosas” e, por fim, resume as táticas de du Paty de Clam como: “demência torturante”. O papel do léxico, portanto, é preponderante na construção da Rtd, o verbo usado no processo, o modificador do referente, as modificações da Predicação possuem engajamento altamente expressivo no sentido da expressão e na argumentatividade.

O papel das Representações textual-discursivas na construção da orientação argumentativa em *J'Accuse...!* é o de montar um feixe argumentativo, dirigido a duplo objetivo: quanto a Dreyfus e a Picquart, tem o fito de defendê-los e, influenciar Faure intuindo levá-lo a ceder e a promover revisão do processo. Quanto a du Paty de Clam, a argumentação era para acusar, razão por que, desde o primeiro instante que ele menciona o tenente-coronel, já constrói sua Rtd como “um homem nefasto”. Mas, quando constrói a Rtd para Dreyfus é de “espectro do inocente”. Quando constrói a Rtd da absolvição de Esterhazy é de “uma tapa na cara de toda a verdade e de toda a justiça”, quando critica o conselho de guerra, trata-o como uma “casa de jesuítas”: “que vassourada o governo republicano deveria dar nessa casa de jesuítas” (ZOLA, 1898, § 24) e, ainda autoriza-se por Billot: “como chama o próprio general Billot” (§ 24), registra Zola em *J'Accuse...!*.

Durante o texto, ele conduz a argumentação, apresentando fatos em combate à tese de que Dreyfus era um traidor e esses fatos eram, sobretudo, a falta de provas contra o capitão e, mostrava os passos de du Paty de Clam contrários à verdade, apontava as falhas do ministério da guerra e, por fim, acusa os dois conselhos de guerra, o primeiro de “violar o direito” e de

“condenar um acusado com base em uma peça mantida secreta”. Acusa ainda o segundo conselho de guerra por ter “encoberto a ilegalidade da condenação de Dreyfus” e, mais uma vez acusa-o pela comissão criminosa da absolvição de Esterhazy, homem a quem referencia como “culpado”.

Na pesquisa em *J'Accuse...!*, investigaram-se as Representações textual-discursivas em suas categorias de análise e chegou-se aos números conforme o quadro 59 indica com os totais a partir dos quadros 57 e 58. As categorias de análise sob o foco da pesquisa foram a Referenciação e os modificadores do referente, a Predicação e os modificadores do processo (ou da Predicação), a Modificação e a Localização (espacial ou temporal). Verificou-se que a Modificação atua sobre o referente por meio de adjetivos que qualificam, quantificam, indicam posse e, por meio de adjuntos. Também, a Modificação atua sobre o processo verbal indicando circunstâncias variadas. Ainda, ela pode ser classificada como *epitética*, quando a modificação é contígua ao referente modificado, é *atributiva*, quando se estabelece por meio de verbo cópula e também, pode ser *restritiva* quando modificando, restringe um referente indicando seu possuidor, proprietário ou detentor.

Entende-se que *possuidor* é aquele que conserva relações de enlace ou de imanência com o objeto possuído. Por exemplo: “Faure” era o nome do Presidente da França, logo o presidente possuía aquele nome que o designava: “Mas que mancha de lama sobre *seu nome*” (§ 3º.). Proprietário é aquele que possui um bem como sua propriedade: “Dreyfus sabe várias línguas, crime; não encontraram em *sua casa* nenhum papel comprometedor, crime (§ 11). E, entende-se por detentor aquele que manifesta uma virtude ou vício, geralmente ligado a coisas abstratas: “Eu desafio as pessoas honestas a lê-lo, sem que seu coração salte de indignação e clame *sua revolta*” (§ 11). Destaca-se que todos são possuidores, porém, uns adquirem algo por uma relação de afinidade ou por contiguidade: “para projetar em *seu rosto* um brusco jorro de luz e assim surpreender *seu crime* no embaraço do despertar” (§ 7), outro adquire por meio de compra ou herança, como em “*sua casa*” e, outros por manifestarem índice de algo subjetivo como em “*sua revolta*” ou na citação de um cargo como o fato de Zola tratar Félix Faure por “presidente”, isto é: trata alguém pelo cargo que ele detém por qualificação ou mérito.

Assim, conclui-se esta dissertação. Diante da satisfação às questões de pesquisa, pelo atingimento dos objetivos, investigando cada traço, cada sentido e, tendo-se a certeza de que o muito que se realizou na pesquisa é ínfimo diante da dimensão semântica e de *J'Accuse..!* Deixou-se de explorar coisas que se remetem ocasião posterior, coisas como a imagem diferente da atual concernente à menção à “ilha do *diabo*”, ao dito de chamar os judeus de

“imundos”, um dito cuja crônica remonta aos tempos mosaicos, passando pelos dias apostólicos e que ganha novos sentidos depois do culto à eugenia e que se complica nos dias do nazismo. Crê-se que o detalhamento quanto à Modificação seja uma contribuição válida e que possa ser considerada por outros pesquisadores, assim como o fato de observar-se que o determinante “um/uma” diante de nome próprio indica um tipo, sem trazer a indeterminação conforme se dá em sua posição diante de nome comum. Também a contribuição pela qual observa-se que um nome (substantivo) pode agir como modificador de outro nome como em *caso Dreyfus/caso Esterahzy*.

O texto como *J'Accuse...!* pelos sentidos que constrói, pode compor *corpus* de pesquisa para diversos trabalhos acadêmicos, não apenas em Linguística Teórica e Discursiva nos Estudos linguísticos do texto, nas em História, segundo suas áreas de pesquisa, em Sociologia, em Filosofia, em Teologia, em Psicologia, em Direito. Assim se expressa para demonstrar que, nesta pesquisa, que se realizou sob a luz da Análise Textual dos Discursos, apenas equivale a um gole tomado de um caudal como o Amazonas.

## REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel *et al.* **Texte et discours: catégories pour analyse**. Dijon: Editions Universitaires, 2004.

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 62.

ADAM, Jean-Michel. **Análise textual dos discursos: Níveis ou planos de análise**. Filologia e Linguística Portuguesa. Nº. 14 (2), p. 190-201.

ALMEIDA, Milene Suzano de. Melodrama bacharelesco: um estudo estilístico da recepção do caso Dreyfus no Brasil. Dissertação (Mestrado) em Teoria e História Literária. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2009. 278 f.

ANDRADE, Benedita Vieira de. Representações discursivas de Câmara Cascudo por Mário de Andrade. 2014. 262 p. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN.

AQUINO, Lucélio Dantas de. **Representações discursivas de Lula nas capas das revistas Época e Veja**. 2015, f. 232. Tese de doutoramento do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins fontes, 2011, p. 262.

BARBOSA, Rui. **Primeira Carta da Inglaterra: o processo do capitão Dreyfus**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1896.

BEAUGRANDE, Robert de e DRESSLER, W.U. (1981) Einführung in die Textlinguistik. Tübingen Niemeyer.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras**. Dizer e argumentar. São Paulo: Contexto, 2017.

CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 131.

COLÓQUIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR COMUNICAÇÃO E DISCURSO – SEMINÁRIO - PROCAD. 2. 2017, São Paulo. USP/UFRN/UNISINOS. Mesa redonda DISPOSITIVOS ENUNCIATIVOS Natal, UFRN – 7, 8, 9 de junho de 2017. REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS EM NARRATIVAS DE DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 7 de junho de 2017.

COTRIM, Gilberto. **O mundo no Século XIX**. In: COTRIM, Gilberto. História Global – Brasil e geral. São Paulo: Saraiva, 2005, pp. 300-327.

DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Éd. de Minuit, 1980.

FÁVERO, L.L.; KOCH, I.G.V. *Linguística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1988.

GALVÃO, Marise Adriana Mamede e SILVA, Luiz Antônio da. **Notas sobre a amizade: um estudo acerca do envolvimento interacional em cartas pessoais**. *Filosofia e Linguística Portuguesa*. Nº. 14 (2), p. 305-334.

GRÁCIO, Rui. Disponível em: <<https://www.ruigracio.com/VCA/LogNatural.htm>> Acesso em 15 de setembro de 2016.

GRIZE, Jean-Blaize. *Logique et langage*. Paris Orphys, 1990.

GRIZE, Jean-Blaize, *Textes sur les représentations sociales*. In: Première Conférence Internationale sur Représentations sociales, Ravello, Italie, 1993, Vol, 2 (3), p. 1-159.

GRIZE, J.-B. **Logique naturelle et communications**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

GRIZE, Jean-Blaize. Disponível em: <http://journals.openedition.org/praxematique/1234acesso>> em 14 de dezembro de 2017.

GUTIÉRREZ VIDRIO, Silvia. *Argumentación y lógica natural la propuesta de Jean-Blaize-Grize*. Signo, Santa Cruz do Sul, v 42, nº. 73, jan 2017, p.136-146.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 54.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011; p. 79.

LÍSIAS, Ricardo (Org.). **Eu acuso! O processo do capitão Dreyfus**. São Paulo: Hedra, 2008.

LOPES, Alba Valéria Saboia Teixeira. **A Representação discursiva da vítima e do réu no gênero sentença judicial**. 2014. 104 f. Dissertação de mestrado do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto: o que é e como se faz**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. 1 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NÓBREGA, Cristiane Maria Praxedes de Souza. **Representação discursiva de nordeste nas cartas trocadas entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade**. 2016. 109f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22863?mode=full>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

OLIVEIRA, Anahy Samara Zamblano de. **Análise das Representações Discursivas no discurso político brasileiro: o discurso da primeira posse da presidenta Dilma Russeff (1º/01/2011)**. 2014. 124 f. Tese de doutoramento do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. **Linguística Textual**. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.) *et al.* Linguística Textual. São Paulo: Contexto, 2017, p. 193-204.

OLIVEIRA, Karla Geane de. **A Representação discursiva da figura feminina no jornal O PORVIR**. 2013. 222f. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

OLIVEIRA, Karla Geane de. **A figura feminina e suas Representações textual-discursivas em textos do jornal O Porvir (Currais Novos/Rio Grande do Norte –1926-1929)**, 2017. Tese de doutoramento do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN.

PASSEGGI, Luis. A estruturação sintático-semântica dos conteúdos discursivos categorias descritivas da lógica natural para a linguística. In: PASSEGGI, Luis; OLIVEIRA, Maria do Socorro (Org.). Linguística e educação: gramática, discurso e ensino. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

PASSEGGI, Luis Álvaro S. *et al.* In: **Linguística de texto e análise da conversação**. Análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. São Paulo: Cortez, 2010, p. 262-312.

PINTO, Rosalice Botelho Wakim Souza. **Como argumentar e persuadir**. Práticas: política, jurídica e jornalística. Lisboa: Sociedade Editora Ld., 2010, p. 84-85).

PLANTIN, Christian. **A Argumentação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

QUEIROZ, Maria Eliete de. **Representações Discursivas no discurso Político**. “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001). 2013. 187 f. Tese de doutoramento em Ciências da Linguagem do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

RODRIGUES, M.G.S, SILVA NETO, J.G DA, PASSEGGI, L. *et al.* **A carta testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político**. Filosofia e Linguística Portuguesa, Nº. 14(2), p. 282-302.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares *et al.* **Planos de texto e representações discursivas:** a seção de abertura em processo-crime. In: BASTOS, N. B. *Língua portuguesa e lusofonia*. São Paulo: EDUC, 2014, p. 240-255.

SANTANA, Élcio e SOBRINHO, Zaki Disponível em:  
<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENEPQ313.pdf>> Acesso em 29 de junho de 2017.

SILVA, Ananias Agostinho de. **Representações discursivas sobre Lampião e seu bando em notícias de jornais mossoroenses (1927):** “O mais audaz e miserável de todos os bandidos” e seu “grupo de asseclas”. 2015. f. 212. Tese de doutoramento do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN.

SILVA, Marina Cabral da. "Narração: Tipos de Narrador"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/redacao/narracao-tipos-narrador.htm>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

VIDRIOS, Sílvia Gutiérrez Disponível em:  
<[http://datateca.unad.edu.co/contenidos/601257/2.\\_Entorno\\_de-Conocimientos/Unidad\\_1/E-mediador?Unidad\\_3Unida%203/2\\_1993Grize.pdf](http://datateca.unad.edu.co/contenidos/601257/2._Entorno_de-Conocimientos/Unidad_1/E-mediador?Unidad_3Unida%203/2_1993Grize.pdf)> Acesso em 11 de janeiro de 2017.

ZOLA, ÉMILE Disponível em:  
<<http://tempsreel.nouvelobs.com/societe/20060712.OBS4922/j-accuse-par-emile-zola.html>> Acesso em 20 fevereiro de 2017.



**ANEXO A – J’ACCUSE...! VERSÃO PORTUGUESA  
PRIMEIRA COLUNA DE L’AURORE - 8 parágrafos**

§1. Senhor Presidente,

§2. Me permite, na minha gratidão pelo benevolente acolhimento que me fez, certo dia, de preocupar-me com sua justa glória e dizer-lhe que sua estrela, até aqui bem-aventurada, está ameaçada pela mais vergonhosa, pela mais indelével das máculas?

§3. O senhor saiu são e salvo das vis calúnias, conquistou corações. Aparece radiante na apoteose dessa festa patriótica que a aliança russa foi para a França, e prepara-se para presidir o solene triunfo de nossa Exposição Universal, que coroará nosso grande século de trabalho, de verdade e de liberdade. **Mas que mancha de lama sobre seu nome – eu ia dizer, sobre seu reinado – é esse abominável caso DREYFUS!** *Um conselho de guerra acaba, cumprindo ordens, de ousar absolver um ESTERHAZY, afronta suprema a toda verdade, a toda justiça.* E pronto! A França tem nas faces esta sujeira, a história escreverá que é sob a sua presidência que tal crime social pôde ser cometido.

§4. Já que eles ousaram, também ousarei. A verdade, eu a direi, pois prometi dizê-la, se a justiça, regularmente acionada, não o fizer de forma plena e por inteiro. Meu dever é falar, não quero ser cúmplice. **Minhas noites seriam assombradas pelo espectro do inocente que expia ao longe, na mais horrorosa das torturas, um crime que não cometeu.**

§5. E é ao senhor, Presidente, que clamarei pela verdade, com toda a força de minha revolta de homem honesto. Por sua honra, estou convencido que o senhor a ignora. E a quem eu denunciaria a turba malfazeja dos verdadeiros culpados senão ao senhor, o primeiro magistrado do país?

§6. **Primeiramente, a verdade sobre o processo e a condenação de DREYFUS.**

§7. Um homem nefasto tudo conduziu, fez tudo, trata-se do tenente-coronel du Paty de Clam, então simples comandante. **Ele é todo o caso DREYFUS;** e a verdade só será conhecida quando uma investigação leal tiver estabelecido nitidamente seus atos e suas responsabilidades. Ele aparece como a mente mais enevoadada, mais complicada, assombrada por intrigas romanescas, comprazendo-se com meios de folhetim, os papéis roubados, as cartas anônimas, os encontros em lugares desertos, as mulheres misteriosas que levam a tiracolo, de noite, provas esmagadoras. **Foi ele quem imaginou ditar o *bordereau* a DREYFUS; foi ele quem sonhou estudá-lo numa sala inteiramente revestida de espelhos; foi ele que o comandante Forzinetti nos apresentou armado com uma lanterna de furto-fogo, querendo introduzir-se junto ao acusado adormecido, para projetar em seu rosto um brusco jorro de luz e assim surpreender seu crime no embaraço do despertar.** E não preciso dizer tudo, procurem, encontrarão. **Eu declaro simplesmente que o comandante du Paty de Clam, encarregado de instruir o caso DREYFUS, como oficial judiciário, é, na ordem das datas e das responsabilidades, o principal culpado do terrível erro judiciário que foi cometido.**

§8. O *bordereau* estava, já há algum tempo, nas mãos do coronel Sandherr, diretor do gabinete de informações, que veio a morrer de paralisia geral. “Vazamentos” aconteciam,

## SEGUNDA COLUNA DE L'AUORE – 2 parágrafos

§8. [continuação] papeis desapareciam, como desaparecem ainda hoje; e o autor do *bordereau* era procurado, quando um a priori se firmou, pouco a pouco, que esse autor só podia ser um oficial do estado-maior, e um oficial da artilharia: duplo erro aí é manifesto, que mostra com que espírito superficial se estudara esse *bordereau*, pois um exame razoável demonstra que somente podia se tratar de um oficial de tropa. Procurava-se, portanto, na casa, examinavam-se as escrituras, era como um caso de família, um traidor a ser surpreendido nos próprios gabinetes para expulsá-lo. **E, sem que eu queira refazer aqui uma história conhecida em parte, o comandante du Paty de Clam entra em cena assim que uma primeira suspeita recai sobre DREYFUS. A partir desse momento, é ele quem inventou DREYFUS, o caso torna-se seu caso, acredita ser capaz de confundir o traidor, de levá-lo a confissões completas.** Há ainda o ministro da Guerra, o general Mercier, cuja inteligência parece medíocre; há também o chefe do estado-maior, o general Boisdeffre, que parece ter cedido a sua paixão clerical, e o subchefe do estado-maior, o general Gonse, cuja consciência pôde acomodar-se a muitas coisas. Mas, no fundo, não há senão o comandante du Paty de Clam que conduz a todos, que os hipnotiza, pois ele se ocupa também de espiritismo, de ocultismo, conversa com os espíritos. **Não se poderia conceber as experiências às quais ele submeteu o desafortunado DREYFUS, as armadilhas nas quais ele quis fazê-lo cair, as investigações loucas, as imaginações monstruosas, toda uma demência torturante.**

§9. Ah! Este primeiro caso é um pesadelo para quem o conhece em seus verdadeiros detalhes! **O comandante du Paty de Clam prende DREYFUS, põe-no em solitária. Corre a casa da senhora DREYFUS, aterroriza-a, diz-lhe que se ela falar, seu marido está perdido. Durante esse tempo, o infeliz descarnava-se, uivava sua inocência.** E a instrução foi feita assim, como numa crônica do século XV, em meio ao mistério, com uma complicação de expedientes escusos, tudo isto baseado em uma acusação infantil, nesse *bordereau* imbecil que não era somente uma traição vulgar, mas também a mais vergonhosa das fraudes, pois os famosos segredos entregues eram quase todos sem valor. Se eu insisto, é porque o ovo está aqui, de onde vai sair, mais tarde, o verdadeiro crime, a assustadora negação de justiça da qual a França está doente. Gostaria de fazer tocar com as mãos a maneira como o erro judiciário pôde ser possível, como ele nasceu das maquinações do comandante du Paty de Clam, como o general Mercier, como os generais de Boisdeffre e Gonse puderam se deixar enganar, engajar sua responsabilidade nesse erro, que pensaram, depois, dever impor, como a santa verdade, uma verdade que se sequer se discute. No início, houve apenas de sua parte, incúria e ininteligência. Quando muito, sente-se que eles cedem às paixões religiosas do meio e aos preconceitos do espírito de corpo. Deixaram acontecer a tolice.

§10. **Porém, eis DREYFUS diante do conselho de guerra.** O sigilo mais absoluto é exigido. Se um traidor tivesse aberto a fronteira ao inimigo para conduzir o imperador alemão até Notre-Dame, não se tomariam medidas de silêncio e de mistério mais severas. A nação é tomada de espanto, murmuram-se fatos terríveis, essas monstruosas traições que indignam a História; e, naturalmente, a nação inclina-se. **Não há castigo severo o bastante, ela aplaudirá a degradação pública, desejará que o culpado fique sobre seu rochedo de infâmia, devorado pelo remorso.**

### TERCEIRA COLUNA DE L'AUORE - 4 parágrafos

§10. [continuação] São verdadeiras, pois, as coisas indizíveis, as coisas perigosas, capazes de atear fogo à Europa, que foi preciso enterrar cuidadosamente detrás de portas fechadas? Não! Houve somente, detrás, as imaginações romanescas e dementes do comandante do Paty de Clam. Tudo isso somente foi feito para esconder o extravagante folhetim. E basta, para se ter certeza do que digo, estudar atentamente o ato de acusação, lido diante do conselho de guerra.

§11. Ah! O vazio desse ato de acusação! **Que um homem possa ter sido condenado por esse ato é um prodígio de iniquidade.** Eu desafio as pessoas honestas a lê-lo, sem que seu coração salte de indignação e clame sua revolta, pensando na expiação sem medida, lá, na Ilha do Diabo. **DREYFUS sabe várias línguas, crime; não encontraram em sua casa nenhum papel comprometedor, crime; às vezes, ele vai a seu país de origem, crime; ele é laborioso, ele tem o cuidado de tudo saber, crime; ele não se perturba, crime; ele se perturba; crime.** E as ingenuidades de redação, as asserções formais no vazio! Falaram-nos de quatorze pontos de acusação, encontramos apenas um no final das contas, a do *bordereau*; e sabemos, ainda, que até os peritos não concordavam, que um deles, M. Gobert, foi pressionado militarmente porque se permitia não concluir no sentido desejado. **Falava-se também que vinte e três oficiais vieram esmagar DREYFUS com seus testemunhos. Ignoramos ainda seus interrogatórios, contudo é certo que nem todos o acusaram; e é preciso observar, além disso, que todos pertenciam ao ministério da Guerra.** É um processo de família, aí se está entre afins e, é preciso lembrar-se disso: o estado-maior quis o processo, julgou-o e acaba de julgá-lo pela segunda vez.

§12. Portanto restava apenas o *bordereau*, sobre o qual os peritos não puderam se entender. Conta-se que, na câmara do conselho, os juízes iam naturalmente absolver. E, desde então, como se compreende a obstinação desesperada com a qual, para justificar a condenação, afirma-se hoje a existência de uma peça secreta, esmagadora, a peça que não se pode mostrar, que legitima tudo e diante da qual devemos nos inclinar, o bom Deus invisível e incognoscível! Nego a tal peça, nego-a com toda minha força! Uma peça ridícula, sim, talvez a peça que trata de mulherezinhas e em que se fala de um certo D... que se torna muito exigente: algum marido, sem dúvida, achando que não lhe pagaram sua mulher suficientemente caro. Mas uma peça de interesse da defesa nacional, a qual não se poderia apresentar sem que a guerra fosse declarada amanhã, não, não! É mentira! E isto é ainda mais odioso e cínico porque eles mentem impunemente sem que se possa convencê-los. Eles agitam a França, escondem-se por trás de sua legítima emoção, calam as bocas perturbando os corações, pervertendo os espíritos. Não conheço maior crime cívico.

§13. Portanto eis, Senhor Presidente, os fatos que explicam como um erro judiciário pôde ser cometido; e as provas morais, a situação material de DREYFUS, a ausência de motivos, seu contínuo clamor de inocência, acabam de mostrá-lo como vítima das extraordinárias imaginações do comandante do Paty de Clam, do meio clerical no qual se encontrava, da caça aos “judeus imundos”, que desonra nossa época.

§14. *E chegamos ao caso ESTERHAZY.* Três anos se passaram, muitas consciências continuam profundamente turbadas,

#### QUARTA COLUNA DE L'AUORE - 3 parágrafos

**§14.** [continuação] **inquietam-se, procuram, acabam por se convencer da inocência de DREYFUS.**

**§15.** Não farei o histórico das dúvidas nem, depois, da convicção do senhor Scheurer-Kestner. Mas, enquanto ele fazia sua investigação, ocorriam fatos graves no próprio estado-maior. O coronel Sandherr morrera e o tenente-coronel Picquart sucedera-o como chefe do gabinete de informações. *E foi a esse título, no exercício de suas funções, que este último teve, um dia, nas mãos, uma carta-telegrama endereçada ao comandante ESTERHAZY, por um agente de uma potência estrangeira.* Seu dever estrito era de abrir um inquérito. A certeza é que ele nunca agiu contra a vontade de seus superiores. Ele submeteu, portanto, suas suspeitas a seus superiores hierárquicos, ao general Gonse, depois ao general Boisdeffre e depois ao general Billot, que sucedera o general Mercier como ministro da Guerra. O famoso dossiê Picquart do qual tanto se falou, não foi senão o dossiê Billot, isto é, o dossiê feito por um subordinado para seu ministro, o dossiê que deve ainda existir no ministério da Guerra. As investigações duraram de maio a setembro de 1896, e *o que é preciso afirmar bem alto é que o general Gonse estava convencido da culpabilidade de ESTERHAZY, que o general de Boisdeffre e o general Billot não punham em dúvida que o bordereau tivesse sido escrito por ESTERHAZY. O inquérito do tenente-coronel Picquart chegou a esta constatação certa. Porém, a comoção era grande, pois a condenação de ESTERHAZY conduziria inevitavelmente à revisão do processo DREYFUS; e isso era o que o estado-maior não queria de jeito nenhum.*

**§16.** Deve ter havido aí um minuto psicológico cheio de angústia. Observe o senhor que o general Billot não estava comprometido com coisa alguma, chegara recentemente, podia promover a verdade. Ele não ousou, apavorado, sem dúvida, pela opinião pública, certamente também pelo temor de entregar todo o estado-maior, o general de Boisdeffre, o general Gonse, sem contar com os subordinados. Então, foi apenas um minuto de combate entre sua consciência e o que ele acreditava ser o interesse militar. Quando esse minuto passou, já era tarde demais. Tinha se engajado, estava comprometido. E, desde então, sua responsabilidade só fez aumentar, tomou para si o crime dos outros, é tão culpado quanto os outros, é mais culpado do eles, porque poderia ter feito justiça, e não fez nada. O senhor compreende isto! **Eis já um ano que os generais de Boisdeffre e Gonse sabem que DREYFUS é inocente, e eles guardaram para si essa coisa assustadora!** E essas pessoas conseguem dormir, têm mulheres e filhos que amam!

**§17.** O tenente-coronel Picquart cumprira seu dever de homem honesto. Ele insistia junto a seus superiores em nome da justiça. Até suplicava-lhes, dizia-lhes o quanto seus atrasos eram impolíticos diante da terrível tempestade que se formava, que eclodiria, quando a verdade fosse conhecida. Foi, mais tarde, a linguagem que o Sr. Scheurer-Kestner falou ao general Billot, suplicando-lhe, por patriotismo, de cuidar do caso, de não deixar que se agravasse ao ponto de se tornar um desastre público. Não! O crime fora cometido, o estado-maior não podia mais confessar seu crime. E o tenente-coronel Picquart foi enviado em missão, afastaram-no para mais e mais longe, até à Tunísia, onde até pretendiam, um dia, honrar sua bravura, encarregando-o de uma missão na qual seguramente seria massacrado em

paragens onde o marquês de Morès encontrou a morte. Não tinha caído em desgraça, o general Gonse mantinha...

#### QUINTA COLUNA DE L'AUORE – 4 parágrafos

§17. [continuação] com ele uma correspondência amistosa. Porém, há segredos que não convém ter descoberto.

§18. Em Paris, a verdade marchava irresistível e, sabe-se de que maneira a tempestade esperada desabou. **O senhor Matthieu DREYFUS denunciou o comandante ESTERHAZY como o verdadeiro autor do *bordereau*, no momento em que o senhor Scheurer-Kestner ia entregar, nas mãos do ministro da Justiça, um pedido de revisão do processo. E é aqui que o comandante ESTERHAZY aparece. Testemunhos o apontam inicialmente enlouquecido, prestes ao suicídio ou à fuga. Depois, de repente, ele enche-se de audácia, surpreende Paris pela violência de sua atitude. É que lhe chegou ajuda, recebera uma carta anônima advertindo-o da conduta de seus inimigos, uma senhora misteriosa tinha, inclusive, saído de madrugada para entregar-lhe uma peça roubada do estado-maior, que devia salvá-lo.** E não posso evitar de ver aí o tenente-coronel du Paty de Clam, reconhecendo os expedientes de sua imaginação fértil. **Sua obra, a culpabilidade de DREYFUS, estava em perigo e, seguramente, quis defender sua obra.** A revisão do processo era o desmoronamento do folhetim tão extravagante, tão trágico, cujo desenlace abominável acontece na Ilha do Diabo! É o que ele não podia permitir. A partir desse momento, o duelo há de efetuar-se entre o tenente-coronel Picquart e o tenente-coronel du Paty de Clam, um com rosto descoberto, o outro mascarado. Reencontraremos, em breve, ambos os dois diante da justiça civil. No fundo, é sempre o estado-maior que se defende, que não quer confessar seu crime, cuja abominação cresce de hora em hora.

§19. *Com estupor, pergunta-se quem eram os protetores do comandante ESTERHAZY.* Primeiramente, nas sombras, o tenente-coronel du Paty de Clam que tudo maquinou, que tudo conduziu. Sua mão trai-se pelos meios bizarros. **Depois, é o general de Boisdeffre, é o general Gonse, é o próprio general Billot, que são obrigados a absolver o comandante, posto que não podem reconhecer a inocência de DREYFUS, sem que os gabinetes da guerra desabem no desprezo público.** E o belo resultado dessa situação prodigiosa é que o homem honesto, ali dentro, o tenente-coronel Picquart, o único que cumpriu seu dever, vai ser a vítima, aquele que desprezarão e punirão. Ó justiça, que horrorosa desesperança aperta o coração! *Chega-se até a dizer que foi ele o falsário, que fabricou a carta-telegrama para arruinar ESTERHAZY.* Mas, grande Deus! Por quê? Com que finalidade? Deem um motivo. Será que esse aí também é pago pelos judeus? O bom da história é que justamente ele era antissemita. Sim! Assistimos a esse infame espetáculo, homens perdidos em dívidas e em crimes dos quais se proclama a inocência, enquanto que se atinge a própria honra de um homem sem mácula! Quando uma sociedade chega a esse ponto, cai em decomposição.

§20. *Eis, pois, Senhor Presidente, o caso ESTERHAZY: um culpado que se tratava de inocentar.* Já faz dois meses que podemos seguir, de hora em hora, o belo trabalho. Eu abrevio, porque isso é, aproximadamente, o resumo da história cujas páginas inflamadas serão um dia escritas totalmente. E nós vimos, então, o general Pellieux, depois o comandante Ravary conduzirem uma investigação celerada de onde os inescrupulosos surgem transfigurados e as pessoas honestas são aviltadas. Depois, convocou-se o conselho de guerra.

§21. Como se pôde esperar que um  
**SEXTA COLUNA DE L'AUORE - 4 parágrafos**

§21. [continuação] conselho de guerra desfaria o que um conselho de guerra fizera?

§22. Nem sequer estou falando da escolha, sempre possível, dos juízes. A ideia superior de disciplina, que está no sangue desses soldados, não é suficiente para infirmar seu poder de equidade? Quem diz disciplina, diz obediência. Quando o ministro da Guerra, o grande chefe, estabeleceu publicamente, sob aclamações da representação nacional, a autoridade da coisa julgada, quer que um conselho de guerra lhe dê um desmentido formal? Hierarquicamente, isso é impossível. O general Billot sugestionou os juízes pela sua declaração e, eles julgaram como devem ir à batalha, sem raciocinar. **A opinião preconcebida que levaram para sua instância, é evidentemente esta: “DREYFUS foi condenado por crime de traição por um conselho de guerra, portanto, ele é culpado; e nós, conselho de guerra, não podemos declará-lo inocente; ora, sabemos que reconhecer a culpabilidade de ESTERHAZY, seria proclamar a inocência de DREYFUS.”. Nada poderia fazê-los mudar de opinião.**

§23. Deram uma sentença iníqua, que para sempre pesará sobre nossos conselhos de guerra, que manchará doravante de suspeita todos seus veredictos. O primeiro conselho de guerra pode ter sido ser ininteligente, o segundo é, forçosamente, criminoso. Sua desculpa, repito-o, é que o chefe supremo falara declarando a coisa julgada inatacável, santa e superior aos homens, de sorte que inferiores não poderiam dizer ao contrário. Fala-se-nos da honra do Exército, querem que nós o amemos, o respeitemos. Ah! Decerto, sim, o exército que se levantaria à primeira ameaça, que defenderia a terra francesa, é todo o povo, e nós temos por ele mais do que ternura e respeito. Mas não se trata dele, do qual queremos justamente a dignidade, em nossa necessidade de justiça. Trata-se do sabre, o mestre que nos darão amanhã, talvez. E beijar com devoção o punho do sabre, o deus, não!

§24. **Demonstrei-o também: o caso DREYFUS era o caso dos gabinetes da guerra, um oficial do estado-maior, denunciado por seus camaradas do estado-maior, condenado por pressão dos chefes do estado-maior. Mais uma vez, ele não pode ser inocente sem que todo o estado-maior seja culpado. Assim, os gabinetes, por todos os meios imagináveis, por campanhas de imprensa, por comunicações, por influências, acobertaram ESTERHAZY somente para arruinar uma segunda vez DREYFUS.** Que vassourada o governo republicano deveria dar nessa casa de jesuítas, como os chama o próprio general Billot! Onde está o ministério verdadeiramente forte e com um sábio patriotismo, que terá ousadia de tudo refundir e tudo renovar? Quantas pessoas eu conheço que, diante de uma possível guerra, tremem de angústia, sabendo em quais mãos está a defesa nacional! E que ninho de baixas intrigas, de mexericos e de dilapidações tornou-se esse asilo sacro onde se decide a sorte da pátria! **Aterrorizamo-nos diante da luz terrível que acaba de lançar o caso DREYFUS, esse sacrifício humano de um infeliz, de um “judeu imundo”!** Ah! Tudo o que se agitou lá de demência e de tolice, imaginações loucas, práticas de baixa polícia, costumes de inquisição e de tirania, o bel-prazer de alguns agaloados colocando suas botas sobre a nação, enfiando-lhe garganta adentro seu grito de verdade e de justiça sob o pretexto mentiroso e sacrílego da razão de Estado!

**§25.** E é um crime, ainda, se apoiar na imprensa imunda, deixar-se defender por toda a canalha de Paris, de sorte que eis a canalha que triunfa insolentemente

**SÉTIMA COLUNA DE L'AUORE – 4 parágrafos**

**§25.** [continuação] com a derrota do direito e da simples probidade. É um crime ter acusado de perturbar a França aqueles que a querem generosa, à frente das nações livres e justas, quando forjam eles mesmos o impudente complô para impor o erro diante do mundo inteiro. É um crime desencaminhar opiniões, utilizar para um trabalho de morte esta opinião que perverteram até fazê-la delirar. É um crime envenenar os simples e os humildes, exasperar as paixões de reação e de intolerância, abrigando-se por trás do odioso antissemitismo, por causa do qual, a grande França liberal dos direitos do homem morrerá caso não seja curada. É um crime explorar o patriotismo a favor de obras de ódio, e é um crime, enfim, tornar o sabre o deus moderno, quando toda a ciência humana está trabalha para a obra próxima de verdade e de justiça.

**§26.** Essa verdade, essa justiça, que nós temos tão apaixonadamente querido, que tristeza vê-las assim afrontadas, mais desconhecidas e mais obscurecidas! Imagino o abatimento que deve ocorrer na alma do senhor Scheurer-Kestner e, creio mesmo que ele vai terminar por ter remorso, o de não ter agido revolucionariamente no dia da interpelação no Senado, revelando tudo para pôr tudo abaixo. Ele foi o grande homem honesto, homem de vida leal, acreditou que a verdade seria suficiente por si mesma, sobretudo quando ela lhe pareceu brilhante como o meio dia. Para que perturbar tudo, já que o sol logo estaria a luzir? E é por esta serenidade confiante que ele é tão cruelmente punido. Mesma coisa para o tenente-coronel Picquart que, por um sentimento de alta dignidade, não quis publicar as cartas do general Gonse. Esses escrúpulos o honram tanto mais que durante o tempo que ele se mantinha respeitoso quanto à disciplina, seus superiores o faziam cobrir de lama, instruíam eles próprios seu processo, da maneira mais inesperada e mais ultrajante. Há duas vítimas, duas boas pessoas, dois corações simples que esperaram em Deus, enquanto o diabo agia. E viu-se ainda, para o tenente-coronel Picquart, essa coisa ignóbil: um tribunal francês, após ter permitido ao relator inculpar publicamente uma testemunha, acusá-la de todos os erros, determinou portas fechadas quando essa testemunha foi apresentada para explicar-se e defender-se. Digo que isso é um crime a mais e que esse crime sublevará a consciência universal. Decididamente, os tribunais militares têm uma ideia singular de justiça.

**§27.** Tal é, pois, a simples verdade, Senhor Presidente, e ela é assustadora, ela ficará para sua presidência uma nódoa. Bem sei que o senhor não possui nenhum poder neste caso, que é prisioneiro da Constituição e dos que o cercam. Ainda assim, tem um dever de homem, no qual pensará, e que cumprirá. Aliás, não é que eu não tenha esperança, de maneira alguma, do triunfo. Eu o repito com uma certeza mais veemente: a verdade está em marcha e nada a deterá. É hoje apenas que o caso inicia já que hoje somente as posições estão nítidas: de um lado, os culpados que não querem que a luz resplandeça e; do outro lado, os que querem justiça e que darão sua vida para que a luz se faça. Eu o disse noutra parte e repito aqui: quando se enterra a verdade, ela aí se acumula, toma uma força tal de explosão que, no dia em que ela explode, manda tudo pelos ares consigo. Veremos se não se acaba de preparar, para depois, o mais retumbante dos desastres.

**§28.** Mas, esta carta está longa, Senhor Presidente, e é tempo de concluir.

**PÁGINA 2 - OITAVA COLUNA DE L'AUORE - 13 parágrafos**

§29. Eu acuso o tenente-coronel du Paty de Clam de ter sido o operário diabólico do erro judiciário, como um inconsciente, quero crer, e, em seguida, ter defendido sua obra nefasta, por três anos, com maquinações as mais extravagantes e mais culpáveis.

§30. Eu acuso o general Mercier de ter-se tornado cúmplice, pelo menos por fraqueza de espírito, de uma das maiores iniquidades do século.

§31. **Eu acuso o general Billot de ter tido em suas mãos as provas cabais da inocência de DREYFUS e de tê-las sufocado, de ter-se tornado culpado desse crime de lesa-humanidade e de lesa-justiça, por causa de objetivos políticos e para salvar o estado-maior comprometido.**

§32. **Eu acuso o general Boisdeffre e o general Gonse de terem-se tornado cúmplices do mesmo crime**, um, sem dúvida por paixão clerical, o outro, talvez, por esse espírito de corpo que faz dos gabinetes da guerra a arca santa, inatacável.

§33. Eu acuso o general de Pellieux e o comandante Ravary de terem feito um inquérito celerado, entendo por isso um inquérito da mais monstruosa parcialidade, da qual temos, no relatório do segundo, um imperecível monumento de ingênua audácia.

§34. Eu acuso os três peritos em grafias, os senhores Belhomme, Varinard e Couard de terem feito relatórios mentirosos e fraudulentos, a menos que um exame médico os declare atingidos por doença da visão e do juízo.

§35. Eu acuso os gabinetes do ministério da Guerra de ter conduzido na imprensa, particularmente no *l'Éclair* e no *L'Écho de Paris*, uma campanha abominável, para enganar a opinião e encobrir seu erro.

§36. **Eu acuso, por fim o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, condenando um acusado com base numa peça mantida secreta, e eu acuso o segundo conselho de guerra de ter encoberto esta ilegalidade, por ordem, cometendo, por sua vez, o crime jurídico de absolver conscientemente um culpado.**

§37. Fazendo essas acusações, não ignoro que me coloco na mira dos artigos 30 e 31 da lei da imprensa de 29 de julho de 1881, que pune os delitos de difamação. É voluntariamente que assim me exponho.

§38. Quanto às pessoas que acuso, eu não as conheço, jamais as vi, nada tenho contra elas, nem rancor nem ódio. Elas nada são para mim além de entidades, espíritos para a maleficência social. E, o ato que aqui cumpro nada mais é do que um meio revolucionário para apressar a explosão da verdade e da justiça.

§39. Tenho uma só paixão, a da luz, em nome da humanidade que tanto sofreu e que tem direito à felicidade. Meu protesto inflamado não é senão o grito de minha alma. Que se ouse, pois, levar-me ao Tribunal de Justiça e que o inquérito ocorra às vistas!

§40. Aguardo!

§41. Queira aceitar, Senhor Presidente, a expressão do meu profundo respeito.

ÉMILE ZOLA





**ANEXO - C**  
**J'ACCUSE...! - VERSION FRANÇAISE**  
**PREMIÈRE COLONNE**

Monsieur le Président,

Me permettez-vous, dans ma gratitude pour le bienveillant accueil que vous m'avez fait un jour, d'avoir le souci de votre juste gloire et de vous dire que votre étoile, si heureuse jusqu'ici, est menacée de la plus honteuse, de la plus ineffaçable des taches? Vous êtes sorti sain et sauf des basses calomnies, vous avez conquis les coeurs. Vous apparaissez rayonnant dans l'apothéose de cette fête patriotique que l'alliance russe a été pour la France, et vous vous préparez à présider au solennel triomphe de notre Exposition Universelle, qui couronnera notre grand siècle de travail, de vérité et de liberté. Mais quelle tache de boue sur votre nom - j'allais dire sur votre règne - que cette abominable affaire Dreyfus! Un conseil de guerre vient, par ordre, d'oser acquitter un Esterhazy, soufflet suprême à toute vérité, à toute justice. Et c'est fini, la France a sur la joue cette souillure, l'histoire écrira que c'est sous votre présidence qu'un tel crime social a pu être commis. Puisqu'ils ont osé, j'oserai aussi, moi. La vérité, je la dirai, car j'ai promis de la dire, si la justice, régulièrement saisie, ne la faisait pas, pleine et entière.

Mon devoir est de parler, je ne veux pas être complice. Mes nuits seraient hantées par le spectre de l'innocent qui expie là-bas, dans la plus affreuse des tortures, un crime qu'il n'a pas commis. Et c'est à vous, monsieur le Président, que je la crierai, cette vérité, de toute la force de ma révolte d'honnête homme. Pour votre honneur, je suis convaincu que vous l'ignorez. Et à qui donc dénoncerai-je la tourbe malfaisante des vrais coupables, si ce n'est à vous, le premier magistrat du pays?

La vérité d'abord sur le procès et sur la condamnation de Dreyfus. Un homme néfaste a tout mené, a tout fait, c'est le lieutenant-colonel du Paty de Clam, alors simple commandant. Il est l'affaire Dreyfus tout entière; on ne la connaîtra que lorsqu'une enquête loyale aura établi nettement ses actes et ses responsabilités. Il apparaît comme l'esprit le plus fumeux, le plus compliqué, hanté d'intrigues romanesques, se complaisant aux moyens des romans-feuilletons, les papiers volés, les lettres anonymes, les rendez-vous dans les endroits déserts, les femmes mystérieuses qui colportent, de nuit, des preuves accablantes. C'est lui qui imagina de dicter le bordereau à Dreyfus; c'est lui qui rêva de l'étudier dans une pièce entièrement revêtue de glaces; c'est lui que le commandant Forzinetti nous représente armé d'une lanterne sourde, voulant se faire introduire près de l'accusé endormi, pour projeter sur son visage un brusque flot de lumière et surprendre ainsi son crime, dans l'émoi du réveil. Et

je n'ai pas à tout dire, qu'on cherche, on trouvera. Je déclare simplement que le commandant du Paty de Clam, chargé d'instruire l'affaire Dreyfus, comme officier judiciaire, est, dans l'ordre des dates et des responsabilités, le premier coupable de l'effroyable erreur judiciaire qui a été commise.

Le bordereau était depuis quelque temps déjà entre les mains du colonel Sandherr, directeur du bureau des renseignements, mort depuis de paralysie générale. Des «fuites» avaient lieu,

(FIN DE LA PREMIÈRE COLONNE)  
DEUXIÈME COLONNE

des papiers disparaissaient, comme il en disparaît aujourd'hui encore; et l'auteur du bordereau était recherché, lorsqu'un *a priori* se fit peu à peu que cet auteur ne pouvait être qu'un officier de l'état-major, et un officier d'artillerie: double erreur manifeste, qui montre avec quel esprit superficiel on avait étudié ce bordereau, car un examen raisonné démontre qu'il ne pouvait s'agir que d'un officier de troupe. On cherchait donc dans la maison, on examinait les écritures, c'était comme une affaire de famille, un traître à surprendre dans les bureaux mêmes, pour l'en expulser. Et, sans que je veuille refaire ici une histoire connue en partie, le commandant du Paty de Clam entre en scène, dès qu'un premier soupçon tombe sur Dreyfus.

A partir de ce moment, c'est lui qui a inventé Dreyfus, l'affaire devient son affaire, il se fait fort de confondre le traître, de l'amener à des aveux complets. Il y a bien le ministre de la Guerre, le général Mercier, dont l'intelligence semble médiocre ; il y a bien le chef de l'état-major, le général de Boisdeffre, qui paraît avoir cédé à sa passion cléricale, et le sous-chef de l'état-major, le général Gonse, dont la conscience a pu s'accommoder de beaucoup de choses. Mais, au fond, il n'y a d'abord que le commandant du Paty de Clam, qui les mène tous, qui les hypnotise, car il s'occupe aussi de spiritisme, d'occultisme, il converse avec les esprits. On ne saurait concevoir les expériences auxquelles il a soumis le malheureux Dreyfus, les pièges dans lesquels il a voulu le faire tomber, les enquêtes folles, les imaginations monstrueuses, toute une démence torturante.

Ah! Cette première affaire, elle est un cauchemar, pour qui la connaît dans ses détails vrais! Le commandant du Paty de Clam arrête Dreyfus, le met au secret. Il court chez madame Dreyfus, la terrorise, lui dit que, si elle parle, son mari est perdu. Pendant ce temps, le malheureux s'arrachait la chair, hurlait son innocence. Et l'instruction a été faite ainsi, comme dans une chronique du quinzième siècle, au milieu du mystère, avec une complication

d'expédients farouches, tout cela basé sur une seule charge enfantine, ce bordereau imbécile, qui n'était pas seulement une trahison vulgaire, qui était aussi la plus impudente des escroqueries, car les fameux secrets livrés se trouvaient presque tous sans valeur. Si j'insiste, c'est que l'oeuf est ici, d'où va sortir plus tard le vrai crime, l'épouvantable déni de justice dont la France est malade. Je voudrais faire toucher du doigt comment l'erreur judiciaire a pu être possible, comment elle est née des machinations du commandant du Paty de Clam, comment le général Mercier, les généraux de Boisdeffre et Gonse ont pu s'y laisser prendre, engager peu à peu leur responsabilité dans cette erreur, qu'ils ont cru devoir, plus tard, imposer comme la vérité sainte, une vérité qui ne se discute même pas. Au début, il n'y a donc, de leur part, que de l'incurie et de l'inintelligence. Tout au plus, les sent-on céder aux passions religieuses du milieu et aux préjugés de l'esprit de corps. Ils ont laissé faire la sottise. Mais voici Dreyfus devant le conseil de guerre. Le huis clos le plus absolu est exigé.

Un traître aurait ouvert la frontière à l'ennemi pour conduire l'empereur allemand jusqu'à Notre-Dame, qu'on ne prendrait pas des mesures de silence et de mystère plus étroites. La nation est frappée de stupeur, on chuchote des faits terribles, de ces trahisons monstrueuses qui indignent l'Histoire; et naturellement la nation s'incline. Il n'y a pas de châtiment assez sévère, elle applaudira à la dégradation publique, elle voudra que le coupable reste sur son rocher d'infamie, dévoré par le remords.

(FIN DE LA DEUXIÈME COLONNE)

(TROISIÈME COLONNE)

Est-ce donc vrai, les choses indicibles, les choses dangereuses, capables de mettre l'Europe en flammes, qu'on a dû enterrer soigneusement derrière ce huis clos? Non! Il n'y a eu, derrière, que les imaginations romanesques et démentes du commandant du Paty de Clam. Tout cela n'a été fait que pour cacher le plus saugrenu des romans-feuilletons. Et il suffit, pour s'en assurer, d'étudier attentivement l'acte d'accusation, lu devant le conseil de guerre. Ah! Le néant de cet acte d'accusation! Qu'un homme ait pu être condamné sur cet acte, c'est un prodige d'iniquité. Je défie les honnêtes gens de le lire, sans que leur coeur bondisse d'indignation et crie leur révolte, en pensant à l'expiation démesurée, là-bas, à l'île du Diable.

Dreyfus sait plusieurs langues, crime; on n'a trouvé chez lui aucun papier compromettant, crime; il va parfois dans son pays d'origine, crime; il est laborieux, il a le souci de tout savoir, crime; il ne se trouble pas, crime; il se trouble, crime. Et les naïvetés de rédaction, les formelles assertions dans le vide! On nous avait parlé de quatorze chefs d'accusation: nous n'en trouvons qu'une seule en fin de compte, celle du bordereau; et nous

apprenons même que les experts n'étaient pas d'accord, qu'un d'eux, M. Gobert, a été bousculé militairement, parce qu'il se permettait de ne pas conclure dans le sens désiré. On parlait aussi de vingt-trois officiers qui étaient venus accabler Dreyfus de leurs témoignages. Nous ignorons encore leurs interrogatoires, mais il est certain que tous ne l'avaient pas chargé; et il est à remarquer, en outre, que tous appartenaient aux bureaux de la guerre. C'est un procès de famille, on est là entre soi, et il faut s'en souvenir: l'état-major a voulu le procès, l'a jugé, et il vient de le juger une seconde fois. Donc, il ne restait que le bordereau, sur lequel les experts ne s'étaient pas entendus. On raconte que, dans la chambre du conseil, les juges allaient naturellement acquitter. Et, dès lors, comme l'on comprend l'obstination désespérée avec laquelle, pour justifier la condamnation, on affirme aujourd'hui l'existence d'une pièce secrète, accablante, la pièce qu'on ne peut montrer, qui légitime tout, devant laquelle nous devons nous incliner, le bon Dieu invisible et inconnaissable! Je la nie, cette pièce, je la nie de toute ma puissance! Une pièce ridicule, oui, peut-être la pièce où il est question de petites femmes, et où il est parlé d'un certain D... qui devient trop exigeant: quelque mari sans doute trouvant qu'on ne lui payait pas sa femme assez cher.

Mais une pièce intéressant la défense nationale, qu'on ne saurait produire sans que la guerre fût déclarée demain, non, non! C'est un mensonge! Et cela est d'autant plus odieux et cynique qu'ils mentent impunément sans qu'on puisse les en convaincre. Ils ameutent la France, ils se cachent derrière sa légitime émotion, ils ferment les bouches en troublant les cœurs, en pervertissant les esprits. Je ne connais pas de plus grand crime civique. Voilà donc, monsieur le Président, les faits qui expliquent comment une erreur judiciaire a pu être commise; et les preuves morales, la situation de fortune de Dreyfus, l'absence de motifs, son continuel cri d'innocence, achèvent de le montrer comme une victime des extraordinaires imaginations du commandant du Paty de Clam, du milieu clérical où il se trouvait, de la chasse aux « sales juifs », qui déshonore notre époque.

Et nous arrivons à l'affaire Esterhazy. Trois ans se sont passés, beaucoup de consciences restent troublées profondément,

(FIN DE LA TROISIÈME COLONNE)

(QUATRIÈME COLONNE)

s'inquiètent, cherchent, finissent par se convaincre de l'innocence de Dreyfus. Je ne ferai pas l'historique des doutes, puis de la conviction de M. Scheurer-Kestner. Mais, pendant qu'il fouillait de son côté, il se passait des faits graves à l'état-major même. Le colonel Sandherr était mort, et le lieutenant-colonel Picquart lui avait succédé comme chef du bureau des renseignements. Et c'est à ce titre, dans l'exercice de ses fonctions, que ce dernier eut un

jour entre les mains une lettre-télégramme, adressée au commandant Esterhazy, par un agent d'une puissance étrangère. Son devoir strict était d'ouvrir une enquête. La certitude est qu'il n'a jamais agi en dehors de la volonté de ses supérieurs. Il soumit donc ses soupçons à ses supérieurs hiérarchiques, le général Gonse, puis le général de Boisdeffre, puis le général Billot, qui avait succédé au général Mercier comme ministre de la Guerre. Le fameux dossier Picquart, dont il a été tant parlé, n'a jamais été que le dossier Billot, j'entends le dossier fait par un subordonné pour son ministre, le dossier qui doit exister encore au ministère de la Guerre. Les recherches durèrent de mai à septembre 1896, et ce qu'il faut affirmer bien haut, c'est que le général Gonse était convaincu de la culpabilité d'Esterhazy, c'est que le général de Boisdeffre et le général Billot ne mettaient pas en doute que le bordereau ne fût de l'écriture d'Esterhazy. L'enquête du lieutenant-colonel Picquart avait abouti à cette constatation certaine. Mais l'émoi était grand, car la condamnation d'Esterhazy entraînait inévitablement la révision du procès Dreyfus; et c'était ce que l'état-major ne voulait à aucun prix. Il dut y avoir là une minute psychologique pleine d'angoisse.

Remarquez que le général Billot n'était compromis dans rien, il arrivait tout frais, il pouvait faire la vérité. Il n'osa pas, dans la terreur sans doute de l'opinion publique, certainement aussi dans la crainte de livrer tout l'état-major, le général de Boisdeffre, le général Gonse, sans compter les sous-ordres. Puis, ce ne fut là qu'une minute de combat entre sa conscience et ce qu'il croyait être l'intérêt militaire. Quand cette minute fut passée, il était déjà trop tard. Il s'était engagé, il était compromis. Et, depuis lors, sa responsabilité n'a fait que grandir, il a pris à sa charge le crime des autres, il est aussi coupable que les autres, il est plus coupable qu'eux, car il a été le maître de faire justice, et il n'a rien fait.

Comprenez-vous cela! Voici un an que le général Billot, que les généraux de Boisdeffre et Gonse savent que Dreyfus est innocent, et ils ont gardé pour eux cette effroyable chose! Et ces gens-là dorment, et ils ont des femmes et des enfants qu'ils aiment! Le lieutenant-colonel Picquart avait rempli son devoir d'honnête homme. Il insistait auprès de ses supérieurs, au nom de la justice. Il les suppliait même, il leur disait combien leurs délais étaient impolitiques, devant le terrible orage qui s'amoncelait, qui devait éclater, lorsque la vérité serait connue.

Ce fut, plus tard, le langage que M. Scheurer-Kestner tint également au général Billot, l'adjurant par patriotisme de prendre en main l'affaire, de ne pas la laisser s'aggraver, au point de devenir un désastre public. Non! Le crime était commis, l'état-major ne pouvait plus avouer son crime. Et le lieutenant-colonel Picquart fut envoyé en mission, on l'éloigna de plus en plus loin, jusqu'en Tunisie, où l'on voulut même un jour honorer sa bravoure, en le

chargeant d'une mission qui l'aurait sûrement fait massacrer, dans les parages où le marquis de Morès a trouvé la mort. Il n'était pas en disgrâce, le général Gonse entretenait...

(FIN DE LA QUATRIÈME COLONNE)  
CINQUIÈME COLONNE

avec lui une correspondance amicale. Seulement, il est des secrets qu'il ne fait pas bon d'avoir surpris.

A Paris, la vérité marchait, irrésistible, et l'on sait de quelle façon l'orage attendu éclata. M. Mathieu Dreyfus dénonça le commandant Esterhazy comme le véritable auteur du bordereau, au moment où M. Scheurer-Kestner allait déposer, entre les mains du garde des Sceaux, une demande en révision du procès. Et c'est ici que le commandant Esterhazy paraît. Des témoignages le montrent d'abord affolé, prêt au suicide ou à la fuite. Puis, tout d'un coup, il paye d'audace, il étonne Paris par la violence de son attitude. C'est que du secours lui était venu, il avait reçu une lettre anonyme l'avertissant des menées de ses ennemis, une dame mystérieuse s'était même dérangée de nuit pour lui remettre une pièce volée à l'état-major, qui devait le sauver. Et je ne puis m'empêcher de retrouver là le lieutenant-colonel du Paty de Clam, en reconnaissant les expédients de son imagination fertile.

Son œuvre, la culpabilité de Dreyfus, était en péril, et il a voulu sûrement défendre son oeuvre. La révision du procès, mais c'était l'écroulement du roman-feuilleton si extravagant, si tragique, dont le dénouement abominable a lieu à l'île du Diable! C'est ce qu'il ne pouvait permettre. Dès lors, le duel va avoir lieu entre le lieutenant-colonel Picquart et le lieutenant-colonel du Paty de Clam, l'un le visage découvert, l'autre masqué. On les retrouvera prochainement tous deux devant la justice civile. Au fond, c'est toujours l'état-major qui se défend, qui ne veut pas avouer son crime, dont l'abomination grandit d'heure en heure.

On s'est demandé avec stupeur quels étaient les protecteurs du commandant Esterhazy. C'est d'abord, dans l'ombre, le lieutenant-colonel du Paty de Clam qui a tout machiné, qui a tout conduit. Sa main se trahit aux moyens saugrenus. Puis, c'est le général de Boisdeffre, c'est le général Gonse, c'est le général Billot lui-même, qui sont bien obligés de faire acquitter le commandant, puisqu'ils ne peuvent laisser reconnaître l'innocence de Dreyfus, sans que les bureaux de la guerre croulent dans le mépris public.

Et le beau résultat de cette situation prodigieuse est que l'honnête homme, là-dedans, le lieutenant-colonel Picquart, qui seul a fait son devoir, va être la victime, celui qu'on bafouera et qu'on punira. Ô justice, quelle affreuse désespérance serre le cœur! On va jusqu'à dire que c'est lui le faussaire, qu'il a fabriqué la carte-télégramme pour perdre Esterhazy.

Mais, grand Dieu! Pourquoi ? Dans quel but ? Donnez un motif. Est-ce que celui-là aussi est payé par les juifs? Le joli de l'histoire est qu'il était justement antisémite. Oui! nous assistons à ce spectacle infâme, des hommes perdus de dettes et de crimes dont on proclame l'innocence, tandis qu'on frappe l'honneur même, un homme à la vie sans tache! Quand une société en est là, elle tombe en décomposition. Voilà donc, monsieur le Président, l'affaire Esterhazy: un coupable qu'il s'agissait d'innocenter. Depuis bientôt deux mois, nous pouvons suivre heure par heure la belle besogne. J'abrège, car ce n'est ici, en gros, que le résumé de l'histoire dont les brûlantes pages seront un jour écrites tout au long). Et nous avons donc vu le général de Pellieux, puis le commandant Ravary, conduire une enquête scélérate d'où les coquins sortent transfigurés et les honnêtes gens salis. Puis, on a convoqué le conseil de guerre.

Comment a-t-on pu espérer qu'un...

(FIN DE LA CINQUIÈME COLONNE)

SIXIÈME COLONNE

conseil de guerre déferait ce qu'un conseil de guerre avait fait? Je ne parle même pas du choix toujours possible des juges. L'idée supérieure de discipline, qui est dans le sang de ces soldats, ne suffit-elle à infirmer leur pouvoir d'équité? Qui dit discipline, dit obéissance. Lorsque le ministre de la Guerre, le grand chef, a établi publiquement, aux acclamations de la représentation nationale, l'autorité de la chose jugée, vous voulez qu'un conseil de guerre lui donne un formel démenti? Hiérarchiquement, cela est impossible. Le général Billot a suggestionné les juges par sa déclaration, et ils ont jugé comme ils doivent aller au feu, sans raisonner. L'opinion préconçue qu'ils ont apportée sur leur siège, est évidemment celle-ci: «Dreyfus a été condamné pour crime de trahison par un conseil de guerre, il est donc coupable; et nous, conseil de guerre, nous ne pouvons le déclarer innocent; or nous savons que reconnaître la culpabilité d'Esterhazy, ce serait proclamer l'innocence de Dreyfus.».

Rien ne pouvait les faire sortir de là. Ils ont rendu une sentence inique qui, à jamais pèsera sur nos conseils de guerre, qui entachera désormais de suspicion tous leurs arrêts. Le premier conseil de guerre a pu être inintelligent, le second est forcément criminel. Son excuse, je le répète, est que le chef suprême avait parlé, déclarant la chose jugée inattaquable, sainte et supérieure aux hommes, de sorte que des inférieurs ne pouvaient dire le contraire. On nous parle de l'honneur de l'armée, on veut que nous l'aimions, la respections. Ah! certes, oui, l'armée qui se lèverait à la première menace, qui défendrait la terre française, elle est tout le peuple, et nous n'avons pour elle que tendresse et respect. Mais il ne s'agit pas d'elle, dont nous voulons justement la dignité, dans notre besoin de justice. Il s'agit du sabre, le maître



qu'on nous donnera demain peut-être. Et baiser dévotement la poignée du sabre, le dieu, non! Je l'ai démontré d'autre part: l'affaire Dreyfus était l'affaire des bureaux de la guerre, un officier de l'état-major, dénoncé par ses camarades de l'état-major, condamné sous la pression des chefs de l'état-major. Encore une fois, il ne peut revenir innocent sans que tout l'état-major soit coupable. Aussi les bureaux, par tous les moyens imaginables, par des campagnes de presse, par des communications, par des influences, n'ont-ils couvert Esterhazy que pour perdre une seconde fois Dreyfus. Quel coup de balai le gouvernement républicain devrait donner dans cette jésuitière, ainsi que les appelle le général Billot lui-même! Où est-il, le ministère vraiment fort et d'un patriotisme sage, qui osera tout y refondre et tout y renouveler?

Que de gens je connais qui, devant une guerre possible, tremblent d'angoisse, en sachant dans quelles mains est la défense nationale! Et quel nid de basses intrigues, de commérages et de dilapidations, est devenu cet asile sacré, où se décide le sort de la patrie! On s'épouvante devant le jour terrible que vient d'y jeter l'affaire Dreyfus, ce sacrifice humain d'un malheureux, d'un « sale juif »! Ah! tout ce qui s'est agité là de démente et de sottise, des imaginations folles, des pratiques de basse police, des moeurs d'inquisition et de tyrannie, le bon plaisir de quelques galonnés mettant leurs bottes sur la nation, lui rentrant dans la gorge son cri de vérité et de justice, sous le prétexte menteur et sacrilège de la raison d'État! Et c'est un crime encore que de s'être appuyé sur la presse immonde, que de s'être laissé défendre par toute la fripouille de Paris, de sorte que voilà la fripouille qui triomphe insolemment,

(FIN DE LA SIXIÈME COLONNE)  
SEPTIÈME COLONNE – Page 2

dans la défaite du droit et de la simple probité.

C'est un crime d'avoir accusé de troubler la France ceux qui la veulent généreuse, à la tête des nations libres et justes, lorsqu'on ourdit soi-même l'impudent complot d'imposer l'erreur, devant le monde entier. C'est un crime d'égarer l'opinion, d'utiliser pour une besogne de mort cette opinion qu'on a pervertie jusqu'à la faire délirer. C'est un crime d'empoisonner les petits et les humbles, d'exaspérer les passions de réaction et d'intolérance, en s'abritant derrière l'odieux antisémitisme, dont la grande France libérale des droits de l'homme mourra, si elle n'en est pas guérie. C'est un crime que d'exploiter le patriotisme pour des oeuvres de haine, et c'est un crime, enfin, que de faire du sabre le dieu moderne, lorsque toute la science humaine est au travail pour l'oeuvre prochaine de vérité et de justice.

Cette vérité, cette justice, que nous avons si passionnément voulues, quelle détresse à les voir ainsi souffletées, plus méconnues et plus obscurcies! Je me doute de l'écroulement qui doit avoir lieu dans l'âme de M. Scheurer-Kestner, et je crois bien qu'il finira par éprouver un remords, celui de n'avoir pas agi révolutionnairement, le jour de l'interpellation au Sénat, en lâchant tout le paquet, pour tout jeter à bas. Il a été le grand honnête homme, l'homme de sa vie loyale, il a cru que la vérité se suffisait à elle-même, surtout lorsqu'elle lui apparaissait éclatante comme le plein jour. A quoi bon tout bouleverser, puisque bientôt le soleil allait luire? Et c'est de cette sérénité confiante dont il est si cruellement puni. De même pour le lieutenant-colonel Picquart, qui, par un sentiment de haute dignité, n'a pas voulu publier les lettres du général Gonse. Ces scrupules l'honorent d'autant plus que, pendant qu'il restait respectueux de la discipline, ses supérieurs le faisaient couvrir de boue, instruisaient eux-mêmes son procès, de la façon la plus inattendue et la plus outrageante.

Il y a deux victimes, deux braves gens, deux coeurs simples, qui ont laissé faire Dieu, tandis que le diable agissait. Et l'on a même vu, pour le lieutenant-colonel Picquart, cette chose ignoble: un tribunal français, après avoir laissé le rapporteur charger publiquement un témoin, l'accuser de toutes les fautes, a fait le huis clos, lorsque ce témoin a été introduit pour s'expliquer et se défendre. Je dis que ceci est un crime de plus et que ce crime soulèvera la conscience universelle. Décidément, les tribunaux militaires se font une singulière idée de la justice.

Telle est donc la simple vérité, monsieur le Président, et elle est effroyable, elle restera pour votre présidence une souillure. Je me doute bien que vous n'avez aucun pouvoir en cette affaire, que vous êtes le prisonnier de la Constitution et de votre entourage. Vous n'en avez pas moins un devoir d'homme, auquel vous songerez, et que vous remplirez. Ce n'est pas, d'ailleurs, que je désespère le moins du monde du triomphe. Je le répète avec une certitude plus véhémente: la vérité est en marche et rien ne l'arrêtera. C'est d'aujourd'hui seulement que l'affaire commence, puisque aujourd'hui seulement les positions sont nettes: d'une part, les coupables qui ne veulent pas que la lumière se fasse; de l'autre, les justiciers qui donneront leur vie pour qu'elle soit faite. Je l'ai dit ailleurs, et je le répète ici: quand on enferme la vérité sous terre, elle s'y amasse, elle y prend une force telle d'explosion, que, le jour où elle éclate, elle fait tout sauter avec elle. On verra bien si l'on ne vient pas de préparer, pour plus tard, le plus retentissant des désastres.

Mais cette lettre est longue, monsieur le Président, et il est temps de conclure.

## HUITIÈME COLONNE – Page 2

J'accuse le lieutenant-colonel du Paty de Clam d'avoir été l'ouvrier diabolique de l'erreur judiciaire, en inconscient, je veux le croire, et d'avoir ensuite défendu son oeuvre néfaste, depuis trois ans, par les machinations les plus saugrenues et les plus coupables.

J'accuse le général Mercier de s'être rendu complice, tout au moins par faiblesse d'esprit, d'une des plus grandes iniquités du siècle.

J'accuse le général Billot d'avoir eu entre les mains les preuves certaines de l'innocence de Dreyfus et de les avoir étouffées, de s'être rendu coupable de ce crime de lèse-humanité et de lèse-justice, dans un but politique et pour sauver l'état-major compromis.

J'accuse le général de Boisdeffre et le général Gonse de s'être rendus complices du même crime, l'un sans doute par passion cléricale, l'autre peut-être par cet esprit de corps qui fait des bureaux de la guerre l'arche sainte, inattaquable.

J'accuse le général de Pellieux et le commandant Ravary d'avoir fait une enquête scélérate, j'entends par là une enquête de la plus monstrueuse partialité, dont nous avons, dans le rapport du second, un impérissable monument de naïve audace.

J'accuse les trois experts en écritures, les sieurs Belhomme, Varinard et Couard, d'avoir fait des rapports mensongers et frauduleux, à moins qu'un examen médical ne les déclare atteints d'une maladie de la vue et du jugement.

J'accuse les bureaux de la guerre d'avoir mené dans la presse, particulièrement dans L'Éclair et dans L'Écho de Paris, une campagne abominable, pour égarer l'opinion et couvrir leur faute.

J'accuse enfin le premier conseil de guerre d'avoir violé le droit, en condamnant un accusé sur une pièce restée secrète, et j'accuse le second conseil de guerre d'avoir couvert cette illégalité, par ordre, en commettant à son tour le crime juridique d'acquitter sciemment un coupable.

En portant ces accusations, je n'ignore pas que je me mets sous le coup des articles 30 et 31 de la loi sur la presse du 29 juillet 1881, qui punit les délits de diffamation. Et c'est volontairement que je m'expose.

Quant aux gens que j'accuse, je ne les connais pas, je ne les ai jamais vus, je n'ai contre eux ni rancune ni haine. Ils ne sont pour moi que des entités, des esprits de malveillance sociale. Et l'acte que j'accomplis ici n'est qu'un moyen révolutionnaire pour hâter l'explosion de la vérité et de la justice.

Je n'ai qu'une passion, celle de la lumière, au nom de l'humanité qui a tant souffert et qui a droit au bonheur. Ma protestation enflammée n'est que le cri de mon âme. Qu'on ose donc me traduire en cour d'assises et que l'enquête ait lieu au grand jour!

J'attends.

Veillez agréer, monsieur le Président, l'assurance de mon profond respect.

(FIN DE LA HUITIÈME COLONNE – FIN DE LA LETTRE OUVERTE)

## APÊNDICE

### O SÉCULO XIX E O CASO DREYFUS EM SINOPSE

Busca-se aqui mergulhar na atmosfera do Século XIX, mais precisamente a partir da época em que Francis Galton<sup>50</sup> conceituou a “eugenia” cuja proposta era melhorar artificialmente a raça humana, conceito e ideia que se prestaram ao acréscimo de hostilidades contra os judeus o que fez surgir políticas antissemitas na Europa oitocentista e que desembocará na segunda década do Século XX em culto racista orquestrado pelo nazismo alemão e pelo fascismo italiano que pregavam a pureza racial. Principalmente na Alemanha, a partir de 1870, tais ideais ganham força tal que se chegou a eliminar deficientes físicos e mentais vislumbrando a “pureza da raça”. Contra os judeus, portanto, o antissemitismo que, no passado anterior àquele tempo, poderia ser resolvido pela conversão de judeus ao cristianismo (cristãos novos), nessa época enfocada em “*J’Accuse!*” se torna questão “racial” e propõem-se programas genocidas a serem efetuados cinquenta anos depois pelo nazismo.

O Século XIX é feito de abundantes fatos políticos e de descobertas científicas. Avanços tecnológicos marcam aqueles dias de forma que o século seguinte é mais herdeiro do que construtor em suas primeiras décadas.

Politicamente, há um estopim aceso a partir da França com as guerras napoleônicas incendiando a Europa desde 1799. Pois, Napoleão Bonaparte, tendo auferido o título de primeiro-cônsul e optado pela ampliação do território francês, arma-se de poderoso exército e atea fogo ao continente.

Apesar da derrota de Napoleão em Trafalgar, ele ainda subjuga a Itália, a Espanha, a Bélgica, a Holanda, a Suíça, a Alemanha, a Prússia e a Polônia. Em 1806, Napoleão decreta o bloqueio continental proibindo o comércio com a Inglaterra. Só em 1814 é que, em Waterloo, a Inglaterra impõe-lhe derrota definitiva.

Em 1804, é fabricada a primeira locomotiva a vapor, e a partir de 1829, desenvolvem-se as ferrovias como eficiente e econômico meio de transporte. Os judeus tornaram-se acionistas importantes de ferrovias tanto na Europa quanto nas Américas.

No Congresso de Viena, em 1814, após a derrota napoleônica em Waterloo, o mapa europeu é reconstruído, mantendo-se, entretanto, a unidade do território francês. Por esse Congresso, restauram suas monarquias países como Portugal, Espanha, Holanda, Itália e, a própria França que reconhece Louis XVIII como rei.

---

<sup>50</sup> Francis Galton (1822-1911) era judeu e primo de Charles Darwin (também judeu), escreveu sobre a eugenia influenciado por A origem das espécies, obra de Charles Darwin.

Em 1837, o telégrafo revoluciona a comunicação criando-se, dois anos mais tarde, o primeiro serviço de telégrafos. Assim foi que o judeu Berr Josephat (Paul Julius Reuter), em 1839, inaugurou a maior agência de notícias dantes jamais vista, a Reuters.

Pontuar ano a ano os progressos do século XIX é trabalho para pesquisa em história, diga-se, porém, que foi a partir dele que o mundo passou a girar mais rapidamente encurtando-se distâncias tanto pela comunicação quanto pelo melhoramento dos meios de transporte e, o mundo trocava a tração animal pelo motor a explosão; vapores, e não mais caravelas, singravam os mares e oceanos, mesmo assim, uma viagem Europa-América dispndia 52 dias como foi a viagem de Dreyfus da França hexagonal<sup>51</sup> até a Guiana Francesa (*Département d'outre-mer*).

No mundo científico, Charles Darwin publica, aos 24 de novembro de 1859, a primeira edição de “A origem das espécies”: “*On the Origin of Species by Means of Natural Selection*”, trazendo, doravante, grande revolução à mente humana cujas ideias restringiam-se ao livro bíblico das Gêneses.

Na política, em 1871, a Alemanha unifica-se sob a maestria de Otto Von Bismarck, formando, assim, o Segundo Reich. Na ciência e na tecnologia, em 1876, o escocês Alexander Bell inventa e patenteia o telefone nos Estados Unidos e, em 1885, funda-se a *American Telephone and Telegraph*.

Malgrado todo esse progresso, o antissemitismo, aliás, embrutecido pela tese da eugenia, causa mal-estar social e, nesse clima, é que estoura o enredo que envolvia Dreyfus no bizarro caso que, por onze anos, vai torturá-lo. Embora ele, em todo seu histórico militar, tenha-se mantido segundo o código de honra requerido aos oficiais, o Serviço de Informações do Exército tendo descoberto que os alemães receberam documentos secretos que lhes fôra entregue por um militar, instala-se um conselho de guerra e forjam-se evidências colimadas contra Dreyfus.

Duramente inculpado pelas conclusões do conselho de guerra, Alfred Dreyfus é condenado por traição, preso, expulso do Exército e enviado a prisão perpétua na Ilha do Diabo em Guiana. Ele jamais admitira sua culpa e, tudo que o incriminava era o único manuscrito cujos traços da letra se diziam pertencer-lhe por uma junta discordante de cinco peritos policiais. A dúvida e discordância da junta não impediu que os três: Belhomme, Varinard e Couard prevalecessem em detrimento à liberdade do judeu. De modo que, uma dúvida que poderia “inocentar o reu” não foi argumento suficiente à prática da justiça no

---

<sup>51</sup> O território francês é descontínuo, pois há territórios franceses fora do “hexágono”, como é descrito o mapa da França em uma figura com seis “lados”.

âmbito do *Conseil de Guerre* instalado para apurar fatos e punir culpados à luz do regulamento e das leis republicanas do estado francês.

Quando o *bordereau* foi entregue ao Serviço de Informações do Exército (*Service d'Informations de l'Armée - SIA*), em setembro de 1894, seu diretor era o coronel Sandherr. Nessa época, era ministro da guerra o general Mercier que, cumprindo seu dever e prerrogativas, manda abrir investigações nos gabinetes do estado-maior. Logo, as suspeitas recaem sobre o capitão, pois, ao que pareceu a três dos peritos policiais, o traço da letra assemelhava-se à grafia de Dreyfus. Em menos de um mês, Dreyfus é convocado pelo Ministério da Guerra e é preso. O comandante du Paty de Clam submete o capitão a interrogatório e encarcera-o na prisão do *Cherche-Midi*.

Os juízes do conselho de guerra condenam Alfred Dreyfus e, aos 5 de janeiro de 1895, o condenado por traição passa pelo humilhante ritual da degradação pública. Os jornais vespertinos, por especulação, aludem à suposta confissão que Dreyfus teria prestado ante o capitão Lebrun-Renaud.

Em campanha presidencial, a França elege como presidente Félix Faure, aos 17 de janeiro de 1895, mesmo dia em que Dreyfus segue ao degredo. O presidente mostra-se indiferente ao caso, decerto premido pela mídia e pela opinião pública antissemítica que é levada a crer na culpabilidade do capitão; ele não só acomoda-se como tende a fazer coro à maioria permitindo que tal injustiça maculasse o brio de seu prestígio quando a verdade viesse à tona. O Coronel Sandherr, reclamando de uma enfermidade, pede afastamento de suas funções no Serviço de Informações do Exército e, a 1º de julho de 1895, ele é substituído pelo comandante Picquart.

Em março do ano seguinte, o *SIA* captura um telegrama do *Schwartzkoppen* cujo destinatário era o general Esterhazy. Picquart manda abrir um inquérito e daí, conclui que o general seria o verdadeiro culpado pela cessão de documento sigiloso aos alemães. Ele comunica suas suspeitas ao general Boisdeffre o qual chefiava o Estado Maior. Em novembro, Picquart é afastado do cargo e é transferido para a Alsácia e daí, enviam-no à Tunísia onde ele se apresenta pronto para o serviço aos 19 de janeiro de 1897.

Bernard-Lazare, aos 6 de novembro de 1896, em Bruxelas, publica um livreto sobre o *affaire* Dreyfus: “Um erro judicial: a verdade sobre o caso Dreyfus” e, tenta convencer personalidades políticas e das letras, inclusive Émile Zola, entretanto, não obtém êxito. A segunda edição desse livreto é lançada em Paris, 10 dias depois.

O comandante Picquart, de licença, em Paris (29.06.1897), sigilosamente, põe o advogado Leblois a par da realidade dos fatos e este recorre ao senador vitalício Auguste

Scheurer-Kestner que decide lançar campanha para reabilitação de Dreyfus. Em 29 de outubro daquele ano, Scheurer-Kestner consegue audiência com Félix-Faure.

Com a descoberta do telegrama alemão destinado a Esterhazy investigado profundamente pelo *SIA*, o comandante Picquart causa uma fenda no caso e na condenação de Dreyfus; fenda que se alarga com Bernard-Lazare, com o advogado Leblois, com Scheurer-Kestner, com Ernest Vaughan, este último, fundador do Jornal *L'Aurore*. O jornal *Le Temps* publica artigo de Gabriel Monod afirmando que Dreyfus é vítima de erro judicial. Matthieu Dreyfus, irmão de Alfred, ouviu sobre o verdadeiro culpado pela traição obtendo confirmação disto por meio de Scheurer-Kestner.

Matthieu Dreyfus publica em jornais uma carta endereçada ao ministro da guerra e, nela, denuncia o general Esterhazy. No dia seguinte (17.11.1897), abre-se inquérito sobre as atividades do general Esterhazy. Na semana seguinte, aos 25 daquele mês, o *Figaro* publica o primeiro artigo de Zola em defesa de Dreyfus. Picquart é convocado, vem da Tunísia para prestar seu depoimento e é preso no *Cherche-Midi*.

Na manhã do dia 13 de janeiro de 1898, estampa-se à primeira página do jornal *L'Aurore* um editorial assinado pelo romancista francês Émile Zola com o curioso título “Eu Acuso...!”. Dedo em riste contra os Conselhos de Guerra e demais artífices do erro judiciário que, aos 22 de dezembro de 1894 e que repetira a façanha aos 11 de janeiro de 1898, absolvendo Esterhazy e condenado o capitão Alfred Dreyfus ao degredo e à prisão perpétua. O efeito de “*J'Accuse...!*” é imediato, pois, no dia seguinte à publicação, intelectuais passam a protestar exigindo revisão do processo.

Ferrenho opositor à revisão do processo, o presidente da República, morre aos 16 de fevereiro de 1899. A 1º de junho, du Paty de Clam é preso. Aos 18 de julho, Esterhazy reconhece-se como autor do *bordereau* que, segundo o que depôs, fôra-lhe ditado “por ordens de superior” e, a 7 de agosto, o processo é reaberto sob a defesa de Edgar Démange e de Fernand Labori. Em setembro, no dia 19, Dreyfus é anistiado por Émile Loubet, o novo presidente da República. A difícil justiça é feita e, aos 13 dias de julho de 1906, Alfred Dreyfus é reincorporado às fileiras do Exército e promovido a chefe de batalhão, Picquart é promovido a general de brigada e, a 21 de julho, Dreyfus é sagrado cavaleiro da legião de honra.